

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer

Renato Machado Saldanha

“NEM GUERRA ENTRE AS TORCIDAS, NEM PAZ ENTRE AS CLASSES”:
decifrando as Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste

Belo Horizonte

2023

Renato Machado Saldanha

**“NEM GUERRA ENTRE AS TORCIDAS, NEM PAZ ENTRE AS CLASSES”:
decifrando as Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos do Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva

Belo Horizonte

2023

S162n Saldanha, Renato Machado
2023 Nem guerra entre as torcidas, nem paz entre as classes: decifrando as torcidas antifascistas unidas do norte e nordeste. [manuscrito] / Renato Machado Saldanha – 2023.
183 f.: il.

Orientador: Silvio Ricardo da Silva

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 159-181

1. Futebol - Torcedores - Teses. 2. Futebol - Aspectos políticos - Brasil - Teses. 3. Coletivismo - Teses. 4. Consciência (Ética) – Teses. I. Silva, Ricardo da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Antônio Afonso Pereira Júnior, CRB 6: nº 2637, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

**ATA DA 96ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO
RENATO MACHADO SALDANHA**

Às 14h00min do dia 29 de setembro de 2023 reuniu-se de no Mini-auditório na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho "Nem guerra entre as torcidas, nem paz entre as classes": decifrando as Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva (Orientador)	X	
Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen (UFMG)	X	
Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes (UNICAMP)	X	
Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda (FGV)	X	
Prof. Dr. Irlan Simões (pesquisador)	X	

Após as indicações o candidato foi considerado: **Aprovado**

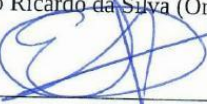
O **resultado final** foi comunicado publicamente, para o candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



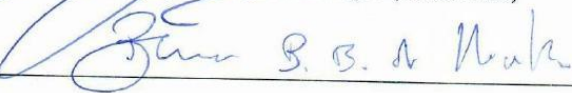
Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva (Orientador)



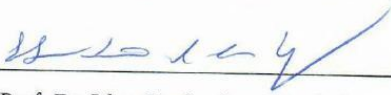
Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen (UFMG)



Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes (UNICAMP)



Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda (FGV)



Prof. Dr. Irlan Simões (pesquisador)

*do lado esquerdo do meu peito
mora algo
que o direito desconhece
(Miró da Muribeca)*

Para a minha amada, Verônica

AGRADECIMENTOS

À Verônica, minha esposa, namorada, amásia, amiga, camarada de lutas, parceira de produções, companheira de festas e arquibancada. Obrigado pela ajuda na tese (sem você, eu não teria conseguido) e, por mudar a minha vida me ensinando sobre felicidade.

Aos meus filhos, Iberê e Laerte, por permitirem que eu faça parte das suas vidas, por dividirem incondicionalmente comigo os afetos e amores mais sinceros e profundos.

À minha mãe, Célia, meu pai, Assuero, meus irmãos, Rafael e Rodrigo. Por me darem todo o suporte necessário. Por me compreenderem, ou por me apoiarem mesmo quando não compreendem bem.

À minha avó, meus sobrinhos (Pedro e Danilo), sobrinha (Marina), meu primo (Cristhophe), Tia Suely, Tia Fátima, Tia Elisa, Rosinha e Luna. Por todo o carinho de sempre.

Ao meu orientador e amigo Silvio, pela generosidade nas conversas, ensinamentos, acolhimentos, risadas e oportunidades.

Aos torcedores e torcedoras que confiaram em mim e aceitaram compartilhar comigo seu tempo e experiências. A todos/as da Fanfarra Festiva Tricolor. Seremos!

Aos membros da banca, Bernardo, Elcio, Felipe e Irlan, não apenas por aceitarem o convite para ler e contribuir com esse trabalho, mas pela inspiração e exemplo.

Ao GEFUT, onde aprendi e ri muito, Fábio, Renata, Danilo, Marina, Luíza, Tio Phill, Luiz Nicácio, TJ, Mateus, Maurinho, Priscila, Amanda, Andrezão, Iago, Luana e Christian.

Ao Bartos, Júlia e Alan, pela amizade de BH para o mundo. Aos amigos de outras paragens, Jorginho, Dudu, Henrique, Luiger, Paulista, Thiago, Daniel, Eliz, Fernanda e Karine.

Aos amigos e camaradas de Pernambuco, Daniel, Tuca, Elimar, Lampião, Ramona, Serginho, Filipe, Bia e Diogo, Tiago, Jemerson, Diogo Xavier e David.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGIEL. A UFMG e UFPE. Viva a universidade pública e todos/as que trabalham e militam por ela!

À Alexandra Elbakyan pelo Sci-hub, e aos criadores e mantenedores do Library Genesis, e todos/as aqueles/as que lutam por uma ciência livre.

*En la lucha de clases
todas las armas son buenas
pedras
noches
poemas
(Paulo Leminski)*

*Me enterrem com os trotskistas
na cova comum dos idealistas
onde jazem aqueles
que o poder não corrompeu*

*Me enterrem com meu coração
na beira do rio
onde o joelho ferido
tocou a pedra da paixão
(Paulo Leminski)*

RESUMO

Nos anos 2010, o esporte ganhou visibilidade na pauta política, ao mesmo tempo em que se politizou, como nunca, o debate esportivo. Torcedores e torcedoras não ficaram alheios desse processo. Entre outras iniciativas e ações, deram origem a um novo modelo de organização torcedora que se difere das demais por constituir-se tendo como referência consciente e explícita uma concepção política. Tomando como objeto os coletivos torcedores que fazem, ou fizeram parte da Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste, procuro responder a algumas questões: Quando, como e por que essas organizações surgem? Quais são as dinâmicas de organização desses grupos? Como elas se diferenciam e se relacionam com outras formas de associativismo popular, pregressas ou atuais, dentro e fora dos estádios? Como agem, e o que pretendem? Como se articulam entre si e como se relacionam com outros sujeitos e organizações, ligados diretamente ao futebol ou não? Para isso, entrevistei lideranças de coletivos torcedores que fazem ou fizeram parte da TAU N-NE, e analisei as redes sociais destes coletivos. Tomando como pressuposto a totalidade como categoria ontológica da realidade, e inspirando-me no pensamento de Edward Thompson, que me ajuda a pensar o fazer-se da classe trabalhadora, resgato a história do associativismo torcedor no Brasil, sempre localizando-o a outros processos sociais, culturais, históricos e políticos mais amplos. Após isso, analiso mais detalhadamente a conjuntura da última década, destacando o processo de agudização da luta de classes, politização do cotidiano, ascensão da extrema-direita, desenvolvimento de novas ferramentas de informação e comunicação, e surgimento de novas formas de ativismo juvenil. Tudo isso, somados ainda a processos excludentes e restritivos de hipermercantilização do futebol, favoreceram ao avanço de uma consciência torcedora, que se manifesta em um conjunto de práticas, valores, ideias, discursos e projetos, que envolvem o reconhecimento de uma condição semelhante, a identificação de interesses compartilhados (antagônicos aos de um inimigo comum), a produção de pautas, ações, teorias e discursos, e a criação de novas articulações e entidades. Os coletivos antifascistas são parte desse processo, produtos e produtores do avanço dessa consciência torcedora. Abordo ainda, de forma mais aprofundada, os coletivos que formam, ou formaram, as Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste (TAU N-NE), expressão crítica mais radical (no sentido de ir às raízes) já produzida pelos torcedores e torcedoras brasileiras.

Palavras-Chaves: Futebol; torcida; associativismo torcedor; consciência torcedora; política.

ABSTRACT

In the 2010s, sports have gained visibility on the political agenda, while the sports debate has become more politicized than ever before. Fans have not been indifferent to this process. Among other initiatives and actions, they have given rise to a new model of fan organization that differs from others in that it consciously and explicitly incorporates a political conception. Focusing on the fan collectives that are or were part of the United Anti-Fascist Fans of the North and Northeast (TAU N-NE), I sought to answer some questions: When, how, and why do these organizations emerge? What are the dynamics of organization within these groups? How do they differentiate themselves from and relate to other forms of popular association, both historical and contemporary, inside and outside stadiums? What are their actions and intentions? How do they interact with each other and relate to other individuals and organizations, directly connected to football or not? For this, I interviewed leaders of supporters collectives that are or have been part of TAU N-NE and analyzed the social media of these collectives. Taking totality as an ontological category of reality, and drawing inspiration from the thinking of Edward Thompson, which helps me understand the formation of the working class, I trace the history of fan association in Brazil, always locating it within broader social, cultural, historical, and political processes. Afterward, I analyze in greater detail the circumstances of the last decade, highlighting the intensification of class struggle, the politicization of everyday life, the rise of the far-right, the development of new information and communication tools, and the emergence of new forms of youth activism. All of this, combined with exclusionary and restrictive processes of hyper-commodification of football, has contributed to the advancement of fan consciousness, manifested in a set of practices, values, ideas, discourses, and projects that involve the recognition of a shared condition, the identification of shared interests (antagonistic to a common enemy), the creation of agendas, actions, theories, and discourses, and the establishment of new connections and entities. The anti-fascist collectives are a part of this process, both products and producers of the advancement of this fan consciousness. I also delve more deeply into the collectives that make up or have made up the United Anti-Fascist Fans of the North and Northeast (TAU N-NE), a more radical critical expression (in the sense of going to the roots) ever produced by Brazilian fans.

Keywords: Football; supporter association; supporter consciousness; politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Torcida Bravo 1952	119
Imagem 2: Faixa A.C.A.B (<i>All Cops Are Bastards</i>) na Torcida Guerreiros do Almirante..	120
Imagem 3: Faixa “Libera a cerveja”	120
Imagem 4: Faixa “Não ao futebol moderno” na torcida Curva 1909	120
Imagem 5: Faixa “Go home FIFA” com a Torcida Young Flu	121
Imagem 6: Faixa da Torcida do São Paulo	121
Imagem 7: Faixa da Garra Tricolor em apoio aos professores	121
Imagem 8: Faixa de protesto da Gaviões da Fiel	122
Imagem 9: Faixa erguida pela torcida Gaviões da Fiel.....	122
Imagem 10: Faixa da torcida do Botafogo - PB em repúdio a Michel Temer	127
Imagem 11: Faixa da Brigada Popular Alvirrubra	133
Imagem 12: Faixa da Coral Antifa	133
Imagem 13: Faixa da Vozão Antifascista	134
Imagem 14: Faixa da torcida Resistência Tricolor	134
Imagem 15: Faixa “Quem mandou matar Marielle?”	135
Imagem 16: Faixa da torcida Antifascista do Sport	135
Imagem 17: convocação da Brigada Marighella para ato contra Bolsonaro, em Salvador..	136
Imagem 18: Convocação conjunta das antifas do Ceará para ato contra Bolsonaro	137
Imagem 19: Campanha contra a torcida mista	147
Imagem 20: Campanha contra a torcida mista	148
Imagem 21: Campanha contra a torcida mista	148
Imagem 22: Novo Símbolo da TAU N-NE	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAB - All Cops Are Bastards

ANATORG - Associação Nacional das Torcidas Organizadas

CBD - Confederação Brasileira de Desportos

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CND - Conselho Nacional de Desportos

COEP - Comitê de ética em pesquisa

CONMEBOL - Confederación Sudamericana de Fútbol

CPC - Centro Popular de Cultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EUA - Estados Unidos da América

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FBF - Federação Brasileira de Futebol

FIFA - Federação Internacional de Futebol

FMI - Fundo Monetário Internacional

FTORJ - Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro

GEFUT - Grupo de Estudos em Futebol e Torcidas

IBGE - Instituto Brasileira de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais.

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assessuais e demais orientações e identidades de gênero

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OMC - Organização Mundial de Comércio

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIB - Produto Interno Bruto

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

SGDC - Seja Genus do Coração

TAU-NE - Torcidas Antifascistas Unidas do Nordeste

TAU N-NE - Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	21
2.1 Referencial teórico	25
3 A HISTÓRIA DO TORCER E DO ASSOCIATIVISMO TORCEDOR NO BRASIL	37
3.1 As primeiras décadas:	37
3.2 O torcer coletivo: as primeiras organizações torcedoras:	47
3.3 Surgimento e consolidação das torcidas jovens:	62
3.4 O Torcer nos anos 1990: Neoliberalismo, despolitização e escalada da violência:	72
3.5 Novas formas de torcer no Brasil, na primeira década dos anos 2000	84
4 A TAU N-NE E O ASSOCIATIVISMO TORCEDOR NA CONTEMPORANEIDADE: NOVOS SUJEITOS; NOVAS FORMAS; NOVAS PAUTAS	96
4.1 Contexto político:	97
4.2 Politização do cotidiano e formação da consciência torcedora	112
4.3 Os Coletivos antifas no futebol nordestino e nortista:	125
4.4 Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste:	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	159
ANEXO 1: MAPEAMENTO	182

PREFÁCIO

Início com uma confissão pessoal. Após muitos anos jogando e assistindo, cheguei à conclusão que não gosto de futebol. Ou, pelo menos, não da mesma forma como vejo comumente em comentários e análises sobre o jogo. Não me movo pelo deleite estético de uma grande jogada, um passe, um drible, ou uma boa trama coletiva. Não é isso que me atrai. As más línguas, talvez com uma boa dose de razão, dirão que isso tem a ver com o meu pertencimento clubístico e com a forma como se deu minha socialização no esporte. Minhas primeiras lembranças futebolísticas datam do final da década de 1980 e início da década de 1990. A seleção brasileira vivia a “Era Dunga” e abdicava de sua tradição ofensiva e se rendia ao pragmatismo de engessados esquemas europeus. O líbero do Lazzaroni, na Copa de 1990, e os dois volantes do Parreira, na de 1994, escandalizavam os puristas amantes do futebol-arte. Já no âmbito clubístico, minha primeira infância foi marcada por sucessivas e dolorosas frustrações: derrotas na semifinal do Campeonato Brasileiro de 1988 e de 1991, na final da Copa do Brasil de 1992, na final do carioca de 1991, 1993 e 1994, uma solitária explosão de alegria com o gol de barriga em 1995, seguida de nova frustração em uma semifinal de Campeonato Brasileiro naquele ano, e dos anos mais tenebrosos da história centenária do Fluminense Football Club. É possível que tais experiências tenham moldado meu modo de ver o jogo, não sei. Fato é que, no futebol, mais que a beleza, me atrai o drama. E o drama do futebol, estou convencido, só pode ser plenamente vivenciado se houver engajamento. Sou incapaz de me interessar por um jogo no qual nenhuma das duas equipes me desperta afeto algum. Mesmo que seja um afeto fugaz e frágil, fruto de uma simplória análise geopolítica (como é comum em jogos da Copa do Mundo), ou de algum dinheiro apostado. É preciso ter lado, tomar partido. Futebol só tem sentido se for para torcer.

De alguma forma, um sentimento parecido me move para e na política. Após observar e acompanhar meu pai em campanhas eleitorais durante a primeira infância, tive minha primeira aproximação por conta própria à militância no movimento secundarista, no fim da década de 1990. De lá pra cá, por mais que tenha tentado (e confesso que tentei, várias vezes), nunca consegui me manter afastado por muito tempo. Mesmo acumulando muito mais derrotas do que vitórias, sou constantemente vencido pela incapacidade de ser indiferente. Política, para mim, também é ter lado, é tomar partido.

Esta tese é motivada, e inevitavelmente atravessada, por esses dois engajamentos. Em setembro de 2018, frente ao crescimento da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência,

organizei, em parceria com o Centro Acadêmico de Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória, da Universidade Federal de Pernambuco, onde sou professor desde 2012, uma ato-palestra sobre o fascismo e como combatê-lo. No dia marcado, porém, fomos notificados pela direção do centro de que o evento não poderia ocorrer nas dependências da unidade, sob pena de processo interno contra mim e os alunos. Como resistência, realizamos o ato na calçada, do lado de fora. O episódio anunciava o que estava por vir. Nos meses seguintes, as tentativas de cercear o pensamento crítico e científico dentro da universidade se repetiram e intensificaram, infelizmente contando, não poucas vezes, com a ajuda e conivência de colegas, que acreditavam que a melhor forma de passar incólume aos ataques era se escondendo, ou aderindo ao lado vencedor.

A tese que agora apresento começou a ser pensada neste contexto. Não para atender ambições pessoais de carreira ou status, mas motivada pelo desejo de contribuir para a compreensão da realidade e a produção de alternativas coletivas, em uma conjuntura onde impera o individualismo, a desolação e a confusão do espírito. Embora a escrita seja solitária e os equívocos aqui cometidos sejam de minha responsabilidade, esse trabalho expressa também formulações coletivas, feitas a quente, em um período histórico que deixa pouco espaço para a indiferença. É legatária, portanto, não apenas de outros/as pesquisadores/as que buscam interpretar o fenômeno aqui analisado, mas também daqueles/as que estão engajados/as em produzi-lo e vivenciá-lo. A todos/as eles/as, meu respeito e agradecimento.

1 INTRODUÇÃO

O futebol brasileiro vive, desde o início da década de 2010, um período interessante. Por anos se difundiu na mídia esportiva a ideia de que o esporte preferido dos brasileiros (e valioso produto da indústria do entretenimento) poderia (e, mais do que isso, deveria) manter-se à margem de qualquer interesse político. Não importava o quanto a historiografia esportiva indicasse o contrário, predominava a noção expressa pelo batido jargão: “Futebol e política não se misturam”. Na conjuntura política atual, porém, o espaço para posturas neutras ou abstenções parece ter sido significativamente reduzido e o que antes quedava subterrâneo foi trazido à tona.

O esporte ganhou visibilidade na pauta política, ao mesmo tempo em que se politizou, como nunca, o debate esportivo. Se a tentativa do ex-presidente da República Jair Bolsonaro de utilizar-se do futebol na construção de sua imagem de “homem simples” – frequentando estádios, participando de comemorações de títulos, e gravando vídeos para as redes sociais vestindo com camisas de clubes de futebol - não é algo exatamente nova, durante a recente pandemia os interesses políticos que envolvem o futebol ficaram mais evidentes. Como parte da política de “volta à normalidade” pretendida, mesmo quando autoridades sanitárias indicavam o contrário, o governo federal, com o apoio de alguns dirigentes esportivos e políticos locais, atuou para apressar o retorno do calendário de treinos e competições e para promover no país uma edição da Copa América. Já a “Lei do mandante”, proposta do poder executivo para alterar o marco legal que regia os contratos de transmissão dos jogos, teria sido pensada pelo governo como forma de prejudicar uma emissora de TV considerada opositora. Coincidentemente ou não, alguns clubes que se destacaram no apoio a essas medidas governamentais foram agraciados com novos patrocínios, de empresas ligadas ao governo. Além disso, o uso da camisa verde e amarela virou declaração de voto, e também se debateu, politicamente, o apoio ao futebol de mulheres, o posicionamento frente a manifestações racistas e homofóbicas nos estádios e a transformação de clubes de futebol em empresas.

Como era de se esperar em um esporte que mobiliza multidões por todo o país, torcedores e torcedoras não ficaram alheios desse processo. Entre maio e junho de 2021, torcidas organizadas de futebol – tradicionais ou antifascistas – tomaram as ruas das principais capitais do País e protagonizaram importantes manifestações de rua, em defesa da democracia e em oposição ao Governo Bolsonaro. Em 2022 o destaque foi para os “fura

bloqueios”, quando caravanas de torcedores enfrentaram os bloqueios nas estradas, promovidos pela extrema-direita, que não aceitava o resultado das eleições presidenciais. Já em 2023, após a tentativa de golpe de Estado da extrema-direita no dia 8 de janeiro, a ANATORG (Associação Nacional das Torcidas Organizadas) se juntou aos atos em defesa da democracia e pela punição dos envolvidos, mentores e financiadores.

Esses episódios surpreenderam a muitos, já que as torcidas organizadas só costumam receber maiores atenções do grande público quando aparecem em seções policiais, sempre associadas a brigas, casos de vandalismo ou outras ilegalidades. Entretanto, olhando de forma mais cuidadosa, já era possível perceber antecipadamente que havia algo de novo surgindo nas arquibancadas brasileiras.

Em Pernambuco, a novidade já era visível. No início de 2019, em um clássico Náutico x Santa Cruz pelo campeonato estadual, torcedores e torcedoras da Brigada Popular Alvirrubra expuseram uma faixa com a pergunta: “Quem mandou matar Marielle?”, em referência ao assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) que completava, naquele momento, um ano sem que as investigações identificassem os mandantes do crime. No fim de semana seguinte, no jogo Sport x Petrolina, foi a vez do coletivo antifascista do Sport levar ao Estádio da Ilha do Retiro uma faixa onde se lia “Torcedor/a é trabalhador/a e também quer se aposentar”, em repúdio ao projeto de reforma da previdência que tramitava no Congresso Federal. Esta mesma faixa passou depois para as mãos de outra torcida, a Coral Antifa, que a exibiu no Estádio do Arruda, dia 30 de março, em um Santa Cruz x Confiança-SE pela Copa do Nordeste.

O mesmo fenômeno também podia ser observado em arquibancadas de outros Estados brasileiros. Manifestações alusivas ao assassinato de Marielle Franco, por exemplo, foram protagonizadas pelos antifascistas em estádios no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais (Roncolato, 2018). No Rio de Janeiro, em 2023, uma faixa execrando os torturadores da ditadura militar, às vésperas do aniversário do golpe de 1964, levou a abertura de um processo contra dois integrantes da Flamengo Antifascista e uma posterior onda de solidariedade a eles. Do mesmo modo, outras pautas, como campanhas contra o machismo, contra a homofobia, contra a elitização dos estádios, contra o racismo e de apoio aos refugiados e à causa palestina, passaram a figurar em arquibancadas de todo o Brasil, levadas por grupos semelhantes.

Em um contexto sócio-político de ascensão da extrema-direita, no Brasil e no mundo, e de crise dos tradicionais instrumentos de organização e luta da esquerda (sindicatos, partidos e movimentos sociais), ações como essas ganham visibilidade e atraem cada vez mais

adeptos. Sob o lema “Nem guerra entre as torcidas, nem paz entre as classes” (frase repetida por algumas dessas torcidas em faixas e publicações), novos coletivos de torcedores e torcedoras, identificados como “antifascistas”, ou por outras denominações como “comunistas”, “esquerda”, “populares”, têm surgido e crescido em todo País. Pelas redes sociais, por exemplo, é fácil localizar dezenas de outros agrupamentos, nacionais e estrangeiros, com esse mesmo perfil (Menezes, 2018).

Fora dos estádios, em outros espaços políticos, essa presença também já podia ser notada. Em Recife, por exemplo, tanto nos atos de rua em repúdio à candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro (que ficaram conhecidos como os atos do #EleNão), em setembro e outubro de 2018, como no ato contra a Reforma da Previdência chamado pelas Centrais Sindicais, no dia 22 de março de 2019, a coluna dos torcedores e torcedoras antifascistas se fez notar, com faixas, bandeiras, sinalizadores, instrumentos e toda uma dinâmica de agitação própria.

Em âmbito nacional, dezenas de torcidas organizadas e coletivos de torcedores, vários deles denominados como antifascistas, declararam apoio ao candidato Fernando Haddad, do PT, no segundo turno das eleições presidenciais de 2018 (Wilkson, 2018). No ano seguinte, o manifesto, 'Gol contra: ditadura militar impôs derrota ao Brasil', publicado nas redes sociais no dia 31 de março e subscrito por 52 torcidas e coletivos¹, clamava por Memória, verdade e justiça, repudiando a atitude do presidente Jair Bolsonaro de incentivar comemorações pelos 55 anos do Golpe Militar de 1964. Nesse mesmo dia, torcedores do Coletivo Democracia Corinthians enfrentaram apoiadores da ditadura militar na Avenida Paulista, em São Paulo.

Se é verdade que podemos encontrar na história alguns casos anteriores de manifestações políticas em estádios de futebol, como a faixa pela anistia dos presos políticos exibida em 1979 no Pacaembu, durante um jogo Corinthians x Santos, ou as manifestações de apoio à candidatura de Tancredo Neves no Maracanã, em um Fla-Flu de 1984, é inegável, porém, que nos últimos anos essas manifestações atingiram outro nível. Já não são apenas

¹ As torcidas signatárias foram: ABC F. C. Antifascistas, AnarcomuAmerica, Avaí Antifascista, Azulão Antifascista, Bafomunistas (Comercial-SP Antifascista), Bancada Alviceleste, Belo Antifa, Botafogo Antifascista, Brigada Marighella, CAP antifa, Coletivo Democracia Corinthians, Coletivo Democracia SantaCruzense, Coletivo Elis Vive, Coletivo Popular Alvinegro, Coletivo Remo Antifascista, Confiança Antifascista, Coral Antifa, Coringão Antifa, Coritiba Antifascista, Crato Antifascista, Esquerda Rubro-Negra, Esquerda Vascaína, Flamengo Antifascista, Flamengo da Gente, Fluminense Antifascista, Frente Esquadrão Popular, Frente Inter Antifascista, Gipão Antifascista, Goytacaz Antifascista, Meca Antifa, MFLP – 54, Movimento Esmeraldino Antifascista, Movimento Grêmio Antifascista, Movimento Popular Coral, Movimento Toda Poderosa Corinthians, Palmeiras Antifascista, Porcominas, Porcomunas, Portuguesa Antifascista, Resistência Azul Popular, Resistência Tricolor Antifascista, Resistência Tricolor – Fortaleza, Timbu antifa, Torcedores e Torcedoras pela Democracia, Torcida Antifascista Sport, Treze Antifascista, Tribuna 77, Tricolores de Esquerda, Ultras Resistência Coral, Vasco Antifascista, Vozão Antifascista, Xavantes Antifascistas.

manifestações políticas esporádicas, mas sim associações de torcedores e torcedoras construídas para esse fim, com a explícita intenção de expressar a paixão clubística de modo conjugado com valores e ideais de contestação à ordem vigente.

Tudo isso nos autoriza afirmar que há no futebol brasileiro um fenômeno novo que ainda carece ser melhor compreendido pela academia. Um novo modelo de organização torcedora que se difere das demais por construir-se tendo como referência consciente e explícita uma concepção política. Chama atenção, porém, que esse crescimento do associativismo torcedor, em número de organizações e em importância política, seja solenemente ignorado pelas análises que buscam estabelecer um panorama das lutas sociais recentes no continente ou no Brasil, como em Gohn (2015 e 2019), Frúgoli Júnior (2018), Marques e Marx (2020) e Mattos (2023).

É esse fenômeno que busquei aqui decifrar. Tomando como objeto os coletivos torcedores que fazem, ou fizeram parte da Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste, procurei responder a algumas questões: Quando, como e por que essas organizações surgem? Quais são as dinâmicas de organização desses grupos? Como elas se diferenciam e se relacionam com outras formas de associativismo popular, pregressas ou atuais, dentro e fora dos estádios? Como agem e o que pretendem? Como se articulam entre si e como se relacionam com outros sujeitos e organizações, ligados diretamente ao futebol ou não?

Partindo do pressuposto que o novo sempre surge a partir do velho, de estruturas que se transformam, conservam ou decompõem, em um processo de superação dialética (Konder, 1988), me debrucei sobre experiências anteriores de associações torcedoras, procurando compreender suas rupturas e continuidades. Considerando, ainda, que esses coletivos não surgem do nada, como “um raio em um céu sem nuvens” para usar a famosa expressão marxiana (Marx, 2011), busquei mapeá-los e localizá-los dentro do contexto sócio-político e cultural mais amplo.

Destrinchando melhor, essa tese está dividida em três capítulos. No primeiro, apresento os pressupostos metodológicos e teóricos que guiaram a minha pesquisa. Destaco a compreensão da totalidade como uma categoria ontológica da realidade, que impõe a necessidade de um olhar contextualizado e historicizado para a compreensão de qualquer fenômeno, e a contribuição do pensamento do historiador inglês Edward Thompson, que nos inspira a pensar o processo de autoconstrução e o agir político das classes trabalhadoras a partir de sua própria lógica e daquilo que ela efetivamente foi capaz de produzir, sem tomar como referência uma visão idealizada e projetada de como ela “deveria ser”, ou resumi-las a uma consequência mecânica e direta de relações econômicas.

No segundo capítulo, busco resgatar a trajetória do torcer e do associativismo torcedor no Brasil relacionando-a com outros processos políticos, culturais, econômicos e sociais. A afirmação da indissociabilidade entre o que acontecia nas arquibancadas e fora delas busca afastar a ideia do futebol como um espaço alienado e alienante, que passaria ao largo das lutas e transformações na sociedade. Por outro lado, a análise do desenvolvimento das formas torcedoras afirma a especificidade deste campo, que de modo algum pode ser tratado como mera reprodução de interesses ou movimentos externos. Os torcedores, portanto, são pensados como agentes de sua própria história, construtores ativos de práticas, tradições, ideias e instituições.

No terceiro capítulo, abordo formas mais recentes do associativismo torcedor, conhecidas como “coletivos”. Primeiro com uma análise de conjuntura, que procura elucidar as condições gerais para surgimento desses grupos e daquilo que compreendo ser uma “consciência torcedora”, forjada na experiência de confronto contra tendências repressivas e excludentes. Em seguida, tomando como objeto de análise os coletivos antifascistas das Regiões Norte e Nordeste, expressão mais radical dessa consciência, procurando descrever sua dinâmica e compreender suas especificidades.

Finalmente, nas considerações finais, procuro sistematizar as principais ideias apresentadas neste trabalho, indicar possibilidades de estudos futuros e refletir sobre as potencialidades e limites dessa experiência de militância torcedora.

Cabe ainda destacar que esse trabalho se soma ao importante esforço que já vem sendo realizado, desde 2006, pelo GEFUT/UFMG (Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas) de produção e socialização de conhecimento sobre torcidas de futebol. O conjunto desse acervo é valioso, seja para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas na área, seja para complexificar nossa compreensão sobre o agir humano, de forma mais geral, e sobre essas agremiações, em particular.

Além disso, em um período histórico no qual predomina o ideal neoliberal, do individualismo e descrença em organizações coletivas de luta, e onde uma nova morfologia do trabalho contribui para esgarçar os vínculos de classe no local de trabalho, organizações coletivas criadas a partir de experiências de lazer podem contribuir para um processo de tomada de consciência, que ajude a reverter a tendência atual de dispersão e desmobilização da classe trabalhadora. A relevância política desse trabalho, portanto, está na possibilidade de compreender melhor os limites e potencialidades dessas agremiações, no processo de reorganização política da classe trabalhadora.

Por fim, há ainda uma relevância pessoal no estudo. Futebol e política são duas das minhas paixões. A possibilidade de unir os dois temas em uma análise científica rigorosa e sistemática certamente ajuda a qualificar minha atuação profissional, enquanto docente de uma instituição de ensino superior, e também minha militância, nos diversos espaços e projetos políticos em que participo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A produção de conhecimento científico não pode ser confundida com o simples levantamento de dados empíricos, ou pela descrição de relações de causa e efeito observados. Também não se constrói conhecimento apenas com o encadeamento de enunciados discursivos lógicos, como “jogos narrativos”, sem conexão com a realidade concreta. Ciência é sempre resultado de uma articulação da lógica com o real, do teórico com o empírico, um exercício de abstração que parte da prática e a ela retorna para validar-se (Severino, 2007).

Portanto, em todo processo de construção de conhecimento estão presentes, ainda que muitas vezes de modo subentendido e não-consciente, conceitos e pressupostos estruturais, que incluem concepções ontológicas, epistemológicas e políticas, que fundamentam as escolhas dos métodos e das técnicas de pesquisa. O método de pesquisa é sempre uma “teoria científica em ação”, e esta se vincula a formas particulares de “ordenar o real, de articular os diversos aspectos de um processo global e de explicitar uma visão de conjunto” (Gamboa, 2013. p. 87). Em última instância, todo o método expressa uma maneira de ver, decifrar e analisar os fenômenos da realidade. Pretendo agora explicitar alguns entendimentos que nortearam a produção desta pesquisa.

Busco aqui me aproximar da tradição teórica do materialismo-histórico-dialético. O real, nesta perspectiva, não é uma criação da mente humana, ou apenas um acordo “intersubjetivo”. Ele tem existência objetiva, independente do pesquisador. O objetivo do pesquisador é assimilar o objeto para além de sua aparência fenomênica, imediata, apreender sua “essência” (ou seja, sua estrutura e dinâmica), e reproduzi-la no plano do pensamento. O papel do pesquisador, portanto, não é um papel passivo, ou neutro, já que a “essência” do objeto não está acessível apenas pela sua observação. A reconstrução ideal do movimento do objeto requer do pesquisador um exercício teórico, de abstração, que o leve a reconstruir as tendências históricas do objeto que não se apresentam em sua aparência imediata (Netto, 2011).

Para isso, a “totalidade” se impõe como uma categoria central de estudo. Mais do que uma simples abstração, essa categoria expressa uma característica ontológica da realidade social, que é a inter-relação coerente de todos os seus aspectos. Desta forma, a apreensão da concretude de algum fenômeno passa necessariamente pela extração, a partir da observação de seu movimento real, da lógica que condiciona a relação entre suas partes (idem).

numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que exatamente perpassam e completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se amputada a totalidade (Carvalho, 2007. p. 181).

Neste sentido, frente a um todo aparentemente caótico, cabe ao pesquisador primeiramente um tratamento analítico do objeto, que é a decomposição das partes constituintes do fenômeno, tornando simples aquilo que é composto e complexo. Depois, a busca pela síntese, que é a recomposição da totalidade, procurando encontrar neste movimento os sentidos globais, aquilo que dá dinamicidade e coerência às partes (Severino, *op cit.*). É esse movimento lógico que permite ao pesquisador sair do sincrético, da aparência imediata do fenômeno, e reconstruí-lo idealmente em sua real concretude (Kosik, 1976).

Totalidade, portanto, como princípio metodológico, significa que nada pode ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua especificidade (Tonet, 2013. p. 116).

Do mesmo modo, é fundamental pensar a realidade social como produto da ação humana e, portanto, histórica. Para ser compreendida, tal realidade precisa ser pensada como dinâmica, provisória e contraditória.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (Marx, 2011, p. 25).

A realidade social, portanto, é sempre o embate do que já existe com o que ainda está sendo feito. É o resultado das atitudes humanas dentro das possibilidades oferecidas e limitadas pelo meio. A provisoriade, o movimento, a constante transformação, é o estado natural dos objetos. Conhecer algo, nesse caso, é sempre compreender sua dinâmica, seu “vir a ser”. Por isso, a radical historicidade da análise é algo caro à tradição marxista.

No caso específico deste trabalho, tudo isso significa dizer que não é possível compreender os coletivos de torcedores antifascistas apenas pela descrição de eventos isolados observados nas arquibancadas, em um simples olhar descontextualizado e des-historicizado (fora da “totalidade”, e abstraído do movimento histórico) de sua atuação. É somente a partir de um exercício rigoroso de reconstrução da trajetória histórica deste fenômeno e da problematização de sua relação com outros fenômenos mais amplos, que podemos compreendê-las em sua essência.

Admitindo que a pesquisa social é sempre “tateante”, e que a criatividade é muitas vezes virtude necessária ao pesquisador (Minayo, 2002), passo agora a definir melhor o que fiz, indicando técnicas, ferramentas e procedimentos que utilizei para realizar esta pesquisa, bem como alguns conceitos basilares que orientaram a reflexão aqui proposta.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que buscou captar aspectos da realidade (significados, sentidos, valores, motivações, etc.) que não podem ser reduzidos a variáveis numéricas, exatas. Para realizá-la, lancei mão das seguintes etapas, não necessariamente estanques ou excludentes: a) Revisão bibliográfica, que me ajudou a compreender o processo histórico de formação das formas coletivas de torcer no Brasil, e sua relação com outros processos políticos, culturais, econômicos e sociais; b) Mapeamento de coletivos de torcedores antifascistas para identificar o cenário mais amplo do estudo; c) Entrevistas semi estruturadas com lideranças de alguns coletivos; e d) Análise de informações disponíveis nas redes sociais (Instagram e Facebook) dos coletivos selecionados.

A revisão bibliográfica se deu durante todo o percurso desta pesquisa, com a busca constante de produções na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; no Sistema de Bibliotecas da UFMG; no sistema da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), no portal de Periódicos CAPES; pelo Google Acadêmico; e pela leitura de outros referenciais teóricos importantes para realização dessa pesquisa. Este procedimento foi necessário para ampliar o domínio do tema e as ferramentas envolvidas neste tipo de pesquisa, bem como para permitir a identificação precoce de lacunas, insuficiências e equívocos na abordagem do objeto (Cruz Neto, 2002). Por meio deste passo, foi possível realizar uma análise do processo histórico das formas coletivas de torcer até os momentos atuais, e consolidar teoricamente os caminhos trilhados, aspectos importantes para atender os objetivos da pesquisa.

Toda pesquisa que envolve interação com seres humanos, precisa passar pelo processo de avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, neste caso específico, o COEP² da Universidade Federal de Minas Gerais. A atual pesquisa foi aprovada pelo comitê e, após o aceite, iniciei os outros passos deste trabalho. Em um primeiro momento, através da rede social Instagram, mapeei as torcidas e coletivos de torcedores no Brasil presentes ali. Para essa pesquisa, filtrei e selecionei os coletivos antifascistas relacionados a clubes brasileiros, que fizeram ou fazem parte das Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste (TAU N-NE).

Realizado o mapeamento (anexo 1), busquei contato, via mensagem direta no *Instagram* ou por meio de contatos disponibilizados por outros entrevistados, explicando os

² Processo N° do CAAE: 68185423.4.0000.5149 / N° do Parecer: 6098236

objetivos e métodos da pesquisa e convidando os coletivos a indicar representantes para participar da fase 3 da pesquisa, as entrevistas. Para aqueles que aceitaram o convite, encaminhei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e agendamos, de acordo com a disponibilidade e desejo do/a entrevistado/a, um encontro por videochamada, utilizando a plataforma Google Meet. O uso desta plataforma viabilizou entrevistar sujeitos de diferentes estados e regiões do país, sem o custo do deslocamento. Ainda sobre esse instrumento, embora possa ter impactado em certo distanciamento entre entrevistador e entrevistado/a, por outro lado permitiu aos entrevistados/as o conforto e a privacidade de seu lar e certo anonimato (metade dos entrevistados/as preferiu deixar a câmara desligada durante a entrevista). Por fim, é importante dizer que a recente pandemia de Coronavírus, que impôs o afastamento social como medida sanitária, inseriu no cotidiano de muitos a necessidade de operar com plataformas de videochamadas como essa, contribuindo para a sua naturalização.

Dentre os coletivos contactados, sete se dispuseram a participar e indicaram representantes: Belo Antifa (Botafogo-PB), Brigada Marighella (Vitória-BA, com dois representantes), Coral Antifa (Santa Cruz-PE), Proletário Antifascista (Confiança-SE), Quilombo do Arruda (Santa Cruz-PE), Remo Antifa (Remo-PA) e Seja Genus de Coração (Genus-RO). As oito entrevistas foram gravadas utilizando o recurso disponibilizado pela própria plataforma e transcritas na íntegra. Após pesquisa e inserção de notas de rodapé, que contextualizam ou explicam palavras, expressões ou citações mencionadas, foram ainda enviadas para conferência pelo entrevistado/a (que tinha liberdade para fazer alterações no texto) e analisadas minuciosamente em conjunto com os outros passos.

É importante ressaltar que o número de entrevistas não foi definido previamente. O critério utilizado foi o de disponibilidade e “saturação de sentido”, ou seja, após realizar uma primeira rodada de entrevistas, optei por finalizar os contatos por julgar que os temas e pontos de vista já vinham se repetindo - indicando que, provavelmente, não surgiria novas surpresas sobre o assunto (Gaskell, 2008).

Nas entrevistas busquei abordar alguns eixos temáticos: a) Relação pregressa com o clube, com torcidas organizadas, ou com outras organizações políticas; b) Motivações para a criação ou ingresso e significados atribuídos aos coletivos de torcedores antifascistas; c) dinâmica de funcionamento e ações dos coletivos; d) relação com outros sujeitos (outros coletivos, torcidas, polícia, dirigentes esportivos, partidos políticos, movimentos sociais, clubes) e) balanço políticos das ações.

Outro passo importante foi o de análise das páginas de Instagram e Facebook desses coletivos. Por meio desse passo, foi possível identificar outras ações, as relações entre os

coletivos, membros e/ou outros agentes, as redes de articulações com outras torcidas (do mesmo clube ou de outros clubes), as pautas consideradas importantes, bem como a atividade ou inatividade desses coletivos. Para analisar o conteúdo dos posts e a interação entre coletivos de torcedores, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo. Nesse processo, os posts foram coletados e categorizados em temas relevantes, e as interações foram analisadas para identificar padrões e tendências.

A conjuntura política nacional, marcada por uma escalada autoritária, e a natureza anti-sistêmica dessas organizações impõem a necessidade de algumas medidas de segurança no trato e na publicação dos dados da pesquisa. Os/as entrevistados/as não terão aqui suas identidades reveladas. Do mesmo modo, evitou-se detalhes sobre a dinâmica de funcionamento que podem contribuir para expor tais organizações à repressão política, oficial ou não.

Por fim, busco construir, a partir da análise das entrevistas, redes sociais e da revisão bibliográfica, uma explicação capaz de identificar os múltiplos determinantes dessa nova forma de associativismo torcedor. Para isso, além dos instrumentos e métodos explicitados, recorri também à contribuição de alguns autores.

2.1 Referencial teórico:

“Proletários de todos os países, uni-vos!” (Marx e Engels, 2008. p. 64). Essa convocação encerra aquele que é provavelmente o mais importante panfleto político dos últimos duzentos anos: ‘O Manifesto do Partido Comunista’. Como toda boa palavra de ordem, a frase, redigida em 1848, busca condensar ideias e princípios importantes e orientar a prática política. A formulação simples, porém, se por um lado favorece ao engajamento rápido, por outro dá espaço para interpretações muitas vezes distorcidas ou superficiais, que não fazem justiça ao conjunto da obra e da produção dos autores. Algumas questões importantes ficam subentendidas, como por exemplo, quem, afinal, é o “proletariado” (ou a “classe trabalhadora”, termo também usado pelos autores) que deve se unir? Como deve ser essa união? E qual o seu objetivo?

No processo de amadurecimento de seu pensamento e método de análise social, Karl Marx redigiu, em 1845, onze notas curtas, onde expunha suas críticas e diferenças com o filósofo Ludwig Feuerbach. A última e mais famosa delas nos fornece uma boa pista para uma resposta (ainda que simplificada e provisória) para a última das questões do parágrafo

anterior (sobre o objetivo da união do proletariado): “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx e Engels, 2009. p. 122). A paixão revolucionária, a necessidade de fornecer subsídios teóricos à ação política do proletariado rumo a uma transformação radical de nossa forma de existência, que leve à superação do modo de produção capitalista e a construção de uma nova sociedade, é o impulso fundamental de toda obra marxiana.

Mais do que um rearranjo meramente econômico ou político, o processo revolucionário almejado por Marx e Engels é um ato radical (no sentido de “ir às raízes”) de emancipação humana, que não apenas elimine todo tipo de opressão e exploração, mas que torne possível aos sujeitos atenderem suas reais necessidades e desenvolverem plenamente suas potencialidades. A conquista do poder político pelo proletariado, portanto, não é o fim do processo revolucionário, mas apenas seu primeiro passo. A construção de um novo mundo, sem explorações e sem opressões, requer transformações radicais não só no campo da política ou da economia, mas também profundas mudanças sociais e culturais, que permitam o surgimento de novas mulheres e novos homens, livres de alienações, que possam buscar o pleno desenvolvimento de sua humanidade.

A revolução é o ato pelo qual os homens assumirão conscientemente e com toda a radicalidade o fato de serem eles os artífices da sua própria história. Se os homens fazem a história, não há razões para continuarem a fazê-la sob o domínio do capital e de suas alienações; não há razões que justifiquem a produção crescente de desumanidades (Lessa e Tonet, 2011. p. 116).

Mas esse processo não se dará “naturalmente”, fruto do avanço tecnológico ou de resultado de algum aprendizado moral coletivo. O estudo rigoroso da dinâmica do capitalismo e de suas crises deu a Marx e Engels a convicção de que esse sistema não terá “morte natural”. A sua superação depende da ação consciente e organizada de um sujeito histórico: o proletariado (ou classe trabalhadora). Não à toa, é a esse sujeito que os autores dirigem o chamamento à união. Mas, afinal, quem é esse sujeito?

Marcelo Badaró Mattos (2007) aponta que o termo “classe” já era comumente utilizado antes de Marx para designar grupos sociais como, por exemplo, uma categoria profissional (a classe dos tecelões, a classe dos comerciantes etc). Por volta da década de 1840, porém, a expressão “classes trabalhadoras” (*working classes*) passa a ser utilizada na Inglaterra para denotar um agrupamento de nova qualidade, que se formava a partir de um sentimento de solidariedade entre sujeitos que compartilhavam uma experiência de exploração semelhante e que começavam a identificar características e interesses comuns entre si. É nesse contexto de ascensão política do proletariado, e em contato com suas lutas e

dramas reais, que Marx e Engels iniciam sua obra, tendo a “classe” como uma categoria nevrálgica.

Nessa questão, porém, residem diversas controvérsias e muitos equívocos. A persistência, no senso comum, na academia ou no meio político, de um entendimento bastante estreito do que seria o proletariado (e, conseqüentemente, de quais seriam suas pautas, formas organizativas e possibilidades) tem contribuído para que muitos analistas ignorem ou menosprezem lutas atuais, ou mesmo descartem prematuramente a contribuição da tradição marxista para pensá-las. Sem pretender esgotar as polêmicas, ou proferir a “palavra final” sobre o assunto, busco aqui traçar algumas linhas sobre a concepção que baliza a reflexão proposta por esta tese.

Primeiro é importante destacar que o conceito de proletariado, ou classe trabalhadora, não se refere apenas ao trabalhador fabril, ou àquele diretamente envolvido na produção de mais-valor (trabalho produtivo). Essa compreensão demasiadamente estreita não encontra nenhum respaldo na obra marxiana e parece encomendada por aqueles que advogam que o abandono do modelo fordista-taylorista e a recente redução do emprego de mão de obra na atividade industrial resultaria na perda de relevância social do proletariado e, conseqüentemente, no fim da sua capacidade de protagonizar amplos processos políticos transformadores (Osório, 2014; Antunes, 2015). Da mesma forma, não faz sentido algum reduzir o proletariado somente ao trabalhador “formal”, “assalariado”, com acesso a direitos e certa segurança de emprego e renda, como fazem, por exemplo, aqueles que sugerem a emergência de uma nova classe social, o “preariado” (Fernandes, 2020). Na história do capitalismo, essa estabilidade contratual não foi mais do que uma breve exceção, predominante apenas por poucas décadas e em alguns poucos países, onde em condições políticas e econômicas bem específicas vigorou o chamado estado de bem estar social. Além disso, as recentes mudanças na morfologia do mundo do trabalho, e as variadas formas de exploração do trabalhador pelo capital (antigas ou novas), embora tenham conseqüências importantes, principalmente sobre a subjetividade da classe, não alteram a dinâmica capitalista em sua essência.

Também é comum encontrarmos, no cotidiano ou mesmo em estatísticas oficiais, a ideia de “classe” como indicativo de renda e consumo. O debate em torno da existência ou não de uma “nova classe média”, durante os primeiros governos do PT (2003 a 2016), ou a divisão da população em classes A, B, C, D e E, utilizada pelo IBGE, são exemplos desse uso. Esse tipo de estratificação, porém, oculta da análise os conflitos e contradições fundamentais na dinâmica do capitalismo. Ou seja, ao posicionar os sujeitos em um “continuum”, como em

uma longa fila ou ranking, essa perspectiva, além de naturalizar a competição capitalista como padrão de sociabilidade, indicando a busca pela ascensão individual como o grande objetivo comum, camufla o fato de as classes terem valores e interesses antagônicos e inconciliáveis, que se confrontam em diversos momentos da vida social. Na perspectiva marxista, a classe, como fenômeno social, só se constitui em oposição a outra(s) classe(s). Classe, portanto, é indissociável do conceito de “luta de classes”.

Porém, se até aqui me dediquei a descartar usos da categoria “classe social” estranhos ao pensamento marxista, é preciso ter em mente que mesmo entre aqueles que reivindicam o legado dessa tradição de pensamento há divergências significativas, com consequências importantes sobre a análise social e a prática política. Para os objetivos desta tese, destaco duas correntes.

A primeira delas tem suas raízes na passagem do século XIX para o século XX, quando se impôs uma concepção da obra do Marx como uma ciência que busca desvendar a dinâmica social a partir da análise da situação econômica. Trata-se de uma concepção marcadamente positivista, que tendia a legitimar a prática política do Partido Social-Democrata Alemão, centro gravitacional da Segunda Internacional (1889-1916), a partir de uma leitura fatalista na qual a evolução sócio-política levaria inevitavelmente para a transição socialista. As críticas a essa concepção tiveram maior espaço após a ruptura dos comunistas com a Segunda Internacional, mas logo foram tolhidas pela ascensão do stalinismo (a partir de meados da década de 1920), que impôs ao movimento socialista internacional a sua própria concepção do marxismo, o “marxismo-leninismo” (adjetivo do qual nem Marx, nem Lenin, já mortos, puderam se defender) (Netto, 2015).

Dogmática e economicista, esta concepção simplificadora (e empobrecedora) do pensamento marxiano promove, entre outros equívocos, um entendimento mecânico de classe, como definida exclusivamente pela posição dos sujeitos na divisão social do trabalho. Ou seja, o que definiria a classe dos sujeitos seria seu lugar no sistema de produção (explorado ou explorador), sua relação com os meios de produção (proprietário ou não proprietário), a forma de obtenção da riqueza social (assalariado, rentista, apropriação de mais-valor, ou reprodução mercantil simples) e seu lugar na organização social do trabalho (controla ou não o processo produtivo). Classes seriam, assim, um subproduto do modo de produção.

Por sua vez, é comum nessa corrente derivar linearmente essas relações de produção do estágio de desenvolvimento das forças produtivas (entendidas apenas como capital fixo - maquinário, ferramentas, tecnologia materializada) e indicar que o avanço dessas forças, cedo ou tarde, fará emergir contradições insolúveis dentro deste modo de produção, levando à

revolução. A superação do capitalismo seria, assim, inevitável, uma questão de tempo. A luta de classes, neste caso, embora ainda presente no discurso, na prática se torna irrelevante (Mattos, 2007).

Porém, é importante destacar que, mesmo no auge do stalinismo, o marxismo nunca se resumiu a um pensamento único. Embora tal concepção tenha ecos e defensores até hoje, na academia e nas organizações de luta, sempre houve quem resistisse a ver o legado de Marx como um sistema fechado e acabado, e não como uma tradição de pensamento passível de correções, ampliações, atualizações e aprofundamentos. Entre os autores desta tradição crítica está o historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993), que inspira a pensar de outro modo as classes sociais.

Thompson não era apenas um teórico, mas também um militante político ativo. Membro do Partido Comunista Britânico até 1956, quando saiu por discordâncias com as práticas stalinistas que se faziam públicas após as denúncias de Nikita Khrushchov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, se dedicou, nos anos 1960 e 1970, a lecionar cursos livres para trabalhadores na Universidade de Leeds e teve destacado papel no movimento pacifista e antinuclear, nos anos 1980. Consciente da indissociabilidade entre teoria e prática, Thompson formulou sua abordagem sobre classes sociais não apenas para contrapor aos cânones da intelectualidade marxista do momento, que ao enfatizar sempre aspectos estruturais, terminavam por negar agência histórica aos sujeitos normais. Mas também como crítica às práticas políticas elitistas e antidemocráticas que identificava nas direções do movimento operário e dos partidos marxistas, que frequentemente agiam como “iluminados” buscando construir um socialismo “desde cima”, sem a participação da classe real (Wood, 1983). A tudo isso, Thompson procura responder com a sua história “desde baixo”, como indica em uma famosa passagem no prefácio de seu livro, “A formação da classe operária inglesa”:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (Thompson, 2021, p. 14).

Classe não é pensada pelo autor como uma estrutura, nem mesmo apenas como uma categoria puramente analítica. Mas sim como um fenômeno histórico, algo que ocorre efetivamente com sujeitos de carne e osso, em contextos concretos, e que unifica experiências

e subjetividades. Fiel ao preceito marxista, anunciado na obra *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1844, de que a revolução socialista só é possível como um projeto radical de auto emancipação do proletariado, a única classe com “grilhões radicais”, que não pode se emancipar sem emancipar junto toda a humanidade (Marx, 2010), Thompson prefere debruçar-se sobre a “classe real”, buscando compreendê-la com suas imperfeições, erros e contradições, a projetar indefinidamente a chegada da “classe ideal”.

Recusando sistemas teóricos engessados, que buscam compreender a realidade impondo a ela conceitos e estruturas pré-estabelecidas, Thompson nega o automatismo que define a classe como um reflexo mecânico de estruturas objetivas (um subproduto do modo de produção) e coloca-a como produto de um processo histórico. Parte de sua obra, por exemplo, busca esmiuçar o *fazer-se* da classe operária na Inglaterra entre o século XVIII e princípios do século XIX. *Fazer-se* porque é um processo histórico de auto-construção. A classe, para o autor, não é um sujeito passivo no seu processo de formação.

A formação da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a “Revolução Industrial” – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”. As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres – livres como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram. O operário ou o tecedor de meias eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (Thompson, 2020, p. 18).

A classe é uma formação econômica e também cultural. Depende de condicionantes objetivos, mas também de subjetividades coletivas. Isso não significa, em absoluto, que o autor desconsidera as determinações materiais da realidade social em prol de uma concepção simplesmente “culturalista”. O que o autor faz é justamente questionar essa dualidade, apontando a indissociabilidade entre economia e cultura.

Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subsequentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão - e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, devem colocar em questão - a ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção. Uma divisão teórica arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma ideia na cabeça (Thompson, 2012, p. 254-255).

Abordando com seriedade os princípios do materialismo histórico-dialético, o autor

reconhece que o modo de produção marca o destino social dos sujeitos, posicionando-os em diferentes lugares frente aos meios de produção. Porém, enfatiza a relação dialética, de co-determinação, entre a materialidade e a consciência, entre o econômico e o cultural. Assim como enunciado por Marx, na terceira tese sobre Feuerbach, se os homens são produzidos pelas circunstâncias, essas mesmas circunstâncias são constantemente modificadas pelos homens. É essa compreensão do homem como sujeito histórico, capaz de transformar continuamente o meio em que vive, que diferencia o materialismo histórico-dialético, de Marx e Engels, do materialismo mecanicista, do século XVIII. Portanto, essa distribuição frente aos meios de produção é o início, e não o fim, do processo de formação das classes. A existência de uma massa de explorados não garante a existência da classe.

A classe não existe isoladamente, mas, sim, em uma relação de luta (de luta política) contra outras classes. Finalmente, o proletariado apenas se constitui como classe quando tem consciência de seu próprio interesse diante da burguesia, consciência que adquire na luta e que passa historicamente por diferentes níveis (Vazquez, 2011, p. 168).

A luta de classes, como bem argumenta Ellen Wood, precede a existência da própria classe:

O projeto histórico de Thompson pressupõe que as relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe, que essas situações carregam consigo antagonismos objetivos essenciais e conflitos de interesse e, portanto, criam condições de luta. As formações de classe e a descoberta da consciência de classe emergem do processo de luta, à medida que as pessoas "experimentam" e "lidam com" suas situações de classe. Nesse sentido é que a luta de classes precede as classes. Dizer que a exploração é "experimentada na forma de classe e só então dá origem a formações de classe" é dizer precisamente que as condições de exploração, as relações de produção, existem objetivamente para serem experimentadas. No entanto, as determinações objetivas não se sobrepõem a um material nu e vazio, mas a seres históricos ativos e conscientes. As formações de classe emergem e se desenvolvem "à medida que homens e mulheres vivem suas relações produtivas e vivenciam suas situações determinadas, dentro do 'conjunto de relações sociais', com sua cultura e expectativas herdadas, e à medida que lidam com essas experiências de maneiras culturais (Wood, 1983. s/n, tradução minha)³.

“Experiência” aqui aparece como uma noção chave na mediação entre o ser social e a

³ “El proyecto histórico de Thompson presupone que las relaciones de producción distribuyen a la gente en situaciones de clase, que estas situaciones llevan consigo antagonismos objetivos esenciales y conflictos de intereses, y que por consiguiente crean condiciones de lucha. Las formaciones de clase y el descubrimiento de la conciencia de clase surgen del proceso de la lucha, a medida que la gente "experimenta" y "maneja" sus situaciones de clase. En este sentido es que la lucha de clases precede a las clases. Decir que la explotación es "experimentada en forma de clase y sólo luego da origen a las formaciones de clase" es decir precisamente que las condiciones de explotación, las relaciones de producción, están objetivamente allí para ser experimentadas. No obstante, las determinaciones objetivas no se superponen a un material desnudo y en blanco sino a seres históricos activos y conscientes. Las formaciones de clase emergen y se desarrollan "conforme hombres y mujeres viven sus relaciones productivas y experimentan sus situaciones determinadas, dentro del 'conjunto de relaciones sociales', con su cultura y expectativas heredadas, y conforme manejan estas experiencias en formas culturales”.

consciência social. Com isso, não se trata de negar a existência de uma estrutura determinante, mas sim de ir mais além, e pensar que a simples existência dessa estrutura não explica o modo como os sujeitos se relacionam e reagem a ela.

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradições e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas (Thompson, 2012. p. 169).

Na trilogia “A formação da classe operária inglesa”, Thompson analisa como trabalhadores e trabalhadoras inglesas, a partir de uma multiplicidade de experiências, constroem uma identidade, com práticas, valores e demandas coletivas, e semeiam a “árvore da liberdade” legada às futuras gerações. Ou ainda, a obra é sobre como seres humanos explorados e oprimidos pela avassaladora força do capital, vivenciam a destruição do seu modo de vida e dos seus valores e, por vias diversificadas e não raro contraditórias, buscam resistir e estabelecer sua presença coletiva no cenário político. Fica claro nesse exemplo, e em outros textos do autor, que classe não é apenas resultado da posição a que os homens e mulheres estão predestinados a ocupar na divisão social do trabalho. Se a experiência de exploração é determinada, em grande medida, pelo modo de produção, o modo como os sujeitos vão interpretar e reagir aos antagonismos frutos das relações sociais de produção, não está dado a priori. A consciência de classe tem a ver com o modo como essa experiência é culturalmente apreendida pelos sujeitos.

Sendo assim, não há classe “abstrata”, “pura”, que se forma antes de se chocar com outra classe, também pura. Como uma relação histórica, a classe é sempre um processo contínuo de identificação e transformação, que se dá na realidade concreta, de acordo com as condições objetivas de cada local (e por condições objetivas, não nos referimos apenas ao modo de organização do trabalho social, mas também a aspectos culturais). Nesse caso, interessa ao historiador a consciência de classe que a classe efetivamente produziu no processo histórico de seu auto-reconhecimento e construção, manifesta em suas práticas, tradições, valores, ideias e formas institucionais, e não uma consciência idealizada ou deduzida do modo de produção. O proletariado, portanto, é formado ativamente por sujeitos que submetidos a uma exploração estrutural, reconhecem interesses em comum (e contrários aos de outra classe), e sentem a necessidade de se apoiar e lutar.

Após refletir sobre duas das questões inicialmente levantadas (sobre o que seria o

proletariado e qual o objetivo de sua união), chega o momento de pensar a respeito da terceira questão: como se daria essa união?

Uma consequência de pensarmos a classe como uma produção histórica e cultural é compreender que ela não se manifestará nos mesmos moldes em todas as ocasiões e lugares. O modelo de luta e organização de classe de um determinado lugar, não necessariamente será replicado em outro contexto. Identidades políticas coletivas podem ser construídas de diversas maneiras, e em diversos espaços onde se manifeste a luta de classes, e não apenas no local de trabalho. Não por acaso, encontramos nas obras de Thompson diversas referências a espaços e práticas de divertimento das classes populares que eram constantemente alvo de vigilância ou tentativas de repressão e controle, por parte de patrões, Estado e Igreja (Melo, 2007 e Barreiro, 2012). Thompson (2012) aponta, ainda, que um erro comum, principalmente entre pensadores e historiadores ligados a um marxismo vulgar, economicista, é procurar sempre nas relações estritamente econômicas as motivações e explicações últimas de toda mobilização e agitação social.

Estes geralmente se esqueceram da ofensa primeira do capitalismo, a de cotar todas as relações em termos exclusivamente econômicos. Com efeito, muitos dos maiores movimentos populares dos séculos XIX e XX só podem ser entendidos como uma demanda dos explorados por uma humanidade (seja seus direitos em lei, como homens e mulheres “livres”, como cidadãos, seja seus direitos de voto e de associação, ou seus direitos à independência nacional, seja ainda sua condição e auto-estima no trabalho) que perpassa os limites de qualquer definição econômica menos abrangente (p. 258).

No mesmo sentido, David Harvey (2016) aponta que, para se reproduzir, o capital busca promover cada vez mais uma vida destituída de sentido, ou com um único sentido possível: a acumulação. Sendo assim, a organização da luta social não pode se limitar ao mundo do trabalho, devendo se estender a cada esfera do mundo vivido que o capital busca colonizar. Nesta perspectiva, somos convidados a pensar a luta de classes como algo mais amplo, que abarca todas as formas de contestação à distribuição desigual de bens materiais e simbólicos na sociedade. Ou seja, algo que envolve não apenas a contradição capital e trabalho, e os movimentos de resistência à mercantilização do trabalho (ou de valorização da força de trabalho), mas também outras lutas sociais, pela possibilidade de preservação e expressão da própria humanidade, por um espaço social livre da tutela do capital onde seja possível construir uma vida plena de significados (Fortes, 2016). Portanto, a cultura é identificada como um espaço de práticas políticas, com constantes disputas, enfrentamentos, resistências e sujeições.

Sendo assim, é possível afirmar que a história da classe trabalhadora no Brasil não pode ser contada somente a partir de seus protestos, levantes, panfletos, jornais, partidos, sindicatos e greves. É preciso lembrar que, historicamente, grande parte da população brasileira foi sistematicamente alijada das grandes decisões sobre os rumos da coletividade, encontrando pouco espaço para a sua participação na política oficial. A inserção subordinada e dependente da economia nacional na divisão internacional do trabalho, exige a manutenção por aqui de um padrão de acumulação fundamentado na superexploração da força de trabalho e pilhagens sucessivas, só possível combinado com um poder repressivo presente e forte, que reafirme constantemente iniquidades políticas, sociais e econômicas, e que combata violentamente qualquer projeto de plena cidadania para as massas (Osório, 2014, Sobrinho, 2017). Após séculos de escravidão, e nunca é demais recordar que o Brasil foi o último país no mundo a aboli-la formalmente, contamos pouco mais de 130 anos de uma república marcada por golpes, estados de sítio, ditaduras, autoritarismo e exclusões. Essa experiência comum, de sistemática violência, exclusão e desumanização, produziria entre as classes subalternas por aqui ideias, valores e práticas políticas muitas vezes diferentes daquelas encontradas nos países centrais do capitalismo mundial.

Ao procurar por aqui, e não encontrar, o mesmo padrão de organização e luta de países do capitalismo central, muitos analistas acabam por ignorar a existência de outras formas de mobilização e participação popular, não diretamente ligadas ao mundo do trabalho e à política institucional. Desta forma, negam agência política aos trabalhadores brasileiros, contribuindo (conscientemente, ou não) para uma representação destes como imaturos, alienados, submissos e passivos. Esse olhar eurocêntrico, que só parece enxergar o proletariado no trabalhador homem, branco, de ascendência europeia, industrial e urbano (o “italiano radical”), tem ainda consequências especialmente deletérias ao reconhecimento do legado de organização e luta dos trabalhadores negros, pobres e periféricos, que muitas vezes estavam à margem do mercado formal de trabalho e dos canais oficiais da política institucional (Nascimento, 2016).

Luiz Antônio Simas (2016 e 2020) aponta que o contraponto das injustiças e violências que formaram a sociedade brasileira é o surgimento de uma “cultura da fresta”, onde explorados, oprimidos e excluídos reconstruíram suas vidas, suas identidades, ora resistindo, ora se adaptando, ora se esquivando, ora negociando com as normas e padrões que lhe eram impostas. Um exemplo disso, são as sociedades recreativas e dançantes, que se multiplicaram no Rio de Janeiro no alvorecer do século XX e que são analisadas por Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2013 e 2017), Nei Jorge Santos Júnior (2020) e

Mariana Costa (2012 e 2023). Para estes autores, longe de serem espaços somente de distração e perdição, esses clubes serviam como um canal de auto-organização popular, importantes pontos de apoio para a construção de redes de solidariedade e pertencimento entre as classes subalternizadas e uma forma possível de representação desses grupos na esfera pública. Antônio de Pádua Bosi (2004) encontra uma tendência semelhante entre os trabalhadores ex-escravizados, em Uberabinha (Minas Gerais):

Na redefinição de seu estatuto jurídico nas relações sociais de produção, os ex-escravos preferiam permanecer juntos, demonstrando algum tipo de desconfiança face à reorganização do mercado de trabalho no Brasil. Até a década de 1920, tendiam mais a produzir uma identidade baseada na experiência comum da escravidão e soldada por práticas coletivas que fundavam algum tipo de sociabilidade sob o signo da negação do cativo (como a Congada, por exemplo) do que algum tipo de identidade de classe ancorada na exploração comum do trabalho (p. 130).

Essas organizações populares, é importante dizer, não estavam isoladas, ou alheias a outras lutas. Colin Barker (2014) aponta o equívoco que é analisarmos as formas de organização e luta existentes na sociedade em separado, como se houvesse um “movimento sindical” completamente apartado do “movimento negro”, do “movimento das mulheres”, ou do “movimento LGBT”. Esse raciocínio “fatiado” só seria capaz de produzir diagnósticos parciais e incompletos. Seguindo a tradição marxista, que compreende a realidade social como uma totalidade, o autor defende que é preciso pensar sempre “o movimento como um todo”, considerando que há entre as diferentes formas de organização e expressão uma “ação recíproca”, de constantes trocas, aprendizados e “apropriações criativas” (ainda que isso não signifique homogeneidade entre elas). O sucesso em uma frente, assim, pode impulsionar o avanço da luta em outros campos. Da mesma forma, uma grande derrota de um campo tem desdobramentos sobre os demais, gerando recuo e descrédito nos instrumentos de luta. Isso favorece, ainda segundo este autor, a um padrão de desenvolvimento por ondas, com ciclos de ascensão e retração semelhantes, embora não necessariamente simultâneos.

Podemos encontrar um exemplo desta relação de troca entre diferentes âmbitos da vida social no próprio Thompson (2021), que aponta o papel ambíguo que o metodismo cumpriu na formação da classe trabalhadora inglesa. Se por um lado, promovia a resignação e a subserviência, inculcando as virtudes da obediência e da laboriosidade, forjando o último elo da corrente que prendia o operário à máquina, por outro, o metodismo teria uma contribuição positiva ao movimento operário, por ensinar formas de organização e disciplina. O discurso reacionário da igreja oficial não apagava a experiência democrática das comunidades autônomas.

Com tudo isso, creio ser possível pensar o torcer e o associativismo torcedor no Brasil como parte de uma dinâmica política e social mais ampla. A partir de um conceito ampliado de política, que não se restringe aos fóruns institucionais, mas diz respeito ao modo como os sujeitos buscam marcar sua presença no espaço público, disputando os rumos da coletividade e procurando garantir espaço e reconhecimento para suas práticas e formas de vida, procuro, na sequência, resgatar a história do associativismo torcedor, relacionando-o a ciclos de organização e luta popular no País.

3 A HISTÓRIA DO TORCER E DO ASSOCIATIVISMO TORCEDOR NO BRASIL

3.1 As primeiras décadas:

As origens do futebol moderno remetem ao período de consolidação do modo de produção capitalista, na Inglaterra da Era Vitoriana. O processo de urbanização e as relações de assalariamento modificaram profundamente a forma como os homens e mulheres trabalhavam, se relacionavam e organizavam o seu tempo, o que contribuiu para solapar os resquícios da velha organização social feudal. Um novo mundo surgia. Uma classe trabalhadora urbana recém-formada buscava novos referenciais de vida, já que suas práticas anteriores de divertimento, ócio, trabalho e celebração coletiva se tornaram impraticáveis ou sem sentido na dura vida entre os cortiços, relógios de ponto e a frieza do maquinário fabril. Ao mesmo tempo, uma nova classe dominante emergia, a burguesia, necessitando de novas práticas, hábitos e instituições que a diferenciasses tanto do proletariado quanto da antiga aristocracia (Hobsbawm, 1996).

O futebol moderno, originado de jogos com bola já presentes na cultura popular local, foi sistematizado em círculos da elite inglesa – seja em Sheffield, como propõe Harvey (2017), ou nas “public schools”, como aponta a versão mais comumente citada – como prática educativa e distintiva de um modo de vida burguês. Hilário Franco Júnior (2007) aponta ainda que o processo de sistematização das regras reflete também o desenvolvimento das instituições públicas na Inglaterra, que marcaria a passagem de uma ordem social aristocrática para uma sociedade burguesa, fundamentada na igualdade formal e regulada por regras sociais explícitas, válidas para todos.

Essa novidade burguesa, entretanto, logo chegaria também aos trabalhadores e trabalhadoras. A conquista da “semana inglesa”, que reservava parte do sábado e o domingo para o descanso, propicia a prática do futebol entre o operariado inglês, favorecendo a proliferação de equipes de origem popular e o aumento significativo da assistência nas partidas. Victor Melo (2007) lembra que, na tentativa de controle do tempo livre dos trabalhadores por parte das classes dominantes, foi comum a estratégia de substituir antigas práticas de divertimento (consideradas indignas) por novas práticas, aparentemente similares, porém, ressignificadas. Portanto, se por um lado essa popularização pode ser lida como a apropriação dessa prática pelas camadas populares, que passam a imprimir nela sua marca e seus valores, por outro podemos pensá-la também como parte de uma estratégia de controle

do tempo livre e disciplinarização dos trabalhadores por parte das camadas dominantes. A tensão entre esses dois polos, como veremos, também marca o processo de popularização no Brasil.

No rastro das relações comerciais e coloniais inglesas o futebol se espalhou pelo mundo, e chegou também ao Brasil, na passagem do século XIX para o século XX. Esse período, conhecido como “Belle Époque”, foi marcado por uma série de transformações de nossos principais centros urbanos. Eram reformas arquitetônicas, sanitárias e pedagógicas, propostas pelas elites políticas, econômicas e intelectuais e levadas a termo pelo poder público, que buscavam apagar o passado colonial e “civilizar” o país. A vivência do espaço público e a diversificação de opções de lazer, faziam parte desse processo.

Se antes a rua era lugar de escravizados e trabalhadores braçais, associada à sujeira, à insegurança, ao feio, ao degenerado e ao promíscuo, aos poucos ela se tornava também local de encontro, diversão e sociabilidade. Os “ventos da modernidade”, trazidos pelos melhoramentos urbanos, como a iluminação pública, o transporte coletivo, calçamento e limpeza das ruas, aliados a novas opções de comércio e diversão, deslocavam a vida social cada vez mais do ambiente privado para o público (Carvalho, 2021, p. 78).

A reconstrução de Paris, executada pelo Barão Haussmann por ordem de Napoleão III, em meados do século XIX, embalava os sonhos de modernidade da classe dominante brasileira. Ruas largas, retas e longas, prédios luxuosos, boulevares e cafés deveriam substituir o traçado sinuoso e intrincado de vielas, becos, feiras e habitações populares (que ressurgiriam em seguida, em áreas mais afastadas). A ordem era demolir, para fazer “maior e mais bonito”. Embelezar a cidade, apagando nela qualquer vestígio das classes subalternas, para entregá-la ao desfrute da classe dominante e da especulação imobiliária. A utopia da cidade ideal, ordenada e saneada cientificamente, asseguraria o rápido deslocamento pelo centro urbano de indivíduos e mercadorias, dificultaria o encontro e organização da classe trabalhadora, além de facilitar a ação das forças policiais contra sublevações e desordens (Sennett, 2008; Tavares, 2013).

Junto a esse novo desenho urbano, pretendia-se também afirmar novos hábitos, valores e códigos de conduta, inspirados nas metrópoles europeias. Os divertimentos fizeram parte desse processo. Desde meados do século XIX e, sobretudo, no final do mesmo século, práticas de lazer não foram apenas uma faceta desses ideais de modernidade, mas possivelmente um dos temas que melhor expressou os conflitos, tensões e transformações da sociedade (Melo e Peres, 2005). Esse esforço “civilizador” se dirige principalmente às camadas populares, no sentido de “moralizá-las” e “discipliná-las”, adaptando seu modo de vida às exigências do trabalho industrial (Oliveira e Góis Júnior, 2020). Um projeto

deliberado de embranquecimento da população motivava a política de incentivo à imigração europeia e a repressão sistemática de manifestações da cultura popular, principalmente aquelas de origem negra e indígena (Herschmann e Lerner, 1993; Braga, 2016; Simas, 2020).

Havia na época muita atenção da polícia às reuniões dos negros: tanto o samba como o candomblé seriam objetos de contínua perseguição, vistos como coisas perigosas, como marcas primitivas que deveriam ser necessariamente extintas, para que o ex-escravo se tornasse parceiro subalterno “que pega no pesado”, de uma sociedade que hierarquiza sua multiculturalidade (Moura, 1995, p. 100).

Trazido por uma elite com acesso às últimas novidades culturais europeias, o futebol chega por aqui nesse período, como prática de distinção de classe, mecanismo que buscava reafirmar hierarquias e distanciamentos sociais que vinham sendo reduzidos com a abolição da escravatura, a Proclamação da República e o processo de urbanização. Incorporar as classes populares nesse espaço não fazia parte dos planos iniciais.

O futebol, como o curso carnavalesco, o cinematógrafo e o footing na Avenida, transformou-se numa grande moda entre os rapazes e moças das mais finas famílias da cidade, que faziam dos estádios verdadeiros pontos de encontro e de flerte” (Pereira, 1997, p. 26).

O futebol tornara-se um novo item da modernidade europeia que não podia faltar aos anseios de atualização da elite brasileira e que devia por isso ser praticado por pessoas de igual condição social e racial (...) Era inadmissível submeter-se às mesmas regras que jogadores oriundos das camadas subalternas quando a própria sociedade ainda carecia da universalização da igualdade jurídica e da cidadania (Franco Júnior, 2007, p. 63).

Porém, apesar de todas as restrições e medidas de exclusão adotadas para mantê-lo restrito às elites, acabaria repetindo no Brasil a mesma trajetória da Inglaterra, sendo apropriado paulatinamente pelas classes populares e ganhando novos espaços, adeptos e significados. Essa transformação começou ainda nas primeiras décadas do século XX, tanto nos campos quanto nas arquibancadas, seguindo roteiro semelhante no Rio de Janeiro (Pereira, 2000; Santos Júnior e Melo, 2013), São Paulo (Negreiros, 2010), Belo Horizonte (Alves *et al.*, 2014), Porto Alegre (Anjos, 2007), Rio Grande - RS (Correia, 2014), Salvador (Rocha Júnior e Santo, 2011), e Goiás (Dias, 2013). De ponto de encontro restrito aos sócios dos clubes de elite, os eventos esportivos passaram aos poucos a atrair um público mais amplo, de trabalhadores urbanos e camadas médias, que acompanhavam os jogos como podiam, pagando ingressos para arquibancadas e gerais, ou se aglomerando em cima de morros, árvores ou estruturas improvisadas que permitiam a visão do campo.

O crescente entusiasmo em torno do esporte não passaria despercebido pela mídia e autoridades políticas da época. Chico Brinati (2021) analisa a cobertura dos primeiros jogos envolvendo equipes nacionais e estrangeiras, entre 1906 e 1914, indicando o uso reiterado

pelos jornais paulistas e cariocas de uma narrativa que caracterizava os combinados nacionais como legítimos representantes da pátria, a quem devíamos o apoio por dever cívico. Carlos Eduardo Sarmento (2013) relata um encontro, em 1916, do então Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, com membros das entidades que reivindicavam para si a representação do futebol brasileiro. O objetivo da reunião, realizada na casa do próprio ministro, seria selar um acordo para a participação de um selecionado nacional no I Campeonato Sul-Americano, na Argentina. O envolvimento direto do Itamaraty na questão indica como o esporte já começava a ser visto, naquele momento, como um importante instrumento de identificação nacional e diplomacia.

A popularização também despertava interesses econômicos. Desde meados do século XIX, espetáculos esportivos, como touradas, corridas de cavalo, regatas e provas ciclísticas, já faziam parte de uma gama de eventos que movimentavam o espaço citadino e ganhavam contornos comerciais (Melo, 2001 e 2015; Dias e Souza, 2020). O futebol se tornava mais um produto desta uma emergente indústria do entretenimento, com a formação de um mercado relacionado a ele, que envolvia a venda de ingressos, jornais, apostas, entre outras opções de consumo. A possibilidade de lucrar com a presença do público levou a adoção de práticas empresariais pelos dirigentes esportivos, como o abandono do hábito de permitir a entrada gratuita de mulheres e dependentes. Essa medida, somada a certo discurso midiático que relacionava a popularização à degeneração da prática, imputando muitas vezes a clubes e torcedores de origem popular o monopólio da desordem e da violência crescente no futebol, contribuiria para o afastamento das mulheres das arquibancadas (Santos, 2007). As bem vestidas senhoras dos primeiros dias, supostamente batizadas pela crônica da época como “torcedoras” pelo inusitado hábito de torcer seus lenços e contorcer seus corpos quando eram tomadas pela aflição nos momentos mais emocionantes dos jogos, perdiam espaço para uma multidão não tão contida assim, que acompanhava de forma cada vez mais ruidosa aos acontecimentos da partida (Malaia, 2012).

De eventos assistidos inicialmente por curiosidade e com certo distanciamento por “sportmen” e “sportwomen”, mais empenhados em evidenciar sua posição social e sua adesão a um estilo de vida “smart”, elegante e civilizado, as partidas aos poucos passaram a ser acompanhadas por um público mais engajado, que se vinculava identitariamente a um dos lados da disputa e reagia passionalmente aos acontecimentos em campo. Era a passagem paulatina da “assistência” para a “torcida” (Souza Neto, 2010 e 2020).

Por outro lado, o crescimento e engajamento do público tornavam as arquibancadas mais diversas e representativas da sociedade brasileira no aspecto socioeconômico,

expressando cada vez mais suas desigualdades, contradições e conflitos. Volta e meia, toda essa tensão e euforia se manifestava em brigas, confusões, invasões de campo, ofensas e palavrões, o que escandalizava parte da opinião pública e alarmava as autoridades. O decreto nº. 14.529, de 9 de dezembro de 1920, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa, buscava regulamentar o funcionamento de casas de diversões e espetáculos públicos. Entre os deveres dos espectadores, lê-se:

I. Não incomodar quem quer que seja durante o espectáculo nem perturbar os artistas durante a representação, salvo o direito de applaudir ou reprovar, não podendo, em caso algum, arrojá-lo ao palco objectos que molestem as pessoas ou possam damnificar as cousas, nem fazer motim, assuada ou tumulto com gritos, assobios ou outros quaesquer actos que interrompam o espectáculo ou sejam contrários á ordem, socego e decencia no recinto do edificio;

II. não recitar ou declamar de qualquer modo peça ou discurso, nem distribuir no recinto manuscriptos, impressos, gravuras, photographias ou desenhos, sem previa licença da autoridade, que presidir o espectáculo, a quem será entregue uma copia ou exemplar pelo autor ou editor responsavel;

(...)

§ 2º Nos desportos ao ar livre, é licito aos espectadores, mesmo durante esses, manifestarem sua approvação ou reprovação ou incitarem os que nelles tomarem parte, por meio de canticos, gritos, rumores habitualmente usados em taes espectaculos ou diversões publicas (Brasil, 1920).

Embora possa parecer um avanço o reconhecimento legal da especificidade do público esportivo, autorizado a se manifestar mais efusivamente durante as partidas, não há no texto do decreto uma indicação mais precisa de quais “rumores” seriam permitidos por serem considerados “habituais” nesses eventos. Essa ausência de definição deixava margem para a decisão autocrática da autoridade policial. Um olhar mais amplo sobre o contexto da época nos dá pistas de qual seria a intencionalidade do decreto e quais seriam seus possíveis alvos. Roberto Moura, no livro “Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro”, relata a atuação da polícia na Festa da Penha daquele mesmo ano:

Em 1920, atendendo às pressões vindas de cima contra o festejo popular, o chefe da polícia, Germiniano de França, proíbe a presença de blocos, cordões e rodas de batucadas na Penha. Se a proibição não se mantém, a repressão policial é renitente, incidindo principalmente sobre os sambistas (Moura, 1995. p. 114).

Negros, indígenas e até mesmo imigrantes europeus pobres eram subalternizados e estigmatizados, além de terem suas práticas coletivas de celebração, sociabilidade e divertimento constantemente vigiadas e reprimidas. No carnaval carioca, essa preocupação com controle e com a depuração dos costumes populares se fazia evidente. No início do século XX, o carnaval do Rio se dividia entre o Grande Carnaval e o Pequeno Carnaval. O primeiro reunia as festividades da elite, os bailes, corsos e desfiles das grandes sociedades, que ocupavam salões e espaços nobres da cidade, como a Avenida Central e a Beira-Mar, com

desfiles de luxuosos e imponentes carros alegóricos, que reforçavam hierarquias e desigualdades sociais. Já o popular Pequeno Carnaval se dividia em três manifestações principais: os cordões, blocos e ranchos. Os cordões eram grupos de mascarados, tidos como anárquicos e violentos, que se apresentavam ao som de batuques e canções de versos curtos. Já os ranchos se originaram do pastoril, folguedo natalino comum no nordeste do país, e encenavam um desfile mais teatral e refinado, no qual apresentavam um enredo, cantavam músicas melodiosas em ritmo suave, acompanhadas de instrumentos de sopros e cordas, com fantasias e estandartes mais elaborados. Os blocos ficavam no meio do caminho entre as duas manifestações e desfilavam ao som de um samba maxixado, que se formava na época (Diniz, 2008; Turano e Ferreira, 2013; Oliozi, Lopes e Fernandes, 2021). Renata Gonçalves (2007) aponta uma tentativa de moralização do carnaval, com um processo gradual de ordenação e regulação dos grupos, principalmente a partir da segunda década do século XX. Cordões e blocos, bem como manifestações avulsas, conhecidas como “sujos”, eram constantemente reprimidas, enquanto os ranchos passariam a ser valorizados, pela imprensa e pelo poder público, como modelo de organização e moralidade, e instrumento civilizador das massas.

O Brasil passava naquele momento por um processo de progressiva industrialização. Segundo dados oficiais, os estabelecimentos industriais tiveram um salto, de 3.258 unidades produtivas em 1907, para 13.336 em 1920 (IBGE, 2007). Isso levou ao crescimento de camadas médias urbanas, formada por operários, pequenos comerciantes, artesãos, funcionários públicos e prestadores de serviços em geral. As condições de vida e trabalho, porém, seguiam aviltantes, com longas jornadas diárias e privação de descanso semanal ou férias anuais, condições insalubres e ausência total de equipamentos de segurança, e inúmeros casos de abusos e violência dos encarregados, principalmente contra mulheres e crianças operárias (Pires, 2019; Matos, 2009).

Sob influência anarquista, o sindicalismo operário aumentava a sua presença entre os trabalhadores e trabalhadoras dos principais núcleos urbanos do País e, em conjunto com outras formas de associativismo popular, como as sociedades carnavalescas (Costa, 2023) lograva organizar uma série de greves massivas contra a carestia, pela redução da jornada de trabalho, por restrições legais ao trabalho de mulheres e crianças, e por melhores condições de trabalho (Toledo, 2017). Orientada por um regime jurídico liberal, extremamente excludente e demofóbico, que não reconhecia plena legitimidade nas mobilizações coletivas populares, a resposta padrão do poder público foi a mais brutal repressão, com direito a demissões, prisões e deportações. Nos anos seguintes, o aparato repressivo do governo ainda se aperfeiçoaria, com novas leis de exceção e a criação de novos organismos, como a Inspeção de

Investigação e Segurança Pública, criada em 1920, da qual surgiria, em 1922, o DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social, corpo policial especializado na vigilância e repressão às organizações e movimentos de trabalhadores; e a Colônia Correccional de Clevelândia, no extremo norte do País, para onde centenas de presos políticos brasileiros, que não podiam ser deportados, foram enviados para cumprir pena de trabalhos forçados e poucos voltaram com vida (Romani, 2003; Matos, 2009; Vianna, 2020). A questão social era, assim, tratada pelo governo como “caso de polícia”, como mais tarde definiria Washington Luiz.

Portanto, ideais eugenistas e elitistas, que pregavam a necessidade de uma “regeneração racial” do brasileiro e a adaptação a um padrão cultural europeu, seguiam norteando o projeto de nação das classes dominantes no início dos anos 1920. Não por acaso, o mesmo Presidente Epitácio Pessoa, no ano seguinte ao decreto, condicionou a ajuda financeira estatal à delegação que disputaria o Campeonato Sul-Americano de 1921 à não convocação de jogadores negros ou mulatos, por considerar que a composição multirracial da seleção brasileira não combinava com a imagem que se desejava passar do País no exterior⁴.

O citado decreto presidencial nº. 14.529/1920, que regulamentava os espetáculos públicos e o comportamento dos presentes, deve ser compreendido nesse contexto, como fruto da preocupação do Estado em conter a crescente agitação popular e expressão de seu desejo em cercear a livre circulação de ideias (proibindo panfletagens e discursos entre os espectadores) e controlar o potencial mobilizador desses eventos.

Não devemos imaginar, porém, que esse projeto de “modernização excludente”, ancorado na expropriação e subalternização constante de corpos e culturas, tenha conseguido pleno êxito em seus objetivos. Analisando o futebol, bem como outras iniciativas que, durante a Belle Époque carioca, pretendiam disciplinar o tempo de não-trabalho das classes populares, Micael Herschmann e Kátia Lerner (1993) apontam que essas práticas eram muitas vezes ressignificadas por aqui. Havia, portanto, algo de resistência na forma como eram incorporadas ao cotidiano popular: “Em outras palavras, estes jogos foram se configurando ao longo deste século não só como um meio de exercitar os valores e códigos sociais da ordem burguesa emergente como também se constituíram em linhas de fuga e resistência” (p. 23). José Luiz dos Anjos (2007), por exemplo, analisando o contexto de Porto Alegre no início do século XX, indica que clubes de futebol e sociedades carnavalescas serviram como disfarces, usados pela comunidade negra para escapar da perseguição estatal e dar continuidade às suas práticas religiosas e sociais. Os próprios ranchos, apontados por parte da intelectualidade e do

⁴ A mesma condição voltaria a ser imposta em 1925, pelo então presidente Arthur Bernardes, às vésperas de outra edição do Sul-Americano.

poder público como organizações exemplares, em detrimento de outras manifestações carnavalescas populares, foram importantes pontos de apoio para a construção de redes de solidariedade e pertencimento entre as classes subalternizadas e uma forma de representação desses grupos na esfera pública (Gonçalves, 2007).

O ano do centenário da Independência do Brasil, 1922, é ilustrativo de algumas disputas, tensões e ressignificações que marcaram esse período de popularização do futebol no Brasil. O cenário nacional seguia conturbado. O arranjo político que sustentava a chamada Primeira República (1889-1930) dava sinais de desgaste, e a hegemonia das oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais se via cada vez mais questionada por oligarquias de outros estados (reunidas na chamada “Reação Republicana”) e pelo surgimento de novas forças e vozes dissonantes. Após um processo eleitoral bastante tumultuado, que elegeu Arthur Bernardes (candidato da situação) como sucessor na presidência, uma série de desentendimentos públicos entre o governo e a cúpula militar precipitou um levante no Forte de Copacabana, marcando o início do movimento tenentista, expressão do descontentamento de militares (principalmente os de baixa patente) com o governo. A fundação, ainda no mesmo ano, do Partido Comunista do Brasil (logo colocado na ilegalidade) e do Centro Dom Vital (ligado à Igreja Católica) indica que outros atores sociais também estavam descontentes e buscavam se organizar para melhor influenciar nos rumos do País.

Já no plano cultural, os Oito Batutas, conjunto musical formado em 1919, de maioria negra, que reunia instrumentistas icônicos como Pixinguinha e Donga, e que tocava (e, em alguma medida, ajudava a formatar) ritmos populares brasileiros, que mais tarde seriam consagrados como símbolos nacionais, como o choro, e o sambas, se apresentava com grande sucesso em Paris (Bastos, 2005). Em São Paulo, imbuídos pelo rechaço ao conservadorismo e imobilismo predominantes no período, e pelo desejo de definição dos traços e elementos culturais genuínos da nacionalidade brasileira, artistas e intelectuais se agrupavam na Semana de Arte Moderna. Considerada um marco do modernismo no País, o evento buscava apresentar uma vanguarda que desejava romper com o passado e com a rigidez das normas artísticas, e renovar a arte nacional propondo novas maneiras de olhar e representar o Brasil (Freire, 2003, Alfino, 2013).

Neste contexto, o governo Epitácio Pessoa não economizou esforços e recursos na celebração do centenário da Independência, buscando projetar, interna e externamente, a imagem de uma nação unida, moderna, civilizada e pacífica. Além de significativas reformas urbanas na Capital Federal – como o arrasamento do Morro do Castelo e o aterramento de parte da Baía de Guanabara – e a realização da Exposição Internacional, competições

esportivas tinham destaque na programação oficial, pensada para promover o orgulho cívico e a integração nacional.

A primeira delas seria o 1º Campeonato Brasileiro de Seleções, tentativa inédita de organizar no país uma competição de abrangência nacional, reunindo selecionados de diferentes estados. Não por acaso, os participantes foram escolhidos por critérios não apenas esportivos, mas também políticos, em uma tentativa de angariar legitimidade e apaziguar rixas e ressentimentos:

A preparação do campeonato foi uma verdadeira engenharia de paz. Foram convidados representantes tanto de Estados cujas oligarquias se perpetuavam no governo da nação (São Paulo e Minas Gerais) quanto de Estados ligados à chamada “Reação Republicana” (Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul), o movimento que tentou derrubar paulistas e mineiros nas eleições presidenciais de 1922. Ainda foram convidadas seleções do Pará, que tinha uma história de confrontos com o poder central, e do Paraná, que havia passado por conflitos em seu território (Santos, Drumond e Melo, 2012. p. 161).

Posteriormente, o Rio de Janeiro receberia ainda os Jogos Olímpicos Latino-Americanos, evento reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional que reuniu delegações do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e México em competições de basquete, tênis, natação, polo aquático, esgrima, tiro, remo, boxe, hipismo e atletismo. E, por fim, entre os dias 17 de setembro e 22 de outubro, o VI Campeonato Sul-americano de Futebol.

Mesmo com ingressos mais caros, se comparados às outras atrações, os jogos da seleção brasileira pelo Campeonato Sul-Americano foram muito disputados. A cada partida, uma multidão inquieta e festiva lotava o recém-ampliado Estádio das Laranjeiras, e expressava, à sua maneira, seu apoio à seleção.

O frenesi dos torcedores foi de tal ordem que, durante a competição, foi tomada uma medida pela organização obrigando os espectadores a assistirem os jogos sentados, pelo menos nas cadeiras numeradas e nas arquibancadas. Foram publicadas notas na imprensa dando conta de que a polícia usaria “toda a energia” para aplicar tal regimento e impedir a invasão do campo, lembrando que as multas variavam de 20 a 100 mil réis (Malaia, 2012. p. 74).

Essas medidas não foram capazes, porém, de conter o comportamento dos torcedores. Os pedidos, avisos e ameaças até surtiam algum efeito no início, mas eram logo abandonados conforme subia a temperatura dos jogos. A festa da arquibancada destoava das pretensões oficiais de ordem e comedimento.

O espaço do estádio se constituiu, logo, em um locus de tensão entre a tentativa de instituir a ordem e as “resistências” dos populares. As arquibancadas e gerais tornaram-se um espaço ímpar nas comemorações do centenário: ao invés de “posturas civilizadas”, o público se expressou com arroubos de ódio e felicidade, com gestos largos, gritos, festa desmedida. Por meio de um comportamento “exagerado”, demonstrando paixão irrefreável, carnavalizou a festa da ordem

planejada pelas autoridades; à sua moda celebrou a nação (Santos Drummond e Melo, *op. cit.*, p. 168).

Portanto, já naquele momento estava claro que os significados em torno da prática do futebol, e do torcer, seriam constantemente negociados, disputados e recriados. Micael Guimarães (2021), em seu trabalho sobre a disputa em torno da identidade palestrina no período da Itália fascista (1923-1945), aponta que o futebol, nos anos 1920, fazia parte tanto de estratégias de mobilização, como de desmobilização dos trabalhadores. Por um lado, o patronato, frente a crescente agitação trabalhista, passa a combinar a repressão com estratégias de persuasão e cooptação, que buscavam capturar a subjetividade do trabalhador e afastá-lo de qualquer ação reivindicativa. Entre essas medidas está o apoio financeiro ao futebol de várzea e aos times de fábrica. Por outro lado, as ligas operárias, que reuniam equipes de futebol que pela origem social de seus jogadores não seriam aceitas nas ligas “oficiais” das classes mais abastadas, foram importantes espaços de sociabilidade e construção de uma identidade classista entre os trabalhadores paulistanos. Movimento semelhante é percebido no Rio de Janeiro por Leonardo Pereira (2000).

Para aqueles que se juntavam em torno de uma bola nos clubes dos subúrbios e da Zona Norte, como Washington, Brás ou Cuca, o futebol assumia, assim, uma dimensão singular. Fazendo dele o que bem entendiam, os adeptos do bolapé tinham nos seus centros esportivos um espaço de efetivação de um sentido para o jogo que ressignificava muitos dos ideais projetados sobre ele por seus defensores na imprensa, na literatura ou na medicina. No lugar de uma solidariedade que anulasse as tensões, a busca de um meio próprio de articular identidades e antagonismos, organizando as diferenças sociais nos bairros pobres; em vez da disciplina uniformizadora, a efetivação de suas próprias práticas; e, onde se esperava regeneração, a consolidação de tradições recreativas que transformavam esses pequenos clubes nos grandes centros de sociabilidade da Zona Norte e dos subúrbios (Pereira, 2000. p. 255).

Fato é que, naquele momento, o futebol já superava em predileção outras modalidades esportivas, como o turfe, o remo e o ciclismo, que também tiveram seus dias de destaque por aqui, e se consolidava como o esporte mais popular do país. Era uma febre, a “footballmania” na definição de Fernando Azevedo, ou uma das três pragas que assolavam o campo no Brasil, como caracterizaria Mário de Andrade em Macunaíma. Essa popularização, porém, não se dava a partir da cartilha imaginada pelos “polidos cavalheiros” que trouxeram para cá as primeiras bolas, nem servia exatamente aos projetos de controle e dominação das elites no poder, ou mesmo aos planos revolucionários de emancipação das organizações operárias. Embora nada disso possa ser ignorado, nenhuma dessas vontades se impôs de modo absoluto. Resistência e dominação, subversão e controle, tudo isso caminhava junto. Campo de permanente disputa, o futebol já abrigava múltiplos significados, hábitos, afetos e

sociabilidades, que seriam constantemente (re)construídos nas “janelas” dos discursos oficiais.

No contexto político da República Velha (1889-1930), oligárquica, autoritária e demofóbica (Lynch, 2013), estruturada para impedir a participação popular nos negócios públicos e guiada por um projeto de nação elitista e eugênico, que pretendia apagar da nossa cultura qualquer vestígio da presença de negros, indígenas e imigrantes pobres, as arquibancadas dos estádios de futebol se tornaram um dos poucos espaços públicos, onde a multidão diversa podia se encontrar e expressar coletivamente.

O estádio é um local onde dezenas de milhares de pessoas de diferentes origens se reúnem regularmente. Como atesta este volume, diferentes ideias circulam pelo estádio expressas na forma de cartazes, faixas, cantos e, fundamentalmente, na presença física de outras pessoas. No mínimo, no estádio, lembra-se que existem milhares de outras pessoas e que devemos encontrar maneiras de ocupar o mesmo espaço juntos (Guschwan, 2015, p. 6. tradução minha).⁵

Mesmo que ainda sem constituir organizações torcedoras permanentes, ou demonstrar ter consciência de interesses comuns, antagônicos à ordem, a classe trabalhadora se apropriou desse espaço e, resistindo à imposição de um comportamento alheio ao seu, deixou nele a marca de sua presença, o seu modo de torcer. A preocupação dos legisladores em tutelar essa presença mostra como isso já era o bastante para perturbar o sono da ordem.

3.2 O torcer coletivo: as primeiras organizações torcedoras:

A crise do capitalismo internacional, em 1929, fez despencar o preço do café no mercado e expôs a fragilidade do modelo econômico nacional, muito dependente da exportação do grão. Mesmo fragilizada, a oligarquia cafeeira de São Paulo consegue eleger seu candidato à presidência, Júlio Prestes, mas é apeada do poder pela Revolução de 1930, marco histórico do fim da chamada Primeira República (1889-1930). Sob o novo governo, algumas tendências sociais, políticas, econômicas e culturais que vinham sendo gestadas desde a década anterior, mas que muitas vezes eram contidas deliberadamente pelas políticas do Estado, puderam se consolidar: o deslocamento do eixo da vida societária do campo para a

⁵ “The stadium is one site where tens of thousands of people from different backgrounds come together on a regular basis. As this volume attests, different ideas circulate around the stadium as expressed in the form of signs, banners, chants and fundamentally, the physical presence of others. At the very least, at the stadium, one is reminded that there are thousands of other people, and that we must find ways to occupy the same space together”.

cidade, a maior participação de setores médios urbanos no jogo político, e a busca pela modernização da economia a partir da industrialização.

Getúlio Vargas, que passaria a presidir o Brasil, primeiro de modo provisório (de 1930 a 1934), depois eleito indiretamente pelo parlamento (entre 1934 e 1937), e por fim como um ditador (entre 1937 e 1945), buscava se afastar do velho liberalismo, sem abrir espaço ao comunismo. Seu projeto era conduzir o país para um “capitalismo administrado”, onde o Estado centralizador e intervencionista protagonizaria as relações entre as classes, como um “árbitro imparcial” que se erguia sobre os campos opostos, implementando uma agenda econômica “nacional-desenvolvimentista”. A opção pelo abandono dos rituais da democracia liberal, e pela implementação de uma ditadura, que se encarregasse de afastar o “perigo vermelho” do comunismo e conduzisse com mão de ferro a reestruturação da economia nacional no período do entreguerras, era uma tendência mundial, principalmente após a crise econômica iniciada em 1929.

Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara (Hobsbawm, 1995. p. 115).

Por meios autoritários e com uma retórica de valorização do trabalho, Getúlio Vargas cumpriu esse papel no Brasil, buscando instaurar a harmonia entre as classes, obrigando o reconhecimento, pelos patrões, dos direitos básicos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que exigia destes a aceitação de um lugar subalterno e tutelado na sociedade, abrindo mão de qualquer organização autônoma e ação subversiva ou revolucionária. Em uma sociedade que há pouco havia abolido a escravidão, e onde o trabalho ainda era mal visto, essa retórica, aliada ao reconhecimento de alguns direitos, atraíram o operariado, massacrado pelo liberalismo da Primeira República (Vianna, 2020).

No campo da cultura, esse projeto centralizador se traduziria na busca por uma definição da identidade nacional. Enquanto o discurso nacionalista ganhava força no mundo capitalista, consequência direta da Grande Depressão econômica, e do temor da burguesia ao socialismo internacional, no Brasil ainda era baixa a adesão a um sentimento de pertença à pátria. O federalismo da Primeira República favoreceu a regionalismos e ideias divisionistas. Por outro lado, as políticas de incentivo à imigração da Primeira República haviam trazido para cá muitos europeus, que ainda mantinham suas referências de identidade e seus afetos pátrios direcionados para seus países de origem. Além deles, negros e povos indígenas viviam às margens da cidadania, e precisavam ser “assimilados”. A invenção (ou “descoberta”) de

uma “brasilidade”, que se sobrepusesse aos particularismos e contribuísse para a unidade e coesão do país, passou a ser vista como uma questão de segurança nacional (Maranhão, 2006).

A estratégia adotada neste sentido conjugava dois movimentos: por um lado, ergueu-se um aparato de vigilância e censura, responsável por “filtrar” as produções artísticas indesejadas. Por outro, procurou-se fomentar pesquisas e produções alinhadas com os interesses do governo. Frente ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, de 1934 a 1945, Gustavo Capanema atraiu para dentro da estrutura estatal diversos intelectuais e artistas da época, inclusive grandes nomes do modernismo, também interessados nesse processo de “descobrimento da cultura brasileira”. Embora existissem alguns interesses em comum, essa relação tinha lá suas tensões:

O que importava ao Ministério não era a busca das raízes mais populares do povo, no sentido do que propunha Mário de Andrade, mas antes uma seleção dessas raízes que permitissem colaborar na criação de uma cultura oficial e de uma identidade capaz de construir a base mítica do Estado (Araújo e Barbosa, 2016. p. 89).

Como o regime buscava legitimação através não só da coerção, mas também pela construção de consensos, a cultura passou a ser entendida como um instrumento importante de organização política e disseminação ideológica. A definição e fomento da identidade nacional adquiriria, portanto, um papel estratégico no projeto varguista de construção de uma nação harmônica, integrada politicamente e unificada socialmente. Porém, diferentemente das ideias elitistas e eugenistas de antes, que apostavam na “depuração” da raça no Brasil (o que significava o desaparecimento simbólico ou físico do negro e do indígena), ganhava força nesse período formulações que valorizavam a cultura popular como produto de uma síntese superior, realizada pelo elemento europeu, indígena e africano em nosso país. É bem verdade que esse discurso buscava ocultar toda violência que permeia a relação entre os diferentes povos na formação do Brasil, mas a miscigenação, que até então era vista como um entrave a nosso desenvolvimento, sinônimo de degenerescência da sociedade, aparecia a partir de então como símbolo de modernidade, nossa melhor qualidade.

O futebol logo daria exemplos dessa mudança de perspectiva sobre a formação étnica brasileira. Em 1932, após derrotar os uruguaios, então campeões do mundo, no Estádio Centenário em Montevideú, e conquistar a Copa Rio Branco, a seleção brasileira foi recebida com grande festa popular no Rio de Janeiro. Entre os jogadores mais festejados estavam dois negros – Leônidas da Silva, autor dos dois gols brasileiros na vitória por 2 a 1, e Domingos da Guia – que certamente não seriam convocados nos tempos de seleções exclusivamente brancas.

Ao chegar ao Rio de Janeiro poucos dias depois, a delegação brasileira era “apoteoticamente” recebida pelo público carioca. Dirigindo-se ao centro da cidade para prestar homenagens aos campeões, que desfilaram pela avenida Rio Branco em carro aberto, dezenas de milhares de pessoas patrocinavam “a mais imponente e impressionante recepção que já se dispensou a uma embaixada sportiva”. Domingos e Leônidas, carregados pela multidão no momento do desembarque, eram os mais festejados. Ovacionados com “verdadeiro entusiasmo” pelos torcedores que espremiavam-se em torno da avenida, em uma manifestação que “tanto teve de imponente como de espontânea”, eles atraíram para si a maior parte das atenções e do delírio da torcida. Reconhecidos como legítimos representantes do Brasil, eram saudados com os outros jogadores pelo próprio chefe do governo provisório, Getúlio Vargas – que, durante a passagem da delegação em frente ao palácio do Catete, se conservou na sacada do palácio cumprimentando os campeões até o final do cortejo (Pereira, *op. cit.*, p. 324).

Toda essa comoção popular indicava, mais uma vez, o poder de mobilização e representação que o futebol tinha adquirido em nossa sociedade, principalmente entre as camadas populares urbanas, e Getúlio Vargas estava atento a isso. O uso da seleção brasileira como uma “embaixada sportiva”, formada por “legítimos representantes do Brasil”, se intensifica, e as vitórias em campo passam a ser promovidas como glórias de toda a nação. Seguindo a mesma lógica centralizadora e autoritária adotada em outras esferas da vida pública, o governo buscou impor o seu jugo também sobre o esporte, passando a intervir de forma mais contundente e sistemática na organização esportiva nacional. Todavia, isso não se deu de forma imediata e linear. Disputas dentro do campo esportivo precederam e favoreceram esse processo.

O início da década de 1930 no futebol brasileiro é marcado pela disputa entre defensores do amadorismo e do profissionalismo. Embora já fosse prática comum, pelo menos desde a década anterior, a oferta de gratificações ou compensações financeiras como forma de atrair e manter jogadores, o não reconhecimento de vínculos empregatícios formais entre clubes e atletas por aqui permitia a livre transferência de nossos jogadores para outros países, onde o profissionalismo já estava em vigor. O crescente interesse de equipes estrangeiras em jogadores brasileiros, e a política de valorização do trabalhador do Governo Vargas, aumentariam a pressão pela profissionalização. A resistência da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em aceitar esse caminho, porém, levaria a criação de uma entidade dissidente, a Federação Brasileira de Futebol (FBF), em agosto de 1933, o que ia de encontro aos interesses do governo. “Mesmo se tratando de uma entidade privada, o enfraquecimento da CBD e a descentralização de seu comando opunham-se radicalmente ao tom geral do processo de construção do Estado nacional que o governo Vargas vinha empreendendo” (Sarmiento, 2013, p. 62-63).

Essa cisão na gestão do futebol teria consequências diretas sobre a participação do país na Copa de 1934, quando só jogadores amadores, de clubes ainda vinculados à CBD, puderam ser convocados. Sensivelmente fragilizado, o combinado brasileiro acabaria eliminado logo na primeira fase. A disputa pelo controle do esporte nacional se estenderia ainda até 1936, quando o Comitê Olímpico Brasileiro (entidade dirigida pelo mesmo grupo que havia fundado a FBF) e a CBD enviaram uma delegação, cada, para a participação nos Jogos Olímpicos de Berlim. A recusa do Comitê Olímpico Internacional em aceitar a dupla representação gerou um impasse. O fato recebeu ampla divulgação da imprensa e mobilizou o governo federal que, temendo a repercussão negativa internacional, enviou mediadores à Alemanha para negociar uma solução entre as partes (Souza, 2008).

Os dois episódios contribuíram para criar um clima favorável, na mídia e entre os torcedores, à intervenção estatal na organização esportiva nacional. A eleição de Luiz Aranha (irmão mais novo de Oswaldo Aranha, expoente político gaúcho, que ocuparia diversos cargos de destaque no Governo Vargas) para a presidência da CBD, ainda em 1936, marcava finalmente a submissão da entidade aos interesses do governo. O dirigente assumiria com a tarefa de pacificar o campo esportivo, centralizando todo o comando sob suas mãos. Em 1937, um acordo costurado por Luiz Aranha selaria a entrada da CBD na era do profissionalismo, e a reunificação da representação esportiva nacional.

A partir daí, a participação da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1938, na França, passaria a ser cercada de cuidados e expectativas. Pela primeira vez, poderíamos contar em um mundial com o que tínhamos de melhor, sem baixas impostas por motivos extracampo, como brigas regionais, convicções racistas, ou por disputas entre dirigentes. Contrastando com o imprevisto observado em competições anteriores, desta vez a equipe se reuniria com grande antecedência, realizando previamente uma temporada de treinamento em Caxambu, antes de embarcar para a França. Tudo isso favorecia a um clima de otimismo na torcida brasileira. Além do poder público e do empresariado, a população também seria convocada para financiar os custos desta preparação, adquirindo selos em campanha lançada pela CBD. A imprensa também contribuiria para a mobilização do público, dedicando ampla cobertura ao dia a dia da seleção, promovendo concurso para escolher uma torcedora e um torcedor, que iriam para França como embaixadora e embaixador da torcida brasileira, e reforçando reiteradamente a vinculação simbólica entre a nação e a equipe brasileira.

Após eliminar a Polônia e a Tchecoslováquia nas fases iniciais, o Brasil acabou derrotado pela Itália nas semifinais, terminando a competição em terceiro lugar. As transmissões das partidas ao vivo, por rádio, outra novidade daquela Copa, produziram

grandes aglomerações e festas nas ruas das principais cidades do país, em um momento em que manifestações políticas fora do controle oficial estavam proibidas (Souza, 2009). A derrota para Itália, por outro lado, seria recebida como a derrota da nação, com tumultos, incredulidade, e até tentativas de suicídio. Ainda assim, os atletas seriam recebidos no Brasil com grande festa, como verdadeiros heróis nacionais (Negreiros, 2003).

Embora não tenham conquistado o título, a campanha no Mundial de 1938 serviria para consagrar um estilo de jogo nacional. Ainda durante a Copa, no dia 17 de junho, Gilberto Freyre publica seu famoso artigo no Diário de Pernambuco, onde descreve o “futebol mulato” como expressão da nossa formação social multirracial. Contrapondo-se ao padrão europeu, “apolíneo”, formal, racional, nosso jogo seria “dionísio”, impulsivo, feito de “despistamentos” e “floreios”, algo de dança, algo de capoeiragem, típico de nosso “mulatismo flamboyant e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil” (Maranhão, 2006, p. 441). Essa visão sobre o brasileiro extrapolaria o campo esportivo, contribuindo para promover na sociedade ideias e valores caros ao projeto getulista, ao mesmo tempo em que reforçava vínculos entre o futebol e a identidade nacional.

É possível ainda destacar outras medidas oficiais que indicam a importância dispensada aos esportes e à educação física no período. A difusão da prática esportiva atendia também a um desejo de produção de corpos belos, eficientes, produtivos, disciplinados e limpos, que seriam fundamentais no modelo de sociedade civilizada, saudável e obediente para o trabalho que se desejava formar (Goellner, 2003). Nesse sentido, é durante o governo Vargas que são instituídos os primeiros cursos civis de formação de professores de educação física no país – como o curso da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, criado em 1931, mas iniciado em 1934, e o da Escola Nacional de Educação Física e Desporte, ligado à Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), de 1939 – e que se estabelece a obrigatoriedade da disciplina nas escolas, a partir da Constituição de 1937 (Souza Neto *et al.*, 2004; Melo, 2007). O esporte universitário também passaria a receber grande apoio estatal (Pessoa e Dias, 2019), e o futebol seria utilizado pelo Serviço de Proteção ao Índio como “agente do progresso”, ferramenta de nacionalização e a incorporação de silvícolas do Brasil central à “sociedade civilizada” (Dias, 2012).

O processo de oficialização dos esportes se consolidou com o Decreto-Lei nº 3.199, de abril de 1941, que criou, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão centralizador, ao qual todas as entidades esportivas do País passariam a estar subordinadas. O CND tinha como atribuição vigiar, estimular e organizar os desportos no país. Cabia a esse órgão autorizar a participação de delegações nacionais em

competições internacionais, fiscalizar e proibir competições ou publicações esportivas incompatíveis com o interesse público e inclusive intervir em qualquer entidade desportiva. Ao CND também foi atribuído o poder de regulamentar os símbolos desportivos nacionais e das expressões utilizadas nos desportos (Souza, 2009). Jorge Soares (2014), aponta como cerne do decreto a imposição de uma organização vertical, piramidal, obrigatória para todas as modalidades:

O documento legislativo montou uma pirâmide organizacional, tendo, em sua base, clubes de prática desportiva e ligas. Acima deles, no âmbito dos estados, agregando as entidades de prática por ramo desportivo, encontravam-se as federações. Em posição hierarquicamente superior, reunindo as federações de todo o país, estavam as confederações, as quais, ligadas diretamente ao CND, eram as entidades máximas de direção dos desportos nacionais (Soares, 2014, p. 383).

Inspirada na organização imposta por Mussolini ao esporte italiano, a legislação permitiria um maior controle sobre as atividades esportivas, não com a finalidade de promovê-las, mas sim de vigiá-las, subordiná-las aos interesses do governo. Se antes, durante a Primeira República, predominava um olhar liberal sobre o esporte, considerado como assunto privado, durante o Governo Vargas o esporte tornou-se oficialmente um assunto de Estado.

Há de se destacar que a instrumentalização do esporte para fins políticos não era uma exclusividade do governo brasileiro naquele momento. No período entreguerras (1918-1939), o aumento das tensões internacionais entre os países, e da popularidade do esporte, em relação estreita com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, contribuíram para que o esporte fosse utilizado largamente por governos e outras forças políticas como ferramenta de propaganda e mobilização. Serapiglia (2019) aponta como o fascismo italiano e o Estado Novo português também buscaram submeter a educação física e o esporte aos seus interesses. Embora com algumas peculiaridades, ambos desejavam uma sociedade onde as classes cooperassem em benefício da nação, e buscaram utilizar dessas ferramentas para educar “o novo homem” com valores como respeito à hierarquia, obediência, alegria no esforço e no sacrifício. Franco Júnior (2007, p. 50) também cita o uso político do futebol pelo governo italiano, manifesto em iniciativas como a organização do primeiro campeonato nacional, da Copa do Mundo de 1934, e na exigência de vitória, enviada à seleção nacional na Copa de 1938. García-Martí (2016) indica que o Franquismo também via no esporte a missão de promover a formação de uma nova geração de espanhóis, predispostos a se sacrificarem pela Pátria. López (2010) relaciona a organização da primeira Volta Ciclista da Espanha, em 1935, aos interesses da extrema direita espanhola, que desejava a partir dessa competição promover o orgulho nacional e confrontar ideias separatistas e internacionalistas. Grant (2014), analisa

como o engajamento em práticas esportivas e de cuidado com o corpo foi estimulado pelo partido bolchevique na URSS, como parte de um plano para construção do “novo homem” socialista. Nathaus (2010) aborda como os clubes de lazer, sejam os socialistas, católicos ou conservadores, se dedicavam a promover a cultura política na Alemanha, durante a República de Weimar. Steinberg (1978) e Gounot (2001) tematizam a atuação da *International Union of Red Sports and Gymnastics Associations*, ou apenas *Red Sport International*, colateral da Terceira Internacional, ou Comintern, no movimento esportivo operário. Baker (1992) resgata a história da *International Workers Athletic Meet*, ou "a Contra-Olimpíadas de Chicago", organizada em 1932 pelo Partido Comunista dos Estados Unidos, em protesto contra os Jogos Olímpicos de Los Angeles. Melo (2005) e Cornelsen (2016) se debruçam sobre o uso do esporte olímpico e da beleza atlética pela propaganda nazista nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, e Pujadas e Santacana (1992) e Gounot (2005) recuperam a história das Olimpíadas Populares de Barcelona, organizadas pelo movimento operário e antifascista como forma de reação aos jogos organizados por Hitler, em Berlim.

Voltando ao cenário nacional, a realização da principal competição mundial de futebol em terras brasileiras viria a coroar a política esportiva estatal. Após o bom desempenho em 1938, o Brasil pleiteou à FIFA o direito de sediar a IV Copa do Mundo, em 1942. A deflagração da Segunda Guerra Mundial, porém, levou ao adiamento desse evento, inicialmente para 1949, e finalmente para 1950. Nesse ínterim, Getúlio Vargas foi deposto, sucedido por Eurico Gaspar Dutra, e já se preparava para voltar à presidência na próxima eleição. Nada, porém, que alterasse o plano das autoridades brasileiras de utilizar a ocasião para tentar promover, interna e externamente, uma nova imagem do Brasil. O Maracanã, palco principal do evento, um estádio público, monumental, construído em menos de dois anos e projetado para abrigar em seu interior todas as classes sociais (ainda que em setores diferentes, respeitando a hierarquia, base da harmonia social pregada pelo discurso getulista), era o grande símbolo dessa nação jovem, unida e capaz de grandes realizações (Moura, 1998).

É nesse período também que surgem nas arquibancadas brasileiras as primeiras formas coletivas e organizadas de torcer. Não que manifestações coletivas, ou até mesmo associações de torcedores e torcedoras, inexistissem antes disso. Desde o início da prática por aqui, já se podia ouvir brados coletivos vindos das arquibancadas, como “Vivas”, “Hurras” e “Allez, go, ack” (ou “aleguá-guá”, como seria popularizado). Em 1933, após uma derrota por 8 a 0 para o Palestra Itália, corintianos descontentes teriam tentado invadir e incendiar a sede social do clube, em episódio que acabou ocasionando a demissão da diretoria encabeçada por Alfredo Schurig. No mesmo período, torcedores do São Paulo da Floresta se mobilizaram em

passeatas, protestos e ações judiciais para impedir o fechamento do departamento de futebol do clube, que se fundia com o Clube Tietê. Sem sucesso nessa empreitada, os torcedores se reuniram para fundar o São Paulo Futebol Clube, em 1935 (Canale, 2020). Mas nada disso se refletia em uma atuação coordenada e permanente nas arquibancadas.

A inauguração do Estádio do Pacaembu, em 1940, e do Maracanã, em 1950, bem como reformas ou construções de estádios de futebol em outras capitais, como o Estádio dos Eucaliptos (Porto Alegre), o Estádio Durival de Britto (Curitiba), a Ilha do Retiro (Recife), a Fonte Nova (Salvador), o Estádio Leônidas Sodré de Castro - Curuzu (Belém) e o Independência (Belo Horizonte), marcam um novo momento do futebol brasileiro, que se tornava definitivamente um espetáculo grandioso, capaz de atrair e abrigar grandes públicos. A arquitetura ampliada das novas praças trazia uma nova dinâmica nas arquibancadas, e novos desafios para os promotores do evento, exigindo outra abordagem por parte de dirigentes, autoridades policiais e imprensa. O tempo da glamourização do público do futebol ficava definitivamente para trás. A ampliação e diversificação do público era ao mesmo tempo uma necessidade econômica, já que a bilheteria era a principal fonte de renda dos clubes, que precisavam fazer frente aos custos da profissionalização dos jogadores, e motivo de preocupação, provocada pela percepção do potencial explosivo dessas aglomerações.

Com o intuito de criar mais um atrativo para o espetáculo, além de estimular a presença festiva e ordeira do público, jornais e rádios, principalmente o Jornal dos Sports, no Rio de Janeiro, e a Gazeta Esportiva, em São Paulo, passaram a promover competições, inspiradas em concursos carnavalescos, que premiavam a melhor torcida de acordo com critérios como disciplina, animação e criatividade. É da preparação necessária para a participação nesses concursos que surgem as primeiras “torcidas organizadas” ou “uniformizadas” nesses Estados.

Primeira experiência brasileira de coletivização e organização do ato de torcer, esses agrupamentos são responsáveis por introduzir nas arquibancadas as charangas (pequenas orquestras de instrumentos de sopro e percussão, e com repertório popular, que se dedicavam a animar as arquibancadas), faixas, bandeiras, e o hábito de vestir camisas padronizadas, com as cores dos clubes. À frente dessas torcidas, não havia uma estrutura formalizada, mas sim “torcedores símbolos”, ou “chefes de torcida”, figuras carismáticas que eram destacadas da massa por encarnar valores como comprometimento, assiduidade e abnegação, se tornando uma espécie de “reserva moral” de amor ao clube, em um momento onde a relação entre clubes e jogadores se tornava mais profissional. Bernardo de Hollanda (2009) lista as primeiras torcidas deste tipo no Rio de Janeiro e seus respectivos líderes:

O exemplo mais notório de agremiação torcedora foi a Charanga do Flamengo, criada em 1942 por Jaime de Carvalho. Depois desta, seria fundada em 1944 a Torcida Organizada do Vasco (TOV), por Aida de Almeida e um grupo de amigas que nos anos de 1950 passariam o comando a Dulce Rosalina; em 1946 surgiria a Torcida Organizada do Fluminense (TOF), por Paulista, que chefiava os tricolores desde 1939; em 1952, foi criada a Torcida Organizada do Bangu, liderada por Juarez; e, em 1957, a Torcida Organizada do Botafogo (TOB) era assumida por Tarzan, que substituiu Salvador Peixoto, veterano torcedor alvinegro da década de 1940 (Hollanda, 2009, p. 108).

Em São Paulo, Vitor Canale (2020) indica a existência, nos anos 1940, de agrupamentos desse tipo, como a Torcida Uniformizada do São Paulo, liderada por Manoel Raymundo Paes de Almeida, a Torcida Uniformizada do Corinthians, liderada por Francisco Picicchi, e a Torcida Uniformizada do Palmeiras, e a participação delas em eventos cívicos promovidos no Estado. Essas torcidas, porém, diferentemente das torcidas cariocas, eram compostas por sujeitos da classe média paulistana, muitas vezes sócios dos clubes, e salvo raras exceções tiveram vida curta, não sobrevivendo até a década seguinte. O autor destaca, ainda, na década de 1960, o surgimento de alguns “torcedores-símbolos”, que, por suas histórias de vida ou por suas práticas nas arquibancadas, representariam como ninguém a torcida de seus clubes.

(...) a são-paulina Filhinha, cujo time do coração era beneficiário de seu seguro de vida; a corintiana Elisa, fanática, negra, pobre e empregada doméstica; o bugrino Beizola, presidente da escola de samba Estrela Dalva, negro e pai de onze filhos; e as torcedoras Donana e Conceição, que rivalizavam para provar quem amava mais a Ponte Preta, são apenas alguns exemplos de torcedores que amealharam, com seu fanatismo e histórias de vida, capitais sociais que os tiraram do anonimato das arquibancadas (Canale, 2020, p. 25).

No Rio Grande do Sul, Francisco Rodrigues (2012) cita a existência de torcedores símbolos do Grêmio e do Internacional de Porto Alegre, nas décadas de 1930 a 1950. Salim Nigri, torcedor gremista, era branco, alto, judeu, descendente de italianos, e funcionário da biblioteca do clube. Em 1946, Salim foi o responsável por pintar e levar ao Fortim da Baixada a faixa com a frase “Com o Grêmio onde estiver o Grêmio”, que logo seria adaptada por Lupicínio Rodrigues e transformada em parte do hino gremista. Já a metade colorada do Estado teria como torcedor símbolo Charuto, um torcedor negro, pobre, analfabeto, ébrio e bonachão. Charuto frequentou assiduamente o Estádio dos Eucaliptos dos anos 1930 até sua morte, em 1952, e era conhecido por seus discursos inflamados e gritos de apoio ao Internacional. Entretanto, para além desses sujeitos, a festa nas arquibancadas gaúchas contava com apoio institucional dos clubes. César Silva (2021) destaca o Departamento de Cooperação e Propaganda do Inter, criado em 1940, com clara inspiração no Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, e liderado por Vicente Rao, ex-atleta do clube e conhecido folião do carnaval porto-alegrense (Rei Momo por mais de 20 anos, participante de

blocos como a Banda Filarmônica do Faxinal e Tira o Dedo do Pudim). Esse órgão tinha como atribuição organizar a festa da torcida colorada, com faixas, bandeiras, confetes, serpentinas, fogos de artifício e banda musical. No rival Grêmio, apesar de uma resistência inicial, já que esse modo de torcer mais efusivo era visto como coisa do “outro” (Damo, 2002), a iniciativa seria também adotada, com a criação, em 1942, do Departamento Pela Pujança do Grêmio, logo rebatizado de Departamento do Torcedor Gremista (Duarte, 2012). Nesse caso, a tarefa de organizar a agitação da torcida, embora oficialmente recaísse sobre Francisco Maineri, na prática era exercida mesmo por Salim Nigri. Lucas Horn e Janice Mazo (2009), relatam, ainda, a criação em 1946 de um Departamento de Torcida no Grêmio Esportivo Renner, de Porto Alegre, com a atribuição de criar uma “torcida organizada e disciplinada”, que apoiaria a equipe orientada pelo lema de cordialidade esportiva, educação e ordem.

No Estado do Ceará, segundo Caio Lucas Pinheiro (2020), destacaram-se Gumercindo (Fortaleza Esporte Clube), Pedão da Bananada (Ceará Sporting Club) e Zé Limeira (Ferroviário Atlético Clube), como referências para seus clubes, responsáveis por centralizar a organização da charanga, uniformizar seus integrantes, e representar a torcida frente aos meios de comunicação, dirigentes e autoridades policiais, nas décadas de 1950 a 1970. Em Pernambuco, as primeiras referências na imprensa local sobre a presença no estádio de uma torcida organizada do Santa Cruz são de 1951, mas é a partir de 1956 que, sob o comando de Anísio Campelo, elas se tornam mais frequentes⁶. Na Bahia, a primeira torcida do Bahia Esporte Clube foi criada em 1946, por um grupo de torcedores liderados por Amado Bahia Monteiro (que mais tarde se tornaria presidente do clube, entre 1952 e 1954).

Em que pese algumas peculiaridades locais, diferenças temporais, ou particularidades de cada torcida, é possível abrigar todas essas experiências em um conjunto comum, como torcidas oficiais, normatizadoras (embora “carnavalizadas”), lideradas por “chefes de torcida”, responsáveis por aprontar e reger a festa na arquibancada dentro de determinados parâmetros, que envolvia alguma cordialidade com os adversários, restrições a comportamentos tidos como violentos ou desrespeitosos, e o apoio incondicional à equipe. Cumpriam, portanto, um duplo papel: contribuía para tornar o espetáculo mais belo, mais atrativo (com gritos de guerras, bandeiras, faixas e orquestras musicais), e também, mais ordeiro, controlado e disciplinado. Jaime de Carvalho, por exemplo, coibia fogos e palavrões.

⁶ Agradeço imensamente a ajuda de Adriano Costa, que gentilmente me disponibilizou os resultados de sua pesquisa sobre a torcida do Santa Cruz. Vida longa ao Santinha!

Com seu megafone, ditava ordens como “não queimem papéis”, “não atirem garrafas”, “vamos aplaudir o nosso time”, “nada de fogos” (Hollanda, 2012).

Vale destacar que tais organizações torcedoras se aproximavam do modelo de cidadania regulada promovido pelo então presidente Getúlio Vargas em outras áreas. Não por acaso, os principais “chefes” de torcidas mantinham estreitas relações com dirigentes, mídia e forças policiais. Caio Lucas Pinheiro (*op cit*) destaca a semelhança entre a estrutura vertical dessas torcidas e as relações autoritárias que predominavam na política nacional.

Através de decretos-lei, o Presidente Vargas nomeia chefes de estado e chefes de política nos diferentes territórios do país e estas medidas incidiram nos espaços do futebol, tendo em vista a emergência de uma nova forma de representação da identidade do torcedor com o clube: o chefe de torcida. Às vezes nomeado como comandante ou embaixador, a designação chefe reproduzia o imaginário autoritário dos aparelhos de dominação do Estado e, simultaneamente, produzia a figura do torcedor assíduo, símbolo, autêntico e compromissado, tornando-se referência na festividade a partir de uma função mediadora entre as novas massas frequentadoras do estádio e os agentes de segurança (Pinheiro, 2020, p. 104).

O processo que incorporava os torcedores e torcedoras ao espetáculo esportivo guardava semelhanças com aquele que buscava incorporar as camadas subalternas urbanas no jogo político nacional (Franco Júnior, 2007). No âmbito sindical, por exemplo, Getúlio Vargas buscou suprimir as organizações operárias combativas e autônomas, impondo em seu lugar um modelo oficial, limitado pelo princípio da unicidade (um único sindicato para cada categoria profissional), tutelado política e financeiramente pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e definido pela legislação como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Em um primeiro momento, a estratégia predominante para emplacar essa mudança foi a do convencimento, com a concessão de direitos e benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras dos sindicatos que aceitassem o enquadramento. Buscava-se, assim, seduzir a base dos sindicatos existentes, criando uma pressão interna sobre sua direção. Posteriormente, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional (em 1935), sob o pretexto de reprimir a “Intentona Comunista”, passou-se a praticar mais frequentemente a repressão aberta, com a perseguição das lideranças que ainda resistiam ao enquadramento, seguida por sua demissão, prisão, ou até mesmo eliminação física (Batistella, 2015).

Portanto, para forjar uma burocracia sindical dócil, vinculada ao Estado, e dedicada a manter as reivindicações trabalhistas dentro dos estreitos limites permitidos, o governo lançava mão tanto da coerção, quanto de estratégias de convencimento e cooptação. A sinalização de uma “inclusão subordinada”, que reconhecia direitos em troca da submissão ao controle oficial, procurava construir o consenso garantidor de uma sociedade harmoniosa e pacífica (Campinho, 2006). Porém, nem mesmo entre os sindicatos que aderiram a esse

modelo oficial, a submissão era completa. Mesmo com toda dificuldade de atuação, algumas direções sindicais ainda tentavam angariar conquistas materiais para suas categorias, muitas vezes mobilizando, em benefício próprio, a própria retórica de valorização do trabalho e do trabalhador promovida pelos dirigentes do país (Matos, 2009).

Algo semelhante também podemos observar na relação entre as escolas de samba e o poder público naquele momento. Junto com o futebol, o carnaval era o principal espetáculo popular do país, e a mudança nos significados atribuídos à mestiçagem na nossa formação social também teve desdobramentos importantes sobre esse evento. Se antes o projeto era embranquecer o país, agora as raízes africanas nos festejos carnavalescos nacionais passam a ser exaltadas como símbolo de originalidade, modernidade e brasilidade (Oliozzi; Lopes; Fernandes, 2021).

Consequentemente, os ranchos carnavalescos, expressão tão exaltada nos anos 1910 e 1920 pelo luxo e esplendor de seus desfiles, passaram a ser criticados nos anos 1930 justamente por essas características. Pelos jornais, a intelectualidade deixava evidente sua aspiração por uma festa que expressasse “verdadeiramente” a cultura popular nacional, e sua “essência” inocente, pura, negra e tradicional. Os grupos existentes, porém, não atendiam a esse desejo, seja porque haviam se tornado excessivamente “aristocráticos” e distantes daquilo que se esperava da cultura popular (no caso dos ranchos), seja porque não eram vistos como “confiáveis” (no caso dos blocos e cordões). As escolas de samba surgem justamente nessa lacuna, reivindicando para si o papel de legítimas representantes da tradição da cultura negra.

Tal como já era costume entre os ranchos desde a primeira década do século XX, em 1932 o Jornal Mundo Esportivo, por iniciativa de Mário Filho, promove o primeiro concurso de Escolas de Samba no carnaval do Rio de Janeiro⁷. No início, não havia grande interesse nas alegorias e fantasias ou nos enredos trazidos por essas agremiações. O que importava era o novo ritmo musical que traziam, o “samba moderno”, que se espalhava pela cidade. Nos próximos anos, o samba, perseguido e marginalizado em sua origem, viria a ser então consagrado como ritmo nacional, um dos símbolos de nossa identidade.

Os concursos seguintes, durante a década de 1930, incorporaram aos poucos algumas preocupações estéticas, e definiram em seus regulamentos o que seriam as escolas de samba e

⁷ Nesse ano de estreia, apenas cinco escolas se apresentaram: Estação Primeira de Mangueira, Segunda Linha da Estácio, Vai como Pode (que mais tarde mudaria seu nome para Portela), Para o ano sai melhor e Unidos da Tijuca. Curiosamente, aquela que é a primeira agremiação a se intitular como “escola de samba”, a Deixa Falar, fundada em 1928 por Ismael Silva, Marçal, Bide e outros sambistas do bairro do Estácio, participou do desfile de ranchos em 1931 e 1932, optando por não participar do primeiro desfile de escolas de samba.

como seriam seus desfiles, determinando que tipo de instrumentos elas usariam (instrumentos de sopro e corda não eram permitidos), quais alegorias ou recursos utilizariam (standartes, carros alegóricos, animais e fogos de artifícios foram proibidos), e até quais enredos poderiam ser abordados (a partir de 1938, em consonância com o momento político, tornou-se obrigatório temas nacionais, patrióticos) (Turano, 2011; Simas e Fabato, 2015). Gabriel Turano e Felipe Ferreira (2013), analisam a trajetória da Escola de Samba Vizinha Faladeira, e apontam como algumas práticas e inovações propostas pelas escolas foram aceitas, incorporadas e incentivadas, enquanto outras foram caracterizadas como desvios, “desrespeito às tradições”, e sancionadas.

É a partir de resistências e incorporações às proposições da cultura institucionalizada que a cultura popular cria seus textos e práticas. É esse processo que fará surgirem os primeiros grupos de “samba de morro” no Rio de Janeiro, em resposta às lacunas abertas pela intelectualidade num espaço popular que não mais correspondia aos anseios de pureza e tradição da moderna elite intelectual. São essas negociações que ocorrerão nas diversas disputas entre as escolas de samba, ao mesmo tempo atores e objetos desses eventos, que assumirão formas e práticas inesperadas e, muitas vezes surpreendentes. São essas discussões, nem sempre tensas, nem sempre consensuais, que acabariam fazendo com que algumas escolas sobrevivessem e se tornassem verdadeiras glórias da cultura brasileira enquanto outras sucumbissem à sua própria ousadia. As histórias de ambas, entretanto, não são isoladas. O fracasso da Vizinha Faladeira está intrinsecamente ligado ao sucesso da Portela. Ao contrário da primeira, que se recusou a negociar suas inovações e luxo, a segunda se projetaria no imaginário carnavalesco a partir de sua capacidade de dialogar com diferentes interesses, reinterpretando os valores tradicionais e resignificando suas ousadias como espaços de tradição. É exatamente essa capacidade de reinventar constantemente suas tradições adaptando-as aos interesses da intelectualidade sem perder de vista seus próprios objetivos que irá dar o tom das escolas de samba a partir de então (Turano e Ferreira, 2013, p. 88).

Ao mesmo tempo agente ativo e objeto desse processo, as escolas de samba se constituíam a partir de uma negociação constante, entre sambistas que buscavam aceitação social e benefício material, forças policiais que desejavam controlar e disciplinar os festejos populares, uma intelectualidade que ansiava por uma manifestação carnavalesca essencialmente brasileira, comerciantes e empresários do turismo que desejavam atrair mais visitantes para a cidade, e políticos que queriam angariar popularidade junto às classes menos abastadas. Luiz Antônio Simas e Fábio Fabato (2015), abordando os enredos dos primeiros anos, também destacam essa estratégia negociada, em que a escola aceitava contar em seu desfile a história oficial, sob a perspectiva do branco, em troca da liberdade de vivenciar suas práticas sem o peso da criminalização:

Para os componentes, as escolas eram espaços de convívio, projeções de anseios, construção e reconstrução de elos comunitários, elaboração de símbolos e maneiras de experimentar a vida. Para os homens do poder, as agremiações funcionavam como livros didáticos para uma população sem livros didáticos, com precário

contato com a cultura formal, escrita dentro de cânones ocidentais (Simas e Fabato, 2015. p. 21).

No mesmo sentido, Victor Solis (2021) destaca a trajetória de Paulo Benjamin de Oliveira, também conhecido como Paulo da Portela, sambista carioca que exemplifica bem a postura bilontra, negaceada, de negociação permanente, adotada por sujeitos das camadas populares.

Contudo, para além de suas melodias e poesias, Paulo pode ser pensado como o grande exemplo de agente definidor de um tipo de estratégia social que se tornou muito comum no meio do samba, ao usar de sua liderança construída entre os seus para procurar mudar a imagem negativa dos sambistas, criando a imagem de que estes deveriam tornar-se apresentáveis para as elites dominantes e circulando por entre alguns de seus espaços característicos. Foi um dos fundadores da escola de samba do bairro de Osvaldo Cruz, subúrbio da zona norte da cidade, a Portela, junto com Antônio Rufino dos Reis, Antônio Caetano, entre outros. Inicialmente chamada “Quem nos faz é o capricho” e, posteriormente, “Vai como pode”, a Escola teria a mudança definitiva de seu nome em 1934, por sugestão do delegado Dulcídio Gonçalves, por considerar o nome “chulo” e se negar a renovar a licença de funcionamento caso o nome permanecesse “Vai como pode”, por remeter à ideia de desordem e a um comportamento que contrariava os interesses dominantes de construção de uma nação moderna à imagem europeia. A mudança, apesar da argumentação contrária de Paulo, foi acatada, num fato marcante para a compreensão no dia a dia do processo de mediação entre os compositores populares e as autoridades públicas (Solis, 2021, p. 267).

Esse tipo de postura não aparenta ser uma exceção à regra. A sobrevivência dessas organizações passava, muitas vezes, pela habilidade desses sujeitos em moverem-se pelas redes do paternalismo e as “frestas” do poder. Em uma sociedade onde os canais oficiais de participação política, e de definição dos rumos da coletividade, permaneciam fechados para a maioria da população, sambistas buscavam conquistar aceitação social para si, suas práticas e organizações, pela linha da menor resistência, evitando ao máximo o confronto aberto com as autoridades instituídas.

É possível encontrar muitas semelhanças entre as primeiras torcidas e as escolas de samba. Ambas se constituíram em um espaço “negociado”, entre o conquistado e o consentido, entre o permitido e o negado, e se utilizaram de uma tática bastante similar de negociação com o poder público, com a mídia e com a intelectualidade, que combinava certa deferência ao poder com uma resistência bilontra, para fugir da perseguição estatal e garantir alguma aceitação e prestígio para seus membros e práticas. Mais do que uma simples coincidência, essas semelhanças indicam um padrão de comportamento político das camadas subalternizadas naquele período, uma forma de afirmação de sua presença na esfera pública, forjado na experiência comum de um Brasil que se urbanizava e procurava superar o modelo político da República Velha, demofóbico e dominado pelas oligarquias rurais, mas que ainda possuía severas restrições à participação popular. Torcidas organizadas e escolas de samba

seriam, naquele momento, espaços possíveis de auto-organização e manifestação coletiva, onde se construíram redes de apoio e solidariedade, e pelos quais sujeitos negros, pobres e periféricos buscaram afirmar sua identidade e deixar a marca de sua existência na nossa cultura e sociedade.

3.3 Surgimento e consolidação das torcidas jovens:

Até aqui, vimos que entre os pioneiros do esporte no Brasil, o desejo era fazer do futebol um espaço de sociabilidade entre iguais, um instrumento de distinção de classe. A criação de ligas exclusivas e regulamentos excludentes, decretos, ameaças de multas e outras punições, fizeram parte dos mecanismos utilizados nas primeiras décadas de futebol no Brasil para tentar impedir a diversificação e ampliação do público, ou disciplinar seu comportamento nas arquibancadas. A posterior consolidação do esporte como parte de um emergente mercado de divertimentos, aliada a mudanças no quadro político e cultural nacional, modificaram essa abordagem. As primeiras torcidas, surgidas no período entre a década de 1940 e 1960, sinalizavam uma nova época, onde a “carnavalização” dos estádios deixa de ser mal vista e passa a ser incentivada. Portanto, por um lado, elas representavam a conquista do espaço pela classe trabalhadora, a aceitação de seu modo festivo de acompanhar os jogos. Por outro, essa aceitação era negociada, tinha restrições e exigia contrapartidas. Esses agrupamentos faziam parte de uma nova estratégia de controle, que reproduzia nos estádios a ideologia oficial, de promoção da paz e da harmonia social, pela valorização da ordem, da disciplina, do respeito às hierarquias e do nacionalismo.

Esse modelo permanece sem grandes alterações e registros de contestações até o final dos anos 1960, quando as primeiras vozes dissonantes se levantaram contra essa tutela sobre o modo de torcer. No panorama mundial, as décadas imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra (1939-1945) foram marcadas por diversos movimentos pela emancipação política nacional, que buscavam pôr fim ao domínio colonial europeu sobre extensos territórios da Ásia e África. Na América Latina, a Revolução Boliviana (1952) e, principalmente, a Revolução Cubana (1959) também indicavam a ascensão das lutas populares no continente. Contagiados pelo desejo de mudança que embalavam guerrilhas, revoluções e levantes populares pelo mundo, a juventude, principalmente estudantil, entra na cena política nos anos 1960, como sujeito social capaz de assumir o protagonismo em amplos processos de mobilização popular. Em várias partes do mundo, de Paris a Cidade do México,

de Córdoba a Praga, de Berlim a São Francisco, jovens se rebelavam contra tudo aquilo que identificavam como a “velha ordem”.

No Brasil, o fim da década de 1950 e início da década de 1960 também é marcado por uma agudização das tensões sociais. As Ligas Camponesas, criadas no Engenho Galiléia, em Vitória do Santo Antão (Zona da Mata pernambucana), se expandem rapidamente por outros estados, pautando no debate público as duras condições de vida da população rural e a necessidade da reforma agrária. O sucesso dessas organizações alarmava as oligarquias do campo, e até a diplomacia estadunidense, que via na pobreza do nordeste brasileiro as condições ideais para o início de um novo foco revolucionário no continente (Montenegro, 2004). As cidades também experimentavam crescente agitação trabalhista, com um aumento significativo na ocorrência de greves e no número de sindicalizados, além do surgimento de outras organizações e instâncias de articulação, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em agosto de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, que reunia vários sindicatos, federações e confederações (Matos, 2009). Merece destaque, ainda, a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), em 1962. Impulsionado pela União Nacional de Estudantes, em parceria com outros intelectuais de esquerda, o CPC pretendia ser um polo de construção e divulgação de uma cultura “nacional, popular e democrática”.

Toda essa agitação política, porém, sofreria um duro revés em 1964. O golpe militar-empresarial de 1º de abril, e as consequentes medidas reacionárias tomadas para sua consolidação (principalmente o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968), encerra uma etapa da luta de classes no Brasil. Frente à menor ameaça de que as classes populares irrompessem de forma independente na cena histórica, a classe dominante se alia aos militares e age para aniquilar o proletariado e suas organizações. O objetivo era fazer sucumbir todas as liberdades, para que só uma pudesse se manter e se reafirmar: a liberdade da exploração do capital sobre o trabalho (Queiroz, 2015).

A ditadura militar-empresarial instalada na sequência procurou cercear o pensamento crítico na produção intelectual e artística. Endureceu o combate às greves, proibiu organizações e manifestações políticas contrárias ao regime, censurou livros, filmes, peças teatrais, músicas e enredos de escolas de samba, perseguiu artistas, intelectuais e lideranças religiosas e populares. Mas encontrou resistências diversas, principalmente da juventude, um oponente incômodo, insistente, que mostrou sua força em momentos como a marcha dos 100 mil, no Rio de Janeiro, em junho de 68, e posteriormente na luta armada até o início da década seguinte.

O futebol seria largamente utilizado pela ditadura como instrumento de distração das massas e integração nacional. A Loteria Esportiva, criada em abril de 1970, reforçava o otimismo ufanista do discurso oficial, que exaltava constantemente os números do chamado “milagre econômico” e vinculava o gosto pelo esporte à possibilidade de rápida ascensão social (Fino e Hintze, 2017). A Taça Independência, disputada em 1972, reuniu no país 18 seleções nacionais e mais duas continentais, em jogos em 12 cidades diferentes. Com a competição, o governo militar repetia, de modo ampliado, a mesma estratégia já utilizada meio século antes, de organização, por ocasião da celebração do aniversário da independência, de um grande evento esportivo, destinado a projetar interna e externamente uma boa imagem do Brasil.

A construção de dezenas de estádios de grande porte pelo país também foi uma estratégia usada para reforçar a ideia de um país que se desenvolvia e se integrava a partir de grandes obras, como a Rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, e a usina hidrelétrica de Itaipu. Os novos estádios forneceriam, ainda, a estrutura esportiva necessária para a consolidação de um campeonato nacional de clubes, que envolvesse equipes das diferentes regiões. A Taça Roberto Gomes Pedrosa, criada pelas federações carioca e paulista em 1967, reunindo 15 clubes de 5 estados (São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), passaria a ser organizada pela CBD no ano seguinte, sendo ampliada para 17 clubes (a partir da inclusão de um representante de Pernambuco e outro da Bahia), e posteriormente, para 20 clubes em 1971 (com a inclusão de um terceiro representante mineiro, um segundo pernambucano e um representante cearense), quando passou a ser chamada de Campeonato Brasileiro. Ao longo da década, esse torneio seria ampliado gradativamente, incluindo novas regiões, muitas vezes como forma de angariar apoio político ao partido governista, até chegar a estapafúrdios 94 clubes na edição de 1979. Como ficou popular na época, a lógica era “Onde a Arena vai mal, um time no nacional”.

A seleção também era alvo de preocupações. No momento em que o país vivia o período mais intenso e violento da repressão política, o Governo do General Garrastazu Médici (1969-1974) buscou aproveitar a popularidade do futebol brasileiro para angariar legitimidade na comunidade internacional e nacional. Se o desempenho na Copa do Mundo de 1966 não havia sido o esperado, a solução para 1970 era a militarização da comissão técnica:

Para a chefia da delegação foi designado o major-brigadeiro Jerônimo Bastos, que tinha vínculos com a chefia do SNI. Em sua assessoria direta foi empossado o major Ipiranga Guarany, cuja principal tarefa era a montagem de um forte esquema de segurança que passaria a envolver a seleção. A preparação física dos jogadores foi entregue aos cuidados de oficiais formados pela Escola de Educação Física do Exército, com destaque para Raul Carlesso e Cláudio Coutinho, que traçaram um

programa baseado em técnicas atualizadas e estruturadas a partir de estudos médicos e fisiológicos (Sarmiento, 2013, p. 139).

A conquista do tricampeonato mundial no México seria interpretada pela propaganda oficial como uma vitória do regime, e uma prova da eficiência e superioridade da organização militar. Esse modelo logo seria replicado também pelos clubes, que passariam a adotar internamente cartilhas disciplinares, inspiradas nas regras da caserna, que buscavam controlar o dia a dia dos atletas. O “jogador-soldado”, que unia a eficiência e produtividade de uma preparação feita em bases científicas, a um comportamento obediente e submisso, seria o exemplo perfeito de cidadania pregada pelos militares (Florenzano, 1998). O projeto de instrumentalização do futebol pelos militares incluiria ainda a criação das Olimpíadas do Exército, a retomada das Olimpíadas Operárias, e a promoção de partidas entre nações indígenas (Florenzano, 2021).

Explorando de diversas formas a paixão popular pelo esporte, e o vínculo simbólico historicamente construído entre o desempenho do selecionado brasileiro em campo e o destino da nação, os militares promoviam um modelo de patriotismo servil, no qual o apoio incondicional à seleção e ao governo eram pilares fundamentais. “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”, eram alguns dos slogans utilizados na época. A marchinha “Pra Frente, Brasil”, composta por Miguel Gustavo para a Copa de 1970, se tornaria uma espécie de hino não-oficial da seleção e do Governo Médici, sugerindo mesmo uma indiferenciação entre os dois: “Todos juntos, vamos. Pra frente, Brasil! Salve a seleção!”. Outro sucesso musical da época, cantado pela banda Os Incríveis, celebrava o amor à pátria, prevendo no refrão um futuro glorioso: “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo. Ninguém segura a juventude do Brasil”

E é justamente da juventude que partem as primeiras contestações à autoridade dos chefes de torcida e as primeiras organizações dissidentes nas arquibancadas brasileiras. Rompendo com o princípio da unicidade que vigorava até então, onde cada clube era representado por apenas uma torcida, sob o controle centralizado de um líder, esses grupos inauguraram uma nova relação com dirigentes e autoridades. Menos personalizadas, essas torcidas buscavam se distanciar do modelo até então existente, por considerá-las muito próximas e submissas às diretorias. Reivindicavam, assim, maior liberdade para torcer, e independência para expressar um comportamento mais crítico sobre a gestão dos clubes e a performance do time em campo.

É o caso, por exemplo, da Gaviões da Fiel. Fundada em 1969, em um momento em que o Corinthians amargava um jejum de 15 anos sem títulos, essa torcida galvanizava a

insatisfação dos torcedores com a gestão pouco democrática do então presidente do clube Wadih Helu. A insatisfação com o desempenho do time, e protestos contra a diretoria, também marcariam a breve existência da Jovem Flu, criada em 1968 por torcedores do Fluminense. Já a Poder Jovem do Flamengo, rebatizada depois como Torcida Jovem do Flamengo, surgiria em 1967 da insatisfação de integrantes da Charanga Rubro-Negra com a condução da torcida pelo seu líder, Jaime de Carvalho. Da mesma forma, a Torcida Independente, do São Paulo, de 1972, seria fundada por um grupo de ex-integrantes da TUSP, então torcida oficial do São Paulo, descontentes com as regalias que os dirigentes da torcida teriam usufruído em uma caravana para acompanhar o time no Paraguai. Aglutinadas em torno da “identidade jovem”, que além de marcar a faixa etária predominante entre seus membros, simbolizava também um desejo de mudança e renovação, um repúdio às “velhas formas” que predominavam nos clubes e nas torcidas, esses agrupamentos dissidentes começaram a surgir inicialmente no Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Assumindo um papel de pressão política junto aos clubes, essas associações torcedoras são mais autônomas e impessoais se comparadas às anteriores. Nelas observa-se cada vez mais a presença de jovens em detrimento de adultos que predominavam até então (Teixeira, 2003, p. 50).

Se até então o incentivo parecia constituir a essência do modo de ser torcedor e a finalidade última destas agremiações – a prova maior eram os exemplos de fidelidade e de lealdade do chefe de torcida –, as Torcidas Jovens canalizavam a insatisfação dispersa entre os torcedores nos períodos de crise de suas equipes, outorgando-se o livre direito à pressão, ao apuro e à vaia dirigida à diretoria dos clubes, o que era facilitado pela ausência de vínculos pessoais com os dirigentes (Hollanda, 2009, p. 187).

Em alguma medida, as Torcidas Jovens, bem como os festivais de música popular organizados pelas emissoras de TV, expressavam, naquele primeiro momento, o desejo de participação e contestação que marcava mundialmente aquela geração, e que vinha sendo duramente reprimido na sociedade brasileira. Se não era possível, em um contexto político nacional extremamente autocrático, mudar o mundo, a juventude participava fervorosamente da disputa em torno da definição do que seria a “verdadeira” música brasileira, levando faixas, aplaudindo seus músicos preferidos, e vaiando os adversários. Da mesma forma, o jovem torcedor e a jovem torcedora se organizavam para participar da vida de seu clube do coração, protagonizando não apenas a festa das arquibancadas, mas também protestos contra o desempenho do time em campo, pela saída de dirigentes, técnicos, ou contra o aumento no preço dos ingressos.

O caráter crítico e autônomo dessas torcidas, porém, precisa ser relativizado. Vitor Canale (2020) observa que, no mesmo período, outros grupos surgiram como suporte dos clubes, quase como torcidas oficiais. Seria o caso, por exemplo, da Torcida Jovem da Ponte

Preta (1969), e da Torcida Organizada Guerreiros da Tribo (ligada ao Guarani - SP, fundada em 1976). A Camisa 12, do Corinthians, surgiu como uma dissidência da Gaviões da Fiel, em 1971, por iniciativa de integrantes que desejavam apoiar a gestão do recém-eleito presidente do clube, Vicente Matheus. Em outro trabalho, o autor destaca que a busca pela autonomia institucional e financeira não era uma preocupação da TUP (Torcida Uniformizada do Palmeiras) no momento de sua fundação, em 1971. Só no decorrer da década é que as relações de proximidade entre o clube e a torcida passariam a ser entendidas como limitadoras das cobranças, e problematizadas (Canale, 2021). Rosana Teixeira (2003), em estudo sobre as torcidas jovens cariocas nos anos 1980, aponta a existência de relações clientelistas entre dirigentes e torcidas, favorecidas pela dificuldade das mesmas em se manter independentes, mesmo quando estas já estavam consolidadas no cenário esportivo.

Fazem parte dos primeiros agrupamentos desse tipo, além das já citadas, outros agrupamentos, como a Torcida Jovem do Santos, a Força Jovem do Botafogo e do Vasco (todas de 1969); a Torcida Jovem do Cruzeiro e a Young Flu, do Fluminense (1970). Entretanto, uma vez rompido o princípio da unicidade, a divisão das arquibancadas não pararia nesses primeiros grupos. Durante a década de 1970, uma profusão de novas torcidas surgia, reunidas em torno da identidade juvenil, de uma referência geográfica (torcidas de uma cidade, bairro ou região), ou mesmo de uma identidade de gênero (torcidas femininas). Era o caso da Flunitor e Flatuante, formadas respectivamente por torcedores de Fluminense e Flamengo moradores de Niterói, ou da Fluminina, e Fogatas, com torcedoras do Fluminense e Botafogo (Hollanda, 2009). Outras torcidas, embora não fizessem referência explícita a algum grupo específico em seus nomes, também surgiriam na mesma época, com características semelhantes, como, por exemplo, a Camisa 12 (Internacional-RS), Dragões FAO (Força Atlética de Ocupação, do Atlético-MG), e a Leões Vascaínos, fundadas em 1969; a Flamante, e a Força Flu, de 1970.

A criação do Campeonato Brasileiro trazia também uma nova necessidade. Os cada vez mais frequentes jogos em outros estados motivavam a organização de caravanas constantes, exigindo da torcida um novo modelo de organização. Não bastava o carisma de um “chefe de torcida”, era preciso uma estrutura administrativa maior, com algum nível de coletivização e divisão de tarefas e o estabelecimento de regras formais de funcionamento e controle, que permitisse ao grupo lidar com as crescentes tarefas, recursos e com o “patrimônio” da torcida (faixas, baterias, bandeiras e outros materiais). Para dar conta dessa demanda, as torcidas se tornaram mais burocratizadas, muitas vezes com estatutos que estabeleciam uma distribuição formal de responsabilidades e poderes, maior controle sobre

seus associados (muitas vezes com procedimentos de aceitação, fichas de inscrição, carteirinhas e taxas de mensalidade), instâncias coletivas de decisões (reuniões ou mesmo eleições periódicas) e códigos de conduta (que previam obrigações e punições). A descrição de Sérgio Miceli sobre a organização da Gaviões da Fiel, escrita em 1978, é ilustrativa disso:

Fundada em 1969, a torcida Gaviões da Fiel não tem nada a ver com uma organização espontaneísta ou amorfa. Possui uma hierarquia interna, em cujo âmbito se misturam uma linha formal de comando – a diretoria eleita, os chefes de instrumentos, os responsáveis pelas excursões, pelos ônibus – e uma clivagem entre o grupo de antigos militantes e os recém-admitidos, exigindo-se dos aspirantes ao ingresso que cumpram um período de provas, no curso do qual devem manifestar a posse das disposições associadas à condição de sócio definitivo. Tal feito é assinalado pelo direito de uso da camisa dos Gaviões. Para os que infringem as normas de conduta, existem sanções que vão desde as advertências – as mais comuns – até os raríssimos casos de expulsão (Miceli, 2015, p. 51).

Por outro lado, as caravanas favoreciam o contato mais próximo entre torcedores de diferentes estados, o que contribuiu para espalhar esse modelo de organização para outras regiões. Ainda na década de 1970 surgiram torcidas deste tipo em Pernambuco, como a Bafo do Leão (1972), do Sport; a Torcida Jovem Alvirrubra, do Náutico (já presente em 1974); e a Jovem Tri (1972), Veneno de Cobra (1975), Força Jovem (1975) e Os Cobrões (1976), do Santa Cruz. Também encontramos torcidas fundadas nesse período na Bahia (como a Torcida Organizada Povão, do Bahia, fundada em 1976), no Paraná (Torcida Fanáticos, do Atlético, e Império Alviverde, do Coritiba, ambas de 1977), no Espírito Santo (Grenamor, da Desportiva Ferroviária, de 1976), além de novas torcidas em estados em que elas já estavam presentes, como a Máfia Azul (Cruzeiro), Raça Rubro Negra (Flamengo), Super FICO (Força Independente Colorada, do Internacional – RS), e Torcida Jovem do Grêmio, fundadas em 1977.

As caravanas tinham, ainda, um papel importante na consolidação das torcidas jovens, e de uma certa “cultura torcedora” atrelada a elas. Os momentos na estrada alargavam a “experiência torcedora” para muito além do tempo de jogo. Isso contribuía para o fortalecimento de vínculos internos, bem como para o surgimento de novos códigos, valores e práticas rituais, que passariam a marcar a sociabilidade desses grupos. “Para uma parcela dos torcedores o distanciamento de casa atuava como momento de suspensão da rotina, de aventura e perigos. As transgressões e a licenciosidade eram representações atribuídas aos jovens na estrada” (Canale, 2020. p. 73).

Portanto, a década de 1970 marcaria a ascensão de um novo tipo de torcida nas arquibancadas brasileiras. No lugar do modelo carnavalizado e tutelado de antes, torcidas jovens passaram a sobressair. Esses novos agrupamentos se distinguiam das anteriores não só

pela predominância de jovens em sua composição, mas também por apresentarem uma dinâmica organizacional mais complexa (com divisão formal de tarefas e poder, maior controle sobre o corpo de associados, e regras estatutárias), por incorporarem em seu repertório de ações nas arquibancadas formas diversas de protestos (se contrapondo à ideia do apoio incondicional como valor máximo de uma torcida), por sua maior autonomia frente às diretorias, e por organizarem caravanas pelo país, para acompanhar os jogos de seu clube fora do estado de origem.

Vale destacar que a passagem dos anos 1970 para os anos 1980, período de consolidação das torcidas jovens, é também um período de reorganização e ascensão da classe trabalhadora no Brasil. O “milagre econômico” chegava ao fim, deixando evidente o seu custo social. Apesar dos números positivos das estatísticas oficiais, muitas vezes manipuladas, a realidade era dura para a maior parte da população. As grandes obras de infraestrutura e o crescimento da produção eram baseados em arrocho salarial, aumento expressivo nos acidentes de trabalho, crescimento da fome e subnutrição, e surtos de doenças, como verminoses, malária, doença de Chagas e esquistossomose (Paulino, 2020). O próprio presidente Médici, em entrevista à Revista Visão em 1974, reconhecia o caos social: “O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. Além disso, denúncias de abusos e desrespeitos aos Direitos Humanos, cada vez mais comuns, contribuíam para minar o respaldo da ditadura entre setores médios e populares.

A Igreja Católica, que inicialmente apoiou os militares, contribuindo ativamente para a derrubada do Presidente João Goulart, articulando, por exemplo, a “Marcha da família com Deus pela liberdade” em 1964, reveria sua posição. A Conferência de Medellín, em 1968, que contextualizou as exigências do Concílio Vaticano II na realidade latino-americana, consagrava a “opção pelos pobres” como diretriz de atuação. Ressignificando o papel social e político da Igreja, a Teologia da Libertação, que emergia nesse contexto, buscava romper com a cultura do assistencialismo e posicionar-se contra a miséria social e a exclusão político-econômica. No Brasil, isso significou o fortalecimento e multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que utilizavam a capilaridade da Igreja para mobilizar comunidades em torno de suas demandas, contribuindo para a conscientização política e reorganização da classe trabalhadora no decorrer da década de 1970 (Coutinho, 2009; Zanini, Baccega e Zappia, 2011; Gonçalves, 2018). Ricardo Silveira indica que o processo de politização do cotidiano contribuiu para trazer ao cenário político nacional novos atores, livres de velhos compromissos:

Um dos indicadores da novidade dos movimentos dos anos 70-80 era que eles surgiram nos locais de moradia e nos locais de trabalho organizados e mobilizados à revelia do Estado e da tutela das instituições e dos correspondentes canais tradicionais de manifestação social e política, como os partidos e os sindicatos. E esse era um dado novo que distinguia os movimentos daqueles anos como “novos movimentos sociais”, diferenciando-os dos movimentos de antes de 64, cuja característica marcante era a submissão ao controle político das instituições tradicionais (Silveira, 2000, p. 89).

Essa maior autonomia também pode ser percebida em outras articulações, que cumpriram um papel decisivo para o processo de reabertura política no País. Após quase uma década de paralisia, sob forte repressão e ríspida contenção salarial, o movimento sindical ressurgiu com um ciclo de greves massivas, que se iniciam em 1978, nas fábricas de automóveis, no ABC Paulista e em Betim, e servem de referência para outras categorias e regiões nos anos seguintes. Esse sindicalismo autônomo e combativo é o embrião de organizações que terão papel destacado na política brasileira nas décadas seguintes, como o Partido dos Trabalhadores (PT), de 1980, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), de 1983. No campo, a luta pelo direito à terra e pela reforma agrária também é retomada, dando origem a movimentos como a União das Nações Indígenas (1980), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e o Movimento dos Atingidos por Barragens, em 1985. O agravamento das condições de saúde da população levaria a fundação, por profissionais da área, do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde - CEBES (1976) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO (1979), sujeitos coletivos importantes no movimento da Reforma Sanitária, que resultou na universalização do direito à saúde e a criação do Sistema Único de Saúde na década seguinte. Merece ainda destaque a rearticulação do movimento estudantil, que levaria à reorganização da União Nacional dos Estudantes, em 1979, após ter sido colocada na ilegalidade pelos militares e desarticulada com a prisão de mais de 700 estudantes no Congresso em Ibiúna, em 1968, e o Movimento pela Anistia de exilados e presos políticos, no fim da década de 1970.

Esse processo de reagrupamento das forças progressistas também marcou as associações torcedoras. Esse período seria marcado por uma “febre associativa”. Os jogos da seleção brasileira, as reuniões com a Polícia Militar e com a federação, a participação na agenda do carnaval, e as rodadas duplas e triplas do Campeonato Paulista, favoreciam o contato constante entre os líderes das torcidas paulistas e a percepção de pautas comuns. Em 1976 seria fundada a Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo (ATOESP), que inicialmente contava com a Gaviões da Fiel e a Povão Torcida Unida, representantes do Corinthians; a Torcida Uniformizada e a Torcida Acadêmica do Palmeiras; as torcidas Leões da Fabulosa e Corações Unidos da Portuguesa de Desportos; a Torcida

Uniformizada do São Paulo; a Torcida Jovem do Santos; e as campineiras Torcidas Jovem da Ponte Preta e Guerreiros da Tribo – Força Independente do Guarani (CANALE, 2020). Em 1981, seria a vez das torcidas cariocas se articularem na Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ). Em um editorial de 1981, a Placar, principal revista esportiva da época, incentivava a criação de associações supraclubística, que pudessem representar os interesses comuns aos torcedores e torcedoras.

A torcida unida jamais será vencida! Mais que uma rima, a solução.

Será inevitável que no país do futebol a abertura política reflita na paixão maior.

(...)

O torcedor não pode ficar alienado nesse processo, vendo a abertura passar pela janela, como a velha banda de Chico Buarque. Ele precisa fazer valer sua voz, seu sacrifício e, organizadamente, passar a influir no futebol brasileiro. Como?

Criando entidades em cada cidade, reunindo torcidas adversárias em torno de objetivos que são comuns a todas elas (Kfoury, 1981, p. 11).

Em depoimento à Bernardo Buarque de Hollanda, um ex-presidente da Torcida Jovem do Flamengo situa justamente na primeira metade da década de 1980 o momento de maior politização das torcidas cariocas, citando inclusive um slogan comum à época: “Torcedor alienado é coisa do passado” (Hollanda, 2021, p. 66). Já Rosana Teixeira (2003) aponta a consolidação, nesse período, de um torcer fundamentado na convicção de tais torcedores em sua capacidade de influenciar na vida do clube, forçando a saída de técnicos, dirigentes, ou jogadores, ou a mudança na precificação dos ingressos. É possível destacar, ainda, o surgimento em 1977 da primeira torcida gay do Brasil, a Coligay do Grêmio, expressão da maior articulação do movimento LGBT, também perceptível pelo surgimento do jornal “Lampião da Esquina” e pela articulação do grupo SOMOS (Anjos, 2018; Pinto, 2017), e o envolvimento de algumas torcidas em manifestações populares no período da redemocratização do país, como na campanha pelas 'Diretas Já!', em 1984, ou iniciativas como o Simpósio da Paz, em 1985, e o I Congresso de Torcidas Organizadas dos Grandes Clubes, realizado em Porto Alegre em 1987.

Se as primeiras associações torcedoras expressavam as condições mais amplas de organização e participação da classe trabalhadora na vida pública nos anos 1940 e 1950, as torcidas jovens, surgidas no alvorecer da década de 1970 e que se consolidaram na década de 1980, também devem ser pensadas por esse prisma, considerando “o movimento como um todo” (Barker, 2014). Em um momento em que o cenário político nacional era marcado por uma onda de agitação social – na qual sindicatos, partidos, associações profissionais e movimentos sociais eram criados, e se fortaleciam, derrotando a ditadura militar-empresarial e expressando o desejo de participação das camadas populares na definição dos rumos da nação

–, a crença no poder da ação reivindicativa coletiva e organizada como força propulsora de transformações sociais também subjaz na formação de novas torcidas e associações de torcidas. A organização de “greves” e “boicotes” contra o aumento no preço dos ingressos, no início da década de 1980, indica essa relação próxima, com a apropriação de instrumentos de luta que naquele momento se mostravam eficientes em outras frentes.

Esse avanço de uma consciência torcedora, porém, que passava pelo reconhecimento de uma condição compartilhada, e a construção de demandas comuns, não se manteve nas décadas seguintes. Com o tempo, esse caráter crítico e progressista das torcidas jovens iria arrefecer, ofuscado pela crescente rivalidade e violência entre elas.

3.4 O Torcer nos anos 1990: Neoliberalismo, despolitização e escalada da violência:

O assassinato de Cléo, líder da Torcida Mancha Verde, em 1988, é um marco na escalada das hostilidades entre torcidas. Não que tenha havido antes algum momento sem brigas nas arquibancadas, como é comum ouvir daqueles que advogam pela criminalização das torcidas organizadas, mas a partir deste momento as tentativas de diálogo e entendimento entre elas se tornaram mais raras, e as brigas mais frequentes. Fusões de grupos menores, como a que deu origem à própria Mancha Verde (Canale, 2020), com o objetivo de formar torcidas maiores, mais preparadas para os embates corporais, e que reivindicavam ser “o terror”, ou “a mais temida” de determinada região, passariam a ser cada vez mais comuns. Em Alagoas, por exemplo, inspiradas na torcida paulista, a Força Jovem e a Dragões Azulinos, do CSA, se uniram em 1992 para formar a Mancha Azul. Em resposta, torcedores do rival CRB fundaram, no ano seguinte, a Torcida Comando Vermelho (em evidente referência à principal facção criminosa da época). Da mesma forma, em Sergipe, segundo um torcedor organizado do Confiança, em entrevista concedida ao GEFuT em 2020, por ocasião do Projeto Academia e Futebol, o desejo pela briga já estaria presente na fundação das torcidas do estado, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990.

A formação das torcidas aqui foi diferente da formação das torcidas em outros Estados. Ela se deu, inicialmente, a partir da pista, sem nenhuma identidade com outros movimentos ou com a política, como em outros estados do sul.⁸

Nos anos 1990, notícias e imagens de confrontos violentos nos arredores ou mesmo dentro dos estádios se multiplicam nos noticiários, e a mídia, que até então mantinha uma

⁸ Trecho de entrevista realizada em 2020 pelo GEFUT, como parte do Projeto Academia e Futebol.

relação amistosa com as torcidas organizadas, passa a ser sua ferrenha opositora (Saldanha, 2009). A “Batalha do Pacaembu”, enfrentamento de grandes proporções envolvendo palmeirenses e são-paulinos, por ocasião da final da Copa São Paulo de Juniores de 1995, que deixou o saldo de 102 feridos e 1 morto, contribuiu para transformar o tema em questão nacional. Em nome do “combate à violência”, órgãos de segurança pública, com amplo apoio da mídia, passariam a defender o banimento ou medidas restritivas a esses agrupamentos. A ordem era “desorganizar” os torcedores e torcedoras. O editorial da Revista Placar, de maio de 1995, é exemplar dessa mudança de tratamento midiático. O editor Juca Kfourri, o mesmo que 14 anos antes via na união das torcidas a solução para o futebol brasileiro, agora parecia ter uma opinião bem diferente sobre esses grupos.

Importante mesmo, para nós, é que passamos a considerar que todos os que escrevem para PLACAR são desde já parte de nossa torcida desorganizada, o oposto dos bandos que infestam os estádios, matam e afastam o torcedor comum dos campos de futebol (Kfourri, n. 1104, 1995, p. 12).

Esse novo posicionamento da mídia, não coincidentemente, busca alinhar o futebol brasileiro a tendências que já estavam em curso no futebol mundial. No decorrer dos anos 1990, as cifras relacionadas ao esporte, principalmente aquelas advindas de ações de marketing e canais de TV, teriam um crescimento exponencial. Até o início dos anos 1980, as emissoras de televisão europeias eram, em sua maioria, empresas estatais, que pouco pagavam aos clubes pelo direito de transmitir seus jogos. Dirigentes de alguns clubes chegavam a se opor a essas transmissões, acreditando que elas desestimulam a presença dos torcedores nos estádios (Murray, 2000). Nick Hornby (2000) nos conta como eram raras essas transmissões na Inglaterra:

Não vi nenhum jogo do campeonato ao vivo pela televisão antes de 1983, e ninguém da minha geração viu. Quando eu era criança não havia tanto futebol na tevê: uma hora sábado à noite, uma hora domingo à tarde, e às vezes, uma hora no meio da semana, quando nossos clubes tinham compromissos europeus. Só muito raramente chegávamos a ver os 90 minutos integrais. Alguns jogos da seleção eram transmitidos ao vivo; e também havia a final da taça da Liga, e talvez a final da Copa da Europa... dois ou três jogos entre clubes ao vivo por ano, no máximo (p. 196).

O fim do monopólio estatal, e a multiplicação dos canais de televisão privados, fez com que a relação entre esse esporte e a TV se modificasse profundamente. A concorrência privada acirrou a disputa pelos direitos de transmissão dos jogos, inflacionando os valores pagos aos clubes. Em 1985, por exemplo, os clubes que participavam do campeonato inglês recebiam, das emissoras ITV e BBC, cerca de 1,8 milhão de dólares por ano. A partir da entrada de uma nova concorrente, a Sky TV (uma TV por assinatura, via satélite), esses valores subiram rapidamente, até chegar aos 250 milhões de dólares anuais, em 1996. Ou seja,

“em 11 anos, o faturamento dos clubes com a televisão tinha se multiplicado por 139” (Caldeira, 2002, p. 25).

O aumento da exposição e audiência televisiva abria, por tabela, outras oportunidades de negócios. A cessão de placas de publicidade nos estádios, os contratos com as empresas fornecedoras de materiais esportivos, os patrocínios estampados nas camisas, a venda de produtos licenciados, tudo isso passou a render cada vez mais dinheiro aos clubes. Esse aumento de receita, porém, teve como uma de suas consequências a intensificação de tendências mercantilistas, que já vinham sendo gestadas pelo menos desde a década de 1970, quando o brasileiro João Havelange assumiu a presidência da FIFA, com o projeto de transformar o futebol em um grande negócio mundial.

À frente da entidade máxima do futebol, Havelange buscou promover no esporte uma mentalidade liberal e mercantil, ampliando a influência política da FIFA (em 1998, a FIFA contava com 203 países filiados, mais do que a própria ONU), e abrindo “novos mercados” para o esporte, seja duplicando o número de equipes na fase final da Copa do Mundo (saltou de 16 seleções em 1978, para 32, em 1998), seja realizando torneios internacionais e eventos em países até então sem nenhuma tradição no esporte (como a Copa do Mundo nos Estados Unidos, em 1994, ou o Campeonato Mundial de Juniores no Catar, em 1995). A Copa do Mundo de 1994, a última disputada durante seu mandato, ilustra bem a preocupação em atender aos interesses comerciais. Pouco antes deste torneio, a FIFA e a International Board, que sempre se mostraram muito resistentes em modificar as regras do futebol, anunciaram diversas inovações que visavam tornar esse esporte mais dinâmico, mais atrativo para o público norte-americano. A vitória passou a valer três pontos (para desestimular empates), alterou-se sutilmente a regra do impedimento (o jogador que estivesse na “mesma linha” do penúltimo adversário não era mais considerado impedido), foi permitida mais uma substituição (no caso do goleiro contundido), e foi vetado o uso das mãos pelo goleiro caso a bola lhe fosse recuada com os pés por um companheiro de equipe (Murray, *op cit*).

Além disso, a FIFA ordenou aos árbitros maior rigor contra jogadas violentas, intensificou sua campanha por Fair Play (Jogo Limpo), e passou a aceitar o uso de imagens de TV como prova legítima em julgamento de jogadores. Essas medidas buscavam inibir atitudes anti-desportivas, e melhorar a imagem pública desse esporte. No (tele)espetáculo futebol, “como em qualquer programa televisivo destinado ao entretenimento familiar, ofensas, agressões, palavrões, e qualquer atitude que possa servir de “mau exemplo”, não são bem-vindos” (Saldanha, 2007, p. 127).

Os torcedores não passaram incólumes a essas mudanças. A situação dos antigos estádios, de onde se assistia aos jogos de pé, exposto à chuva ou ao sol, e as expressões ruidosas, e por vezes violentas, dos torcedores, não combinavam mais com a nova realidade do futebol. Supostamente em nome da segurança e do conforto, os clubes reformaram seus velhos estádios ou até mesmo os substituíram por outros novos em folha, com arquibancadas cobertas, assentos para todo o público presente, câmeras de vigilância, melhores acessos, entre outras novidades.

Todavia, essas benfeitorias não vieram para o desfrute daqueles que estavam acostumados a frequentar esses espaços. O alto custo das obras e a diminuição da capacidade dos estádios foram utilizados como justificativas para um aumento significativo no preço dos ingressos. Consequentemente, os antigos torcedores, em sua maioria homens da classe trabalhadora, foram substituídos nas arquibancadas por famílias de classe média, com mais dinheiro para gastar nos produtos do clube e de seus patrocinadores. Para esse “futebol negócio”, que tinha no lucro seu principal objetivo, interessava menos abrigar o “torcedor fiel”, em sua relação sagrada com os símbolos e ícones tradicionais de sua paixão, e mais a um “torcedor-consumidor”, capaz de render bons dividendos para o clube e seus parceiros comerciais.

Neste sentido, em um processo que se inicia na Inglaterra, mas que logo vai sendo levado a outras partes, o combate à violência serve como justificativa para a adoção de uma série de medidas restritivas e excludentes, que buscavam modificar o comportamento geral dos torcedores nas arquibancadas, e expulsar do ambiente do futebol indivíduos ou grupos indesejáveis, incompatíveis com este novo “espetáculo midiático”.

Não se trata, portanto, de um exercício especulativo apontar que a exploração moral da questão da violência no futebol – real, porém propositalmente superestimada – tem claros objetivos de servir enquanto engodo, ou elemento de manipulação da opinião pública, para destravar os tabus políticos que evitavam ou comprometiam a aplicação de uma lógica mais profunda de mercantilização do futebol (Simões Santos, 2017, p. 133).

No Brasil, esse processo de mercantilização do futebol é mais sentido na passagem para os anos 2000, e é marcado por contradições e ciclos de hibridização, com a convivência de aspectos “modernos” e “tradicionais”, típicos de uma economia periférica. Fazem parte desse processo mudanças na legislação esportiva, na composição das receitas dos principais clubes, no formato de disputa dos campeonatos e na arquitetura dos estádios (Vimieiro *et al.*, 2019). No âmbito da legislação, após uma primeira tentativa, em grande parte frustrada, no início da década, com a Lei Zico (Lei 8.672/1993), a Lei Pelé (Lei n. 9.615/1998) cumpria a

missão de adequar as relações trabalhistas, bem como a estrutura e normas do desporto nacional, às demandas do mercado. No início da década seguinte, o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n. 10.671/2003) deu mais um passo nesse mesmo sentido, normatizando a relação entre o torcedor e o clube, procurando igualá-la a uma relação entre consumidor e promotor de espetáculo. No que se refere às receitas, embora as cifras ficassem bem abaixo das que eram praticadas nos principais centros do futebol europeu, por aqui também, seguindo a tendência mundial, cresceu a importância do dinheiro da televisão e das ações de marketing e diminuiu a relevância da bilheteria para as finanças dos clubes. Os principais campeonatos também foram modificados. O Campeonato Brasileiro passa a ser disputado em pontos corridos, como já era comum nas ligas europeias, a partir de 2003. A Copa do Brasil, que em sua primeira edição, em 1989, contava com 32 times, dobra de tamanho no fim dos anos 1990. O mesmo ocorre com o principal torneio continental, a Libertadores da América, que passa de 21 clubes na década de 1990 para 38, no início dos anos 2000. Essas mudanças visavam tornar as competições mais atraentes para os patrocinadores e para a televisão. Por fim, destacamos o processo de adequação dos estádios brasileiros às normas internacionais de segurança da FIFA, que exigia, entre outras medidas, assentos individuais para todo o público. Esse processo se inicia por aqui em 1999, com a reformulação completa do estádio Joaquim Américo Guimarães, em Curitiba, que passa a ser conhecido como Arena da Baixada, e a instalação de cadeiras nas arquibancadas do Morumbi e Maracanã, em ocasião dos preparativos para a primeira edição do Campeonato Mundial de Clubes da FIFA, no início de 2000. Essa tendência avançou na primeira década do século XXI, com o fechamento dos setores populares de alguns estádios, como a coreia, do Beira-rio (fechada em 2004), e a geral do Maracanã e Mineirão (fechadas em 2005), e se consolidaria de vez a partir da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014.

Mais do que uma norma técnica, esse processo de “individualização” do torcer precisa ser pensado em relação a processos sociais, políticos, econômicos e culturais mais amplos, que extrapolam o universo das torcidas e do futebol. No plano internacional, o colapso da União Soviética e o fim do “socialismo real”, em 1991, representou um duro golpe para a esquerda mundial. Sem o “espectro do comunismo” a rondar, o capitalismo passou a ser apresentado, ideologicamente, como um sistema apolítico e a-histórico. A livre concorrência seria incontornável, pois refletiria a “natureza humana”. O discurso neoliberal dominante convidava a abandonar a utopia de sociedades melhores, e resignar-se com a realidade capitalista, pois seus defeitos seriam “os defeitos do próprio homem”. Após a crise da dívida, nos anos 80, organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário

Internacional, passam a estabelecer um maior controle sobre os países tomadores de empréstimo, exigindo não apenas garantias macroeconômicas, mas também ajustes estruturais nas economias, como privatizações e cortes nas áreas sociais. Na expressão famosa da ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, “Não há alternativa”⁹. Ideólogos do capital anunciavam até mesmo o “fim da história”, ou o fim “das grandes narrativas”, decretando a vitória definitiva de um capitalismo global, que não poderia mais ser combatido ou superado, apenas “administrado” ou “aperfeiçoado” (Zizek, 2011).

Abre-se, assim, uma quadra histórica de intensa ofensiva do capital sobre os direitos, organizações e condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo o diagnóstico neoliberal, os sindicatos, ao estabelecer limites à livre exploração do trabalho e reduzir a taxa de lucro dos capitalistas, desmotivavam a competição e a inovação, contribuindo para a estagnação econômica. A solução, segundo os neoliberais, seria um Estado que: a) estabelecesse como principal meta o equilíbrio das contas públicas, impondo à sociedade um cenário de austeridade constante, em nome da estabilidade monetária; b) fosse forte no enfrentamento aos sindicatos (garantindo inclusive um desemprego estrutural, que contribuísse para regulação dos salários); c) se abstivesse de intervir na economia, ou de prestar serviços à sociedade, deixando espaço para a iniciativa privada; d) permitisse a autorregulação do mercado (Chauí, 2014). Não se tratava, portanto, de um “Estado mínimo”, mas sim de sua colonização pela racionalidade do mercado: “Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente ao serviço da economia dominante” (Santos, 2011. p. 66).

A essa refuncionalização do Estado, somar-se-ia, ainda, profundas modificações no mundo do trabalho, com a substituição do padrão produtivo taylorista e fordista por formas flexibilizadas e desregulamentadas. Essa mudança tem sido marcada pela expansão do trabalho parcial, temporário, precário, intermitente, subcontratado, terceirizado, auto explorado, e do desemprego estrutural (Antunes, 2015). Essa tendência global tem consequências ainda mais devastadoras em país capitalista periférico, como é o caso brasileiro, onde a utilização de mão de obra, historicamente, já se caracteriza pela superexploração e pela fragilidade e instabilidade dos vínculos laborais, e onde o Estado nunca garantiu, de fato, uma rede de proteção social básica a seus cidadãos (Santos, 2012).

Outra frase famosa de Margareth Thatcher, porém, nos alerta do principal: “Economia é o método: o objetivo é mudar a alma”¹⁰. Mais do que modificar o funcionamento da

⁹ “There is no alternative”. (tradução minha)

¹⁰ “Economics are the method: the object is to change the soul” (tradução minha).

economia, o neoliberalismo busca colonizar a vida social, imprimindo a lógica mercantil em outros aspectos do cotidiano. Ao impor o aumento do desemprego e da desigualdade social, a precarização das relações de trabalho, o recuo das políticas sociais, as privatizações e a mercantilização dos serviços públicos, o que se buscava era a ruptura dos laços de solidariedade de classe, que mantinham de pé as organizações da classe trabalhadora. Sob o signo do neoliberalismo, a competição selvagem, de todos contra todos, se torna a base material que conforma uma nova sociabilidade, onde o individualismo exacerbado vira condição de sobrevivência, e o outro, “coisificado”, é visto como inimigo, obstáculo à realização plena dos meus objetivos, que, portanto, precisa ser eliminado, removido. A noção de moralidade pública é reduzida, o egoísmo e o narcisismo celebrado, e a violência banalizada (Santos, 2011).

No pensamento neoliberal, não haveria classes sociais, ou divisões entre explorados e exploradores, mas somente indivíduos atomizados, que concorrem entre si, e são recompensados socialmente de acordo com seus méritos pessoais. O elogio constante à iniciativa individual, ou ao “empreendedorismo”, silencia, constrange, envergonha e culpabiliza o sujeito pela sua situação, apontando que a postura correta não é se indignar, mas sempre “correr atrás”. Sendo assim, projetos e organizações coletivas já não seriam interessantes, pois restringiriam a “liberdade” do indivíduo.

Esta forma de pensar deixou marcas em vários aspectos da vida social. No âmbito religioso, já estava em curso uma rearticulação de setores mais conservadores, que voltaram a ditar a linha política do Vaticano no papado de João Paulo II (1978-2005), determinando o afastamento progressivo da Igreja Católica das periferias e dos movimentos sociais. Leonardo Boff, importante teórico da Teologia da Libertação, seria condenado ao silêncio e ao ostracismo, em processo inquisitório conduzido pelo então cardeal Joseph Ratzinger (que em 2005 se tornaria Papa Bento XVI). As Comunidades Eclesiais de Base, tão importantes no processo de rearticulação da classe trabalhadora no Brasil no período da ditadura civil-militar, entraram em declínio, e perderam grande parte de sua capilaridade anterior. No vazio deixado por essas experiências, cresce a presença e influência de Igrejas Neopentecostais conservadoras, que orientam sua pregação e atuação pela Teologia da Prosperidade, expressão neoliberal e individualista da religiosidade, que compreende o sucesso econômico como uma recompensa divina, e convida os fiéis à sua busca (Torres, 2007; Pleyers, 2020).

Na luta sindical, o avanço da lógica neoliberal também teve efeitos profundos. Em 1991, surgia a Força Sindical, com a proposta de ser uma central “responsável”, que priorizaria a negociação e os interesses imediatos da categoria (contrapondo-se, assim, ao

“radicalismo” estéril da CUT). Na prática, porém, tratava-se de uma adesão explícita ao neoliberalismo, com direito a apoio ativo às propostas de privatizações e flexibilização das leis trabalhistas (medidas entendidas como sinal da “modernização” da economia brasileira). Mesmo a CUT, forjada em greves, piquetes, e no combate ferrenho ao “peleguismo” das “velhas direções sindicais”, que nasce como símbolo de independência de classe, e pelo livre direito à greve, durante os anos 1990 abandona paulatinamente a tendência classista e confrontacionista, em nome de uma prática sindicalista que naturaliza a concorrência entre sindicatos, territórios, ou categorias, e busca em acordos e parcerias com o patronato garantir “vantagens” à sua base. O “sindicalismo combativo” aos poucos dava lugar a um “sindicalismo propositivo”, que busca atuar sem perturbar o “bom ambiente de negócios”, ou ainda um “sindicalismo de serviços”, dedicado prioritariamente a gestão de planos de saúde, fundos de pensão e convênios comerciais. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, em 2003, e a incorporação de dirigentes da CUT à máquina estatal, contribuiria para intensificar o processo de burocratização e cooptação política e ideológica da maior central sindical brasileira (Alves, 2000; Antunes e Silva, 2015; Bezerra, 2017, Soares, 2013).

Na esfera política nacional, boa parte das esperanças de ampliação da participação popular e de transformação social criadas nos anos 1980 não se realizaram na década seguinte. O processo de redemocratização, ainda que tenha sido uma conquista das lutas populares, acabaria em grande medida tutelado pelos militares, incorporando em sua condução notórios ex-apoiadores da ditadura, dissidentes de última hora. Na sequência, a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, e depois de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e, novamente, em 1998, abriram caminho para a implementação de uma agenda neoliberal por aqui, frustrando, em grande medida, os planos de plena cidadania, e de construção de uma rede de proteção social no Estado brasileiro.

Na economia, os primeiros anos de democracia foram marcados por planos econômicos que se sucediam e fracassavam, sem conseguir conter a inflação galopante e a piora das condições de vida da população. A ditadura militar-empresarial havia deixado como legado, entre outras mazelas, centros urbanos inchados e extremamente desiguais, nos quais a percepção de violência era cada vez maior. O pessimismo generalizado inspirou a campanha de fim de ano da TV Globo, com o slogan: “Tente, invente, faça um 92 diferente”. O verão de 1992, porém, ficaria conhecido como o “verão do arrastão”, nova modalidade de roubo coletivo, protagonizado por jovens periféricos em praias, pontos de ônibus e áreas comerciais (Machado e Santos, 2019).

As reformas neoliberais que se seguiram, e que pretendiam “modernizar” a economia brasileira, adequando-a à nova fase de internacionalização do capitalismo, não se chocavam com a permanência de um conservadorismo autoritário. O pânico das “classes perigosas” servia para legitimar não só a sistemática repressão estatal a grupos subalternizados, como a livre atuação de grupos de extermínio. Contratados muitas vezes por comerciantes para “limpar a área”, essas quadrilhas tinham agora como alvo preferencial crianças e jovens periféricos e em situação de rua, como os 8 jovens que foram assassinados enquanto dormiam nas escadarias da Igreja da Candelária, em julho de 1993 (Mello Neto, 2021). O episódio, que ficou conhecido como Chacina da Candelária, serviu para dar visibilidade a uma prática sistemática nos grandes centros urbanos.

Em 1987, o MNMMR [Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua], junto ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) e a Pastoral do Menor de Duque de Caxias, órgão da Igreja Católica, constatam que muitos dos jovens assistidos por esta última entidade desapareciam e não mais voltavam. Então eles realizam uma investigação própria e concluem que 18 dos 60 jovens ajudados pela Pastoral haviam sido assassinados. Levam o fato ao conhecimento do Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Saboya, que encaminha as denúncias para a comissão especial de combate ao “Esquadrão da Morte/grupos de extermínio”. Os resultados da investigação posterior acabaram indicando que, de 1986 até 1988, 144 menores de 18 anos foram assassinados no Rio de Janeiro, 71% deles por armas de fogo. Os corpos, geralmente abandonados em local deserto, com marcas de tortura e fuzilados, portavam os signos dos “crimes do Esquadrão da Morte” (Mello Neto, 2021, p. 334).

Outros episódios, como o assassinato pelo exército de 3 operários que participavam de uma greve na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1988, a Chacina de Acari (11 pessoas, entre eles 8 adolescentes, sequestrados e mortos, em 1990), a Chacina de Vigário Geral (21 mortos por um grupo de extermínio, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em 1993), o Massacre do Carandiru (111 mortos, após a intervenção da Polícia do Estado de São Paulo em uma rebelião no presídio do Carandiru, em 1992), ou o Massacre de Eldorado dos Carajás (21 mortos pela Polícia Militar do Pará, em ação de reintegração de posse de uma fazenda ocupada pelo Movimento Sem-Terra, em 1996), apontam para a permanência, no imaginário social, de ideias autoritárias, que não reconheciam a plena cidadania de grupos sociais periféricos, racializados ou subalternizados, e permitia que seguissem vistos como “matáveis”. Na TV, programas sensacionalistas e policialescos, como Aqui e Agora (do SBT, em 1991), Cadeia Nacional (CNT, 1992) e 190 Urgente! (TV Transamérica, 1996), e Cidade Alerta (Rede Record, 1996), faziam grande sucesso, explorando e alimentando esse filão.

Por outro lado, novas quadrilhas do crime organizado, ligadas ao tráfico de drogas e armas, ganhavam visibilidade. Com o surgimento atribuído geralmente ao aprendizado sobre organização adquirido por presos comuns no convívio com presos políticos em complexos

penitenciários da ditadura, como o da Ilha Grande, esses grupos passaram a dominar as periferias dos grandes centros, e as disputas entre suas facções rivais dividiram o mapa das cidades (Amorim, 2011).

Ainda no campo da cultura, os bailes funk, onde MC's e equipes de som se apresentavam, ou os “bailes de galera” no qual grupos de diferentes comunidades participavam de uma competição musical, movimentavam as periferias, e promoviam uma mudança na sensibilidade das novas gerações, que passam a ter neles seu lugar de encontro e festa semanal. As quadras das escolas de samba, que outrora exerciam esse papel, se “elitizavam”, com a cobrança de ingressos, bebidas mais caras, e maior presença de turistas e pessoas de fora da comunidade nos ensaios.

Em oposição a isto, e para reclamação de muitos moradores, a festa funk ocorria na rua ou em espaços abertos. As caixas de som, paredes gigantescas alinhadas para produzir os efeitos desejados, inserem a música como tônica da festa. Além disto, a rua como festa possibilita a ação do comércio informal (Silva, 2019, p. 11).

As eventuais brigas e rivalidades que surgiam nessas festas, porém, se tornaram a principal atração de um tipo específico de baile funk, o “baile de corredor”. Expressão da banalização da violência, e da realidade cindida das cidades, neles o espaço no salão era dividido por um corredor em dois territórios, lado A e lado B, que se envolviam em uma briga ritualizada e coletiva que ocorria nesse espaço intermediário, onde jovens buscavam conquistar visibilidade e status trocando socos e chutes, em defesa de seu “território” (Cymrot, 2012). Gustavo Coelho (2018) soma ainda, aos bailes funks e torcidas organizadas, o Pixação e as turmas de bate-bola, como práticas que compõem o universo cultural de uma “juventude rueira” no Rio de Janeiro, compartilhando valores éticos e estéticos. O fluxo de jovens entre estas práticas periféricas também é notado em outras capitais, onde a repressão aos bailes funk, em Fortaleza e Recife, teria contribuído para transferir para as arquibancadas de uma sociabilidade jovem marcada por disputas territoriais e violência (Mourão, 2012; Morais, 2015; Vasconcelos, 2016; Pinheiro, 2020). Nas palavras de um integrante da Fanático, torcida organizada ligada ao Clube Náutico Capibaribe, entrevistado por Hugo Araújo (2021a):

Aqui no Recife, a prioridade era o bairro, não era a torcida. Porque começou a pegar esse negócio de galera dentro das torcidas depois que os bailes de corredor acabaram em 2005. Daí as galeras migraram pras torcidas e começaram a levar o baile funk pra dentro delas, e as lideranças não tiveram pulso pra segurar. A “pista” acabou se tornando a prioridade, e não o apoio ao clube. Teve bastante briga dentro das torcidas por causa das galeras. As torcidas perderam um pouco a ideologia por causa disso (p. 16).

Essa mesma sociabilidade belicosa, porém, também estava presente entre as classes médias, embora sem despertar o mesmo interesse da mídia e das forças policiais. O sucesso da família Gracie em competições de Artes Marciais Mistas faria do Jiu Jitsu brasileiro a nova moda entre os jovens das classes mais abastadas. Lutadores de academias rivais passariam a se enfrentar com frequência em boates e bares. A figura do “pitboy” brigão e de músculos avantajados, praticante de Jiu Jitsu, inspiraria o programa humorístico televisivo de maior audiência da época, o Casseta e Planeta, Urgente!, da TV Globo, a criar um personagem de grande sucesso, que frente à qualquer situação inesperada acreditava ter sua masculinidade posta em questão, e reagia violentamente, anunciando em seu bordão: “Vou dar... porrada!”.

Luiz Henrique de Toledo (2012) aponta outros indícios da emergência de uma masculinidade violenta, baseada em um “ethos guerreiro”, no discurso político de construção da imagem do presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Melo, bem como em outras produções midiáticas no início da década de 1990. As torcidas organizadas não passariam ao largo desse processo.

A produção de outras corporalidades pensadas alcançaria a retórica torcedora e outros agrupamentos juvenis, modulando um comportamento viril ao longo da década. Fortemente assentada na musculatura dos gestos, no exibicionismo e enfrentamentos corporais e no repertório de símbolos que ostentava em camisas e bandeiras, esta corporalidade pensada ganha traços a exprimir e moldar formas de socialidade (Toledo, 2012. p. 130-131).

Fato é que, a partir dos anos 1990, essas organizações passaram a ser apontadas como o grande mal do futebol brasileiro, únicas responsáveis pela violência nos estádios. Combater a violência nos estádios se tornou sinônimo de combater as torcidas organizadas, em um processo que, por tabela, favorece a colonização do espaço pela lógica mercantil.

Ao asfíxiar a existência das torcidas e seus repertórios expressivos, interdita-se as mediações coletivas que elas constroem na experiência do estádio de futebol. Deste modo, individualiza-se cada vez mais os elementos que compõem a massa torcedora, reduzindo-os à figura privatizada do consumidor (Araújo, 2021b, p. 94).

Estigmatizadas, criminalizadas, as torcidas se afastariam de outros movimentos sociais e de pautas externas ao futebol, e passam a ser cada vez mais atrativas para sujeitos interessados em participar dos embates corporais. O crescimento exponencial das torcidas nos anos 1990 levaria a sua subdivisão por bairros e territórios, dando origem a uma organização por 'pelotões', 'bondes', 'exércitos', 'comandos', 'destacamentos', 'esquadrões', 'famílias' (referência às máfias italianas), ou 'tropas', que junto aos cânticos de guerra e outros símbolos exibidos, evidenciavam o caráter bélico que passaria a predominar nessas organizações. A “pista” se tornava cada vez mais importante para as torcidas jovens.

Através dos usos do corpo materializam-se redes de significado que remetem à valores como coragem, honra, virilidade, em suma, de padrões de masculinidade que se estruturam a partir de códigos de enfrentamento pautados pela negação desses mesmos atributos no “outro” - isto é, nos torcedores rivais. É através do pertencimento ao grupo, das redes de interdependência construídas por meio dos núcleos de bairro da torcida, que esses valores se estruturam enquanto um projeto coletivo baseado na lógica do companheirismo e autoproteção. É esse projeto que a categoria nativa “pista” sintetiza” (Araújo, 2021, p. 11-12).

Na passagem para os anos 2000, essas disputas e divisões extrapolariam o âmbito local, e se tornariam nacionais, com a formação de redes de alianças (e rivalidades) entre torcidas de diferentes cidades, como a união “Punho cruzado” (UPC), formada pela Tricolor Independente e Dragões da Real (São Paulo); Camisa 12 (Inter-RS); Torcida Jovem do Flamengo; e Torcida Jovem do Sport, Dragões Atleticanos (Atlético-GO), e a Máfia Azul e Pavilhão Independente (Cruzeiro), Facção Jovem (Campinense-PB), e Piratas Azulinos (Remo-PA); a união “Dedo pro Alto” (DPA), formada pela Mancha Alviverde (Palmeiras), Galoucura (Atlético Mineiro), Força Jovem do Vasco, Torcida Jovem do Botafogo, Inferno Coral (Santa Cruz), Bamor (Bahia), Cearamor (Ceará), Império Alviverde (Coritiba), Terror Bicolor (Paysandu-PA), Garra Alvinegra (ABC-RN), Mancha Negra (ASA-AL), Trovão Azul (Confiança-SE), Torcida Jovem do Grêmio-RS, Tubarões da Fiel (Sampaio Correa-MA), Força Jovem do Goiás, Ira Jovem (Gama-DF) e Mancha Azul (Avaí-SC); e a união “Punho colado” (UPCO), formada pela Young Flu (Fluminense), Fúria Independente (Paraná Clube), Fúria Independente (Guarani-SP), Fúria Marcilista (Marcílio Dias-PR), Pavilhão 6 (Remo-PA); Falange Tricolor (Fluminense de Feira de Santana-BA) e a raça Tricolor (Paulista de Jundiaí-SP). No nordeste e norte do país, as rivalidades e alianças se organizam entre “Lado A” e “Lado B”, tendo no “Lado A” a Leões da TUF (Fortaleza), Jovem Garra Tricolor (Fortaleza), Mancha Azul (CSA-AL), Máfia Vermelha (América-RN), Trovão Azul (Confiança-SE), Bamor (Bahia), Inferno Coral (Santa Cruz), Jovem do Galo (Treze-PB), Jovem do Guarany (Guarany-CE), Motofolia (Moto Clube-MA) e Remoçada (Remo-PA); e “Lado B” com Cearamor (Ceará), Força Independente (Ceará), Jovem do Botafogo (Botafogo-PB), Comando Vermelho (CRB-AL), Garra Alvinegra (ABC-RN), Jovem Fanático (Náutico-PE) e Tubarões da Fiel (Sampaio Corrêa-MA) (SOUZA, 2018). Essas alianças, porém, são menos estáveis do que podem parecer à primeira vista, com algumas torcidas mudando de lado, ou estabelecendo alianças cruzadas, que tornam o quadro mais complexo (Perina, 2023).

Como temos afirmado até aqui, o associativismo torcedor expressa e dialoga com processos políticos, econômicos, culturais e sociais mais amplos, e não pode ser compreendido isoladamente. O abandono de preocupações políticas e do papel reivindicativo

frente a pautas extra clube; o bombardeamento ideológico do neoliberalismo, que exalta o individualismo e enfraquece as organizações coletivas; os processos de mercantilização que buscam alterar o público do futebol e sua relação com os clubes; a mudança de tratamento da mídia; a escalada da violência entre torcidas e as medidas repressivas da polícia e do ministério público, compõem o quadro geral que explica a “crise” das torcidas jovens no início do século XXI. Ainda que não tenham deixado de existir (pelo contrário, muitas registraram um crescimento expressivo no período) essas torcidas passaram a ser cada vez mais criminalizadas e questionadas socialmente, e veriam sua hegemonia nas arquibancadas ser ameaçada com o surgimento de diversos outros grupos, com outras práticas e valores, que passariam a disputar os sentidos sobre o torcer coletivo no Brasil.

3.5 Novas formas de torcer no Brasil, na primeira década dos anos 2000:

O réveillon de 2000 foi marcado por grandes expectativas e temores. Além de várias profecias apocalípticas que se popularizaram no momento, havia o medo de que uma pane geral nos computadores, o chamado “bug do milênio”, paralisasse diversos serviços públicos e setores da economia. No fim, nada disso aconteceu, e a mudança no calendário ocorreu sem maiores incidentes. Mas o episódio é um bom indício da importância que a informática já tinha adquirido em nosso cotidiano.

Na ordem do dia, o tema era “Globalização”. O mundo se apresentava conectado como nunca, e a internet era o grande símbolo desse novo tempo. No discurso hegemônico (neoliberal), essa tendência era apresentada como algo inevitável e irreversível, resultado direto de novas tecnologias de transporte e comunicação, que permitiam o fluxo ágil e ininterrupto de pessoas, informações, mercadorias e capitais. O progresso viria da capacidade das nações se integrarem a essa nova ordem global, eliminando medidas protetivas à cultura e economia nacional, o que incluía remover barreiras alfandegárias e desregular o mercado financeiro e o mercado de trabalho (Saad Filho, 2015). A integração econômica de vários países, em blocos como a União Europeia, o NAFTA, e o Mercosul, prometia borrar as fronteiras e levar à obsolescência os Estados Nacionais e a política tradicional, consolidando uma nova cidadania global.

Porém, esse mundo sem barreiras, de relações mais horizontais e de livre concorrência, prometido pelo discurso neoliberal, nunca se concretizou. Ao invés de apagamento de fronteiras, o que se viu foram os Estados Unidos e a Europa se apressando

para construir novos apartheids, com muros em suas divisas e medidas que buscavam conter o fluxo migratório vindo dos países do Sul Global, deixando claro que as benesses da prosperidade capitalista não eram para todos. Já a propalada mobilidade do capital favoreceu apenas aos grandes conglomerados multinacionais, que pulverizaram suas atividades por unidades produtivas espalhadas pelo mundo (principalmente os processos de montagem) e passaram a usar a possibilidade de mudança como estratégia para chantagear estados nacionais (em busca de fatias cada vez maiores do fundo público), e convencer trabalhadores a aceitarem rebaixamento salarial, intensificação do trabalho e retirada de direitos.

As fórmulas e acordos que prometiam “modernizar” as economias dos países periféricos, e foram impostas a eles por organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, na prática “chutaram a escada”, impedindo projetos autônomos de desenvolvimento, aprofundando a dependência e a subordinação destas economias ao capital internacional (Chang, 2004). Mais vulneráveis a crises sucessivas, essas economias passam a viver em tempo de permanente alarde, no qual a política de austeridade se impõe como padrão constante e inquestionável, levando ao rebaixamento das condições de vida e a instauração de uma selvagem ordem social hipercompetitiva e individualista, com efeitos profundos sobre a subjetividade da classe trabalhadora. A lógica da livre concorrência se impõe, assim, como modelo ideológico hegemônico, em um período que, não por acaso, se diz pós-ideológico (Zizek, 2011). Esgarçados os laços de solidariedade, descredibilizadas as tradicionais ferramentas de luta da classe trabalhadora, só resta aos sujeitos, entregues à luta de todos contra todos pela sobrevivência, buscarem sentido para a existência internamente. A intervenção no plano coletivo é resumida à esfera do consumo consciente. A busca incessante pelo “verdadeiro eu”, e a conseqüente fuga do “eu coletivo”, é expressão dessa tendência despolitizante (Mészáros, 2009; Zizek, 2013).

Isso não significa, porém, que esse avanço de tendências descivilizatórias tenha ficado sem respostas por parte dos oprimidos e explorados do mundo. Um novo ciclo de lutas se abriu, aproveitando as novas tecnologias e trazendo novidades nas formas organizativas e performances de enfrentamento. O marco inicial desse ciclo é o dia 1º de janeiro de 1994, quando camponeses de várias etnias indígenas, organizados no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), irrompem em um levante armado no estado de Chiapas, no sudeste mexicano. Não por acaso, a data escolhida coincide com a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que alterava a Constituição

Mexicana, pondo fim aos “ejidos”, uma forma de propriedade de terra de uso coletivo, conquistada na Revolução Mexicana de 1910.

Além de afirmar sua identidade indígena e o direito às suas práticas e propriedades tradicionais, os zapatistas se diferenciam das clássicas guerrilhas latino-americanas das décadas de 1960 e 1970 tanto por seus objetivos, quanto por sua dinâmica de funcionamento. Críticos do sistema político mexicano, e mesmo de um “estadocentrismo”, o EZLN não almejava a tomada do poder estatal para si, mas sim a construção de territórios autônomos e auto-governados, onde pudesse florescer uma nova política, participativa e democrática, “onde quem mand[asse], mand[asse] obedecendo” (EZLN, 1996). Da mesma forma, sua organização interna também se orientava pelo princípio da horizontalidade e da democracia direta, com decisões tomadas por assembleias e em amplas consultas às comunidades, sem alimentar hierarquias ou cultuar lideranças (sua figura pública mais proeminente, o Subcomandante Marcos, só aparecia em público com o rosto coberto, e se apresentava apenas como um porta voz do movimento). Por fim, os zapatistas inauguraram uma nova forma de fazer política, se apropriando do novo instrumental tecnológico para uma disputa comunicativa e midiática, com o uso constante da internet como meio de divulgação de manifestos, livros e artigos, que buscavam dar visibilidade às suas formulações e posicionamentos, angariar apoios internacionais e ampliar o alcance político de sua luta (Silvestre Neto, 2001).

Se o caráter transnacional da governança do capitalismo mundial se tornava cada vez mais evidente, os movimentos contestatórios buscavam também se organizar dessa forma. Outras organizações ativistas surgiram pelo mundo, pautando seu funcionamento e atuação nas possibilidades abertas pelas novas tecnologias de comunicação. Em 1993, em Mons, na Bélgica, foi realizada a Primeira Conferência da Via Campesina, que busca articular movimentos camponeses das Américas, África, Ásia e Europa. Em 1996, convocado pelos zapatistas, aconteceu no México o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, reunindo 3 mil pessoas de 42 países. Já em fevereiro de 1998, simultaneamente à conferência da Organização Mundial do Comércio, movimentos de todos os continentes se reuniram em Genebra, na Suíça, onde lançaram uma rede de coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado, designada por Ação Global dos Povos. Em maio, mais de 70 mil pessoas se reuniram na Inglaterra para protestar durante uma reunião do chamado G8 (união entre os governos da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia). Em novembro, dezenas de milhares de ativistas se reuniram em Seattle, durante uma Conferência da OMC, e se envolveram em uma batalha campal pelas ruas da cidade contra as forças policiais, no que ficou conhecido como “Batalha

de Seattle”. Sobre esse episódio, Francis Sodré (2011) destaca o modo inovador como os ativistas se organizaram:

A batalha de Seattle inova na forma de organiza o dos protestos por utilizar o conceito de afluência e a lógica da rede como estrutura de ataque. A afluência (swarming)   um modo estratégico - de aparência amorfa, mas deliberadamente estruturado e coordenado - de golpear, vindo de todas as dire es, um ponto particular ou vários pontos por meio de uma pulsa o sustentável de força ou de fogo mantida a partir de uma posi o de resistência próxima. Uma sofisticada doutrina de guerra em rede (netwar).

Em Seattle, os participantes se organizavam a partir de sua própria escolha, em pequenos grupos de afinidades - equipes autossuficientes, pequenas e aut nomas, de pessoas que partilham princípios, objetivos, interesses, planos ou outras similaridades que os tornassem capazes de trabalhar juntos. Cada grupo decidia por si por quais a es seus membros iriam responsabilizar-se ao risco de serem presos. Diferentes pessoas em cada grupo assumiam diferentes fun es, mas todo o esforço era feito para acentuar o fato que nenhum grupo tinha um líder único (p. 1782).

Com esse método horizontal, radicalmente democrático, sem líder ou coordena o central, os manifestantes foram capazes de impedir a realiza o do evento, em um dos grandes marcos desse ciclo de lutas. Nos anos seguintes, movimentaaes semelhantes foram vistas em cada novo encontro das principais organiza es financeiras internacionais, e outras redes foram formadas, como a Direct Action Network (DAN), a Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne (ATTAC), a Marcha Mundial das Mulheres, a Assembleia dos Pobres e o Movimento de Resistência Global (Amorim e Arias, 2009).

Essa nova onda de ativismo ficou conhecida como altermundialismo (ou Movimento Altermundialista, ou ainda, Movimento por Justiça Global). Em comum, a busca dos movimentos por estabelecer vínculos entre as lutas locais e seus determinantes globais a partir de dois eixos básicos: a recusa da transforma o de todas as atividades humanas em mercadorias, e a defesa da democracia e da autonomia dos povos frente ao poder avassalador do mercado. Tratavam-se, portanto, de movimentos ambientalistas, sindicalistas, feministas, camponeses, indígenas, religiosos e militantes dos direitos humanos, que passaram a se organizar em redes transnacionais, utilizando-se das possibilidades abertas pela internet, e lutar por reconhecimento cultural e redistribui o material, em pautas que incluíam o repúdio ao capitalismo (ou, ao menos,   sua variável neoliberal), liberdade para modos de vida alternativos, medidas para a redu o da pobreza, livre acesso ao conhecimento e produ es humanas (questionando patentes e propriedades intelectuais), e pela livre circula o para os trabalhadores.

Buscando fortalecer essas redes, a partir da troca de experiências e constru o de consensos possíveis, movimentos e organiza es não-governamentais construíram o Fórum Social Mundial. Esse evento anual foi pensado inicialmente como contraponto ao Fórum

Econômico de Davos, na Suíça, e teve sua primeira edição em 2001, em Porto Alegre. Em pauta, a busca por uma globalização alternativa, construída “desde baixo”, ideia resumida no slogan “Um outro mundo é possível” (Gómez, 2002; Levy, 2009; Sodré, 2011).

Ainda que houvesse entre movimentos e organizações altermundialistas diferenças significativas de atuação e concepção política, é inegável que essas redes ativistas cumpriram um papel importante de crítica e resistência ao avanço da agenda neoliberal. Na América Latina, especialmente, contribuíram para manter viva a oposição a governos neoliberais, e abriram caminho para a chamada “onda rosa”, quando partidos e lideranças de esquerda, ou minimamente progressistas, que vocalizavam críticas ao modelo neoliberal, chegaram ao poder em diversos países da região.

Iniciada com a vitória de Hugo Chávez em 1998, na Venezuela, a onda rosa seguiria com a eleição de Ricardo Lagos no Chile (2000), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006) e Fernando Lugo no Paraguai (2008). Tratava-se de um fenômeno sem precedentes em uma região onde a política institucional sempre foi dominada por oligarquias, tiranos ou, na melhor das hipóteses, governos conservadores eleitos democraticamente (o desfecho da única experiência anterior de um governo de esquerda democraticamente eleito na região, Salvador Allende, no Chile, confirma tragicamente a regra).

Em comum, esses governos buscaram, internamente, realizar uma recuperação discursiva e prática do Estado como agente promotor do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, com ênfase em políticas sociais de combate à pobreza extrema e ampliação de canais de participação social. Já no âmbito das relações internacionais, priorizaram as relações “sul-sul”, buscando uma maior autonomia em relação a organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e recusando a proposta de construção de um bloco econômico com os países da América do Norte (a Aliança de Livre Comércio das Américas - ALCA), ao mesmo tempo em que buscaram fortalecer e ampliar os mecanismos regionais já existentes, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que, mais do que um acordo alfandegário, transformou-se em um instrumento de promoção da integração cultural da região (Silva, 2015). Como exemplo de iniciativas do Governo brasileiro nesse sentido, podemos citar a Lei n. 11.161, sancionada pelo Presidente Lula em 2005, que tornou obrigatória a oferta do ensino da língua espanhola nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, e a criação da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino Americana), em 2010.

No âmbito artístico e cultural, o repúdio às tendências homogeneizadoras da globalização, e a busca por uma maior integração regional, se expressaram no surgimento de certo “cosmopolitismo alternativo”, no qual a ideia de “latinidade” tinha destaque. Exemplo nesse sentido são as novas fanfarras cariocas, ou o neofanfarrismo, movimento que cumpriu um importante papel no processo de “renascimento” do carnaval de rua do Rio de Janeiro, no início do século XXI. A partir de uma releitura das tradicionais fanfarras, bandas de percussão e sopro que se apresentam em cortejos, comuns em desfiles cívicos, esse movimento buscou emprestar à sua performance artística uma dimensão política, como um novo modo de ocupar as ruas, de forma nômade e lenta, favorecendo a encontros sociais e trocas culturais (Herschmann, 2013; Herschmann e Cabanzo, 2016).¹¹

A tendência a uma maior integração regional também pôde ser observada no futebol, onde mudanças nas competições continentais propiciaram um contato mais frequente entre os clubes e torcidas da região. A Copa Libertadores da América, principal torneio sulamericano de clubes, foi criada em 1960, envolvendo apenas o campeão nacional de cada país. Seis anos depois, passou a incluir também os vice-campeões, totalizando 21 clubes (dois representantes de cada um dos 10 países filiados à Conmebol, mais o campeão do ano anterior). Com pequenas variações contingenciais esse modelo de disputa permaneceu inalterado até o fim da década de 1990, quando a Conmebol passou a ampliá-la sistematicamente, como parte de uma estratégia comercial que buscava torná-la mais atrativa para a mídia e patrocinadores. Assim, em 1998 duas equipes mexicanas passaram a disputar o torneio, como convidadas. Em 2000, o torneio foi ampliado para 34 clubes, e o Brasil ganhou mais duas vagas fixas entre os participantes. Já em 2004, nova ampliação, para 36 clubes participantes, e uma quinta vaga fixa para o futebol brasileiro. Além da Libertadores, foram criados também outros torneios continentais secundários: a Supercopa Sul-Americana, disputada entre 1988 e 1997, pelos clubes que já haviam sido campeões da Libertadores; a Copa Conmebol (de 1992 a 1999), a princípio com os melhores colocados nos torneios nacionais excluídos os já classificados para a Libertadores¹²; a Copa Mercosul (de 1998 a 2001), com equipes de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, convidadas de acordo com o apelo comercial; e, finalmente, a

¹¹ No final da década seguinte, surge no Rio de Janeiro uma organização torcedora abertamente inspirada nesse movimento. A Fanfarras Festiva Tricolor procura valorizar e promover uma cultura festiva e popular de arquibancada, disputando dentro e fora dos estádios os sentidos do torcer pelo Fluminense. Uma análise mais aprofundada desse agrupamento ímpar, porém, foge ao escopo deste trabalho.

¹² Considerada economicamente muito pouco atrativa pelos clubes, a competição sofreu com inúmeras desistências, e outros critérios de classificação acabaram sendo adotados ao decorrer da década, como o título de torneios regionais (Taça Rio-São Paulo, Copa Norte, Copa Nordeste, Copa Centro-Oeste e Copa Sul).

Copa Sul-Americana, que a partir de 2002 se consolidou como o torneio secundário do continente.

Esse maior contato com países vizinhos, seja pelo surgimento de um ativismo transnacional, seja produto de uma estratégia política dos governos da região, ou ainda pelo aumento do número de clubes envolvidos em torneios continentais, favoreceu o surgimento de uma nova forma de torcer por aqui. Com elementos estéticos inspirados nas torcidas uruguaias e argentinas, as primeiras “barras”, ou “torcidas de alento”, ou ainda “movimentos”, passaram a ocupar (e disputar) as arquibancadas brasileiras. Uma das primeiras torcidas desse tipo no Brasil é a Geral do Grêmio, fundada em 2001, e analisada por Francisco Rodrigues (2012), no trabalho “Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001 – 2011) da rebeldia à institucionalização: mudança na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro”, por Guilherme Baziewicz de Carvalho e Silva (2017), em “O descontrole já está formado: tédio, identidade, violência e cultura de arquibancada”, e mais recentemente por Elias Oliveira (2023), autor de “‘Pasos al costado’: Uma história do processo de constituição das barras e platinização do torcer no Rio Grande do Sul (2001-2011)”. Outros agrupamentos, que seguem esse novo modo de organização torcedora também são objeto de análise em outros trabalhos, como, por exemplo “Entre a Fúria e a Loucura: Análise de duas formas de torcer pelo Botafogo Futebol e Regatas”, de Isabella Menezes (2010); “Porque a nossa é uma torcida diferente: uma etnografia do Movimento Popular Loucos pelo Botafogo”, de Eduardo Mourão (2012); “O jogo na arquibancada: o Setor Alvinegro e as performances do torcer no contexto do futebol espetacularizado”, de Diego Morais (2015); “Além dos 105 minutos: currículo cultural e (re)produção de modos de ser torcedor”, de Mauro Lúcio Maciel Júnior (2019), e “A arquibancada enquanto projeto: movimentos de torcida e a nova economia do futebol no Brasil” de Hugo Macedo de Araújo (2021b).

A influência da forma de torcer das torcidas do cone sul nesses novos agrupamentos pode ser notada principalmente em suas performances nas arquibancadas. Primeiro pelo apoio incondicional e incessante, sem espaço para críticas ou vaias à equipe durante o transcórre do jogo. Visualmente, esses novos agrupamentos substituem os bandeirões e as bandeiras de mastro de bambu, comuns nas torcidas jovens e utilizadas em momentos específicos do jogo, por tirantes (faixas que ficam dispostas de forma a atravessar a arquibancada, de cima a baixo, marcando territorialmente o espaço da barra), trapos (faixas menores que trazem homenagens a jogadores ou torcedores, referências ao local de origem dos torcedores, ou frases de incentivo ao time), e as bandeirolas (pequenas bandeiras, que são tremuladas durante todo o

jogo). Musicalmente, ao invés de canções curtas, muitas vezes apenas um refrão, entoadas ao ritmo de samba ou funk, que favorecem à explosão da arquibancada nos momentos mais emocionantes, as barras trazem um ritmo mais cadenciado, mais próximo da cumbia, que é cantada de modo contínuo, acompanhadas não por palmas, mas sim por um gestual típico (a mão aberta, braço semi-estendido para o alto, e repetida extensão do punho). Na condução rítmica, ao invés de uma bateria de samba, uma banda de murga, que inclui seu bumbo tradicional (vertical, com um prato em cima) e instrumentos de sopro.

Porém, embora as torcidas dos países vizinhos sirvam como referência inegável e constantemente reafirmada por esses agrupamentos¹³, há diferenças importantes entre as barras uruguayas e argentinas e o modo como esse modelo foi apropriado no Brasil, que indicam a existência de outros elementos constitutivos dessa nova forma coletiva de torcer. Primeiramente, pela existência por aqui de um modelo anterior, já consolidado, do qual era necessário se diferenciar. As barras brasileiras surgem em um contexto onde as torcidas jovens estavam em crise, constantemente questionadas e criticadas pela mídia e por outros torcedores, seja pelo seu foco cada vez maior em brigas com torcedores rivais, seja por disputas e divisões internas, seja ainda por frequentes desconfianças sobre a honestidade de seus dirigentes no trato com o patrimônio e recursos da torcida. Não por acaso, muitos dos fundadores dessas barras são ex-integrantes de outras torcidas, descontentes com seus rumos.

O desejo de se diferenciar das torcidas jovens se manifesta de várias formas. Primeiramente pelo repúdio à violência. Enquanto a briga, ou pelo menos a exibição performática de certa “masculinidade agressiva”, é parte fundamental da experiência torcedora tanto das torcidas jovens (Teixeira, 2003; Lopes e Cordeiro, 2010), quanto das barras nos países platinos (Cabrera, 2022), por aqui esses agrupamentos se constituíram buscando evitar o estigma da torcida violenta, identificada como um fator de afastamento de possíveis torcedores do estádio.

Eu já fiz parte de torcida organizada, já participei da composição da principal organizada do clube, e a gente, querendo ou não, sabe que a organizada ela tem dois lados: tem o seu papel importante social, tem seu papel importante também na festa das arquibancadas, e tem outras coisas por trás dela que acabam afastando determinados tipos de torcedores, acaba afastando famílias, acaba afastando torcedor que só tão ali mesmo para apoiar seu clube. E esse foi um dos entraves. Isso que a gente pensou: o que a gente pode fazer para resgatar esse torcedor? Para trazer esse torcedor de volta? Para criar um ambiente mais favorável para que todo mundo torça

¹³ Francisco Rodrigues (2012) cita que, durante uma edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a Geral do Grêmio teria oferecido a torcedores da Argentina, Uruguai e Chile presentes na cidade um churrasco, e que depois esses torcedores teriam acompanhado, junto à torcida, um jogo do Grêmio, no Estádio Olímpico. Esse evento teria contribuído para garantir à primeira barra brasileira certa legitimidade perante as torcidas dos países vizinhos.

junto? O nosso foco é só torcer pelo nosso clube, para que a gente tenha aqui uma criança, um adulto, alguém de mais idade, todo mundo, com esse foco.¹⁴

Essa preferência por práticas e expressões menos beligerantes (e mais acolhedoras), focadas exclusivamente na festa das arquibancadas, além de favorecer a uma composição diferente da torcida, com a participação, por exemplo, de mulheres em tarefas e postos relevantes, o que não ocorria com frequência nas torcidas jovens, também estava alinhada com os interesses mercadológicos do futebol como espetáculo. Não por acaso, Hollanda, Azevedo e Queiroz (2014) apontam para uma mudança de estratégia da mídia, que passava a dar maior espaço visual e sonoro às manifestações da torcida em transmissões, utilizando essas torcidas “exemplares” como parâmetro de bom comportamento nos estádios.

Por outro lado, esses novos grupos buscam acionar elementos da tradição popular, que se contrapõem ao “futebol moderno”, para justificar seu modo de torcer. Araújo (2021b) aponta o uso comum, em materiais nos estádios e manifestações nas redes sociais, de referências constantes à história do clube, ou de uma estética retrô, que buscam emular autenticidade, como também deixa transparecer o nome de algumas dessas barras, como Geral do Grêmio, Guarda Popular do Inter, O Bravo ano de 1952 (Fluminense), Os centenários (Náutico), Turma Tricolor (uma referência ao hino do E. C. Bahia), e O Bravo ano de 1918 (Fortaleza). Da mesma forma, o apoio incondicional e incessante é significado pelos sujeitos como “um resgate” de uma tradição supostamente perdida.

Criamos o movimento Turma Tricolor, a princípio no ano de 2015. (...) Por que no norte, aqui no caso é o setor atrás do gol, já fica a principal organizada do clube, e a gente tinha em mente mudar a dinâmica, o jeito do torcedor. Resgatar como era o torcedor de antigamente, mais raiz, mais participativo, mais atuante, de pé. A gente via praticamente o estádio todo morto, e só o setor da organizada que era o setor atuante. Então a gente decidiu se estabelecer justamente nesse setor leste do estádio, esse setor vamos dizer assim, mais “gourmetizado”, para tentar mudar aquela realidade.¹⁵

Faz parte ainda dessa mudança performática a afirmação da identidade clubística acima do pertencimento à própria torcida. Nota-se uma ausência de preocupação com relação à padronização das vestimentas no interior da torcida, com a adoção de camisas e agasalhos do clube ao invés de vestimentas próprias, e cânticos e materiais que buscam celebrar o clube, seus personagens, sua história e tradição, ou a relação de amor entre torcida (de forma ampla) e o clube, sem exaltações ao próprio agrupamento e sua reputação, e sem xingamentos e ameaças aos rivais (Teixeira, 2013).

¹⁴ Trecho de uma entrevista realizada com uma liderança de uma barra brasileira, realizada em 2020 pelo GEFUT, como parte do Projeto Academia e Futebol.

¹⁵ Trecho de uma entrevista realizada com uma liderança de uma barra brasileira, realizada em 2020 pelo GEFUT como parte do Projeto Academia e Futebol.

A opção por reforçar um vínculo direto com o clube, ao invés do vínculo mediado pela coletividade, também expressa uma diferença na forma de organização, e na construção da subjetividade torcedora. Naquele momento, dentro do processo de implementação de práticas empresariais de gestão, os clubes buscavam fontes de receitas menos flutuantes, que favorecessem uma administração economicamente “mais racional”. Neste contexto, o desejo de resgatar o público do estádio como receita relevante, e ainda o desejo de diminuir simbolicamente o poder das torcidas organizadas sobre a direção, leva aos clubes a promoverem modelos associativos mais acessíveis, embora com menos direitos, denominados programas de sócio-torcedores. Na mesma direção, as primeiras barras brasileiras teciam críticas à burocratização das torcidas jovens, identificando na manutenção dessa estrutura uma fonte de deturpação dos “verdadeiros interesses da torcida” (o apoio ao clube, e a festa nas arquibancadas) e de corrupção de seus dirigentes. A relação direta, individualizada (muitas vezes, incentivando a adesão ao sócio-torcedor do clube), é pensada como mais “desinteressada” e “pura”, expressão de uma doação missionária ao clube, mesmo que mediada coletivamente (Menezes, 2010; Rodrigues, 2012). Hugo Araújo (2021b) dá mais detalhes do modelo de organização de uma barra brasileira:

Mobilizando um novo modelo de organização, esses agrupamentos se caracterizam por uma estrutura mais fluida e descentralizada, onde os integrantes - e não mais os “filiados” - estão dispostos de maneira mais horizontal em relação aos modelos anteriores. Existem lideranças que assumem as responsabilidades da torcida, tais como cuidar do patrimônio, transportar material, organizar as festas e caravanas, encarregar-se dos canais de comunicação e diálogo com o clube, autoridades e meios de comunicação. No entanto, elas não costumam estar representadas em cargos burocráticos formalizados estatutariamente, de modo que as responsabilidades são menos verticais e institucionalizadas (p. 121).

Sem contar com uma estrutura que demande uma administração mais complexa (como sede com funcionamento diário, oferta de atividades variadas, funcionários contratados, etc), as barras optam por uma organização mais informal e horizontal, com foco exclusivo na promoção da festa na arquibancada. Esse modelo difere não só das torcidas jovens brasileiras, como também das barras argentinas, que possuem uma hierarquia clara, onde todo o poder (e os recursos que ele proporciona) é centralizado em mãos de um líder destacado, conhecido como “capo”, e um círculo pequeno ao seu redor. Em alguns casos, a figura desse líder parece até mesmo corporificar a própria barra (Moreira, 2008). As barras brasileiras, em contraponto, não têm dono, ou figura pública proeminente à frente. Elias Oliveira (2023) relata, como exemplo disso, o episódio envolvendo um ex-capo (Hierro Martins) da Guarda Popular, barra do Internacional de Porto Alegre, que tentou levar para a arquibancada um trapo escrito “A barra do Hierro”, mas foi prontamente desautorizado pelos demais torcedores.

A organização das barras brasileiras é aberta, sem grandes formalidades ou obrigações que extrapolam em muito o tempo e o espaço do jogo. Não há “batismo”, filiação ou carteirinha. A chegada ao estádio muitas vezes é dispersa, realizada individualmente ou em pequenos grupos de amigos, sem nenhum ritual coletivo ou concentração prévia obrigatória. Excetuando os responsáveis direto por transportar e organizar os materiais nos estádios, os demais membros se encontram muitas vezes apenas nas arquibancadas, e se despedem logo após o término da partida,

É de se notar, que esse modelo organizacional fluido e horizontal, que dispensa processos mais elaborados de construção de identidades e preza pela preservação da individualidade, abrindo espaço para certa “espontaneidade”, guarda certa similitude com a dinâmica de funcionamento dos movimentos altermundialistas, que marcaram o ativismo social do início do século XXI. Mais uma vez, o torcer (e as organizações torcedoras) se mostra conectado com processos sociais e culturais mais amplos. Da mesma forma, a dispersão de pautas e a fragmentação das organizações que se observava no ativismo, se manifestava também nas arquibancadas. O desejo de superar o modelo das torcidas jovens, se afastando do estigma da violência, faz surgir nas arquibancadas brasileiras outros agrupamentos, reunidos em torno de outros marcadores identitários, que passam a disputar os sentidos e valores ali presentes. Um exemplo é a Cangaceiros Alvinegros, torcida do Ceará fundada em 2011 e analisada por Artur Vasconcelos (2016), na tese: “‘Nordestinando as arquibancadas’: os cangaceiros alvinegros no universo das torcidas organizadas cearenses”, que busca se pautar como um “movimento cultural” de resgate e valorização da cultura nordestina, e pela crítica à violência entre as torcidas. Além desse grupo, podemos citar também as Torcidas Metal, aglutinadas em torno de um estilo de vida que tem o gosto pelo rock como elemento central, como a Galo Metal, do Atlético Mineiro (1995), Movimento Headbanger Cruzmaltino – Vasmetal, do Vasco da Gama (2005), e Movimento Metalhead Coral Metal, do Santa Cruz (2006). Torcidas Rastas e Reggae, marcadas pela adesão de seus participantes à “filosofia rasta”, que envolveria o gosto pelo reggae e a adesão a uma retórica pacifista, como a Rasta do Vasco (2007), a Família ABCReggae (2015), Comando Rasta do Sport (2015), e Rasta do Grêmio (2016). Torcidas Chopp, que elegem a socialização (regada ao consumo de bebidas alcoólicas) como objetivo central da torcida, como Coxaceiros, do Coritiba (2002), Botachopp, do Botafogo (2003), Remo Chopp (2007), e Leões Open Bar, do Fortaleza (2014). E mais recentemente Torcidas Gospel, como a Ceará Gospel e o Movimento Cristão, do Fortaleza, (ambas de 2017).

A escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, no final da primeira década do século XXI, acelerou e agudizou tendências neoliberais que vinham sendo gestadas desde a década de 1990. Entre elas, a substituição do público, e a imposição de uma nova forma de vivenciar o futebol, que passava pela restrição do acesso (estádios menores e mais elitizados) e pela modificação do comportamento, a partir de sua individualização crescente do público e de novas normatizações e formas de vigilância (Mascarenhas, 2014; Simões Santos, 2017; Ribeiro *et al.*, 2017). Ao mesmo tempo, o cerco às torcidas jovens aumentava, com punições e restrições mais duras e frequentes, principalmente após a modificação do Estatuto do Torcedor, em 2010, que obrigava a torcida a responder civilmente e solidariamente por atos cometidos por um de seus membros (Reis Lopes e Martins, 2014).

Entre as obras nos estádios, as exigências da FIFA, e mudanças na legislação, o destino do futebol brasileiro parecia traçado. Mas, no meio do caminho, havia junho de 2013. Um mês em que tensões sociais antes represadas na sociedade brasileira, e aparentemente sob controle, vieram à tona de maneira explosiva. A propaganda de carro na TV alertava que “a rua era a maior arquibancada do Brasil”, e nem as arquibancadas, nem as ruas do Brasil seriam as mesmas depois daquele mês.

4 A TAU N-NE E O ASSOCIATIVISMO TORCEDOR NA CONTEMPORANEIDADE: NOVOS SUJEITOS, NOVAS FORMAS, NOVAS PAUTAS

O tempo histórico não é indiferenciado. Não é possível dividi-lo exatamente em partes iguais, que se sucedem com precisão e regularidade. O desenrolar dos acontecimentos não segue sempre o mesmo ritmo, como nos fazem crer os ponteiros de um relógio. Há décadas que se arrastam, e nada acontece, e há dias onde tudo acelera e precipita. Marx já dizia que o motor da história é a luta de classes. Mas, embora ela nunca cesse, nem sempre podemos perceber o seu funcionamento. Álvaro Linera (2018) compara essa dinâmica ao movimento das placas tectônicas. Na maior parte do tempo, esse movimento é praticamente imperceptível, e tudo parece estável. Mas as tensões nunca deixam de se acumular e, de tempos em tempos, irrompem à superfície, fazendo com que tudo o que era sólido se desmanche no ar, como abalos sísmicos ou erupções vulcânicas que redefinem a geografia, abrem novas possibilidades, e tornam realidade o que antes parecia impossível.

Junho de 2013 é um acontecimento incontornável na história recente do país. Para o bem ou para o mal, o Brasil não seria o mesmo após aquele mês. As inesperadas manifestações multitudinárias que tomaram as ruas das principais capitais abalaram o transcorrer modorrento e asséptico da política brasileira, tornando tudo intenso e acelerado a partir de então. Rasgado o véu da tecnocracia e da “pós-política” que há tempos revestia a gerência neoliberal do estado, a política foi trazida de volta às ruas e ao cotidiano, ainda que, contraditoriamente, isso tenha sido feito, em grande parte, pela afirmação raivosa de um discurso contra os políticos e a política (Demier, 2023). A década seguinte seria marcada pela agudização da luta de classes no Brasil, com a emergência de novos sujeitos, novas pautas, e novas formas de fazer política.

O futebol não passou ao largo dos acontecimentos. Junho foi potencializado por / e potencializador de tensões entre diferentes projetos no âmbito do futebol. Nos anos seguintes, foi constante cenário, instrumento e objeto de disputa. O uso da camisa da seleção brasileira ou de clubes populares, o calendário do futebol durante a pandemia, a construção e uso de estádios, o apoio ao futebol de mulheres, as manifestações racistas e homofóbicas nos estádios, a realização de eventos internacionais no País, a transformação de clubes de futebol em empresas, a legislação que define os direitos de transmissão dos jogos, os patrocínio aos clubes, as caravanas das torcidas organizadas, tudo isso foi, em algum momento, mobilizado ou problematizado como parte do jogo político. Ao mesmo tempo sujeitos e produtos desse

processo, novas organizações torcedoras surgiram e se multiplicaram. Entre elas, as torcidas antifascistas, em análise neste trabalho.

Seguindo o movimento realizado no capítulo anterior, busco aqui contextualizar o surgimento dessas novas organizações torcedoras, analisando a complexa conjuntura político-social de sua origem e localizando-as no processo histórico de desenvolvimento do torcer no Brasil. Após essa análise mais geral, procuro me ater ao caso das Torcidas Antifas Unidas do Norte e Nordeste, buscando compreender o surgimento, a dinâmica de funcionamento, e as potencialidades e limitações dessa experiência.

4.1 Contexto político:

As jornadas de junho de 2013 seguem sendo uma esfinge, que assombra e divide a esquerda brasileira, com sua sentença: “Decifra-me ou te devoro”. Ao completar 10 anos, diversas publicações, eventos e reportagens se dedicaram a resgatar a sua história e realizar uma análise desse episódio e seu legado, o que indica não apenas a sua importância para compreensão dos rumos do país na última década, como também a persistência de polêmicas e controvérsias. Marcelo Badaró Mattos enxerga nas disputas em torno das interpretações de 2013 uma espécie de continuação do próprio acontecimento, prolongamento das divisões e conflitos que ali se precipitaram (Mattos, 2023).

Embora não tenham sido previstas, as Jornadas de Junho não foram “um raio em céu azul”. Há, na conjuntura, fatos e elementos que nos ajudam a compreender as condições de sua origem, ainda que não eliminem o papel ativo dos sujeitos que delas participaram. Nesse sentido, buscamos superar leituras fragmentadas, que tendem a tomar os eventos das duas maiores cidades do país desconectados de outros movimentos no mundo e no Brasil, e interpretações lineares e fatalistas, que localizam ali a causa inequívoca da queda de Dilma Rousseff e do longo inverno que se sucedeu na política brasileira, como se o resultado dos atos estivesse traçado desde o início, ou a história fosse produto de uma grande conspiração, arquitetada por malévolas organizações ocultas¹⁶.

¹⁶ Exemplo de uma explicação conspiratória da história é a ideia, em moda por algum tempo entre setores da esquerda, de que as manifestações de 2013 no Brasil seriam parte de uma “guerra híbrida” (Korybko, 2018), conduzida pelo imperialismo norte-americano para desestabilizar o governo brasileiro. Nesse caso, toda a agência e inteligência dos atores é negada, e os desdobramentos da luta de classes no Brasil passam a ser definidos em gabinetes secretos, e não nas ruas.

No plano internacional, vale recordar que o século XX foi marcado pela ideia do socialismo, como uma ameaça para alguns e um sonho para outros. Entre 1917 e 1991, não houve tema na geopolítica mundial que não fosse atravessado pelo binarismo entre capitalismo e socialismo (Hobsbawm, 1995). A queda da União Soviética soterrou consigo certezas e convicções na esquerda mundial, impactando profundamente a subjetividade de lutadores sociais no mundo todo. Sem demora, o capitalismo passou a apresentar-se como o vencedor definitivo, avançando vorazmente contra conquistas dos trabalhadores e concessões admitidas em tempos de fragilidade. Disfarces já não eram necessários. Se até então havia a preocupação em enunciar o capitalismo como o sistema ideal, agora o discurso hegemônico admitia a incapacidade desse sistema de promover justiça e melhores condições de vida para todos, mas convidava a aceitar a dura e injusta realidade como a única possível (Mészáros, 2009; Badiou, 2012; Zizek, 2011 e 2013).

O ciclo de lutas altermundialistas da virada do milênio, embora tenha cumprido um papel importante, se esgotou rapidamente. No marco da chamada Guerra ao Terror, iniciada como resposta ao atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, governos recrudesceram as políticas de vigilância, monitoramento e restrições de liberdades, aperfeiçoando mecanismos repressivos que logo se voltariam contra movimentos e articulações anticapitalistas. Pesou ainda sobre esses movimentos a dificuldade de construção de consensos e pautas comuns, frente às leituras da realidade e projetos políticos distintos, às vezes conflitantes (Wood, 2003). O esvaziamento político do Fórum Social Mundial na segunda metade da década de 2000, ocupado cada vez mais por ONGs, com foco em micro soluções e problemas locais, em detrimento dos movimentos sociais, partidos e organizações de trabalhadores, expressa o fim desse ciclo.

A dispersão dos movimentos altermundialistas também foi favorecida por fatores econômicos. Os primeiros anos de predomínio neoliberal foram marcados por uma sucessão de crises econômicas que, mesmo quando tinham origem em questões locais, acabavam afetando o mundo todo: Crise mexicana (1994), crise asiática (1997), crise russa (1998), crise dos PontoCom (2000), crise argentina (2001), e a crise que se sucedeu aos atentados de 11 de setembro de 2001. Após essa última crise, o Banco Central Americano (Federal Reserve), capitaneado por Alan Greenspan, adotou uma política agressiva de desregulamentação do mercado financeiro e incentivo ao consumo que, junto ao aumento do preço das commodities, contribuíram para um período de bonança na economia mundial e para o arrefecimento temporário de algumas tensões sociais.

Porém, essas medidas também tiveram como consequência o aumento nos preços dos imóveis e do endividamento das famílias nos Estados Unidos. Esse processo foi amparado e alavancado durante a década por inovações no mercado financeiro, como a proliferação de produtos estruturados como derivativos de crédito. Quando as famílias norte-americanas começaram a ter dificuldades para arcar com suas dívidas, e passaram a deixar de pagar as hipotecas imobiliárias, fez-se evidente a fragilidade do esquema. A consequência foi a maior crise financeira nos últimos 80 anos.

Buscando estancar a crise, governos do mundo todo optaram por despejar volumosos recursos públicos no mercado financeiro, socializando os custos da bancarrota capitalista, enquanto impunham à população uma agenda de austeridade e sacrifícios. As tentativas de barrar esse processo pela via democrática fracassaram e, por um momento, os antagonismos entre os desejos da população (que clamava por empregos e melhorias dos serviços sociais) e os ditames do mercado (que exigia restrições, em nome da estabilidade monetária e de novas oportunidades de lucro), se fizeram evidentes (Ali, 2012).

Descontentes com a captura da democracia pelos interesses do mercado, ou contra a ausência de liberdades políticas em estados autocráticos, jovens se insurgem em diversos países. Os marcos iniciais desse novo ciclo se dão na Islândia e na Tunísia. No dia 11 de outubro de 2008, o cantor Hordur Torfason realizou um protesto solitário frente ao parlamento islandês, em desagravo ao modo como a crise no sistema bancário local estava sendo gerenciada pelo governo. As imagens do ato viralizaram nas redes sociais e, em poucos dias, milhares se juntaram a ele. A crescente pressão popular torna insustentável a continuidade do governo, que acabou antecipando as eleições, antes previstas para 2011, para janeiro de 2009. Com a derrota eleitoral da coalizão conservadora, que estava à frente do país há 18 anos, e a vitória eleitoral da oposição, social-democrata, iniciou-se um processo de julgamento dos responsáveis pela gestão fraudulenta dos bancos, e de limitação da socialização dos prejuízos causados. Já em 17 de dezembro de 2010, em uma pequena cidade no interior da Tunísia, o jovem Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante de 26 anos, se autoimolou por fogo, em frente a um prédio do governo, em protesto contra os repetidos confiscos e humilhações impostos a ele pela polícia local. O protesto foi registrado por seu primo, Ali, e as imagens logo viralizaram pela internet. Nos dias seguintes, além de novas tentativas de suicídio públicas, protestos espontâneos e cada vez maiores se espalharam pelo país. Nem mesmo a repressão selvagem da polícia, ou a fuga do ditador Ben Ali e sua família para a Arábia Saudita, foram capazes de interromper a crescente mobilização popular que clamava por profundas reformas políticas e sociais.

Os dois casos, tão distantes geograficamente, possuem semelhanças importantes que os aproximam. Primeiramente, pelo papel que a internet e as redes sociais cumpriram, ao ampliar o alcance de ações individuais, e servir de espaço de debates, mobilização e convocação para novos protestos. Outra característica comum é o perfil dos manifestantes. Em ambos, nota-se o protagonismo de uma juventude, com escolarização acima da média nacional, mas que se ressentia das perspectivas de ganhos econômicos abaixo do esperado, e de ser alijada das grandes decisões pelas estruturas de poder (incluindo aí os sindicatos e os tradicionais partidos de esquerda). Por fim, nos dois casos os protestos foram bem sucedidos em galvanizar uma insatisfação generalizada com um sistema político fechado à participação popular, seja uma democracia cooptada pelo mercado financeiro, seja uma ditadura (Castells, 2017; Bijos e Silva, 2013; Salinas, 2015).

Entre 2011 e 2013, essas características seriam encontradas, embora com particularidades locais, em protestos massivos ao redor do mundo. Na Espanha, em 15 de maio de 2011, após protestos convocados pelas redes sociais, sem a participação dos partidos e tradicionais entidades de classe, manifestantes decidem ocupar permanentemente uma praça no centro de Madri, iniciando ali um acampamento que promovia debates e práticas que pretendiam repensar o sentido da democracia. A iniciativa logo é replicada em outras cidades espanholas, dando origem ao que ficou conhecido como o movimento dos Indignados. Em Setembro do mesmo ano, uma experiência parecida se inicia nos Estados Unidos, com manifestantes acampando em uma praça junto ao principal centro financeiro de Nova Iorque, identificado como símbolo da tirania do mercado sobre a vida social. Surgia ali o Occupy Wall Street (Teles, 2017). A insatisfação com as medidas de austeridade para a população, combinadas a generosas ajudas ao mercado financeiro, também provocou protestos importantes em Portugal, Grécia e Itália. No Chile e no Canadá, estudantes se rebelaram contra medidas que elevavam os custos da educação. Denúncias de fraudes em eleições motivaram protestos massivos no México e na Rússia. Já o mundo árabe foi sacudido pela Primavera Árabe, com o exemplo tunisiano servindo de inspiração para insurreições contra governos autocráticos do Noroeste da África ao Golfo Pérsico (com diferentes escalas, durações e resultados, processos insurrecionais se deram no Egito, Líbia, Argélia, Djibuti, Mauritânia, Marrocos, Sudão, Saara Ocidental, Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Bahrein, Iraque, Jordânia, Síria e Turquia).

Embora não existisse mais uma tentativa de coordenação internacional entre os movimentos, como na onda altermundialista, permanecia uma forte conexão entre os protestos, que se expressava constantemente em referências cruzadas, como faixas e cartazes

que lembravam a ação pregressa em outros países, ou manifestavam solidariedade com processos simultâneos. Essa geração de ativistas compartilhava ainda certo desencanto com o sistema político, ou com aquilo que identificavam como a “velha política”, como tradicionais partidos e sindicatos, e procurava por novas formas de organização, mais horizontais e sem lideranças fixas, que permitissem ao indivíduo engajar-se, preservando sua individualidade.

A ocorrência dessa onda de protestos em âmbito internacional, porém, ainda que tenha relações evidentes com os acontecimentos de 2013 no Brasil, e forçosamente precise fazer parte de qualquer análise sobre eles, não os explica totalmente. O que houve por aqui não pode ser tomado como mera reprodução mecânica dessa tendência global em território nacional.

Em âmbito local, há 10 anos o país era governado pelo Partido dos Trabalhadores, e vivia o período de maior estabilidade e prosperidade de sua história republicana. Mesmo com a crise internacional que se iniciou em 2007, a economia registrou crescimento significativo e constante (à exceção de 2009, quando o PIB ficou estável), com o Produto Interno Bruto nacional saltando de 558 bilhões de dólares em 2003, para 2,616 trilhões de dólares em 2011. Além disso, a inflação sob controle, a política de valorização do salário mínimo, o incentivo à formalização do trabalho, a queda do desemprego, o aumento do crédito e políticas públicas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, levaram a uma redução drástica da pobreza e da miséria, a uma diminuição das desigualdades e um aumento expressivo do poder de consumo das famílias (Kerstenetzky, 2017). Como se tudo isso fosse pouco, a descoberta de enormes reservas de petróleo na camada pré-sal, no litoral brasileiro, trazia a promessa de um futuro glorioso para aquela que já havia se tornado a sétima maior economia do mundo. Não por acaso, a revista inglesa *The Economist* dedicou, em novembro de 2009, a capa de uma edição ao que chamou de “O maior caso de sucesso da América Latina”, com o título “O Brasil decolou”¹⁷. Nesse contexto, a escolha do país como sede dos mais importantes eventos do esporte mundial, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, coroava a ascensão desse “novo Brasil”, que parecia entrar em um novo momento de sua história.

Havia, porém, nesse processo, contradições importantes, que não podem ser ignoradas. Sem romper com o tripé macroeconômico do governo anterior (câmbio flutuante, superávit fiscal, e controle da inflação prioritariamente pela manutenção dos juros em patamares elevados), e sem promover reformas estruturais, que pudessem enfrentar os interesses do grande capital, o projeto petista tinha limites, que se tornaram mais estreitos e evidentes no

¹⁷ “Brazil takes off” (tradução minha).

contexto da crise econômica internacional (Oliveira, 2010; Oliveira, 2015). A já citada redistribuição de renda aconteceu principalmente no andar de baixo, com a aproximação dos salários de trabalhadores menos qualificados aos de trabalhadores mais qualificados. Entretanto, não impediu a concentração de renda cada vez maior no andar de cima. A participação proporcional dos salários sobre a riqueza nacional diminuiu, e a participação da renda oriunda da propriedade aumentou, indicando uma tendência de queda na mobilidade social. A expansão do acesso ao ensino superior, outro grande feito da administração petista, não foi acompanhada pela geração de empregos qualificados, o que resultou em uma juventude mais instruída que seus pais, mas que se ressentia cada vez mais da dificuldade em atuar em sua área de formação, e da falta de perspectiva de ascensão social (Arcary, 2014).

A injustiça tributária, o aumento no custo de vida nas cidades grandes, e a falta de serviços públicos de qualidade, minavam o aumento na renda das famílias. Os investimentos públicos em educação e saúde, em relação ao PIB, pouco se alteraram durante esse período. Por outro lado, os investimentos vultosos, sem precedentes na história do País, em infraestrutura urbana e habitação (via iniciativas como o “Programa de Aceleração do Crescimento” e “Minha Casa, Minha Vida”), pouco impactaram sobre o déficit habitacional, que se manteve em patamares elevados (Santana e Zanoni, 2022). Sem enfrentar a questão fundiária, o aporte de recursos público nas cidades beneficiou construtoras e favoreceu a especulação imobiliária, o que fez disparar o preço de imóveis e terrenos, e obrigou à população mais pobre a morar mais longe ou em condições piores¹⁸. Consequentemente, nossas cidades se tornaram mais segregadas, espalhadas, e excludentes, com frequentes despejos e remoções forçadas, militarização dos territórios periféricos e o aumento expressivo do encarceramento (Maricato, 2015).

Sabrina Fernandes (2019) aponta que havia ainda certa “crise de hegemonia”, fruto do fracasso da “estratégia de pinça” do PT. Essa estratégia consistia em buscar a hegemonia social a partir de duas frentes: o avanço sobre os organismos de poder popular, os sindicatos e movimentos sociais, e o avanço no parlamento. Porém, com o tempo, uma das “pernas” da pinça ficou maior que a outra, e a institucionalidade se impôs como modelo prioritário de política. As tentativas de cooptação e desmobilização dos movimentos populares geravam

¹⁸ Segundo dados da Fundação João Pinheiro, em 2013, cerca de 22 milhões de pessoas (6.940.691 famílias) não tinham casa alguma, ou moravam de favor, em cortiços ou em barracos precários no Brasil. Aqueles que não tinham estruturas básicas para uma vida digna (como coleta de lixo, água encanada, luz elétrica e esgoto) eram cerca de 48 milhões de pessoas (15.597.624 famílias). 1,6 milhão de casas abrigava mais de 3 pessoas por cômodos, e 1 milhão de casas simplesmente não tinham banheiro (Boulos, 2015).

críticas e crescente insatisfação nas bases, e gradativa perda de consentimento sobre setores da esquerda.

Neste cenário, 2013 se iniciou cercado de grandes expectativas. Nos anos anteriores, governos (municipais, estaduais e federal) e dirigentes esportivos apresentaram os megaeventos como catalisadores de investimentos, aceleradores de desenvolvimento, geradores de emprego e renda, e promotores de diversos legados econômicos e sociais (Damo, 2016). Com isso, procuraram construir um ambiente propício para o aporte volumosos de recursos públicos em intervenções urbanas que redesenharam áreas inteiras das cidades, modificando fluxos e usos, muitas vezes sem respeitar os trâmites legais e os obrigatórios processos amplos de debate e consulta à população (Miagusko, 2012; Bessa e Álvares, 2014; Gordilho Souza, 2018). Quanto mais os eventos se aproximavam, porém, mais ficava evidente que as expectativas criadas eram superdimensionadas ou ilusórias.

Em janeiro de 2013, em Porto Alegre, foi formado o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, reunindo diversos coletivos e movimentos, como organizações do movimento negro, entidades estudantis, sindicatos, juventudes partidárias, cicloativistas, anarquistas e autonomistas, artistas, movimentos sociais ligados à luta pela moradia, o Comitê Popular da Copa, entre outros. Boa parte desses grupos, já haviam se juntado, em outubro do ano anterior, no ato “Defesa Pública da Alegria”, organizado para denunciar a privatização de espaços públicos em consequência da Copa do Mundo, e que terminou com forte repressão policial frente à tentativa dos manifestantes de esvaziar um boneco inflável do mascote da Copa (o Fuleco), instalado em uma área central da cidade. Já a nova frente de ação tinha como objetivo imediato organizar a resistência ao aumento da passagem de ônibus, que já vinha sendo cogitado na imprensa.

Os primeiros atos e panfletagens, pelo centro de Porto Alegre, entre janeiro e março, reuniram pouco mais de uma centena de pessoas. No fim de março, porém, a Prefeitura de Porto Alegre atendeu ao pedido das empresas, e autorizou o aumento da passagem, de R\$2,85 para R\$3,05. A partir daí, as assembleias, passeatas, bloqueios de vias públicas e atos culturais convocados pelo Bloco de Lutas ganharam visibilidade, adesões e radicalidade, incorporando à pauta o repúdio à violência policial, e à parcialidade da cobertura midiática. Já não era mais apenas por R\$0,20, e os atos se repetiram mesmo após a suspensão do aumento, conquistada no início de abril (Muhale, 2014; Quadros; Bartz; Nunes, 2017).

A suspensão do aumento em Porto Alegre produziu um efeito positivo no ânimo de militantes, e impulsionou outras lutas semelhantes pelo Brasil. Em maio, a “Frente de Lutas Contra o Aumento da Passagem” organizou os primeiros atos em Goiânia, e o movimento

“Revolta do Busão”, que já havia protagonizado importantes protestos no ano anterior, voltou à atividade em Natal. No dia 6 de junho, São Paulo tem seu primeiro ato, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL)¹⁹. A princípio, apenas uma vanguarda de ativistas e militantes atendeu ao chamado, e os atos ocorreram com pouca ou nenhuma visibilidade na mídia empresarial. Porém, as imagens da dura repressão policial, primeiramente divulgadas nas redes sociais, captadas pelos próprios manifestantes em seus “smartphones”, ou por canais de mídias alternativas, furaram o bloqueio midiático, e despertaram indignação e solidariedade em um público mais amplo, que passou a atender às convocações seguintes. Em poucos dias, atos multitudinários, como não eram vistos há pelo menos 20 anos, tomam as ruas das principais capitais do País, pautando não apenas os custos crescentes do transporte público, como também a demanda por serviços públicos de qualidade (principalmente, por mais investimentos em saúde e educação) e pelo direito à livre manifestação (contra a violência policial).

Com a crescente adesão e apoio popular às manifestações, a grande mídia, que no primeiro momento tentou ignorá-las, e em seguida criminalizá-las (clamando pela repressão, que colocasse fim à “desordem” e liberasse o trânsito), se vê forçada a mudar de estratégia, passando a saudá-las, ao passo que buscava disputar seus sentidos. Dos editoriais dos principais jornais surgiu uma pauta pronta de reivindicações, que incluía o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37 (que a maioria dos manifestantes sequer sabia do que se tratava), medidas de enxugamento da máquina pública e propostas de reforma política. Outro ardil utilizado pela mídia foi a divisão dos participantes, entre os “bons manifestantes” (aqueles/as que se moviam pelo patriotismo e pacifismo), e os “maus manifestantes” (aqueles/as que adotaram a tática Black Bloc, ou que se “aproveitavam” dos atos para defender interesses partidários). Essa disputa narrativa logo se transformou também em disputa nas ruas. Setores conservadores (e entre eles, policiais infiltrados e turbas de agressores pagos) passaram a frequentar os atos, e hostilizar bandeiras e símbolos da esquerda, enquanto expressavam uma mescla de orgulho pátrio a antipartidarismo, em cartazes com frases como “Meu partido é o Brasil” ou “O povo unido não precisa de partido”. As manifestações deixaram de ser predominantemente vermelhas e pretas (cores que identificam grupos socialistas e anarquistas) e ganharam cada vez mais nuances em verde e amarelo. O balanço feito por Sabrina Fernandes identifica essa mudança:

¹⁹ Criado em 2005, na Plenária Nacional pelo Passe Livre, realizada dentro do IV Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o Movimento Passe Livre se reivindica legatário das experiências da Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e das Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005), e se autodenomina como “autônomo, apartidário, horizontal e independente”

São Paulo foi percebida como o olho da tempestade no Junho de 2013, e a predominância de práticas autonomistas, horizontalistas e anarquistas deram um tom especial às manifestações fazendo, assim, com que elas explodissem e fugissem do controle das lideranças iniciais (...) A explosão foi positiva no sentido de maior participação e pluralidade, mas cabe indicar que os elementos soltos e mais horizontais criaram um cenário favorável para tomada gradual por parte de vozes pós-políticas despolitizadas e, em última instância, conservadoras, já que estas contavam com o apoio da imprensa” (*op cit.*, p. 75).

Felipe Demier (2023) é outro analista a indicar a existência de dois Junhos, conflitantes:

Assim, há quase dez anos, ao Junho autêntico e original, a burguesia opôs o seu Junho, farsesco e artificial. A um movimento por reformas e mobilidade, ela opôs outro, por contrarreformas e austeridade; a um que clamava por saúde e educação, ela opôs outro, que exigia mais poderes aos juizes e procuradores em sua cruzada “contra a corrupção”; a um que reivindicava mais liberdade e redução no preço das passagens, ela opôs um que pedia “redução do número de ministérios” e passagens abertas para a repressão. A um que exigia melhorias na vida social, ela opôs outro, com a divisa da “redução da maioridade penal”. Aos estudantes que perguntavam onde Amarildo estava, ela opôs os seus manifestantes cívicos com suas bravatas, quase todos já vestidos com as camisas da seleção (p. 79-80).

Na mesma direção, Arlei Damo (2020) também aponta para uma disputa entre “insurgentes” e “intransigentes”, que teria sido responsável por uma “torção ideológica” dos sentidos das manifestações:

Os protestos que principiaram com coletivos que pretendiam, supostamente, aprofundar as transformações – aqui agrupados sob o rótulo de insurgentes – acabaram cooptados, senão inteiramente, ao menos no essencial, por segmentos descontentes com a gestão petista, seja pelos avanços sociais promovidos, seja pelos tantos lapsos ou equívocos acumulados ao longo de mais de uma década de um dos períodos mais democráticos da história brasileira, em que se estenderam direitos no campo político, econômico e cultural (194-195).

Fato é que, após anos circunscrita a círculos palacianos, a política voltava às ruas. “O gigante acordou”, diziam os manifestantes. Após um início pequeno, restrito a uma vanguarda, os protestos se ampliaram com a repercussão da repressão no dia 13 de junho, atraindo um enorme contingente de jovens que nunca haviam participado de um ato de rua, mas que desejavam se expressar contra a violência policial, a precariedade dos serviços públicos e outras formas de exclusão. A partir da inflexão na posição da grande mídia, porém, os atos entraram em uma terceira fase. Se agigantaram de vez, e se nacionalizaram, chegando a abranger mais de 400 cidades e 2 milhões de pessoas no dia 20 de junho. Porém, nesse processo, perdem em coesão, com a diluição de suas pautas. O hábito de produzir e levar o seu próprio cartaz (que renderia depois uma boa foto para as redes sociais) expressa a ausência de coordenação que se seguiu, interpretada como mais um sintoma da “crise de representatividade”.

Outro legado de 2013 foi deslocar o foco principal das lutas sociais no país, do campo para as cidades, onde, segundo o censo do IBGE de 2010, vivia cerca de 85% da população. Se nas duas décadas anteriores o principal foco de resistência ao capital no Brasil estava no meio rural, tendo o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST) como sua maior expressão, agora o protagonismo se transferia para as cidades, com destaque para movimentos pela moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) (Canetti; Paolinelli; Velloso, 2020), e para movimentos que buscavam, a partir de diferentes aproximações, se pautar pelo “direito à cidade”, compreendido não só como o direito ao acesso a seus recursos e espaços, como também o direito a participar nas decisões coletivas de seus rumos, e construir nela novas possibilidades de usos (Harvey, 2014). O Movimento Passe Livre (MPL), por exemplo, pensa a cidade a partir da questão do transporte:

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho (Movimento Passe Livre, 2013, p. 15).

Assim como o MPL, uma pluralidade de coletivos e movimentos surge neste período, procurando se contrapor aos fluxos do capital, e a processos de exclusão e privatizações das cidades, através de ocupações e da promoção de atividades culturais, lúdicas e festivas. É o caso, por exemplo, da Praia da Estação, em Belo Horizonte (Anjos; Dantas; Santana, 2013) do Ocupe Estelita, em Recife (Nascimento; Saldanha; Fidalgo, 2019), do Ocupa Praça, em Teresina (Sousa; Perez; Viana, 2020) de ações no Largo da Batata (Marino e Barbosa, 2022) e da Ocupação do Parque Augusta, em São Paulo, da Aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro (Freire, 2019), de grupos cicloativistas, como o Massa Crítica, e mesmo de vários “isoporzinhos”²⁰ organizados pelo país.

Além de novas pautas, esse novo ativismo urbano também inovou, em relação aos movimentos sociais tradicionais, em sua forma organizativa e performance. Legatários dos movimentos altermundialistas, e de uma tradição anarquista e autonomista, prezavam pela horizontalidade e pela primazia da participação sobre a representação. Não há lideranças fixas

²⁰ Encontros geralmente organizados pelas redes sociais, onde os participantes levavam suas próprias bebidas, em isopores. Além de objetivar a socialização, eventos deste tipo foram organizados como protesto contra obras viárias, contra o abandono de áreas urbanas, ou ainda, contra preços abusivos de bares e restaurantes.

ou direção formal constituída e autorizada a decidir ou falar em nome do movimento. As decisões são tomadas em assembleias, preferencialmente por consenso, com votações apenas em último caso. Quando tomam as ruas, em atos, geralmente não há carro de som ou microfones abertos a discursos, mas sim música, de batucadas ou fanfarras. Por fim, combinam a luta presencial, com frequente estratégia de ocupação, com o uso intenso das redes sociais, como ferramenta de convocação, divulgação de ideias, organização e debates (Gohn, 2017).

Mateus (2014, p. 13-14) elenca e detalha os princípios que orientavam a Frente de Lutas contra o Aumento da Passagem, em Goiás:

- a) autonomia política, organizativa e econômica, que assegurou suas próprias maneiras de se gerir e autogerir suas ações;
- b) apartidarismo, que ligada à noção anterior de autonomia complementou e deixou claro que suas teses devem vir diretamente das ações práticas e cotidianas, não deixando entrever interesses burocráticos de partidos em si;
- c) combatividade, atos de violência com sentido revolucionário como ataques tanto teóricos, quanto práticos ao Estado;
- d) autogestão interna, ou seja, a auto representatividade, decisão coletiva, auto-organizações nas unidades de luta sob a forma da igualdade abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos;
- e) livre associação dos indivíduos tendo a liberdade de se desligar do coletivo assim que quiser entendendo que suas ações estão ligadas com as responsabilidades coletivas;
- f) ação direta baseada no princípio pautado na horizontalidade e fim da intermediação de meios que não são combativos e autônomos;
- g) horizontalidade interna entre os membros, não cabendo superioridade entre nenhum de seus componentes;
- h) decisões coletivas baseadas em assembleias gerais como ato supremo de suas decisões, respeitando o direito de fala das posições minoritárias;
- i) revogabilidade e temporalidade a qualquer momento das comissões;
- j) solidariedade entre membros.

Elementos dessa forma de organização (como a horizontalidade e a preocupação com a disputa narrativa nas redes sociais), são percebidos, por exemplo, no movimento das ocupações de escolas e universidades públicas, em São Paulo e Goiás, em 2015 (contra o fechamento de escolas, e contra a privatização de sua gestão), e no Brasil inteiro, em 2016 (contra a reforma do Ensino Médio e contra a PEC do Teto de Gastos);

Por fim, as manifestações de Junho impulsionam também as lutas do movimento sindical. O magistério, aproveitando o clamor popular pela valorização da educação, rescaldo das manifestações, entrou em greve em vários estados entre o segundo semestre de 2013 e final do primeiro de 2014. A estratégia de ir às ruas como forma de angariar apoio popular também foi utilizada pelos garis do Rio de Janeiro, que protagonizaram uma greve histórica durante o carnaval de 2014. A percepção geral de que era possível obter conquistas salariais, ou recompor perdas passadas, fez o número de greves, que já havia registrado um aumento

expressivo em 2012, explodir em 2013, ultrapassando o pico de atividade sindical nos anos 1980, e se mantendo nesse patamar até 2016²¹ (Mattos, 2014; DIEESE, 2017).

Junho de 2013 marca, portanto, o fim da “calmaria”, e o início da agudização da luta de classes no país. O Brasil saía às ruas. Não para festejar, como haviam planejado os governantes e dirigentes esportivos, mas para defender sua posição, entre projetos que, a partir dali se revelariam cada vez mais antagônicos e inconciliáveis. Os megaeventos esportivos, principalmente a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol, não foram importantes apenas por fornecer aos manifestantes audiência internacional para seus atos e reivindicações. Promovidos como momentos de culminância de investimentos e projetos que prometiam transformar o país, e ocasião para celebração de nossa identidade nacional e renovação do nosso orgulho pátrio, estas competições terminaram por condensar e dramatizar tensões e mazelas da realidade brasileira. A crescente exclusão urbana, que já era sentida no preço da moradia e do transporte público, se fez mais visível nas novas arenas, com suas normas restritivas e seus preços proibitivos. As arquibancadas, ocupadas quase que exclusivamente por pessoas brancas, de classe alta, que exibiam suas recém compradas camisetas oficiais e seu pouco traquejo para torcer, escancararam de forma pedagógica as desigualdades ainda presentes na nossa sociedade. O público nos estádios contrastava com a narrativa oficial, que dava conta do surgimento de uma “nova classe média”, com acesso a espaços antes exclusivos da elite, como universidades e aeroportos. Frente a esse retrato de si mesma, a sociedade se dividiu: De um lado, os insatisfeitos com a velocidade e alcance das mudanças dos últimos 10 anos, que desejavam aprofundá-las e acelerá-las. Do outro, setores conservadores e reacionários, incomodados com o que já havia sido feito, e com disposição para defender abertamente, e a qualquer custo, a velha ordem que os beneficiava.

Mas, naquele momento, o resultado da disputa entre esses dois lados ainda era incerto. O êxito da burguesia em determinar os significados dos atos e cooptar suas pautas foi apenas parcial. Embora tenha conseguido isolar setores mais radicais (principalmente após a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, atingido na cabeça por um rojão atirado por um manifestante, em fevereiro de 2014), deslocar o foco da crítica (de um discurso anticapitalista para um discurso anti-corrupção), e promover com sucesso o discurso antipartidário (contribuindo para dificultar o surgimento de uma alternativas política à

²¹ Embora seja forçoso reconhecer que o perfil das greves se alterou ao longo desse período. Se em 2012 e 2013, prevaleciam greves propositivas, que almejavam conquistas salariais ou outros benefícios, em 2016 o predomínio já era de greves defensivas, que lutavam fundamentalmente contra a retirada de direitos.

esquerda), a mídia, apesar dos esforços²², não conseguiu emplacar, naquele momento, nem sua pauta mais reacionária, nem nenhuma liderança ou organização com capacidade de mobilização. Prova disso, são as tentativas de convocação de atos com pautas conservadoras no segundo semestre de 2013, todos com adesão pífia (Calil, 2023), e a reeleição, ainda que por margem estreita, da Presidenta Dilma Rousseff no ano seguinte (com um discurso, principalmente no segundo turno, que prometia preservar direitos e evitar o caminho das privatizações).

A partir de 2015, porém, essa correlação de forças começa a se alterar significativamente. Embora as explicações para a avassaladora ascensão da extrema direita não sejam simples ou consensuais, é possível elencar alguns elementos importantes que contribuíram para esse processo. Primeiramente, não se tratava de uma tendência exclusiva do Brasil. A chegada ao poder de líderes como Viktor Orbán, na Hungria (2010), Narendra Modi, na Índia (2014), Donald Trump, nos EUA (2017), além de votações expressivas conquistadas em outros países, indicava uma onda global nesse sentido. O quadro econômico, de crise mundial e precarização geral das condições de vida e trabalho, bem como a naturalização de uma sociabilidade hipercompetitiva, no marco do neoliberalismo (já abordados neste trabalho), certamente cumpriram um papel importante nesse processo, mas não explicam tudo (Dibai, 2020).

A ascensão da extrema direita no Brasil também é fruto de um projeto planejado e articulado há anos. Leonardo Puglia (2018) identifica um ponto comum no pensamento de autores da nova direita brasileira, como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino e Luiz Felipe Pondé. Essa convergência é a percepção de que haveria em curso uma "guerra cultural", e que seria necessário armar a direita para defender os valores tradicionais, em uma sociedade supostamente ameaçada pelo avanço do "marxismo cultural" (do qual fariam parte a "ideologia de gênero", a "doutrinação marxista" nas escolas, a "agenda gay", o feminismo, o "vitimismo" das minorias, entre outras ideias). É com esse propósito que a direita passou a investir, nas últimas décadas, na criação e consolidação de uma complexa rede de produção e divulgação de ideias liberais e conservadoras. Geralmente relacionadas a (e financiadas por) "Think Tanks" internacionais, surgiram na política brasileira organizações e movimentos como o Escola sem Partido (constituído em 2004), Instituto Millenium (2005), Instituto Mises Brasil (2007), Estudantes Pela Liberdade (2012),

²² O episódio mais emblemático (e tragicômico) nesse sentido, talvez tenha sido a longa entrevista feita pela Revista Veja, em suas páginas amarelas, com Maycon Freitas, um completo desconhecido apresentado como líder das manifestações.

Movimento Brasil Livre (2013), e a produtora Brasil Paralelo (2013), além de diversos outros sites, canais de YouTube, e páginas do Facebook, como Revoltados Online e Vem Pra Rua (Rocha, 2015; Barbosa, 2016). Com agressiva estratégia de comunicação, essas novas organizações foram bem sucedidas em emprestar uma roupagem “descolada” para velhas ideias conservadoras e reacionárias, conquistando a audiência e apoio do público jovem. A essa atuação pública, oficial, soma-se ainda uma mais obscura, mas não menos importante, que explora ao máximo as possibilidades do ambiente ainda pouco regulado da internet e das redes sociais. Victor Piaia (2018) analisa como a difusão do acesso a novas ferramentas de comunicação propiciou a dinamização de um espaço subterrâneo da política, responsável por difundir fake news e rumores, que circulam em velocidade e amplitude muito maior do que seus desmentidos. Ruth Reis, Daniela Zanetti e Luciano Frizzera (2020) indicam ainda a parcialidade do funcionamento do sistema de recomendações (o famoso algoritmo) do YouTube durante as eleições presidenciais de 2018, identificando que a rede sugeriu para seus usuários itinerários que refletiam muito mais os percursos e discursos trilhados e traçados pelos apoiadores do candidato Jair Bolsonaro, do que de outros candidatos.

Além das mídias digitais, a nova direita encontrou amplo espaço de divulgação e legitimação na mídia empresarial (com colunas regulares em jornais de grande circulação), no mercado editorial (Silva, 2018; Di Carlo; Kamradt, 2018), e em igrejas evangélicas neopentecostais conservadoras (Alencar, 2018; Almeida, 2019). O revisionismo histórico e o anti-intelectualismo do pensamento desses autores (que, em geral, repudiam o saber produzido nas universidades, por considerá-las “antros de perdição e doutrinação”), também encontrou eco em setores das forças armadas, ressentidos e acuados pelos trabalhos da Comissão da Verdade, que concluiu, em seu relatório final, entregue em 2014, que o desrespeito aos direitos humanos havia sido uma política de Estado no período da ditadura militar-empresarial.

No âmbito da política local, a rápida piora das contas públicas, com inflação e desemprego em alta, pressionava o governo. A indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, e a adoção de uma agenda de austeridade, com cortes nas áreas sociais e retirada de direitos (como por exemplo, o estabelecimento de regras mais restritivas para o recebimento de pensões por morte ou invalidez), foram interpretadas como abandono do programa de governo apresentado na campanha, meses antes. Além disso, o avanço da Lava-Jato, operação da Polícia Federal que supostamente buscava desbaratar esquemas de corrupção envolvendo contratos da estatal de petróleo brasileira, mas na prática era conduzida como um espetáculo midiático de criminalização das lideranças do Partido dos Trabalhadores,

ampliou a percepção de corrupção, contribuindo para minar a base de apoio de Dilma Rousseff. Por fim, não se pode esquecer do papel indigno exercido pelo candidato derrotado nas eleições presidenciais, Aécio Neves, que contestou publicamente o resultado do pleito e alimentou desconfianças e teorias da conspiração sobre a legitimidade do processo eleitoral brasileiro, contribuindo para ampliar a crise de representação e o antipartidarismo já presentes na sociedade, e abrindo espaço para uma direita que defendia abertamente a ruptura do pacto democrático.

Nos anos seguintes, a luta de classes se agudizou, e a sociedade brasileira viu escancarar suas divisões. A direita tomou as ruas em manifestações cada vez maiores, realizadas com financiamento de entidades patronais e partidos de oposição, apoio da mídia, e simpatia das forças policiais, que clamavam por medidas autoritárias, via intervenção militar ou judiciária (Alonso, 2017). No congresso, sob a presidência do deputado Eduardo Cunha, predominou uma agenda reacionária, que incluía projetos como Estatuto da Família (que restringia a definição legal de família a uniões heterossexuais), a revogação do Estatuto do desarmamento, redução da maioria penal, mudanças no Código Florestal, independência do Banco Central, fim da estabilidade no serviço público, mudanças no seguro desemprego e nas regras de reajuste do salário mínimo (Gomes Silva, 2016). Ainda no fim de 2015, o vice-presidente, Michel Temer, passou a conspirar abertamente, apresentando o seu plano de governo, “Uma ponte para o futuro” (Cavalcanti e Venerio, 2017), e publicando na imprensa uma carta direcionada à titular do cargo, onde expunha todo seu ressentimento e marcava seu distanciamento. Em 2016, o golpe se concretizou, com o afastamento de Dilma Rousseff sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal. Os dois anos e meio do ilegítimo Governo Temer, que mesmo com índices de aprovação popular próximos a zero, conseguiu apoio do congresso para implementar reformas estruturais no Estado, aprofundaram a crise do sistema político brasileiro, e prepararam terreno para aquele que, apesar de estar no parlamento há 30 anos, se apresentava como um “outsider”, alguém que viria para enfrentar e mudar “tudo isso que tá aí”. O assassinato da vereadora Marielle Franco, a prisão de Lula, enquanto este figurava na liderança das pesquisas à presidência, e a facada sofrida em ato de campanha, foram as últimas cenas desse roteiro trágico, que confirmou Jair Bolsonaro como presidente, marcando a chegada ao poder de uma direita reacionária nos costumes, ultraliberal na economia, e com um projeto político neofascista.

Porém, reconhecer que a direita deu as cartas no jogo político entre 2015 e 2022, impondo sua pauta e dominando as ações, não anula nem diminui a importância das resistências. Não há como contar a história recente do país sem falar das importantes

tentativas de reorganização no campo da esquerda, que deram origem, em 2015, a duas grandes frentes de luta, a Frente Brasil Popular (que organiza a esquerda do chamado campo popular, reunindo entidades como a CUT, a UNE e o MST), e a Frente Povo sem Medo (que reúne a esquerda socialista, capitaneada pelo MTST). Sem lembrar da batalha campal na Esplanada dos Ministérios, em novembro de 2016, em ato contra a PEC do Teto de Gastos, e das centenas de ocupações em escolas e universidades. Sem citar a Greve Geral do dia 28 de abril de 2017, a maior da história do país, que mobilizou 40 milhões de trabalhadores e conseguiu barrar, ainda que momentaneamente, a Reforma da Previdência. Sem falar dos grandes atos protagonizados por mulheres, que deixaram sua marca não só nos dias 8 de março, mas em lutas contra o assédio e o feminicídio, culminando com o “ELE NÃO”, em outubro de 2018. Do engajamento vibrante na campanha do vira-voto, no segundo turno das eleições de 2018, que recuperou uma forma de fazer política corpo-a-corpo, que andava esquecida. Dos atos contra a prisão de Lula pelo país, e do Acampamento Lula Livre, organizado em frente à sede da Polícia Federal de Curitiba, enquanto ele ali esteve preso. Dos “Breque dos apps”, movimentos grevistas dos entregadores por aplicativo durante a pandemia. Dos atos do movimento negro, do Vidas Negras Importam e da Coalizão Negra por Direitos. Do acampamento Terra Livre e das lutas indígenas pelo reconhecimento de suas terras e direitos. Assim como é imperativo lembrar daqueles que são inspiração e objeto de estudo nesta tese: os coletivos de torcedores antifascistas.

4.2 Politização do cotidiano e formação da consciência torcedora.

“Votou em quem?”. Nunca antes essa pergunta foi tão repetida e tão relevante para as relações sociais no Brasil. Famílias, ambientes de trabalho, vizinhanças, grupos de amigos, espaços diversos se dividiram, entre “bolsominions” e “esquerdopatas”, “verde e amarelos” ou “vermelhos”. As várias tentativas de construção de uma terceira via foram natimortas, mostrando que não havia espaço para indiferença, omissão ou tergiversação. Mais do que um programa de governo, ou uma forma de administrar o Estado, cada lado representava uma visão de Brasil, e até uma cosmologia própria, antagônica e inconciliável com a outra. A preferência partidária se tornou critério na hora de escolher onde comprar, com quem sair, em que restaurante ir, qual música escutar, e até para qual participante de reality show torcer.

Ainda que com uma boa dose de “ultrapolítica”²³ (Fernandes, 2019), o cotidiano brasileiro se politizou.

O futebol não ficou alheio a isso. Se a velha máxima de que “futebol e política não se misturam” desde sempre era equivocada, agora ela se tornou insustentável. Seja por influência da conjuntura política nacional, e sua agudizada divisão, seja por haver uma tendência mundial de politização (e uso político) do futebol. Exemplos recentes não faltam. Países autocráticos do Oriente Médio, notadamente Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos, têm feito grandes investimentos no futebol, sediando competições internacionais, contratando estrelas mundiais para suas ligas ou adquirindo clubes europeus, na tentativa de melhorar sua imagem perante o mundo (Leite Júnior e Rodrigues, 2020). Com a desistência das sedes originais, Colômbia e Argentina, o Brasil se prontificou a receber a Copa América de 2021, como parte da política do governo de minimizar os riscos à saúde, e transparecer normalidade, em plena pandemia do Coronavírus (a volta do calendário de treinos e competições, em 2020, também foi atravessada pelo mesmo debate). Já o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, utiliza o bairro de Basaksehir, e seu clube, o Basaksehispor, como símbolos da nova Turquia que pretende construir, conjugando fundamentalismo islâmico e neoliberalismo (Kalayci, 2021). Há ainda o uso frequente de clubes como “trampolim” para carreiras políticas não apenas de ex-jogadores, mas também de proprietários e dirigentes (Nascimento e Braga, 2022), como vimos com Silvio Berlusconi na Itália, Sebastián Piñera no Chile, Mauricio Macri na Argentina, para ficarmos só nos casos mais famosos. Em um momento onde a indústria do futebol movimentava (e demanda) volumes cada vez maiores de recursos financeiros, e o lucro (pelo menos para os clubes) se torna cada vez mais improvável, outros interesses tem atraído “investidores”:

A propriedade de clubes de futebol não opera em uma ordem guiada pelo lucro, não costuma ter suas ações negociadas em ritmos convencionais, não estabelece faturamentos comparáveis a segmentos periféricos do terceiro setor, não repassa dividendos para os seus envolvidos... por que, então, alguém teria tanta vontade de ter um clube? Porque futebol movimentava as multidões. E as multidões alteram o rumo dos ventos” (Simões Santos, 2020, p. 57).

²³ A ultrapolítica seria a expressão da política como uma disputa entre inimigos, bem contra o mal, onde um lado reúne todas as virtudes e outro todos os defeitos. Essa polarização, essencialista, seria uma tendência despolitizadora, pois impediria o debate de conteúdo, limitaria o horizonte político de possibilidades, e reduziria tudo a uma questão moral. Embora inegavelmente ainda existam traços de ultrapolítica na polarização atual, acreditamos que a conjuntura hoje é diferente daquela onde a Sabrina Fernandes desenvolveu sua tese (concluída em 2017). A experiência concreta de quatro anos de governo Bolsonaro permitiu à classe comparar objetivamente os dois lados, e produzir formas de consciência que são menos fruto de uma manipulação discursiva, e mais produto de uma vivência e reflexão.

Para além desse uso dos clubes e competições, exacerbado na atualidade, mas não exatamente uma novidade, há outras manifestações políticas no esporte que vem se tornando mais frequentes. A socióloga do trabalho estadunidense Silver Beverly, em “Forças do Trabalho: movimento trabalhista e globalização desde 1870”, a partir da análise histórica das agitações operárias pelo mundo, revisita a tese marxiana da existência de uma unidade indissociável entre o capital e o trabalho. Segundo a autora, sempre atrás de maior lucratividade, o capital busca deslocar-se constantemente, para ramos da economia ou territórios onde não haja uma resistência organizada dos trabalhadores, e seja possível impor novos controles, nova organização do trabalho ou condições rebaixadas de remuneração e reprodução social. Porém, os trabalhadores e trabalhadoras resistem a ser tratados como mera mercadoria. A cada novo deslocamento ou inovação, o capital gera também novas resistências. Ou seja, “Onde o capital vai, o conflito vai atrás”, em um refazer-se contínuo da classe trabalhadora (Bervely, 2005). Algo semelhante é possível afirmar sobre o futebol. O avanço da lógica mercantil, que reprime práticas tradicionais, impõe vigilância e restrições sobre torcedores e rompe vínculos tradicionais com as comunidades, gera consigo, dialeticamente, sua própria resistência, a politização das torcidas:

A agitação política dos ultras nos estádios e nas ruas; o apoio a clubes de futebol com identidade abertamente de esquerda, como o FC St Pauli, AS Livorno, Omonia Nicosia e Hapoel Tel Aviv; torcedores recuperando seus clubes dos especuladores e a luta contra os efeitos do mercantilismo; o uso do futebol por minorias para expressar sentimentos culturais, regionais e nacionalistas frente a comunidade majoritária; as poderosas redes antirracistas e antifascistas de torcedores em todo o continente, tudo isso faz parte da arquitetura da cultura moderna do futebol tanto quanto o aumento do patrocínio corporativo e da exposição na mídia multiplataforma. Em vez de ser um material pobre para os socialistas lidarem, o futebol continua sendo uma arena relevante para a crítica social e política (Kennedy e Kennedy, 2013, p. 119, tradução minha)²⁴.

Legitimados por um conjunto de valores e práticas tradicionais, uma “economia moral” nos termos de Thompson (1998), que ampara um sentimento de propriedade sobre o clube e sobre o estádio, ainda que muitas vezes não respaldado juridicamente, torcedores se recusam a serem resumidos a meros consumidores passivos e produzem múltiplas resistências e insurgências, que vão desde a recusa individual a se comportar de acordo com as normas impostas no futebol espetáculo (insistindo em assistir ao jogo de pé, subir nas cadeiras, não

²⁴ “The political agitation of football ultras on the curva and in the streets; football club support with overtly leftist identity such as those at FC St Pauli, AS Livorno, Omonia Nicosia and Hapoel Tel Aviv; supporters taking ownership of their clubs back from speculators and the struggle by the effects of commercialism; the use made of football by minorities to channel cultural, regional and nationalist sentiment against the majority community; the fiercely anti-racist and anti-fascist networks of supporters across the continent, all of these are as much a part of the architecture of modern football culture as the rise of corporate sponsorship and multi-platform media exposure. Rather than being poor material for socialist to cover, then, football remains a relevant arena for social and political critique”

respeitar o local marcado, entrar no estádio sem ingresso, xingar o juiz ou o adversário, acender sinalizadores, se envolver em brigas, etc.) à articulação de organizações militantes, que buscam garantir espaço para manifestação de sua forma de torcer nos estádios, para sua participação ativa nos negócios do clube, ou ainda que procuram, por meio do futebol, alcançar transformações políticas e sociais mais amplas (Kennedy, 2013; Lopes, 2018 e 2023; Simões Santos, 2023).

No exterior, são muitos os exemplos de movimentos e organizações torcedoras deste tipo, como os que se articularam na Inglaterra em resposta à aquisição do Manchester United pela família Glazer (Brown, 2007 e 2008) ou contrários a mudança do estádio do Everton (Fitzpatrick, 2013). Torcedores do Universidad de Chile, do Chile (Ruete *et al.*, 2020), e do “Os Belenenses”, de Portugal, que lutam pela retomada do controle do clube (Silva e Macedo, 2020). Na Espanha, torcidas de esquerda costumam se articular em torno de três pautas: contra o racismo, contra o fascismo e contra a comercialização do futebol (Spaij e Viñas, 2013). Há ainda movimentos de esquerda na torcida do Livorno, da Itália (Doidge, 2013), do Sankt Pauli, da Alemanha (Totten, 2015), e do Celtic, da Escócia (McDougall, 2013), entre outros. Irlan Simões Santos enxerga nessas experiências a emergência de um novo torcer, definido pelo conceito de “supporters”:

Uma forma contestadora e crítica do torcer, caracterizada, principalmente, pela defesa de pautas que entendem serem seus “direitos”, e que, muitas vezes, guia-se pela ideia de contestação dos sentidos mais tradicionais de propriedade sobre um clube de futebol. Adotando uma postura de combate e resistência, através da elaboração de manifestações públicas nas arquibancadas, nas ruas e nas redes, os “supporters” protagonizam uma autêntica disputa política no contexto do futebol (2023, p. 490).

Ainda segundo o autor, a manifestação desta forma de torcer, embora legatária de práticas tradicionais, estaria relacionada com processos de mercantilização e com o avanço da cibercultura que, ao mesmo tempo que abria uma nova fronteira de exploração comercial para os clubes, fornecia aos torcedores ambientes e ferramentas favoráveis a uma nova forma de engajamento, mais ativa e crítica.

Como argumentamos no capítulo anterior, o associativismo torcedor no Brasil sempre esteve relacionado a amplos processos políticos, econômicos, culturais e sociais. Isso se refletiu tanto na forma como as torcidas se organizavam, quanto na sua performance nas arquibancadas. Em um sistema político historicamente pouco aberto à participação popular, as torcidas se constituíram como espaços possíveis de auto-organização e manifestação coletiva, pelas quais sujeitos subalternizados construíram identidades coletivas e redes de solidariedade, e marcaram sua presença no espaço público. Entretanto, mesmo sem negar o

caráter político das experiências anteriores, podemos notar, na última década, um processo de amadurecimento de uma “consciência torcedora”, que se expressa em um conjunto de práticas, valores, discursos, teorias, projetos e entidades.

Um marco importante desta nova forma do torcer em território nacional caberia à torcida ‘Ultras Resistência Coral’ (ligada ao Ferroviário, do Ceará), fundada em 2005, por torcedores ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU), e a cultura RASH (Red and Anarchist Skinheads), e analisada por Caio Lucas Pinheiro (2020) na tese: “As ondas que (se) movem (n)o mar das torcidas: Das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)”. Inspirados pelas experiências de torcidas europeias declaradamente de esquerda, esses torcedores inicialmente buscaram se inserir dentro da Falange Coral (principal torcida organizada do clube). Ao perceberem que suas convicções políticas se chocavam com algumas práticas da torcida (principalmente o envolvimento em confrontos físicos e os cânticos preconceituosos), e que seria difícil disputá-la por dentro, optaram por fundar o seu próprio agrupamento torcedor.

Ainda segundo Caio Pinheiro, é possível pensar a história do torcer coletivo no Brasil a partir de quatro ondas. A primeira onda se refere às charangas, responsáveis por carnavalizar as arquibancadas e forjar às primeiras formas coletivas de torcer, a segunda onda às torcidas jovens, que nascem da crítica ao personalismo e a tutela sobre o torcer das charangas; a terceira onda se refere às múltiplas dissidências (barras e torcidas alternativas) que nasceram da crise do modelo da torcida jovem no início do século XXI, e por fim, uma quarta onda, das torcidas antifascistas, inaugurada pela Ultra Resistência Coral, responsável por radicalizar as críticas ao modelo das torcidas jovens. Dialogando com o conceito de pertencimento clubístico, forjado por Arlei Damo, Caio Pinheiro propõe o conceito de “insurreição clubística”, como chave interpretativa para esse novo modelo de torcida:

A insurreição clubística traz à tona o fazer-se, as práticas, os saberes, as ações, as reações e o agenciamento tecido na realidade social pelas torcidas antifascistas. Por meio de um contraponto – sob o ponto de vista político de esquerda – ao modo como os modelos coletivos do torcer significavam e valoravam os espaços futebolísticos, o movimento de quarta onda abre um caminho ressignificando os estádios (p. 267).

Entretanto, as condições para ampla difusão desse novo torcer ainda não estavam dadas, e essa combinação da prática torcedora com um projeto político revolucionário, que está na origem da Ultra Resistência Coral, não forjaria outras experiências semelhantes até a década seguinte. É a partir da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 (o anúncio foi feito em outubro de 2007) e do conseqüente avanço de medidas e leis restritivas

sobre o torcer, que surgem articulações entre torcidas e torcedores, buscando representá-las e defender seus interesses.

Em 2008, as torcidas organizadas do Rio de Janeiro revisitam a tentativa da ASTORJ, dos 1980, e criam a Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ). O objetivo era promover o diálogo entre elas e representá-las frente ao poder público e a mídia. Inspirada por essa articulação, e também na experiência dos FanProjekts alemães (Teixeira e Lopes, 2018), surgiria, em 2014, no III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas, promovido pelo Ministério do Esporte, a Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG).

A criação da FTORJ e da ANATORG demonstram que, a exemplo do que ocorreu em vários países europeus, os regulamentos e as leis que objetivam vigiar e controlar o comportamento do torcedor contribuíram para que uma fração importante tomasse consciência da existência de interesses comuns, estimulando a proposição de ações coletivas para defender seu estilo de torcer e sua visão de futebol (Teixeira e Hollanda, 2016, p. 15).

Estava em vigor, desde 2010, uma versão alterada do Estatuto do Torcedor, que previa que as torcidas organizadas deveriam responder juridicamente pelos danos causados por seus integrantes, dentro ou fora dos estádios. Além dessa mudança na legislação, havia a percepção geral de um endurecimento, por parte do Ministério Público e de Secretarias Estaduais de Segurança, e com amplo apoio da mídia, no controle e punições aplicadas às torcidas organizadas. Por fim, os novos estádios, inaugurados para a Copa do Mundo ou no período próximo, além de servirem como justificativa para um aumento significativo no preço dos ingressos e produtos em seu interior, traziam novas restrições às práticas tradicionais das torcidas. A ANATORG surge, portanto, como um movimento reivindicatório, que busca representar e defender na esfera pública os interesses e direitos dos torcedores organizados e seu estilo tradicional de torcer.

Em sua caminhada, [a ANATORG] assumiu como bandeira o combate à mercantilização do futebol e passou a divulgar notas de repúdio ao horário dos jogos às 22 horas durante a semana, ao valor exorbitante dos ingressos, à proibição das torcidas se manifestarem criticamente nos estádios através de faixas e cartazes. Vem se posicionando também contra a decisão tomada pelo Ministério Público, em diversos estados, de permitir a presença de apenas a torcida de um clube de futebol para prevenir conflitos. A Anatorg vem alertando ainda as autoridades para jogos que oferecem risco de confrontos e lançando campanhas que estimulam a rivalidade positiva (“Somos rivais, não inimigos”). Além disso, tem apoiado reuniões entre diretorias e lideranças de bairros das torcidas de diferentes estados com o objetivo de obter apoio (Teixeira, 2018, p. 119).

Outra iniciativa de organização supraclubística foi a criação da Associação Nacional de Torcedores (ANT), em 2010. Fundada pelo professor universitário Marcos Alvito, junto a amigos e estudantes, essa associação se propunha, em seu manifesto inicial, a lutar contra o

aumento do preço dos ingressos, em favor da tradição nas arquibancadas, por transparência na gestão do futebol, contra o uso político do futebol, por um calendário e horários mais adequados, contra as remoções para as obras da Copa, e por transporte de qualidade para os torcedores. Um grupo de dissidentes desta entidade fundou a Frente Nacional de Torcedores (FNT). Ambas, porém, de vida curta e pouco impacto nas arquibancadas (Gaffney, 2015). Em 2019, houve ainda outra tentativa de outra articulação supraclubística, com a criação da Frente Nacional pelo Futebol Popular, após o 1º Encontro Nacional Direito de Torcer, realizado em Porto Alegre, com a presença de diversos coletivos e torcidas. Iniciativa, porém, de pouco fôlego.

A percepção do torcer como uma manifestação cultural popular que estaria ameaçada em sua diversidade e riqueza por processos de elitização dos estádios, aumento das restrições impostas aos torcedores (supostamente em nome da segurança), e pelo avanço da mercantilização do esporte, no bojo daquilo que era compreendido genericamente como “futebol moderno”, dava origem a críticas, resistências e subversões. Em 1999, um torcedor italiano lançou na internet o “Against Modern Football Manifesto”, com críticas à extrema mercantilização do futebol e suas consequências deletérias sobre as diferentes culturas torcedoras. O manifesto logo foi replicado e assinado por dezenas de agrupamentos torcedores em diferentes países, e “ódio eterno ao futebol moderno” se tornou palavra de ordem repetida em faixas nas arquibancadas do mundo todo (Simões Santos e Helal, 2016; Lopes e Hollanda, 2018a). Neste contexto, diferentes “culturas torcedoras” passaram a despertar crescente interesse, sendo objeto de análises, debates, formulações e produções midiáticas diversas, como blogs, canais de YouTube, podcasts, e páginas no Facebook e Instagram, tanto no exterior como no Brasil, e inspirando até um novo nicho de consumo, com lojas e grifes de roupas e acessórios. Também explorando as possibilidades e espaços propiciados pelo avanço da cibercultura, torcedores e torcedoras passam ainda a se dedicar a produzir conteúdos sobre seus clubes e sua vivência, favorecendo a uma ampliação e complexificação do olhar sobre o futebol (Vimieiro, 2014).

No âmbito dos clubes, a ampliação do quadro de associados via programas de sócio torcedores (pensados inicialmente como instrumentos de exclusão e diminuição do poder simbólico das torcidas organizadas sobre a gestão dos clubes, e forma de atração e fidelização de um novo público torcedor) acaba, em contrapartida, favorecendo a um crescente interesse de “torcedores comuns” na política interna, historicamente muito fechada em pequenos círculos, dando origem a movimentos de luta por maior participação torcedora nas instâncias decisivas dos clubes. É o caso, por exemplo, de grupos como Flamengo da Gente (Flamengo),

Atlético de Novo (Atlético Paranaense), Democracia Santacruzense (Santa Cruz), Democracia Rubro-Negra (Sport), Resistência Azul Popular (Cruzeiro), “Com Diretas Viro Sócio” (Vasco da Gama) e “Fiel Torcedor com Direito a Voto” (Corinthians), Povo do Clube (Inter), Dissidenti (Palmeiras), e Frente 1899 (Vitória) (Simões Santos, 2016; Simões Santos e Santos, 2018).

Por outro lado, torcidas jovens ou barras bravas resistem às tentativas de exclusão e às restrições à sua forma de torcer. Nas arquibancadas e ruas, essas entidades retomam a tradição crítica, que andava em baixa desde os anos 1990, protagonizando protestos contra a proibição de sinalizadores e bebidas alcoólicas, contra a violência policial, contra o alto preço dos ingressos, e até incorporando pautas que extrapolavam o universo do futebol. Em 2015, por exemplo, várias torcidas expressaram solidariedade à Greve dos Professores do Estado do Paraná, que vinha sendo fortemente reprimida pelo governador Beto Richa. Já no início de 2016, a Gaviões da Fiel, torcida do Corinthians, aproveitando a descoberta pelo Ministério Público do envolvimento do deputado estadual Fernando Capez (ex-promotor público que conquistou fama perseguindo e combatendo as Torcidas Organizadas) em um esquema de cobrança de propinas envolvendo contratos da merenda escolar, levou às arquibancadas faixas pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso. Na sequência, o protesto se ampliou, incluindo também críticas à Rede Globo de Televisão, à Federação Paulista de Futebol e à Confederação Brasileira de Futebol, acusadas de promoverem medidas que prejudicam e excluem os torcedores, e favorecem a elitização do esporte.

Imagem 1: Torcida Bravo 1952



Fonte: Página do Facebook do Fluminense Antifascista.²⁵

²⁵Disponível

<https://www.facebook.com/fluantifa/photos/pb.100064544896240.-2207520000/745042975582046/?type=3>

Imagem 2: Faixa A.C.A.B (“All Cops Are Bastards”) na Torcida Guerreiros do Almirante



Fonte: Página do Facebook da GDA da Baixada²⁶

Imagem 3: Faixa “Libera a cerveja”



Fonte: Sul21.²⁷

Imagem 4: Faixa “Não ao futebol moderno” na torcida Curva 1909.



Fonte: Página do Facebook Contra o Futebol Moderno.²⁸

²⁶Disponível

<https://www.facebook.com/gdabaixada/photos/pb.100070164107229.-2207520000/532459726914577/?type=>

em:

²⁷Disponível

<https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/03/por-unanimidade-stf-libera-venda-de-cerveja-em-estadios-de-futebol/>

em:

²⁸Disponível

<https://www.facebook.com/contraofutebolmodernobrasil/photos/pb.100066466571402.-2207520000/164415127055203/?type=3>

em:

Imagem 5: Faixa “Go home FIFA” com a Torcida Young Flu.



Fonte: Página do Facebook do Fluminense Antifascista.²⁹

Imagem 6: Faixa da Torcida do São Paulo



Autor: [Fábio Soares](#). Fonte: Ludopédio.³⁰

Imagem 7: Faixa da Garra Tricolor em apoio aos professores



Fonte: Página do Facebook do Fluminense Antifascista.³¹

²⁹Disponível

<https://www.facebook.com/fluantifa/photos/pb.100064544896240.-2207520000/745011992251811/?type=3> em:

³⁰ Disponível em: <https://ludopedio.org.br/galeria/contra-o-futebol-moderno-2/>

³¹Disponível

<https://www.facebook.com/fluantifa/photos/pb.100064544896240.-2207520000/824681477618195/?type> em:

Imagem 8: Faixa de protesto da Gaviões da Fiel



Fonte: Site Meu Timão notícias.³²

Imagem 9: Faixa erguida pela torcida Gaviões da Fiel



Autor: André Lucas Almeida. Fonte: Rede Brasil Atual.³³

Até mesmo as brigas entre torcidas são objeto de novas reflexões e formulações, como atestam o surgimento recente de alguns “bondes de pista”, agrupamentos de torcedores que se autonomizam das torcidas organizadas e procuram praticar o que entendem por uma “pista limpa”. Ou seja, encaram os confrontos físicos como uma diversão regrada, que deve se pautar por princípios éticos, que incluem a preservação da vida e o repúdio a tudo aquilo que consideram “covardia” (o uso de armas de fogo ou de armas brancas, o espancamento de rivais já caídos ou sem condições de se defender, ou qualquer outra forma de enfrentamento desigual).

É neste contexto de efervescência que, nas arquibancadas e nas e redes sociais, surgem novos coletivos torcedores que conciliam, em sua prática, a paixão clubística com um

³²Disponível em: <https://www.meutimao.com.br/noticia/203381/confira-as-dez-melhores-fotos-do-protesto-da-gavioes-na-sede-da-fpf-na-ultima-quinta>

³³Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/esportes/trajano-faixas-da-gavioes-tem-apoio-da-maioria-da-populacao-brasileira-9509/>

posicionamento político sistematizado. Aproximando-nos do referencial das ciências políticas, percebemos que o termo “coletivo” tem sido comumente usado para definir um novo modelo de organização política, que tem ganhado destaque na última década. Em comparação a partidos, sindicatos ou movimentos sociais anteriores, os coletivos apresentam estrutura mais informal, fluida e provisória, sem fronteiras tão bem definidas, sem cargos, postos ou responsabilidades fixas e formalizadas, preferindo a intervenção pela ação direta e focalizada em temas específicos. A busca por relações de poder mais horizontais entre seus membros (com decisões tomadas por consenso ou, pelo menos, com ampla participação), expressa a primazia da participação direta sobre a representação. Prezam ainda pela autonomia política frente ao mercado, Estado, ou organizações civis, o que torna indesejáveis relações duradouras com esses entes. Por fim, se diferenciam pelo uso intensivo que fazem das redes sociais como espaço de organização, articulação e disputa ideológica (Salinas, 2015; Gohn, 2018; Thibes *et al.*, 2020; Faria, 2020; Valiengo e Oliveira, 2020; Marques e Marx, 2020; Silveira, 2020).

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (Castells, 2017, p. 25-26).

Segundo Lopes e Hollanda (2018b), esses coletivos de torcedores contribuíram para “(re)conectar os problemas do futebol com seu contexto histórico, político, cultural e social mais amplo” (p. 226). É o caso dos movimentos e coletivos femininos e LGBTQIA+, criados muitas vezes como uma rede de proteção entre torcedores e torcedoras que desejavam frequentar o estádio em segurança e manifestar livremente sua identidade de gênero, e que passam a denunciar e combater o sexismo e a homofobia presentes no futebol. Maurício Pinto (2017), em sua dissertação, analisa mais detidamente quatro desses movimentos (Galo Queer, Bambi Tricolor, Palmeiras Livre e Movimento Toda Poderosa Corinthiana):

É possível afirmar que esses movimentos buscam para si o reconhecimento como “sujeitos-torcedorxs”, na medida em que usam e combinam a paixão e a torcida pelo time de coração com o ativismo político. A partir das práticas discursivas que elaboram em suas respectivas páginas no Facebook, questionam e visam desestabilizar a norma que regula os comportamentos e subjetividades dentro do campo futebolístico no Brasil, denunciando, por exemplo, as violências homofóbicas e misóginas no futebol e na sociedade (p. 76).

O ciberativismo dos novos coletivos torcedores também é objeto de análise em outros trabalhos, como Vitor Gomes (2020), Guilherme Silveira (2020), Nathália Ronchetti (2021), Felipe Lopes e Lupicínio Iñiguez-Rueda (2022). Andrea Sasso *et al.* (2023) analisam a página

do Facebook de quatro coletivos antifascistas do Estado de São Paulo (Coletivo Democracia Corinthiana, Palmeiras Antifascista, Santos FC Antifascista e Bonde do Che), durante o ano de 2020, e listam a diversidade de temas abordados, referentes ao mundo esportivo, à sociedade ou à política, indicando a busca de tais coletivos em participar do debate político, dentro e fora do futebol.

Em ordem, os mais comentados pelos grupos foram: clube (225), torcida (161), críticas ao governo federal (152), ações solidárias (91), personagens de esquerda (90), antirracismo (81), Covid-19 (79), história (66), apoio ou participação em protestos (65), rivalidade (64), outros temas (46), futebol feminino e futebol moderno (40 cada), causas feministas/LGBTQIA+ (33), eleições municipais e violência policial (24 cada), causa indígena (18) e contra a ditadura (6) (Sasso *et al.*, 2023, p. 10-11).

Mas a militância destes coletivos não é só virtual. Embora existam grupos que se restringem às redes sociais, há outros que ocupam os dois espaços – o online e o off-line (ruas, arquibancadas etc.), e estabelecem entre os dois uma contínua interação e ligação, onde um impulsiona o outro. Isadora Salazar (2018) relata a participação de torcidas antifas (Porcomunas, do Palmeiras, e Coletivo Democracia Corinthiana, do Corinthians) em ato convocado pelas redes sociais, favorável a realização da palestra de Judith Butler, em São Paulo, e João Victor Balducci (2023) trata da participação conjunta de coletivos em atos de rua em defesa da democracia em São Paulo, em 2020. Eric Oliveira (2021) registra quatro formas de atuação dessas torcidas:

1) fora dos estádios, em ações conjuntas com outros movimentos sociais, como movimentos feministas e movimentos negros; 2) dentro dos estádios, confrontando torcedores que apresentem comportamentos discriminadores contra alguma minoria ali presente, sobretudo racismo, machismo ou homofobia; 3) tanto dentro quanto fora dos estádios, em manifestações independentes por ingressos de preço acessível ou orientadas em torno de pautas políticas; 4) em redes sociais virtuais, com publicações que abordem temáticas cujo debate é caro às torcidas antifascistas (p. 22).

Luiza Anjos (2021) aborda a Tribuna 77, descrito como “um coletivo multicultural de torcedores gremistas”, presente nas arquibancadas, e sua aproximação com as pautas LGBTQIA+. Por fim, Felipe Lopes (2023) descreve algumas ações de três coletivos de torcedores paulistas, o Coletivo Democracia Corinthiana, Porcomunas e o Bloco Tricolor Antifa:

Em seu dia-a-dia, o CDC, o PC e o BTA engajam-se em atividades de natureza “política”, tais como: realizar ações voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social (distribuição de alimentos, doação de sangue etc.), criar projetos de conscientização política (oficinas, debates, exibição de filmes etc.) e, principalmente, organizar e participar de protestos de rua. Desde suas fundações, eles vêm marcando presença em praticamente todas as grandes manifestações públicas do campo progressista, como aquelas contra o governo de Michel Temer e, mais recentemente, contra o governo de Jair Bolsonaro. Ademais, têm realizado uma

série de ações próprias, como os chamados “faixaços”, organizados pelo BTA nos anos de 2021 e 2022, em uma passarela no centro da cidade de São Paulo. Nessas ocasiões, seus integrantes costumam acender sinalizadores e desfraldar faixas com mensagens como: “Bloco Tricolor Antifa. Pelo fim do genocídio. Fora Bolsonaro!!!” e “Se você é fora Bolsonaro, buzine” (p. 61).

A profusão de estudos recentes que tematizam a atuação política de coletivos torcedores é um indicativo importante da presença e relevância que esses agrupamentos vêm conquistando no universo do futebol. São grupos ainda pequenos, principalmente se comparados às torcidas jovens e barras brasileiras, mas que têm tido sucesso em sua estratégia comunicativa, problematizando a reprodução e manutenção de discursos sociais excludentes nos estádios, redes sociais digitais e nas ruas. Participam, assim, ativamente do avanço da consciência torcedora no Brasil, no qual torcedores e torcedoras passam a reconhecer uma condição partilhada, independente do clube de preferência, identificando interesses, valores e práticas comuns, que se antagonizam com uma tendência geral (o “futebol moderno”), e forjar entidades e articulações, formular pautas e teorias, e estabelecer programas de ação. Os coletivos antifascistas são, ao mesmo tempo, produto e produtores desse processo.

Afirmar que é possível perceber a emergência de uma “consciência torcedora”, entretanto, não significa dizer que todos os torcedores pensam da mesma forma, ou que se comportam como uma massa homogênea. Há divisões e disputas sobre o que seria o “futebol moderno”, o inimigo comum reconhecido, e qual a melhor forma de combatê-lo ou superá-lo. As arquibancadas do Brasil, na atualidade, são marcadas por uma verdadeira “febre associativista”, com espaço para uma pluralidade de práticas e projetos (o que não deixa de ser um indício do reconhecimento desse território como um campo político importante, que merece ser disputado). Entre os diferentes projetos que disputam as arquibancadas, nos interessa aqui analisar mais detalhadamente sua expressão mais radicalizada: os coletivos antifascistas.

4.3 Os Coletivos antifas no futebol nordestino e nortista:

Nos últimos anos, a ideia de que o pertencimento clubístico pode caminhar junto a um projeto político revolucionário se popularizou. Pelas redes sociais, é possível encontrar perfis de agrupamentos antifascistas em praticamente todos os clubes com torcida relevante no Brasil. Alguns deles, porém, não foram muito além de um perfil em uma rede social, ou um grupo de whatsapp, tendo existência fugaz, pouca organicidade e interferência no campo das

torcidas. Entre aqueles que se mostraram mais ativos e longevos, mantendo uma dinâmica política interessante (nos espaços virtuais, em atos de rua, ou nos estádios), dedicamos maior atenção agora aos coletivos dos clubes nordestinos e nortistas que fazem (ou fizeram) parte das Torcidas Antifas Unidas do Norte e Nordeste (TAU-N/NE), procurando compreender suas origens e dinâmica de funcionamento.

Como já indicamos, a primeira torcida antifa do Nordeste (e do Brasil) foi a Ultras Resistência Coral, do Ferroviário (Ceará), fundada em 2005. Mas essa experiência permaneceu isolada até a década seguinte, quando diversas condições contribuíram para a multiplicação e crescimento destes agrupamentos: a agudização da luta de classes (com expressivo avanço da extrema-direita), a politização do cotidiano, a popularização das redes sociais e de novas ferramentas de comunicação, e o avanço de processos de mercantilização do futebol. Os representantes dos coletivos antifascistas ouvidos localizam entre 2013 e o golpe à presidenta Dilma Rousseff, em 2016, os primeiros passos desses novos agrupamentos, e o período subsequente, entre o golpe e o primeiro ano de Bolsonaro na presidência, como momento de multiplicação e consolidação desses coletivos.

A Coral Antifa é de 2014, quando a gente recebeu a galera do St Pauli, um jogo da Alemanha e Estados Unidos aqui. A gente recebeu a galera do St Pauli e fez esse vínculo. Ai, os meninos fizeram a Coral Antifa, só que não divulgaram. (...) [Em 2016] foi quando ele me passou as informações, me deu a rede para eu gerir. Eu comecei o meu trabalho com produção de artes gráficas, artes digitais, de gráficas digitais. Comecei a produzir logomarcas, selos, trabalhar a imagem das redes sociais, não só no Facebook. Aí comecei a fazer outras redes, o Instagram, o Twitter. Além disso, fui levando a Coral Antifa para outros espaços, espaços de diálogo, dentro de discussão de projetos contra a violência no futebol, seja em espaços de partidos políticos, seja fora de partidos políticos, de construção da cidade. Fiz também esse movimento de agregar mais pessoas, chamar para a Coral Antifa, e levar a Coral Antifa para os movimentos de rua (Coral Antifa).

O Remo Antifascista surgiu no ano de 2015, no contexto de lutas contra o golpe da Dilma Rousseff. No início, foi fundado por um camarada francês que estava fazendo pós-doutorado em Belém, e mais alguns camaradas daqui. (...) E aí o movimento foi ganhando força, sobretudo no contexto do vira-voto, já em 2018 (Remo Antifascista).

A fundação, de fato, é em 2015, mas houve um escopo, de certa forma, em 2013. Havia uma coisa em comum, que era a linha ideológica das pessoas, mas não necessariamente todo mundo tem o mesmo tipo de linha ideológica, só que a gente compactua uma ideia mais progressista de mundo, né? E aí a Brigada [Marighella] vem com um ideal mais à esquerda, mas também pautando um Barradão³⁴ mais popular, com um ingresso mais acessível, que tinha a reivindicação principal como um coletivo antifascista, antiproibicionista, anti-opressão, e contrário ao futebol moderno (Brigada Marighella b)

³⁴ Estádio Manoel Barradas, em Salvador, de propriedade do E. C. Vitória.

Pelas redes sociais, é possível localizar ainda a fundação de outros grupos. No Estado do Ceará, a Ultras Resistência Coral ganhou a companhia da Resistência Tricolor (antifa do Fortaleza F. C.) em abril de 2017, e da Vozão Antifa (ligada ao Ceará S. C.) em novembro de 2017. Na Bahia, uma postagem na página do Facebook de 2020 indica a criação da Bahia Antifa em 2013.

7 anos de amor ao EC Bahia e de luta contra o fascismo, de combate às opressões e contra o futebol moderno. Surgida como Ultras Tricolor - Bahêa, em 27 de maio de 2013 e rebatizada anos depois como Bahia Antifascista, a Torcida Antifa do Esporte Clube Bahia segue na defesa da democracia no clube e do futebol popular.³⁵

Na Paraíba, em julho de 2016, pouco antes do golpe contra Dilma Rousseff se concretizar, uma faixa em repúdio ao então vice-presidente Michel Temer foi exibida no estádio Almeidão, em dois jogos do Botafogo Futebol Clube pela Copa do Nordeste. No mesmo período, é criado o perfil da Belo Antifa. Porém, o novo coletivo não reivindicou a autoria do ato, contentando-se em repercuti-lo e solidarizar-se com seus autores.

Imagem 10: Faixa da torcida do Botafogo - PB em repúdio a Michel Temer



Fonte: Facebook Belo Antifascista.³⁶

Eu acho que a torcida é de 2016, acho que a galera criou quando teve o golpe da Dilma. Criaram o grupo que era um grupo mais de discussões. Porque as torcidas tinham um caráter muito reacionário, em alguns momentos, então eles criaram um local de debate, que tinha gente de várias torcidas, ou torcedores aleatórios, que tinham essa vertente mais de esquerda. Ela começou muito mais como uma torcida de esquerda, do que como uma torcida antifa. Só que colocaram o nome antifa. Com o tempo eles foram acrescentando gente, e era mais um grupão. (...) Mas só passa a

³⁵Disponível

em: <https://www.facebook.com/bahiaantifa/photos/a.1603375409802254/1780617205411406/?paipv=0&eav=Afb3TAOLcB3G8qAZpMKDnBrTz-IS9EQTrjMRSz-lyMkWATZ59pmBI2SIn1lgPbTd1z8>

³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/beloantifa/photos/a.1150311275036164/1150311251702833/>

ter uma atuação mais forte, no dia que o [Fernando] Haddad vem, no segundo turno [das eleições de 2018], fazer a campanha (Belo Antifa).

Uma reportagem publicada em maio de 2017 dá destaque ao crescimento deste tipo de associativismo torcedor, indicando a existência de pelo menos 27 torcidas antifascistas pelo Brasil incluindo, nas regiões Norte e Nordeste, além das já citadas, a torcida do Paysandu no Pará, e do ABC e América, no Rio Grande do Norte (MEDEIROS, 2017). Especificamente no nordeste, a multiplicação das torcidas pode ser notada pelas postagens da TAU-NE no facebook. No dia 6 de abril de 2018, uma postagem apresentava os 12 coletivos que faziam parte dessa união: CRB Antifascista (AL), Meca Antifascista, Brigada Popular Alvirrubra, Coral Antifa e Torcida Antifascista do Sport (PE); América Antifascista (RN), Bahia Antifascista e Brigada Marighella (BA), Belo Antifascista (PB), Vozão Antifa, Ultras Resistência Coral, e Resistência Tricolor (CE). No dia 19 de maio de 2017, 2 torcidas a mais eram incluídas: ABC Antifascista (RN) e Azulão Antifascista (AL). Já 12 de outubro de 2017, nova postagem, com mais 4 torcidas: Central e Timbu Antifa (PE), Confiança Antifa (SE) e Treze Antifa (PB).

Pelas falas de nossos informantes e análise das redes sociais também temos boas pistas sobre a fonte de inspiração para essa onda de criação de novos coletivos. O nome “Ultras Tricolor - Bahêa” deixa transparecer a influência da Ultras Resistência Coral. A Brigada Marighella combina em seu nome uma referência às “Brigate Autonome Livornesi”, união de grupos torcedores antifascistas do Livorno, da Itália, ao resgate de um histórico torcedor do clube, Carlos Marighella, importante militante comunista, liderança na luta armada contra a ditadura, que em 2012, portanto, um ano antes do início da história da torcida, havia sido lembrado com a publicação de uma biografia de grande sucesso (“Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo”, de Mário Magalhães), e por canções do Racionais MC's (“Mil faces de um homem leal”) e Caetano Veloso (“Um comunista”). A presença de torcedores alemães do St. Pauli, no Recife, durante a Copa de 2014, é apontada como marco para a criação da Coral Antifa, e o mesmo pode se dizer da Remo Antifascista, criada com a participação de um estudante de pós-graduação francês. Nas redes sociais desses coletivos, é comum, ainda, encontrar diversas postagens sobre torcidas antifas estrangeiras, o que indica que esses agrupamentos serviram de inspiração e referência para iniciativas deste tipo por aqui.

À medida que estes primeiros grupos se consolidaram e ganharam visibilidade, com ações nas redes, nas ruas e nas arquibancadas, elas passaram também a servir de inspiração para novos coletivos. A conjuntura política pós-golpe, com a rápida ascensão da extrema

direita e sua posterior chegada ao poder, impulsionam a multiplicação de agrupamentos destes pelo futebol brasileiro.

Mas aí você tem em 17, 18, 19, um *boom* de torcidas organizadas. Muita gente, dizendo “poxa, eu vi a ação da Coral Antifa”, “eu vi a ação da Antifa do sport”, “eu vi a ação da galera do Fortaleza”, da primeira torcida antifascista que a gente tem no Brasil, que é a galera do Ferroviário, do Ceará, que é o Ultras Resistencia Coral. A galera começa a ver essas ações e começa a gostar e fazer torcidas também (Coral Antifa).

A inspiração foi outros movimentos antifascistas pelo Brasil. Não sei se você conhece a página Antifa Hooligans do instagram, (...). Eu conheci a página no meio da pandemia, 2020. Trabalho fantástico dos caras, na linha de frente durante a pandemia, em protestos contra os bolsonaristas, por conta da quarentena. Eles foram lá e entraram em conflito com os caras (Proletários Antifascistas).

As novas ferramentas de comunicação têm um papel fundamental no surgimento e crescimento desses agrupamentos torcedores. Primeiro, porque é principalmente através delas que os torcedores brasileiros tiveram contato com iniciativas semelhantes no exterior, e se inspiraram para fundar as primeiras experiências por aqui. Em seguida, esse processo se repete em âmbito nacional, com os primeiros coletivos brasileiros servindo de exemplo e referência para o surgimento de novos coletivos. Ademais, além de importante meio de divulgação de ações e ideias, as redes sociais são centrais para o modo como esses agrupamentos se organizam. Geralmente, a própria existência do grupo é demarcada a partir da criação do grupo de comunicação interna (no Whatsapp ou aplicativo semelhante), ou do perfil público em uma rede social. No dia a dia, o ambiente digital substitui ainda boa parte das reuniões e assembleias presenciais, como espaço de debate, socialização e deliberação, e permite a circulação de informações e a participação mais ampla e democrática dos membros, embora seja comum a existência de grupos menores, apartados, responsáveis por decidir e encaminhar questões específicas (no caso de uma divisão por comissões) ou politicamente mais sensíveis (no caso de conselhos ou comitês centrais).

Não temos diretoria, não temos nenhuma hierarquia de organização interna. Temos, como eu te falei, um grupo operacional e temos um grupão geral. Agora há, sim, as pessoas mais engajadas com o movimento, que hoje eu posso te falar que são cerca de 10 pessoas que são mais engajadas. E infelizmente, há muita gente que vê a luta antifascista no futebol como algo secundário, que se engaja nos movimentos antifascistas de torcida mais para cumprir o balanço mesmo de seus coletivos partidários. (Remo Antifascista).

Um [grupo no] signal para o conselho. O WhatsApp é um grupo de pessoas que conversam, mas informações cruciais não são passadas pelo WhatsApp, e sim pelo signal. Quando há necessidade de reunir fisicamente, a gente sempre reúne. Basicamente, é um conselho de três pessoas que nós temos (Coral Antifa).

[O espaço deliberativo] é um grupo na rede social. (...) eu acho que entra em consenso às vezes, né? Talvez votação, mas sempre tem uma discussão trazendo

seus pontos de vista para fazer isso ou aquilo. E aí é algo que é muito organizado por essas pessoas que fazem parte das comissões. A gente traz as inquietações e, a partir disso, há alguma possibilidade de sim ou de não, de manter ou de não manter aquele posicionamento. Mas sempre é muito discutido. As coisas precisam estar comunicadas pelas pessoas que compõem [as comissões]. E às vezes tem reunião online também para a gente deliberar algumas coisas (Brigada Marighella a).

Para participar destes grupos menores não há eleição, mandatos com tempo pré-definido, ou divisão fixa de cargos e responsabilidades. O critério é o engajamento, a disponibilidade e a participação pregressa. Também não há processo de filiação formal ou batismo que marque a entrada de novos membros. Geralmente, a inclusão no grupo maior se dá após algum procedimento de filtragem, que visa evitar a entrada de pessoas de direita e preservar a segurança das informações e pessoas que estão ali, que envolve a indicação de algum membro já ativo, ou alguma investigação sobre posicionamentos políticos anteriores do postulante.

Os ambientes virtuais também são encarados como espaços de intervenção. As redes sociais são utilizadas não apenas para impulsionar as ações presenciais (convocando-as e repercutindo-as), mas como um lócus próprio da disputa política contemporânea, que requer planejamento e estratégia específica. É através delas que os grupos tornam públicos seus princípios e direcionamentos ideológicos, em manifestos e cartas abertas, bem como repercutem denúncias e notícias (relacionadas diretamente ao futebol ou não), expressam apoio e solidariedade a outras lutas e causas, e propõem debates e reflexões. Durante o ano de 2020, por exemplo, a Brigada Marighella lançou o podcast Nova Rádio Libertadora, que pretendia ser mais um canal informativo e formativo, e o Quilombo do Arruda promoveu lives no YouTube, abordando a história do clube e o combate às opressões. Da mesma forma, a elaboração das postagens para o Facebook ou Instagram é tomada como uma tarefa importante, que envolve uma preocupação não apenas de conteúdo, mas também estética e tática, que passa por reflexões sobre o melhor horário para publicar, qual hashtag utilizar, qual perfil marcar, e outras medidas que buscam ampliar o alcance e a repercussão.

Tinha dentro da torcida um grande amigo meu, que é L., que ele era estudante de mídias digitais, e é um ótimo designer, criou vários designers lindos. Então, a Bela Antifa teve um alcance muito maior [do que o esperado] para uma torcida tão pequena quanto a do Botafogo, porque L. entrava com um design maravilhoso e eu vinha com uns textos, trazer alguns debates sobre fascismo e antifascismo. Então, viralizou muito nas redes, e tinha as camisetas, e tinha não sei o que. Então, enquanto produto, enquanto até mesmo performance, acho que era interessante (Belo Antifa).

Como já vimos, o uso intensivo dos ambientes virtuais como espaço de organização, campo de atuação, e estratégia de impulsionamento das ações presenciais, assim como a busca por relações internas mais horizontais e colaborativas, e a preocupação com a autonomia

política e financeira (todos os grupos afirmaram serem autofinanciados e independentes) são marcas dos “coletivos”, modelo de ativismo político que surgiu no início do século XXI, e ganhou força na última década. Embora se refiram a si mesmas comumente como “torcidas antifascistas” (o que fica evidente até mesmo no nome escolhido para frente formada por elas: “Torcidas Antifascistas Unidas”), “torcidas” aqui é apenas um termo genérico usado para indicar que são associações formadas por torcedores e torcedoras, ou seja, que junto ao posicionamento político, o pertencimento clubístico comum é um marcador identitário importante para a coesão do grupo. Quando questionados sobre como se entendem, os entrevistados acabam estabelecendo diferenças para outras organizações torcedoras.

Agora sim, vale pontuar que o Remo Antifascista não é uma torcida organizada, é um coletivo político que atua do futebol, dos ambientes futebolísticos para a sociedade. Luta pela democratização e inclusão dos ambientes futebolísticos e combate o neofascismo na sociedade como um todo. Por que nós não somos torcida organizada? Mesmo tendo a possibilidade de ser, já que nós temos materiais, nós temos hoje pouco mais de 100 pessoas que integram o movimento. Mas não nos é interessante por questões estratégicas, já que aqui em Belém do Pará existe uma lei municipal que estabelece o cadastro das torcidas organizadas junto ao batalhão de polícia. E não seria nada estratégico o movimento antifascista dar o nome completo e CPF, de todos os seus integrantes a polícia militar, para uma instituição que tem uma proposta autoritária, logo, fascista (Remo Antifascista).

Além da preocupação com a segurança dos dados e o anonimato, ou outras questões burocráticas, há outras diferenças percebidas entre os coletivos antifascistas e as torcidas organizadas. O modelo de organização reflete também uma forma de atuação, com objetivos e estratégias próprias.

A torcida tem toda uma estética, uma linha de material, um território deles, e o coletivo tem outra dinâmica. A gente criou no sentido de disputar a política, disputar a mente das pessoas. Então, a gente tem esse sentido mais político da coisa, da gente estar debatendo a conjuntura do clube, a conjuntura da política nacional, e estar meio que tentando politizar a nossa torcida. E aí, a gente tem uma dinâmica totalmente diferente, na verdade, a gente não tem desavenças com outras torcidas rivais. A gente não tem torcida rival à nossa, por exemplo, ou coletivo rival ao nosso. A gente não tem um lugar certo no Arruda³⁷ pra ficar, a gente não tem uma sede também. Enfim, a gente se organiza em outra dinâmica, e a gente preferiu ser assim justamente porque a gente não disputa com a Inferno Coral³⁸ um espaço na arquibancada, ou a hegemonia da torcida, ou liderar a festa da torcida. A gente quer, na verdade, discutir racismo e que a pauta do racismo vá além do Quilombo do Arruda, escolhemos ser vanguarda política mesmo. Se por acaso a gente crescer e achar que é interessante virar uma torcida a gente pode até avaliar isso no futuro, mas acho que não é nada que esteja no horizonte (Quilombo do Arruda).

Na arquibancada é mais no sentido que a gente, quando quer fazer algum posicionamento, levar uma faixa, colocar uma bandeira para dentro. Mas, por

³⁷ Estádio José do Rego Maciel, conhecido popularmente como Arruda (nome do bairro em que está localizado), propriedade do Santa Cruz.

³⁸ Torcida Organizada Inferno Coral, maior torcida do Santa Cruz F. C.

exemplo, tem gente da Brigada que é da TUI³⁹, que assiste o jogo lá com a galera do comando deles. Tem gente da brigada que vai com a esposa, ou com o esposo, com o companheiro, para o jogo, e aí gosta de assistir em outro lugar. Então, lá, logicamente, a gente acaba sempre se batendo, tomando uma cerveja, aquela resenha, aquela picuinha com a galera sardinha e tal, mas, geograficamente, a gente não tem uma obrigação de encontro, não (Brigada Marighella b).

Embora os entrevistados/as tenham indicado serem frequentadores/as assíduos/as dos jogos de seus times, não é objetivo destes coletivos substituir as atuais torcidas, ou disputar com elas o comando da festa nas arquibancadas. Reconhecendo a história e o poder das torcidas organizadas sobre os humores e práticas nos estádios, esses coletivos procuram ter com elas boas relações e influenciá-las politicamente (seja conversando diretamente com membros e diretores, seja através das reflexões e debates propostos nas redes sociais).

Nos estádios, os membros do coletivo se diluem na multidão e não se preocupam em marcar sua presença nas arquibancadas com cânticos próprios, faixas, bandeiras, e camisas padronizadas. Mesmo quando têm o hábito de assistir aos jogos juntos, o fazem geralmente como “torcedores comuns”, sem se identificarem publicamente como um coletivo. É comum até que seus membros sejam também filiados a uma torcida organizada ou barra, ou simplesmente prefiram assistir aos jogos perto delas.

Há episódios, porém, de intervenções pontuais, geralmente exibição de faixas, que buscam levantar uma causa ou expressar um posicionamento político. Nas imagens abaixo, vemos alguns exemplos de faixas levadas pelos coletivos antifascistas às arquibancadas. Embora os/as entrevistados/as, quando questionados/as, prefiram não revelar detalhes de como conseguiram driblar a revista policial, e entrar com tais faixas nos estádios, há bons motivos para acreditar que contaram com a ajuda de dentro das torcidas organizadas, o que sugere haver algum diálogo com elas e contraria a tese de que haveria um total estranhamento e distanciamento entre esses sujeitos.

³⁹ Torcida Uniformizada Os Imbatíveis, maior torcida organizada do E. C. Vitória.

Imagem 11: Faixa da Brigada Popular Alvirrubra



Fonte: Página do Facebook da Brigada Popular Alvirrubra.⁴⁰

Imagem 12: Faixa da Coral Antifa



Fonte: Página do Facebook da Coral Antifa.⁴¹

⁴⁰ Disponível

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=134385748693214&set=pb.100063653677068.-2207520000>

em:

⁴¹ Disponível

<https://www.facebook.com/CoralAntiFa/photos/pb.100067684545604.-2207520000/1226294500881493/?type=3>

em:

Imagem 13: Faixa da Vozão Antifascista

Fonte: Pagina do Facebook da TAU (N/NO).⁴²

Imagem 14: Faixa da torcida Resistência Tricolor

Fonte: Página do Facebook da Resistência Tricolor Antifascista.⁴³

⁴²Disponível em:

<https://www.facebook.com/taunordeste/photos/pb.100068996533143.-2207520000/2022163651407462/?type=3>

⁴³Disponível

em:

<https://www.facebook.com/resistenciatricolorantifa/photos/pb.100067358651406.-2207520000/909544079237154>

Imagem 15: Faixa “Quem mandou matar Marielle?”



Fonte: Página do Facebook da Brigada Popular Alvirrubra.⁴⁴

Imagem 16: Faixa da torcida Antifascista do Sport



Autor: @paulopaivafoto, Fonte: Página do Facebook da Antifascista Sport⁴⁵

⁴⁴ Disponível

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=134385742026548&set=pb.100063653677068.-2207520000>

em:

⁴⁵ Disponível

<https://www.facebook.com/AntifaSport/photos/pb.100063472636673.-2207520000/4170383566342217/?type=3>

em:

Ainda sobre os objetivos e formas de atuação dos coletivos antifascistas, cabe ainda uma análise mais aprofundada. As questões tematizadas nestes casos acima, a princípio não estão diretamente relacionadas ao esporte, e indicam uma tentativa desses agrupamentos de se aproveitarem da audiência e da aglomeração promovida pelo jogo para ampliar o alcance de seus posicionamentos e críticas. O estádio de futebol, nesse caso, é tomado como um espaço de visibilidade, cenário de uma atuação política que não necessariamente parte da vivência do jogo.

Já outras ações promovidas buscam predominantemente aproveitar o poder de mobilização dos clubes e do futebol. É o caso, por exemplo, das convocações para (e participações em) atos de rua e protestos pela cidade. Em uma conjuntura marcada pela fragmentação e crise de representatividade no campo da esquerda, na qual entidades tradicionais, como sindicatos e partidos políticos, são alvos constantes de críticas e desconfiança por parte da população, as torcidas oferecem uma opção de engajamento político a partir de outro marcador identitário, o pertencimento clubístico. A atuação conjunta de torcidas de clubes rivais também expressa (tanto no sentido de ser “produto de”, quanto no sentido de “comunicar”) um esforço pela superação de divergências em nome da construção de consensos e unidades em torno de pautas maiores, uma demanda comum entre setores progressistas.

Imagem 17: convocação da Brigada Marighella para ato contra Bolsonaro, em Salvador



Fonte: Página do Facebook da Brigada Marighella. ⁴⁶

⁴⁶

Disponível em:

<https://www.facebook.com/brigadamarighella/photos/pb.100071031895288.-2207520000/1779064355600408>

Imagem 18: Convocação conjunta das antifas do Ceará para ato contra Bolsonaro



Fonte: Página do Facebook da TAU (N/NO).⁴⁷

Há outras ocasiões em que o futebol é usado como chamariz ou espaço de socialização. A organização de jogos e torneios busca favorecer a construção de vínculos mais estreitos de camaradagem, tanto internamente, como com outros movimentos e organizações. Além disso, ao serem conjugados com outros espaços / tempos de estudo e formação, tais eventos fazem parte de uma estratégia de propaganda política, divulgando a existência desses coletivos, suas lutas e formulações.

Teve um momento que a gente fez parcerias com movimentos daqui, tem um movimento feminista que é o LIS⁴⁸, que é um movimento mais pós-moderno, mas que a gente juntou as mulheres do LIS e juntou a torcida pra fazer um debate sobre mulheres no futebol. Pegamos emprestado uma quadra de uma escola e depois fizemos uma partida com as mulheres. Então, tinha algumas coisas nesse sentido, de levar debates para outras pessoas, pra fora um pouco do futebol (Belo Antifa).

Nosso maior projeto do momento é a Liga Ulisses Manaças, em homenagem a um camarada do MST que partiu há poucos anos. Era muito engajado no futebol, torcedor do Paysandu, por sinal. É um campeonato que tem MST, tem MAB⁴⁹, tem times anarquistas, tem time ligado à Liga de Educação Física da Universidade Federal, time do Paysandu antifascista, time do movimento de luta antimanicomial. E aí é bem bacana a iniciativa da Liga, porque no primeiro semestre a gente faz campeonato interno, e aí a cada rodada um coletivo ou movimento social dá um pouco de si para os demais. Tem o futebol jogado nas quatro linhas, mas também tem formação política. Segundo semestre a gente vai fazer torneios em equipamentos públicos da periferia, e atrelado à iniciativa de educação popular também, com a molecada dos bairros (Remo Antifascista).

⁴⁷Disponível

em: <https://www.facebook.com/taunordeste/photos/pb.100068996533143.-2207520000/2011908435766317/?type=3>

⁴⁸ “Liberdade, Igualdade e Sororidade”, projeto cultural feminista presente em João Pessoa.

⁴⁹ Movimento dos Atingidos por Barragens

Em outros momentos, porém, é a vivência nas arquibancadas e dentro do futebol que serve de fundamento para ações e reflexões mais amplas. O futebol é, nesse caso, tomado como um microcosmo da sociedade, onde mazelas e problemas sociais se expressam, e podem ser problematizadas e combatidas. É o caso, por exemplo, de ações que tematizam a violência policial, a LGBTfobia, o machismo, ou buscam promover a valorização e o apreço pelo futebol local, combatendo xenofobia e o fenômeno da “torcida mista” - ou “bifiliação clubística” (Campos e Toledo, 2013).

A torcida do Vozão Antifa, eles se organizam de uma forma muito legal, eles tinham projetos de “leve um amigo pro estádio”. Então eles organizavam a galera pra, ao invés de ficar xingando o torcedor que torce pra mais de um time ou pra um time de fora, levar ele pela primeira vez pro jogo do Ceará. É esse tipo de ação, dentro das torcidas antifas, que fazem a diferença, e mostram um projeto político (Belo Antifa).

Esse ano, o Campeonato Paraense, um campeonato centenário, pela primeira vez abordou sobre combate a opressões e pautas inclusivas. E nós fomos convidados a assessorar a federação. Remo, Paysandu antifascista, e nós indicamos outras instituições também. Começou bem o planejamento, mas entrou a Defensoria Pública do Estado e destoa a proposta da iniciativa, fazendo com que a gente se ausentasse da construção, da execução, na verdade. Mas rolou, foi legal. (Remo Antifascista).

Sabemos que não é um ato isolado [a ação violenta da polícia contra torcedores], a PM de Pernambuco mostra truculência e resquícios autoritários nos estádios e nas ruas diuturnamente. A repressão a um ato pacífico do Movimento Ocupe Estelita a dias atrás, no qual policial atira em manifestantes à queima-roupa, chocou o país inteiro, a própria ideia de criminalizar todos os torcedores organizados (e não somente aqueles que levam violência aos estádios e seus entornos) já é uma tentativa de criminalização da pobreza e "higienização" do futebol sob uma ótica mercadológica. Por isso dizemos: Não à criminalização das torcidas! Não à criminalização da pobreza! Abaixo à violência policial! Liberdade para os torcedores que se encontram presos!⁵⁰

Mas a gente conseguia pautar muita coisa. Quando a galera era machista, alguma coisa homofóbica, a gente fazia alguns textos, entrava em discussões. Quando um torcedor foi assassinado aqui, a gente chegou a tentar organizar com as outras torcidas um protesto. Não teve muita adesão, teve umas 30, 40 pessoas, mas já era alguma coisa. E teve um momento que as torcidas organizadas, principalmente as de pista, como a Fúria, que ameaçava muito a gente, até que esse torcedor da Fúria morreu e a gente teve uma atuação muito forte com eles, para falar sobre a violência policial (Belo Antifa).

Portanto, além de cenário propício para conseguir visibilidade para outras lutas, e potente instrumento de mobilização, o futebol é também pensado como um campo de disputa importante. Não por acaso, os coletivos também buscam se envolver, embora em diferentes níveis, na política do clube, seja tecendo críticas públicas aos dirigentes e forças políticas dominantes, seja até mesmo se articulando em outras frentes, que disputam eleições internas. De forma geral, todos os coletivos analisados se afirmam como críticos da lógica mercantil

⁵⁰ Postagem no facebook da Brigada Popular Alvirrubra, 17 de out. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1654574661451633&set=pb.100063653677068.-2207520000>

que impera no futebol contemporâneo, e defensores de um futebol diferente, popular, onde laços comunitários prevaleçam sobre a força da mídia e do capital, acessível aos mais pobres, com liberdade para práticas tradicionais do torcer (desde que não reproduzam ou reforcem opressões), e onde todos/as os/as torcedores/as sejam respeitados/as em seus direitos e possam torcer em paz e segurança.

Eu acho que quando a gente consegue explicar para um torcedor a necessidade da gente ter um plano de sócio com valor mais em conta, a gente consegue explicar, por exemplo, o porquê a gente precisa defender a renovação das cotas. Acho que a gente consegue explicar o porquê a gente precisa ter uma política de preços, sobretudo, que caiba, de fato, no bolso das pessoas, até pra gente não acabar caindo na lógica de ser barata defendendo inseticida. (...) Então, acho que quando a gente consegue explicar que uma arquibancada onde o cara pode estar com o namorado dele e a menina pode estar com a namorada dela, um caminho para o estádio onde a gente possa tirar uma selfie sem ser roubado, é o mesmo sentido de explicar o porquê a gente pede segurança na rua, o porquê a gente pede fim de machismo, da LGBTfobia. Assim, a Brigada não tem uma formulação coletiva específica sobre isso, mas eu sempre defendo isso, que o futebol é um espaço de recorte para a gente politizar a sociedade (...) Quando a gente consegue explicar para o torcedor que 12 reais numa cerveja, dentro de um estádio como o Barradão, que fica localizado num lugar como Canabrava, que a existência do estádio foi uma grande revolução social, econômica para aquele território, a gente consegue explicar para ele o porquê não dá para ser bolsonarista ganhando um salário mínimo (Brigada Marighella b).

Cabe destacar que essa divisão que proponho das ações, de acordo com o modo predominante de como elas se aproximam do futebol (como cenário, como instrumento de mobilização, ou como objeto em disputa), tem uma finalidade exclusivamente analítica. Na concreticidade das ações, essas intencionalidades não se dividem, e muito menos são excludentes ou estanques. Ao exibir no estádio uma faixa com a frase “TORCEDOR/A É TRABALHADOR/A E TAMBÉM QUER SE APOSENTAR”, os coletivos antifascistas não só desejam se aproveitar da atenção e da audiência que o futebol é capaz de propiciar, para ampliar o alcance de sua crítica a uma pauta “externa ao futebol”, no caso, a reforma da previdência. Também é objetivo da ação disputar a subjetividade do/a torcedor/a, apontando sua condição como trabalhador/a, acima das rivalidades clubísticas ou outro marcador social. O uso da flexão de gênero, indica a busca do reconhecimento do futebol como um espaço também das mulheres, e não uma exclusividade de homens. A afirmação dos/as torcedores/as como trabalhadores/as, traz ainda implícita críticas ao futebol moderno, tanto por sua tendência em tratar o público como “clientes” (e não torcedores/as), quanto pelos processos de elitização e gentrificação, que afastam a classe trabalhadora dos estádios. Por consequência, a ação tensiona as fronteiras do que pode ser considerado próprio do futebol ou não, contrariando a tentativa do mercado de transformar o jogo em um espetáculo controlado

e apartado da realidade social. Sendo assim, em uma mesma ação podemos perceber o uso do futebol como cenário para a luta, instrumento de mobilização e objeto em disputa.

Por isso, pelo menos no caso dos coletivos aqui analisados, não me parecem corretas as análises que indicam haver uma relação de “exterioridade” de suas pautas e ações do universo do futebol. As ações promovidas nos estádios, ruas e ambientes virtuais não são meras transposições mecânicas de uma pauta definida a partir de um projeto político tomado a priori - como, por exemplo, sugere Caldas, Andrade e Souza Júnior (2022). A politização, e o avanço de uma consciência torcedora, é um processo dialético, e não linear ou unidirecional, legatário de uma longa tradição do torcer, e do associativismo torcedor, que tem suas raízes no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Portanto, não é produto de um agente externo ao futebol, mas sim fruto da ação de torcedores e torcedoras, que em sua experiência torcedora cotidiana entram em contradição com as estruturas, valores, ideias e práticas hegemônicas no esporte, e buscam construir sínteses e mediações para superá-las e transformá-las.

Caracterizados os coletivos (pelo contexto de seu surgimento e crescimento, sua dinâmica interna, objetivos e ações), volto agora minha atenção para as iniciativas de articulação entre eles. Caio Pinheiro (2020) aponta a existência de uma rede transnacional de cooperação e solidariedade entre as torcidas antifas. Essas relações constantes de trocas e apoio entre grupos europeus também aparecem nos trabalhos em Doidge (2013), McDougall (2013) e Spaaij e Viñas (2013). A conjuntura política brasileira também indicava a necessidade de construção de unidades e frentes, que fossem capazes de reverter a tendência à dispersão e à fragmentação no campo da esquerda, e de fazer frente ao avanço da extrema-direita. Iniciativas como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, ou o Fórum das Centrais Sindicais foram importantes experiências nesse sentido. Porém, entre os coletivos antifas, essa ideia não vingou a nível nacional. Embora esses coletivos mantivessem contatos esporádicos, facilitados pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, e convergissem muitas vezes em pautas e ações, não foram capazes de criar uma entidade sólida e permanente de diálogo e coordenação de seus esforços. Os balanços dos sujeitos ouvidos sobre as tentativas de criar uma frente nacional de torcidas antifascistas, guardam algumas semelhanças.

O grande problema do grupo nacional, a gente até brinca, que dava para ser o título do livro, “Clubismo, a doença infantil do antifascismo”. Porque as grandes tretas que surgiam eram muito em relação ao clubismo. O racha na se deu por causa de uma treta entre flamenguistas e vascaínos. A galera fazia piadas lá dentro, sobre a derrota de um time, o apito do juiz, que eram temas que não eram para ser debatidos ali, afinal de contas não estamos aqui tratando de fazer piadinhas, de que o meu time ganhou ou perdeu, tem outros momentos pra isso. Aqui é militância, a gente tá

querendo pautas em comum que dialoguem com o que o torcedor, o que o futebol vai precisar (...) O clubismo atrapalha, principalmente na galera do Rio de Janeiro e São Paulo. Eles têm um problema muito sério em conseguir olhar para além do próprio umbigo. Eu acredito que tem muito a ver com o tipo de ideologia que se cria nesses espaços, “eles são os espaços centrais do país”, e isso é problemático em vários níveis, e isso chega ao futebol. Então é muito mais fácil a gente falar e debater com a galera das periferias. (...). A gente conseguia ter uma entrada, e um senso de comunidade e camaradagem, muito maior do que com a galera desse eixo Rio-São Paulo (Belo Antifa).

Eu passei pela experiência de tentar criar três vezes [a TAU Brasil]. Fiz a logomarca, joguei, e nunca vingou. (...) Porque sempre teve problema entre as próprias torcidas antifascistas. Existe um clubismo muito grande em alguns estados, existe problemas de bancada, problema político, porque a galera quer trazer o partido político para dentro da ação antifascista. “Ah, meu partido fez isso e o teu não fez”. Aí começa as discussões entre partidos, discussões clubistas, e o movimento em si, o antifascista, começou a decair. Nunca mudou, nunca foi pra frente a TAU Brasil (Coral Antifa).

Primeiro, que o Brasil é muito grande e tem essa questão geográfica que eu acho que atrapalha também, a questão do transporte, da gente se conhecer e tal, apesar da internet ter ajudado nisso. Também conta um pouco a falta de experiência política dos companheiros. Pra alguns, o primeiro movimento político dos caras, de boa parte da galera, é a torcida. Pelo menos da galera que eu conheço. Segundo, pelo sectarismo mesmo de algumas linhas políticas que fazem parte desse movimento. Sendo bem sincero, tem uma galera bem ruim de construção, uma galera bem purista na teoria. Enfim, quem é militante sabe de que grupo que eu tô falando. E também acho que o clubismo, de certa forma, influencia também. Aqui em Pernambuco, a gente consegue fazer as ações políticas em conjunto. Mas, do que eu vejo de outras torcidas, pelo menos no Sudeste, fica marcado esse clubismo. Fora a dificuldade que os clubes maiores têm de entender qual é o papel deles. Por que o Flamengo e o Corinthians tem uma torcida enorme no Nordeste? É um debate delicado pra essas torcidas fazerem, sabe? Acaba que isso dificulta também. Os caras tem um balanço errado sobre isso, e dificulta também. A gente vai falar com os caras, e os caras dizem “Mas nós somos os maiores do Nordeste também”, sabe? Acho que isso aí pega também um pouco pra gente aqui no Nordeste. (Quilombo do Arruda).

A dificuldade de pôr de lado as rivalidades clubísticas, em nome de um projeto ou uma pauta política comum, é apontada por todos como um obstáculo à construção conjunta de uma entidade ou frente supraclubística. O lema “Nem guerra entre as torcidas, nem paz entre as classes”, popular entre esses agrupamentos, na prática parece de difícil implementação. As antifas do Inter e do Grêmio, por exemplo, não compartilham os mesmos espaços e atos (Anjos, 2021). Caldas, Andrade e Souza Júnior (2022) apontam que momentos de união entre as torcidas de São Paulo também são raros. Os entrevistados ainda citam divergências políticas, seja a transposição de disputas e tensões partidárias para o interior do movimento antifascista, seja a dificuldade de se construir sínteses e mediações, ou mesmo a falta de maturidade de parte dos militantes.

Fato é que a única iniciativa de construção deste tipo que vingou, apresentando alguma dinâmica política e organicidade, foi a TAU-NE (Torcidas Antifascistas Unidas do Nordeste), que mais tarde passou a abarcar também a Região Norte, e se tornou a TAU N-NE.

Na sequência, me debruço sobre essa experiência, procurando resgatar sua trajetória, segundo o olhar daqueles/as que dela fizeram parte, e compreender as condições de seu sucesso.

4.4 Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste:

A fundação da TAU-NE remete ao período pós-golpe, entre 2017 e 2018, momento de grande efervescência política no país e nas arquibancadas, onde ganhava força uma consciência torcedora, e diversos coletivos e movimentos de torcedores e torcedoras surgiam, procurando pensar politicamente o torcer e o futebol. Procurando fortalecer esse processo, articulou-se um grupo nacional com representantes de diversos coletivos. Os/as entrevistados/as, porém, relatam um incômodo comum, com a percepção de que as particularidades e necessidades do futebol nordestino não eram contempladas nas discussões. Frustrada a tentativa de construir uma associação ou frente supraclubística a nível nacional, surge a ideia de uma frente entre os coletivos antifascistas do Nordeste.

Tinha um grupo no WhatsApp, de vários coletivos e torcidas de esquerda e não somente antifascistas, de esquerda no geral. E estávamos nós, da Coral Antifa, tinha uma galera do CSA antifa, da Antifa do Sport, e da Belo Antifascista. Estávamos lá e, basicamente, a realidade que a galera falava não condizia com a nossa realidade, com o que a gente queria de futebol, de torcer, porque a gente sempre foi o futebol fora do eixo. (...) As nossas prioridades sempre eram colocadas por último, e nunca chegavam. Aí foi quando a gente decidiu fazer um grupo só de nordestino. Aí eu chamei um e outro, fiz o Instagram, só para coisa simples, para a gente conversar. Aí pensei, em Torcidas Antifascistas Unidas do Nordeste, pronto, botei. Aí teve um movimento de forma natural de surgir muitas torcidas (Coral Antifa).

Nesse racha muita gente saiu, mas ainda existia um grupo nacional, então um ou outro ainda ficou por lá e debatiam uma ou outra coisa. Só que R, que é o grande fundador da TAU Nordeste, percebeu que não conseguia se organizar de uma forma nacional, embora se fale nacional, era basicamente uma galera do Rio de Janeiro, algumas pessoas de São Paulo, do Sul, Rio Grande do Sul, especificamente, porque não tinha Paraná e Santa Catarina na época. Era Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, e aí você tinha a galera do Nordeste. E aí R. falou, “pô, o Nordeste é a maioria nesse negócio, dá pra formar um só do Nordeste”, e aí foi quando ele resolveu fundar a TAU (Belo Antifa).

A experiência frustrada em âmbito nacional serviu como aprendizagem e alerta. Era preciso cuidado com o clubismo, para não deixar que a rivalidade futebolística implodisse a construção de espaços de diálogo e unidade. Não por acaso, essa preocupação guiou os primeiros movimentos da TAU-NE.

Quando a gente foi para a rua, a gente fez uma reunião, uma reunião bem interessante. Quando começou a TAU-NE, a torcida do Santa Cruz tinha muito material, a do Sport e a do Náutico não. Então a gente bancou a confecção de alguns

materiais da Antifa do Sport e do Timbu Antifascista, (...). Para a gente fazer as ações na rua, para ficar bem uniforme, tá ali evidente, a galera do Santa, do Sport e do Náutico. E aí teve uma dessas ações que basicamente rapou o tacho da gente de ter vendido adesivo para pagar a produção da bandeira do Antifa do Sport e da Timbu Antifa, para ajudar eles. Não bancou total, mas já foi um dinheiro, porque o ideal das torcidas antifas é o seguinte, o antifascismo tem que estar acima do clubismo, entendeu? Então, são bandeiras para ações na rua, que a gente utiliza na rua para demarcar que a torcida organizada está aqui, torcedores estão aqui, movimentos antifascistas e torcedores estão aqui presentes. E a gente está unido para um bem maior (Coral Antifa).

Eu acho que dentro do seio da política da boa vizinhança, porque a gente se compreende, os dois, como coletivos antifascistas, a gente caminha juntos, tem algumas pautas que não podem ser levantadas. O Vitória foi um time elitizado e às vezes as pessoas batem nisso, como se fosse algo que se mantém hoje. A torcida do Bahia também não gosta de tocar em alguns temas que são ligados à compra de árbitros para o Bahia ganhar títulos na época dos anos 60. Então tem alguns temas que são um pouco sensíveis para ambos os lados, mas a gente caminha bem, a gente consegue dialogar quando preciso, fazer algumas ações em conjunto. Eu acho isso interessante (Brigada Marighella a).

Além de cuidados com temas a serem evitados, e ações efetivas que contribuíam para a consolidação da torcida rival, dando materialidade ao discurso de unidade e solidariedade entre os coletivos, outras medidas foram tomadas. Como a criação de um grupo paralelo de whatsapp, dedicado exclusivamente à “greia” (zombarias, provocações e gracejos relacionados ao futebol), uma forma de demarcar bem a separação entre aquilo que era sério, e o espaço da brincadeira, e evitar que rancores e inimizades criados em um campo contaminassem o outro. A unidade almejada, portanto, não passava pela negação do clubismo ou da rivalidade, mas sim pelo entendimento de qual o seu papel e seus limites.

A gente compreende que a gente só vai avançar se a gente romper com o clubismo tóxico. Esse clubismo que mata, que bate, que faz emboscada, né? Essas práticas... Nós entendemos que a gente precisa romper com elas pra poder avançar na luta antifascista no futebol. E isso só ocorre a partir de um clubismo crítico, é isso que a gente defende, que é entender que, sim, nós somos diferentes, nós somos oponentes, mas nós não precisamos nos odiar por conta disso. A gente joga cada um do seu lado, e encarna, e brinca, e tira sarro. Talvez até um pouco de jocosidade em alguns espaços cabem, mas, fora isso, nada além. Somos co-irmãos nas lutas. Os nossos maiores avanços são sempre em ações em parceria com o Paysandu antifascista (Remo Antifascista).

O reconhecimento de uma condição torcedora comum, que unia os sujeitos em suas práticas, valores, experiências e interesses, embora os dividissem por suas cores e pertencimentos, deveria prevalecer, para que fosse possível o diálogo. A inspiração para essa atuação em frente não veio apenas das alianças entre torcidas estrangeiras, ou de redes de ação antifascistas externas ao futebol, mas também das organizações que o próprio movimento das torcidas brasileiras já tinha sido capaz de produzir.

Muitos torcedores reclamam da violência da polícia militar, ou da violência como um todo, da polícia contra o torcedor organizado. Mas, às vezes, os torcedores não se articulam, não lidam da forma correta, não sabem o caminho para abrir essa discussão. A ANATORG veio e deu esse suporte para a maioria dessas torcidas organizadas, foi um papel incrível e a gente da TAU NE se espelha muito na ANATORG, pela ação que eles fazem de elucidar o direito do torcedor. O torcedor também tem direito, inclusive o direito de torcer (Coral Antifa).

O reconhecimento da importância da ANATORG, como parte de um processo histórico de conscientização do torcedor/a, não impede que haja diferenças no modo como essas entidades atuam. A ANATORG expressa uma consciência reivindicatória, que almeja conquistar reconhecimento e direitos para os torcedores organizados por dentro do jogo institucional, se submetendo a seus trâmites e ritos. Já a TAU procura avançar em direção a uma consciência revolucionária, classista, que questiona não apenas as estruturas do futebol, mas também do sistema capitalista, procurando contribuir para uma transformação social mais profunda.

A intenção da TAU é justamente chamar aquelas pessoas, e conscientizá-las para despertar, com as nossas ações dentro e fora de campo. Pessoas que não estão muito ligadas que pertencem a uma classe social, uma classe que é inferiorizada, que é pisada pela elite há muito tempo. Entender que nós somos comuns, um torcedor é trabalhador, um torcedor é um deles, é uma pessoa que faz o corre todo dia. Eles também são pessoas que fazem o corre todos os dias, também são trabalhadores, também são vinculados ou ligados a um clube ou alguma modalidade esportiva ou torcem para algo. E que a gente é uma ponte de construção de ideias, de pensar, que a gente ajuda. A gente sabe que não iremos conseguir semear a terra toda, mas pelo menos a gente consegue dar pequenos passos de trazer mais pessoas e que essas pessoas possam ser espelho para outras pessoas. E que nossas ações possam ser espelho para o povo em geral, principalmente nos subúrbios. (...) Não só um futebol mais justo, mas uma sociedade mais justa. Nós pensamos dentro do nosso clube, nós pensamos para o futebol em geral, e para a sociedade em geral (Coral Antifa).

Após sua criação, a TAU-NE logo se tornou um importante espaço de planejamento, coordenação e impulsionamento de ações. Através da rede estabelecida, os coletivos compartilhavam informações e produções, debatiam e formulavam conjuntamente sobre sua condição, organizavam ações conjuntas, e multiplicavam o alcance daquilo que era feito. A visibilidade conquistada, e o acerto político desta iniciativa, servia ainda como impulso para a fundação de novos coletivos, ligados a outros clubes da região, o que contribuía para ampliar a rede e aumentar sua força.

Para isso, não há dúvidas de que a obstinação e disciplina militante de seus/suas fundadores/as foi importante. Porém, os/as entrevistados/as indicam a existência de outros elementos na realidade regional nordestina e nortista que favoreceram o entendimento entre os coletivos e construção de acordos. Como exemplo, podemos citar a trajetória do rondoniense Seja Genus de Coração (SGDC). Esse coletivo nasceu em 2010, para

desenvolver ações visando contribuir para o fortalecimento do clube (Genus de Porto Velho), e para o crescimento de sua torcida.

E o Seja Genus de Coração nasce um pouco nesse sentido de ajudar financeiramente, conseguir recursos financeiros, mas também de fortalecer a marca do Genus no estado, sobretudo entre as crianças e na juventude. Então a gente, na época, eu lembro que a gente ia em escolas até, a gente fazia as ações sociais com a camisa do projeto, a gente tentava ficar na beira de estádio, fortalecendo a ideia de que jogo do Genus é camisa do Genus, essa coisa que a gente está acostumado, de pautar a luta contra a cultura dos mistos, de mostrar, tentar expandir também do estádio, das arquibancadas e ir para a cidade como um todo, dizer que nós tínhamos um clube, nós temos um clube para torcer. Faltava tudo isso, uma questão identitária mesmo, tentávamos lutar por uma questão identitária que o próprio clube nunca lutou (Seja Genus de Coração).

Embora destoante em sua origem dos demais coletivos da TAU N-NE, o SGDC acaba confluindo para a luta antifascista. Isso porque é levado, não apenas pela agudização da luta de classes no cenário nacional, mas também por sua própria prática militante, a aprofundar a sua reflexão sobre a experiência do torcer em um estado na periferia do futebol brasileiro. Esse processo de politizar o pertencimento clubístico, identificando seus determinantes culturais, econômicos e sociais, e principalmente problematizando a incidência dos times do “eixo” Rio-São Paulo sobre o futebol da Região Norte e Nordeste, faz parte de uma experiência torcedora comum entre os entrevistados, que apontam essa questão como porta de entrada para outras reflexões políticas.

Eu cresci em um berço palmeirense. Apesar de ser do Nordeste, de Aracaju, meu pai era palmeirense e eu cresci com ele, acompanhando através da televisão. Na minha infância, eu confesso que demorei muito a conhecer o Confiança. Eu vim conhecer, acredito eu, em 2009, em uma lan house e fiquei bastante interessado. Eu entendia que o Palmeiras eu acompanhava pela televisão, e o Confiança, por ser do meu estado, eu teria a oportunidade de conhecer ele e ir ao estádio. (...) Minha primeira ida [ao estádio] foi em 2015. Após isso, eu fiquei apaixonado, porque é aquilo, tem a torcida, você vê pessoalmente, tem a atmosfera, você vê o jogo e é totalmente diferente do que você vê pela televisão (Proletário Antifascista).

Por causa do meu pai, eu tive um momento meio flamenguista. Meu pai é flamenguista, bem flamenguista mesmo. Então eu passei um tempo, até os 16 anos, assistindo e me dizendo torcedora do Flamengo. (...) Com 16 anos, eu tive uma paixão maluca pelo Barcelona, daquele Barcelona do Ronaldinho Gaúcho. (...) aprendi a cantar o hino em catalão, tinha um desejo muito grande de ir embora, morar em Barcelona, para estar perto do time e tudo mais. Só que, nessa trajetória, eu tava muito cansada do Globoesporte.com, que foi onde eu passei quatro anos, e decidi fazer mestrado. Eu queria estudar essa ideia do torcedor misto e anti-misto. (...) E eu já vinha tendo uma conexão muito grande com o Botafogo, porque eu cobria os jogos do Botafogo. Então, pela primeira vez na vida, eu acompanhava o time na beira do campo, para trabalhar. Quando eu não estava trabalhando, eu ia para os jogos do Botafogo para assistir na arquibancada e você acaba torcendo, porque você também está torcendo para o seu trabalho. Porque se o Botafogo avança, você tem o que cobrir, se não, você vai ter que cobrir qualquer coisa. E aí, você vai se apegando ao time, você vai se apaixonando pelo estádio. (...) É o time que representa a cidade, é o time que representa as pessoas, é o time que quando ele ganha, ele comemora o título na minha cidade. Eu não preciso ver pela televisão, porque é

muito decepcionante você ver, por exemplo, quando eu era muito pequena, que tinha ainda essa coisa do Flamengo com o meu pai, eu via o Flamengo comemorando pelas ruas do Rio de Janeiro, coisa que eu não tinha como acessar. Barcelona comemorando nas ruas de Barcelona, coisa que eu não tinha como acessar. Mas quando o Botafogo é campeão, a gente vai todo mundo para o Busto de Tamandaré, e o time vai passar lá, porque ele está na minha cidade (Belo Antifa).

Aí a gente vai ter que falar de colonização das mentes e dos corpos das pessoas nortistas, que é o nosso caso, por uma cultura do sudeste, e do sul do Brasil também, porque o Sul colonizou muito o nosso estado de Rondônia. Cresci numa cultura botafoguense, muito por fruto do Botafogo da década de 60 mesmo, toda aquela galera que você deve saber, obviamente. Meus avós, tanto paterno quanto materno, eram botafoguenses, meus pais, tios, primos, enfim, nasci e cresci numa cultura botafoguense. E eu não tinha consciência de empoderamento e de consciência regional mesmo, sabe? No sentido de lutar e defender pelo que é nosso, pelo que é da nossa terra, eu não tinha consciência até, sei lá, meus 15, 16, 17 anos. (...). Mas nesse dia tinha jogo da final do Campeonato Estadual de Rondônia, profissional, e eu nunca tinha ido no estádio. E os amigos falaram, “vamos pro estádio, vamos ver o jogo do Genus”, era Genus e VEC, isso foi em 2009, exatamente, Genus e VEC. VEC é o Vilhena Esporte Clube. (...). Eu fui pro estádio, com meu pai, com alguns amigos, o estádio tava lotado, o Genus ganhou o jogo de ida, em casa, e foi ali que eu me apaixonei pelo clube. Comecei a entender, pesquisar e procurar me ocupar e adentrar nas questões da torcida, enfim. Fortaleci muito uma torcida que já foi muito grande também do Genus, mas que hoje tá enfraquecida, que é Genocídio, a TOG (...) e comecei naturalmente a fazer essa transição, entender como as pautas regionais e as questões da nossa cultura local também perpassam o campo da discussão no futebol. Quando eu vou conhecendo o Genus, obviamente, isso vai se fortalecendo ainda mais, porque as nossas cores, o nosso escudo, a nossa história, o clube que nasce no bairro de periferia, no campo do 13, é um campo que existe até hoje, o campo de Várzea, é periférico... Toda a história e os símbolos, e as cores, e a mística do clube falam sobre a nossa cultura, muito diferente do que é o Botafogo. O Botafogo tá ligado à cultura carioca, essa coisa toda, e o Genus tá ligado à nossa cultura ribeirinha. Nosso mascote é ligado à nossa cultura, então, de 2009 pra cá, eu tenho, de alguma maneira, me entendido cada vez mais, e militado até, né, cada vez mais como um torcedor do Genus (Seja Genus de Coração).

Arlei Damo (1998), ao refletir sobre o pertencimento clubístico, afirma que a mudança de time é rara entre torcedores, e que estes tendem a justificar a “escolha” construindo uma narrativa livre de eventuais contradições entre seus valores, crenças e outras associações de sua vida social e a trajetória do clube do coração. Nos relatos acima, porém, tais contradições teriam se tornado insuportáveis, a ponto dos torcedores/as optarem por romper os vínculos anteriores e construir novos. Mesmo quando essa mudança não está presente, a percepção de uma desigualdade estrutural parece marcar a experiência torcedora na periferia do futebol.

Sempre questioneei porque o Nordeste não tinha a mesma estrutura. E quando a gente é muito jovem, a gente não entende a história, e eu fui pesquisar muito sobre isso. E eu acho que o meu amor pelo Vitória se construiu primeiramente pelo estádio, a arquibancada de fato faz com que a gente se sintam parte daquilo. Mas depois que eu entrei no movimento estudantil, eu fui compreendendo os meandros da política a nível estrutural, e tudo começou a fazer sentido. Eu comecei a entender que o futebol nordestino não tem menos qualidade porque isso é do futebol nordestino. Existe uma estrutura calcada na industrialização do Sudeste e Sul, em detrimento do Nordeste (...). Eu me considero um nordestino convicto, não me colocando como uma representação dos nove estados, eu sou soteropolitano, meu berço cultural é esse, mas eu tenho muito afeto pelas histórias dos clubes e dos torcedores e torcedoras

daqui. E a forma que a gente acaba sendo uma resistência, de uma certa maneira, dentro desse processo midiático, totalmente ligado ao capitalismo, de acarretar recursos, que acabou aumentando significativamente o número de torcedores que são do Nordeste, mas não torcem para os seus times locais. Sempre também foi uma pauta que eu defendi e defendo, hoje com mais parcimônia, antigamente eu tinha uma agressividade maior tratando isso, mas hoje eu tenho uma compreensão maior que o indivíduo não é o culpado dessas estruturas, e sim o capital, as mídias tradicionais, etc (Brigada Marighella a).

Embora sejam relatos pessoais, em primeira pessoa, e portanto, não necessariamente refletem o processo de outros sujeitos, a proximidade e repetição entre eles sugere um padrão comum de politização do torcer, que passa pela identificação dos determinantes do sucesso esportivo em âmbito nacional, e de como eles operam sobre a construção dos pertencimentos clubísticos e outros aspectos do futebol nas regiões periféricas. Não por acaso, procurando favorecer ao processo de tomada de consciência por mais torcedores/as, a denúncia dessas desigualdades estruturais inspirou diversas ações conjuntas entre os coletivos da TAU N-NE. Como, por exemplo, essa campanha da Belo Antifa, replicada nas redes sociais da TAU-NE, em 2019:

Imagem 19: Campanha contra a torcida mista



Fonte: Página do Facebook da TAU-NE.⁵¹

⁵¹ Disponível

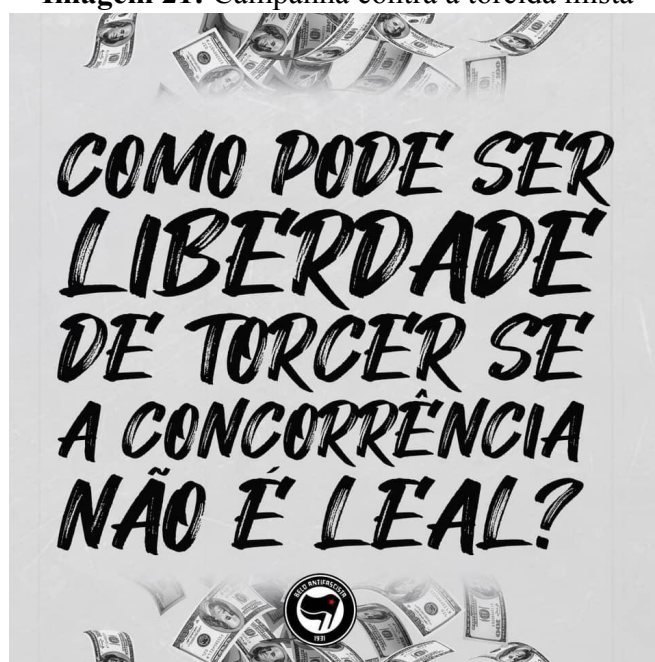
em: <https://www.facebook.com/taunordeste/photos/pb.100068996533143.-2207520000/2257778647845960/?type=3>

Imagem 20: Campanha contra a torcida mista



Fonte: Página do Facebook da TAU-NE.⁵²

Imagem 21: Campanha contra a torcida mista



Fonte: Página do Facebook da TAU-NE.⁵³

Longe de ser algo específico do futebol, a desigualdade entre as Regiões Norte e Nordeste e o restante do País são produto de processos sociais mais amplos. A análise da

⁵² Disponível

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2257778664512625&set=pb.100068996533143.-2207520000>

em:

⁵³ Disponível

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2257778691179289&set=pb.100068996533143.-2207520000>

em:

relação entre o sul do país e as regiões do Norte e Nordeste evidenciam aparatos de repressão que historicamente perpetuam desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais. Um dos aspectos mais notáveis desse processo é a concentração de poder político e econômico no Sudeste, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a região Sudeste possuía o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, com uma participação de 51,9%, enquanto o Nordeste respondia por 14,2% do total, e o Norte por 6,3%. Essa disparidade se reflete em políticas de distribuição de recursos e investimentos, perpetuando a subalternidade das regiões Norte e Nordeste. É notório também que, apesar de avanços recentes, como a expansão de programas sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) destas regiões permanece abaixo na comparação com outras regiões. Em 2010, o Nordeste foi a macrorregião com o menor IDH (0,663), praticamente empatada com o Norte (0,667), enquanto a Região Sul registrou 0,754 e a Sudeste 0,766 (IPEA, 2016).

A exploração de classe no Nordeste, historicamente ancorada em estruturas agrárias arcaicas, também desempenha um papel significativo na perpetuação das desigualdades. Dados do IBGE revelam que, em 2019, cerca de 44,8% dos empregos no Nordeste estavam na agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, em comparação com a média nacional de 18,2%. Tal cenário reflete a predominância de atividades econômicas de baixo valor agregado, associadas a baixos salários e condições precárias de trabalho, mantendo os nordestinos em um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica (Cavalcante, 2017)

A construção de estereótipos culturais também contribui para perpetuar desigualdades, impactando a autoimagem dos habitantes do Norte e Nordeste e influenciando políticas públicas. O processo de "sudestização" da cultura, através da qual padrões culturais do Sudeste são tomados como referência nacional, é um fenômeno que marginaliza e subestima as ricas expressões culturais da metade norte do país. Além disso, tais estereótipos refletem-se na mídia, dificultando a compreensão das realidades multifacetadas da região.

É forçoso dizer, porém, que a simples existência (ou mesmo percepção) destas relações desiguais entre as regiões não é o bastante para forjar uma consciência torcedora revolucionária. O fenômeno da "torcida mista" e "anti-mista" não é recente, já foi analisado em trabalhos anteriores, como o de Artur Vasconcelos (2011) e Hévilla Fernandes (2020), e nem todo/a torcedor/a "anti-misto" fundamenta seu posicionamento sobre o tema em uma compreensão do fenômeno que vai além da sua aparência mais imediata. De qualquer forma, entre os torcedores/as antifascistas que construíram a TAU N-NE, o reconhecimento dessa condição de subalternidade e o compartilhamento de uma leitura crítica sobre o papel dos

clubes do eixo Rio e São Paulo sobre o futebol periférico parece favorecer a construção da unidade.

Também tinha uma questão que era muito forte, por exemplo, a gente se unia no ódio à galera que era de outros times, Flamengo, São Paulo, então a gente gastava muito mais energia falando mal dos rivais do eixo, do que pra tretar entre a gente. Não era interessante ficar tretando entre a gente. No final a gente estava o tempo inteiro entendendo que a nossa condição era uma condição de subalternidade (Belo Antifa).

Eu acho que aqui a gente tem uma proximidade maior entre os clubes, né? Então, se a gente for fazer um balanço, a maioria dos clubes do Nordeste são muito tradicionais. Santa Cruz é um exemplo disso, está na quarta divisão, mas, por exemplo, os clubes de Alagoas passaram muito tempo na terceira divisão, eles estão agora na segunda, mas, dez anos atrás não estavam. O próprio Fortaleza passou muito tempo na terceira divisão antes de chegar no patamar que está. O Bahia passou pra terceira divisão, Vitória passou pra terceira divisão. Então, assim, os clubes do Nordeste, eles têm uma proximidade no sentido de que estão sempre numa crise muito profunda o tempo todo. E isso parte também das questões políticas que envolvem futebol. Eu acho que não é por acaso. Eu acho que, por exemplo, se o Flamengo ganha tudo, se o Palmeiras ganha tudo, e o Santa Cruz está na quarta divisão, eu acho que isso é face da mesma moeda. Eles estão lá porque a gente está aqui. E aí eu acho que isso influencia também na gente pensar em ter uma unidade maior, né? (Quilombo do Arruda).

A unidade entre os coletivos antifascistas do Nordeste seria favorecida pela percepção de um “inimigo comum”. Os efeitos deletérios do processo da midiaticização, elitização e hipermercantilização do futebol, se sentiam de forma mais rápida e agudizada nas periferias, e ganhavam um rosto mais facilmente identificável, pela ingerência dos principais clubes do Sudeste no futebol local. A experiência de uma condição de subalternidade favorecia também a formulações mais radicais sobre esses processos, algo que, na opinião de alguns/algumas dos/as entrevistados/as, às vezes faltava aos coletivos antifascistas do Sudeste.

Essa condição comum de subalternização e marginalização se expressa no futebol, mas não nasce ou se limita a ele. A construção e manutenção da unidade entre os coletivos destas regiões seria ainda favorecida por marcas que esses processos históricos deixaram na subjetividade desses sujeitos.

Eu acho que o fato de ser nordestino acaba fazendo as pessoas caminharem mais facilmente lado a lado. Porque existe um problema estrutural da xenofobia no Brasil que coloca a gente em um bolo só. Não que a gente esteja, enquanto cultura, todo mundo junto. Mas a gente é posto, por um sistema xenófobo, em um lugar só. Então, por sobrevivência, principalmente dos nordestinos que foram morar no Rio e São Paulo, é muito mais fácil a gente lidar com o Cearense, Paraibano, Potiguar, do que lidar com pessoas do Sul e do Sudeste do Brasil. E aí as coisas caminham muito facilmente (Brigada Marighella a).

Eu boto fé em duas coisas: Primeiro na nossa capacidade de aquilombamento devido a nós sermos majoritariamente grupo dos povos escravizados na colonização. Então a gente, lá atrás, quando os nossos ancestrais vieram para cá, tiveram que deixar de lado problemas de tribos na África para conviver aqui, para resistir aqui, para se

aquilombar, para lutar contra a escravidão. Depois, já no período moderno, nós nordestinos saímos da Bahia, saímos do Ceará, saímos de Recife e fomos para São Paulo construir o Brasil, fomos para Brasília construir o Brasil. E lá a gente criou novas famílias, novos laços, no meio do preconceito (...) acho que essa nossa capacidade de ser resiliente, e os processos históricos, não dá para dizer que isso não influencia (Brigada Marighella b).

Essa experiência de xenofobia e opressão regional é também a ponte que aproxima os coletivos torcedores no Norte da TAU NE, transformando-a em TAU N-NE.

Quando a gente vai pra fora do esporte, a gente vê a proximidade entre os nordestinos e o povo do Norte também, né? São as regiões que servem de exportação de mão de obra, que sofrem a xenofobia do resto do Brasil, então, assim, acaba que a gente tem muito mais coisa pra conversar, eu acredito, do que com as outras regiões do Brasil (Quilombo do Arruda).

Nós, nortistas, nos reconhecemos muito na cultura nordestina e nossas culturas se aproximam. É cultura geográfica de alguma maneira, é cultura culinária, musical, enfim. Quando o nordestino migra para o norte, ele nunca migra para o norte com um pensamento exploratório, de invasão, como é a cultura do sul. Rondônia também tem esse problema histórico. É dividido, metade do Estado é colonizado por uma migração nordestina, não sei nem se eu posso dizer colonizado, porque, como eu falei, o nordestino vai para Rondônia no sentido de construir junto, e o sulista, quando vai para Rondônia, ele vai no sentido de explorar a terra. Quando ele explora a terra, ele nega os povos originários, ele nega as árvores que estão ali, o fruto que está ali, e eles pensam só na exploração da terra, então constrói esse distanciamento cultural muito grande (Seja Genus de Coração).

Essa proximidade entre as regiões, porém, não significa ausência de diferenças. Os sujeitos ouvidos indicaram não se sentirem plenamente contemplados pelas discussões serem pautadas pelo discurso nordestino, apontando diferenças históricas e na conjuntura atual entre as duas regiões. Ainda assim, frente a uma impossibilidade de se criar uma frente exclusiva para os coletivos do Norte, preferem caminhar junto com os coletivos nordestinos. Essa aproximação se inicia ainda em 2020, mas só no ano seguinte essa expansão é publicizada. O perfil da TAU no Instagram, em postagem do dia 2 de dezembro de 2021, anunciava: “A mais de um ano que a TAU-NE tem integrantes da região Norte do país. Então, nada mais justo do que algumas atualizações”, e publicava a nova marca da união:

Imagem 22: Novo Símbolo da TAU N-NE



Fonte: Página do Instagram da TAU N-NE.⁵⁴

Porém, nem tudo são flores. Embora conseguissem contornar o clubismo, e se mantivessem unidos pela mobilização de uma experiência comum regional de subalternização, os/as integrantes da TAU relatam a existência de outras dificuldades e divisões de outra ordem:

Dentro da TAU Nordeste a gente até brincava, mas as tretas eram muito mais no âmbito político institucional. Como eu falei, teve várias brigas, vários rachas, mas eram rachas muito de comunistas contra petistas, não eram rachas por clube. A gente brincava muito, tirava muita onda, tinha treta com força. De vez em quando saía um ou outro, e não tinha muito filtro (Belo Antifa).

Felipe Paes Lopes e Lupicínio Iñiguez-Rueda (2022) analisam as redes sociais (Facebook) de coletivos antifascistas de São Paulo, e percebem uma preocupação desses grupos em delimitar o que seria, de fato, uma luta antifascista. Da mesma forma, tensões sobre os limites da aliança necessária para combater o fascismo também são relatadas no interior da TAU N-NE. Por um lado, entrevistados/as que criticam o que identificam como traços de certa “frouxidão” teórica e política, que acabaria por enfraquecer a luta antifascista diluindo-a dentro de um progressismo, ou do “possibilismo” da luta institucional. Por outro lado, outros/as identificam nessa postura um “purismo” excessivo, com traços de sectarismo, o que prejudicaria a construção de sínteses e acordos.

Essa tensão, entre radicalizar o discurso e as ações, mesmo que isso significasse afastar possíveis aliados, ou ampliar as alianças procurando conciliar as divergências, mas correndo o risco de perder a identidade, foi um dilema constante não apenas na TAU N-NE,

⁵⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CW-y3RHrOE9/?igshid=MzRIODBiNWFIZA>

mas em todo o campo da esquerda brasileira nos últimos anos. Assim como é comum em períodos reacionários, forças oportunistas de um lado, e sectárias de outro, colocam à prova as organizações de luta dos trabalhadores. O resultado, muitas vezes, é uma tendência à fragmentação e dispersão das forças. A TAU N-NE resistiu a isso. Se a prática é o critério da verdade, o fato da TAU N-NE ter conseguido se manter unida e atuante frente a uma conjuntura das mais difíceis, já é algo digno de nota. Os torcedores e torcedoras dos coletivos antifascistas do Norte e Nordeste certamente escreveram uma bela página na história do associativismo torcedor brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril.
Quem examinou o solo?

O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não haveria neve sobre ele?

Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o cerceiam
(Bertold Brecht).

Ao iniciar essas considerações finais, não posso evitar olhar para trás, e pensar no contexto que envolveu a produção dessa pesquisa e dos eventos aqui analisados. Não foram tempos quaisquer. Os últimos quatro anos desvelaram a face mais cruel do Brasil. A experiência do neofascismo batendo à porta, se apresentando de forma desavergonhada, sendo banalizado no debate público, seduzindo familiares e amigos, não será fácil de superar. Essa tese começa a ser pensada já com esse processo iniciado, movida pela urgência de construção de resistências e existências coletivas.

O debate sobre a definição de fascismo, e de suas variantes, como o neofascismo, é vasto. Um dos poucos pontos de convergência entre as mais diversas formulações é a relação umbilical que o fascismo tem com os interesses do grande capital. O fascismo defende, radicalmente, a manutenção e aprofundamento das relações capitalistas. Se nos anos 1920 e 1930, no chamado “fascismo histórico”, isso significava ampliar a participação estatal na economia, no neofascismo isso se manifesta em uma agenda ultra-liberal.

O caminho para isso já vinha sendo preparado há anos pelo neoliberalismo e seus múltiplos processos de “cercamento do indivíduo”. A individualidade, em nosso tempo, é alimentada, celebrada e cultuada ao extremo. Ouvimos, repetidamente, que somos únicos, e somos estimulados constantemente a cultivar essa singularidade. Somos ensinados a insistir em nossa diferença e a desfrutar dela, intensificando processos de auto individualização. Isso, muitas vezes, nos condena ao isolamento e ao abandono de coletividades, e impede que coloquemos em primeiro plano aquilo que temos em comum (Dean, 2022).

Mas, como já dizia o poeta, “é impossível ser feliz sozinho”. A “forma indivíduo”, produzida e reproduzida constantemente, gera expectativas inexecutáveis, frustração e

sofrimento. Não por acaso, o debate sobre saúde mental está cada vez mais em evidência na atualidade. Por outro lado, buscamos resistir, transcender nossa finitude fazendo parte de algo maior que nós: um partido, uma luta, uma igreja, uma escola de samba, um clube de futebol, uma torcida.

Porém, ainda predomina no pensamento da esquerda certo desprezo e ceticismo por organizações populares que não estejam relacionadas diretamente ao local de trabalho. Mesmo quando o mundo do trabalho está marcado por relações desumanizadas, alienadas e alienantes, frágeis, inseguras e precárias, insistimos em localizar ali todos os nossos esforços e esperanças. Agimos como o sujeito da piada, que procura a carteira embaixo do poste de luz, mesmo sabendo que não foi ali que a perdeu, e quando questionado, responde: “Procuro aqui porque é onde está mais claro”. Ou seja, optamos por procurar soluções nos lugares mais conhecidos simplesmente porque são mais conhecidos, e não por acreditarmos que ela possa estar ali.

Não é razoável esperar que os trabalhadores/as brasileiros/as, em seu processo histórico de luta e autorreconhecimento enquanto classe, produzam os mesmos instrumentos e formas de luta dos trabalhadores da Inglaterra ou da França. Inspirado pelo pensamento de Edward Thompson, procuro nesta tese contribuir para ampliar o olhar sobre a história da classe trabalhadora brasileira, me atentando para as práticas, ideias e instituições que efetivamente foram construídas, e não procurando somente aquilo que, segundo modelos importados e previamente definidos, eu deveria encontrar. Nessa perspectiva, me aproximo do associativismo recreativo, em especial do associativismo torcedor, como uma prática que merece atenção.

O futebol é farto em experiências de desindividualização. Nós, torcedores, nos vangloriamos de feitos que aconteceram antes de nascermos, nos regozijamos com a vitória de jogadores que sequer conhecemos pessoalmente. Entretanto, talvez a mais potente dessas experiências seja a presença na arquibancada. Não por acaso, grupos religiosos, ou mesmo coachs motivacionais, têm procurado se apropriar da estética e da mística das torcidas organizadas em seus cultos e performances. É difícil frequentar um estádio lotado, e não se sentir impactado pela força da coletividade. Apesar de todas as tentativas de atomizar o torcedor e restringir o seu movimento e envolvimento com o espetáculo (entre outros motivos porque isolado e passivo o sujeito tende a preencher o vazio do tempo consumindo mais), o desejo de “se perder” na multidão fala mais alto, e inspira resistências e insubordinações.

Porém, essa experiência orgástica, potente, muitas vezes é também fugaz, meramente catártica. Geralmente se dissipa ao fim do jogo, não extrapola aquele momento. Ainda assim,

seduz, marca subjetividades, e inspira reflexões: É possível dotar essa experiência de um sentido político? Como fazê-la perdurar? Pode ela contribuir para atrair mentes e corações para um projeto revolucionário, de transformação de nossa ordem social? Os coletivos antifascistas têm se esforçado para responder, na prática, a essas questões.

Entretanto, tais coletivos não surgiram no vácuo ou de repente. Como vimos no segundo capítulo, eles são legatários e expressão de maturidade de uma longa tradição, que nunca deixou de se atualizar e renovar. Um processo que se inicia nas primeiras décadas do século XX, com a conquista das arquibancadas pelas classes populares, e a consolidação destas como um “espaço público” (um dos poucos, em um sistema político extremamente fechado e demofóbico), onde se desenvolveram práticas festivas e ativas, contrariando as tentativas de imposição de um comportamento mais contido e passivo. Nas décadas de 1940 e 1950, surgem as primeiras organizações torcedoras, responsáveis por carnavalizar as arquibancadas, embora servissem também como instrumento de manutenção da ordem e tutela sobre o torcer. Essa ambiguidade refletia as possibilidades de atuação popular na política daquele momento, e uma estratégia comumente utilizada pelas classes subalternas para fugir da perseguição estatal e garantir alguma aceitação e prestígio para seus membros e práticas.

No alvorecer da década de 1970 surgiram dissidências jovens dessas primeiras torcidas coletivas. Com maior autonomia frente às diretorias e o poder público, organização mais complexa e menos centralizada na figura de um chefe, expressavam maior criticidade no torcer, incorporando diversas formas de protestos e pressão às suas práticas de arquibancada. Nos anos 1980, em um momento em que o cenário político nacional era marcado pela reorganização e ascensão da classe trabalhadora, tais agrupamentos chegam a esboçar a constituição de uma consciência torcedora, que passava pelo reconhecimento de uma condição compartilhada, a construção de demandas comuns e as primeiras tentativa de articulação de entidades supraclubísticas. Na década de 1990, porém, esse processo foi em grande parte interrompido. O afastamento de pautas políticas, a escalada da violência, o avanço do neoliberalismo, os processos de mercantilização do futebol e de criminalização das torcidas pela mídia e aparatos de segurança, compõem o cenário de crise desse modelo de torcida.

No início do século XXI, novos grupos surgem nas arquibancadas, a partir de críticas a aspectos do modelo de torcida jovem, até então hegemônico. São torcidas articuladas ao redor de outros marcadores identitários, como torcidas chopp, torcidas rastas e reggae, e torcidas metal, ou barras brasileiras, que se inspiram na performance das torcidas argentinas e

uruguayas. Essa pluralidade de formas de torcer, com diferentes práticas e valores, passam a coabitar os estádios, se influenciar mutuamente, e disputar os sentidos sobre o torcer coletivo no Brasil.

Paralelamente, o desenvolvimento de novas ferramentas de informação e comunicação, e a percepção do torcer como uma manifestação cultural popular que estaria ameaçada em sua diversidade e riqueza pela hipermercantilização do esporte, gerava críticas, resistências e subversões ao redor do mundo. Por aqui, esse processo se intensifica na última década, seja pela agudização da luta de classes e a politização do cotidiano, seja pelos efeitos sentidos de modificações nas arquiteturas dos estádios e na organização do esporte, impulsionadas pela Copa do Mundo de 2014. O recrudescimento de medidas restritivas e o avanço da lógica mercantil sobre o futebol e o torcer no Brasil, dialeticamente, favorecem a uma tomada de consciência por parte dos torcedores/as.

Essa consciência torcedora se manifesta em um conjunto de práticas, valores, ideias, discursos e projetos, que envolvem o reconhecimento de uma condição semelhante, a identificação de interesses compartilhados (antagônicos aos de um inimigo comum), a produção de pautas, ações, teorias e discursos, e a criação de novas articulações e entidades. Embora seja parte de processos econômicos, políticos, culturais e sociais mais amplos, essa consciência é herdeira também de uma tradição do torcer, e produto da luta dos próprios torcedores, que experimentam ameaças a seu modo de ser e estar no futebol, e produzem formas de resistência. Não pode ser, portanto, tomada como a simples transposição, para o âmbito do futebol, de ideias ou projetos políticos externos.

Diversos coletivos surgem, neste contexto, buscando conciliar a paixão clubística com alguma pauta ou projeto político. Os coletivos antifascistas são parte desse processo, produtos e produtores do avanço dessa consciência torcedora. Nesta tese, abordei especificamente os coletivos que formam, ou formaram, as Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste (TAU N-NE), expressão crítica mais radical (no sentido de ir às raízes) já produzida pelos torcedores e torcedoras brasileiras. Busquei compreender as condições históricas de seu surgimento, suas inspirações e influências, sua dinâmica de funcionamento, resgatar suas pautas, principais ações e tensões interiores.

Apontar o amadurecimento de uma consciência torcedora não significa dizer que existe uma coesão de pensamento e ação entre os torcedores e torcedoras. As arquibancadas brasileiras (bem como as redes sociais e ruas) abrigam, atualmente, uma pluralidade de práticas, discursos e projetos torcedores, que às vezes convergem, e às vezes dialogam, às vezes disputam entre si. Também é importante destacar que esse processo não é mecânico,

linear ou unidirecional. As condições estruturais e conjunturais são importantes, mas não suficientes, para a definição de rumos. A ação dos sujeitos importa, e avanços passados não garantem o desenvolvimento futuro. A luta de classes é dinâmica e, nos próximos anos, esse processo pode se consolidar, aprofundar ou regredir. As potencialidades e limites dessa consciência torcedora, tanto para o futebol, quanto para outras lutas, mais amplas, ainda estão por serem exploradas.

De qualquer forma, nada apaga o que foi feito. A derrota eleitoral de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2022 foi obra de várias mãos. Entre elas, as de torcedores e torcedoras antifascistas. Apesar dessa vitória importante, o fascismo segue forte, à espreita. Conhecer as lutas passadas é sempre uma parte importante na preparação das lutas futuras.

Se muito vale o já feito,
Mas vale o que será
E o que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir.

Falo assim sem tristeza,
falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
que nós iremos crescer.
Outros Outubros virão
Outras manhãs, plena de Sol e de luz.
(Fernando Brant, Milton Nascimento,
Márcio Borges).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora. v. 13, n. 2, p. 101-117, Dez/2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12428/7491>>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.
- ALFINO, Luiz Carlos dos Prazeres Serpa. **A imprensa do Recife na crise dos anos 1920: a repercussão do levante tenentista no Jornal do Commercio e na Tribuna Religiosa**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPE_68f234d65fa2714a3dc1535299ba2899>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012;
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213, jan/abr, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 13 de fev. de 2023.
- ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, ed. esp., p. 49-58, junho 2017.
- ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000.
- ALVES, Rogério Othon Teixeira; SILVA, Silvio Ricardo da; SOUZA NETO, Georgino Jorge de; MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. O Football Precipitando a Vida: Os Primeiros Anos do Esporte Bretão em Belo Horizonte (1904-1933). **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/628>>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: A história do crime organizado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- AMORIM, Elaine. R. A.; ARIAS, Santiane. Neoliberalismo e Lutas Sociais: a emergência dos movimentos piqueteros e altermundialistas no contexto neoliberal. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 231-251, 2009. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4516>>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- ANJOS, José Luiz dos. Futebol no sul: história da organização e resistência étnica. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 33-50, 2007. DOI: 10.5216/rpp.v10i1.143. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fe/article/view/143>>. Acesso em: 4 set. 2022.

ANJOS, Luiza Aguiar dos; DANTAS, Marina de Mattos; SANTANA, Thiago José Silva. Copa do Mundo, manifestações e a ocupação do espaço público. **Motrivivência**, Florianópolis, Ano XXV, n. 41, p. 13-26, Dez/2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p13>>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

ANJOS, Luiza Aguiar dos. **De “são bichas, mas são nossas” à “diversidade da alegria”**: uma história da torcida coligay. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

_____. Tribuna 77 e a defesa de LGBTQI+ nos estádios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n.2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279318>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo; e SILVA, Jair Batista. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador. v. 28, n. 75, p. 511-528, set./dez 2015.

ARAÚJO, Gabriel Frias e BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultura oficial. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/5009>>. Acesso em: 28 de abr. 2022.

ARAÚJO, Hugo Macedo de. Entre a “pista” e a “arquibancada”²: identidades, mediações culturais e a construção de uma cidadania torcedora. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 14, n. 34, p. 1-22, dez, 2021a.

_____. **A arquibancada enquanto projeto**: movimentos de torcida e a nova economia do futebol no Brasil. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021b.

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas** – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira. 2^a ed. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2014.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo, Boitempo, 2012.

BAKER, William. Muscular marxism and the Chicago counter-olympics of 1932. **The International Journal of the History of Sport**, Londres, v. 9, n.3, p. 397-410 1992.

BALDUCCI, João Victor Mota. Coletivos de torcedores: novos atores sociais. **Revista Averso: Pensamento, Memória e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1–16, 2023. DOI: 10.23925/2675-8253.2022v3n2A1. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/avesso/article/view/60666>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BARBOSA, Jefferson. Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 20, n.

36, p. 151–165, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31854>>. Acesso em: 4 set. 2022.

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 12, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11302>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, [S.L.], n. 22, p. 5-34, 2º semestre de 2014. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/o-movimento-comoum-todo-ondas-e-crieses-2/>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BASTOS, Rafael José de Menezes. Les Batutas, 1922: uma antropologia da noite parisiense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 20, n. 58, p. 177-213, jun., 2005.

BATISTELLA, Alessandro. A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unoesc & Ciência**, ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun., 2015.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol, e ÁLVARES, Lúcia Capanema. **A construção do turismo**: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

BEVERLY, Silver. **Forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEZERRA, Gustavo. Sindicalismo ajustado ao neoliberalismo: os metalúrgicos do sul fluminense. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 371-387, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000200010>>. Acesso em 02 de jan de 2021.

BIJOS, Leila; e SILVA, Patricia Almeida da. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 9, n. 1, p. 105-135, 2004.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. 3.ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRAGA, Bruno Miranda. A cidade, os índios e a belle époque: Manaus no final do Século XIX (Amazonas – Brasil). **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 5, n. 1, p. 103-123, jul. 2016.

BRASIL. Regulamento das diversões públicas. **Decreto n. 14.529**, Diário Oficial da União, 12 de dezembro de 1920, p. 20.700-20.705.

BRINATI, Chico. **A imprensa calça as chuteiras na pátria**: nação, diplomacia e rivalidade nas coberturas das partidas internacionais no Rio e em São Paulo (1906-1914). Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.

BROWN, Adam. 'Not for Sale'? The Destruction and Reformation of Football Communities in the Glazer Takeover of Manchester United, **Soccer & Society**, [S.L.], vol 8, n. 4, p. 614-635, 2007.

_____. Politics, Theory and Practice. 'Our club, our rules': fan communities at FC United of Manchester. **Soccer & Society**, [S.L.], vol. 9, n. 3, p. 346-358, Jul/2008.

CABRERA, Nicolás. **Que la cuenten como quieran**: pelear, viajar y alentar en una barra del fútbol argentino. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2022.

CALDAS, Phelipe; ANDRADE, Marianna Castellano. Barcelos de; SOUZA JUNIOR, Roberto de Alencar de. Entre Torcidas Organizadas e Torcidas Antifascistas: considerações sobre as políticas do torcer e suas resistências. **FuLiA/UFMG [revista sobre Futebol, Linguagem, Artes e outros Esportes]**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 52-81, 2022. DOI: 10.35699/2526-4494.2022.35626. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/35626>>. Acesso em: 28 de ago. 2023.

CALDEIRA, Jorge. **Ronaldo**: Glória e drama no futebol globalizado. Rio de Janeiro: Lance!, São Paulo: Ed. 34, 2002.

CALIL, Gilberto. Junho de 2013 como marco do avanço da direita: uma falácia insustentável. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013 - 2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, dez. 2006. ISSN 1981-8386. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838/9959>>. Acesso em: 19 de abr. 2022.

CAMPOS, Flávio de, TOLEDO, Luiz Henrique. O Brasil na arquibancada: notas sobre a sociabilidade torcedora. **Revista USP**, n. 99, p. 123-138, set./nov. 2013.

CANALE, Vitor. **Um movimento em muitas cores**: o circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 – Uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo). Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

_____. Da mais vibrante à mais temida – cooperação, respeito, virilidade e violência na história da torcida uniformizada do Palmeiras e da Mancha Verde (1971-1995). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 37, p. 33-52, nov. 2021.

CANETTIERI, Thiago; PAOLINELLI, Marina Sanders; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Pesquisar a cidade a partir das insurgências. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S.L.], vol. 9, n. 3, p. 1-12, jul/set 2020.

CARVALHO, Edmilson, A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, [S.L.] n. 15, p. 177-193. 1º semestre de 2007.

CARVALHO, Verônica Toledo Ferreira de. **Ouro Preto, sinfonia da metrópole: 1882-1889**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40621/1/OPsinfoniaveronica%20%281%29.pdf>>
>. Acesso em: 02 de dez. de 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAVALCANTE, David. **Uma nota sobre a opressão regional nordestina**. Esquerda Online, Recife, 25 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/07/25/uma-nota-sobre-a-opressao-regional-nordestina/#:~:text=Pelas%20terras%20nordestinas%20ocorreram%20alguns,da%20na%C3%A7%C3%A3o%20para%20outros%20rumos>> Acesso em: 18 de ago. 2023.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139>. Acesso em 02 de dez. de 2021.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **A Ideologia da competência**. Belo Horizonte, Editora Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

COELHO, Gustavo. Monstros, rojões, bambus, bolas e o fundão: encantarias em performances de uma juventude rueira. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 197-218, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/80482>>. Acesso em: 31 de jul. 2023.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. A beleza atlética nas telas do cinema (1895-1936). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 20-39, mai./ago., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/531>>. Acesso em: 4 set. 2022.

CORREIA, Jones Mendes. **Os vínculos clubísticos e as lógicas do jogo: Um estudo sobre a emergência e o processo de (des) elitização do futebol na cidade de Rio Grande- RS (1900-1916)**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

COSTA, Mariana Barbosa C. da. Quando canto é reza: lazer, morte e greve na formação da classe trabalhadora na Freguesia da Gávea (1896-1917). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, p. 183-205, 2012.

_____. Nas malhas do paternalismo: o associativismo recreativo entre os operários têxteis do bairro do Jardim Botânico na Primeira República, **Tempo: Niterói**. Vol. 29, n. 1, p. 1-20, jan/abr, 2023.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. Comunidade Eclesiais de base: presente, passado e futuro. **Interações: Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, vol. 4, n. 6, p. 173-185, jul/dez, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6679>>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

CYMROT, Danilo. Ascensão e declínio dos bailes de corredor: o aspecto lúdico da violência e a seletividade da repressão policial. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 169-179, jul/dez, 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/12364>>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

DAMO, Arlei Sander. Bons para torcer, bons para se pensar - os clubes de futebol no Brasil e seus torcedores. **Motus Corporis**, [S.L.], 5(2), p. 11-48, 1998.

_____. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. Dinheiro público em megaeventos esportivos: a eficácia de uma justificativa inconsistente. **Ciência e cultura**, [S.L.], v. 68, p. 27-31, 2016.

_____. A tragédia que a Copa legou ao Brasil - as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. **Interseções - Revista de estudos interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 167-200, 2020.

DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. Tradução: Artur Renzo, São Paulo: Boitempo, 2022.

DEMIER, Felipe. Houve, uma vez, dois Junhos: luta por direitos, anticorrupção e antipolítica em 2013. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013 - 2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

DIAS, Cleber. A igreja, o Estado e a bola. História do Esporte entre os índios do Brasil central. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 148-175, jan./mar., 2012.

_____. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 31-61, 2013.

DIAS, Cleber; SOUZA, Eliza Salgado de. Ciclismo e comércio em Manaus, 1898-1907. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 25, n. 2, p. 459-487, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14682>>. Acesso em: 02 set. 2021.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 55-72, Dez/2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12431>>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das Greves de 2016. **Estudos e pesquisas**, [S.L.], n. 84, agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>>. Acesso em 13 de agosto de 2023.

DINIZ, André. **Almanaque do carnaval: A história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. E-book. 2008.

DOIDGE, Mark. 'The birthplace of Italian communism': political identity and action amongst Livorno fans. **Soccer & Society**, [S.L.], 14:2, 246-261, 2013.

DUARTE, Vinícius Vidor. **Notícias que vêm da arquibancada: a popularização da torcida do Grêmio FPBA expressa nas páginas do Correio do Povo (1933-1946)**. TCC (Graduação) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERAÇÃO NACIONAL (EZLN). **Quarta Declaração da Selva Lacandona**. Chiapas, 1º de janeiro de 1996. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona4.html>>. Acesso em 22 de set. de 2021.

FALCÃO, Denise; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Carnaval de rua em Belo Horizonte: interstício de insurgências sociais e de apropriação do mercado cultural (2010 a 2020). **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 223–257, 2021.

FARIA, Flávia de; Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 33-48, jun/dez 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33692>>. Acesso em: 4 set. 2022.

FERNANDES, Hévilla Wanderley. **A questão nordestina: Estado, região e futebol**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas e Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERNANDES, Vinícius Tomaz. O precariado como problema sociológico. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 126-141, jan-abr, 2020.

FINO, Patrícia e HINTZE, Helio. Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro. **Revista RUA**, Campinas, n. 23, vol. 2, p. 267 – 289, nov./2017.

FITZPATRICK, Colin. The struggle for grassroots involvement in football club governance: experiences of a supporter-activist. **Soccer & Society**, [S.L.], 14 (2), p. 201-214, 2013.

FLORENZANO, José Paulo. **Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro**. São Paulo: Ed. Musa, 1998.

_____. Ditadura, redemocratização e o futebol brasileiro nos anos 1970 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de; FONTES, Paulo (orgs). **Futebol e mundos do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2021.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREIRE, Alípio. A revolução da Semana de Arte Moderna de 1922. **Hispanic Research Journal**, [S.L.], vol. 4, n. 2, p. 173-180, jun. 2003.

FREIRE, Letícia de Luna. Uma aldeia “cidade maravilhosa”: conflito e resistência no Rio de Janeiro. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 13, n. 2, p. 97–120, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/10635>>. Acesso em 30 de set. de 2022.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 75-86, jan./abr. 2018.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 587-606, set/dez 2016.

GAFFNEY, Christopher. Virando o jogo: The Challenges and Possibilities for Social Mobilization in Brazilian Football. **Journal of Sport and Social Issues**, Vol. 39 (2), p. 155-174, 2015.

GAMBOA, Sílvio. S., Quantidade – Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (org.), **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GARCÍA-MARTÍ, Carlos. Reshaping Spanish Football Identity in the 1940s: From Fury to Tactics. **The International Journal of the History of Sport**, [S.L.], p. 1116-1132, 2016.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 491-509, jul/set 2015.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan/abr. 2018.

_____. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, Quito, vol 6, n. 1, p. 93-119, 2019.

GOMES SILVA, Ilse. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 140–150, 2016. DOI: 10.23925/ls.v20i36.31853. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31853>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GÓMEZ, José María. O 2º Fórum Social Mundial de Porto Alegre e os Desafios do Movimento Social Global. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, vol 24, n. 2, p. 329 - 361, jul/dez, 2002.

GONÇALVES, Renata de Sá. **Os ranchos pedem passagem: O carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2007.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano XXVI, nº 91, p. 101-123, jan/jun, 2018.

GORDILHO SOUZA, Ângela Maria. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 245–265, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2018-4112>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GOUNOT, André. El proyecto de la olimpiada popular de Barcelona (1936), entre comunismo internacional y republicanismo regional. **Cultura, Ciencia y Deporte**, Murcia, ano 2, n. 3, vol. 1, p. 115 - 123, 2005.

_____. Sport or Political Organization? Structures and Characteristics of the Red Sport International, 1921 – 1937. **Journal of Sport History**, Illinois, V. 28, n. 1, p. 23-39, 2001.

GRANT, Susan. Bolsheviks, Revolution and Physical Culture. **The International Journal of the History of Sport**, [S.L.], 31:7, 724-734, 2014.

GUIMARÃES, Micael Lázaro Zaramella. **O Palestra Itália em disputa: Fascismo, antifascismo e futebol em São Paulo (1923-1945)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em história social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

GUSCHWAN, Matthew. Fan politics: dissent and control at the stadium. **Soccer & Society**, [S.L.], p. 1-15, 2015.

HARVEY, Adrian. The myth of the public schools as the inventors of modern soccer: the ultimate revisionism. **Soccer & Society**, [S.L.], p. 1 - 9, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2016.

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua do Rio de Janeiro no início do século XXI. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 267-289, jul/dez, 2013.

HERSCHMANN, Micael; CABANZO, Maria Pilar. Contribuições do grupo musical Songoro Cosongo para o crescimento do carnaval de rua e das fanfarras cariocas no início do século XXI. **LUMINA: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**, UFJF, Juiz de Fora, vol. 10, n. 3, dezembro de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21263>>. Acesso em: 4 set. 2022.

HERSCHMANN, Micael e LERNER, Kátia. **O futebol e o jogo do bicho na Belle Époque Carioca**. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. **O clube como vontade e representação – O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

_____. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B. B. H., MALAIA, J. M. C., TOLEDO, L. H., MELO, V. A., (org.) **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 86-121, 2012.

_____. Das brigas de arquibancada à vida de professor universitário: relatos de um líder de torcida no Rio de Janeiro dos anos 1980. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 58-74, set/dez, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/20986>>. Acesso em: 4 set. 2022.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. Das torcidas jovens às embaixadas de torcedores: uma análise das novas dinâmicas associativas de torcer no futebol brasileiro. **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, Vol. 7, n. 1, p. 1-37, jan-jun/2014.

HORNBY, Nick. **Febre de Bola**. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

HORN, Lucas Guimarães Rechatiko; MAZO, Janice Zarpellon. Um estudo histórico sobre a torcida do “Grêmio Esportivo Renner” de Porto Alegre/RS (1945-1959). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Inquéritos Industriais, 1907, 1912 e Censo 1920**. Tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**. Brasília : PNUD : IPEA : FJP, 2016.

KALAYCI, Hüseyin. The network of capitalist “cronies” of the AKP: Basaksehir and Basaksehispor. **Turkish Studies**, [S.L.], p. 576-599, 2021.

KENNEDY, David, KENNEDY, Peter. Introduction: reflections on the context of ‘Left Wing’ fan cultures. **Soccer & Society**, [S.L.], vol 14 (2), p. 117-131, 2013.

KENNEDY, Peter. ‘Left Wing’ supporter movements and the political economy of football. **Soccer & Society**, [S.L.], 14:2, 277-290, 2013.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. **Novos Estudos, CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 15-34, julho de 2017.

KFOURI, Juca. Editorial. **Placar**, São Paulo: Editora Abril, n. 581, p. 11, 1981.

_____. Editorial. **Placar**, São Paulo: Editora Abril, n. 1104, p. 12, 1995.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE JÚNIOR, Emanuel; RODRIGUES, Carlos. Soft Power e futebol: os casos de Catar, Emirados Árabes e Arábia Saudita. In: SIMÕES SANTOS, Irlan (org.). **Clube empresa: abordagem críticas globais às sociedades anônimas no futebol**. Rio de Janeiro, Corner, 2020.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo., **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 29 (2), 177-197, 2009.

LINERA, Álvaro Garcia. **O que é uma revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LOPES, Felipe Tavares Paes. As artimanhas da resistência torcedora: futebol, linguagem e poder. **Logos**, Rio de Janeiro, 49, vol 25, n. 01. p. 192-207, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/35230>>. Acesso em: 08 de set de 2022

_____. Ativismo no futebol e estudos críticos: um ensaio sobre coletivos de torcedores. **Motricidades**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 57-66, jan/abr, 2023. Disponível em: <<https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2023-v7-n1-p57-66>>. Acesso em: 4 set. 2023.

LOPES, Felipe Tavares Paes, e CORDEIRO, Mariana Prioli. Torcidas organizadas do futebol brasileiro: singularidades e semelhanças com outros grupos de torcedores da América do Sul e da Europa. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, vol. 9, n. 104, p. 75-83, 2009.

LOPES, Felipe Tavares Paes, HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “Futebol moderno”: ideologia, sentidos e disputas na apropriação de uma categoria futebolística. **REB: Revista de Estudios Brasileños**, [S.L.], vol. 5, n. 10, p. 159-175, 2018a.

_____. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. **Tempo**, Niterói, Vol. 24, n. 2, p. 207-232, maio/ago. 2018b.

LOPES, Felipe Tavares Paes; IÑÍGUEZ-RUEDA, Lupicínio. Futebol, ativismo e resistência: uma análise (crítica) de discurso de páginas do Facebook de torcidas antifascistas de São Paulo (2019-2020). **Discurso e Sociedad**, [S.L.] vol. 16, n. 2, p. 420-441, 2022.

LÓPEZ, Bernat. Sport, Media, Politics and Nationalism on the Eve of the Spanish Civil War: The First Vuelta Ciclista a España (1935). **The International Journal of the History of Sport**, [S.L.], 27:4, p. 635-657. 2010;

LYNCH, Christian Edward Cyril. “A multidão é louca, a multidão é mulher”: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1491-1514, out.-dez. 2013.

MACHADO, Ana Brasil e SANTOS, Mariana de Oliveira. O arrastão vai à praia: gentes, redes e visibilidades no balneário carioca. **Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 39, 2019. disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/18302?lang=pt>>, acesso em: 01 de maio 2022.

MACIEL JÚNIOR, Mauro Lúcio. **Além dos 105 minutos**: currículo cultural e (re)produção de modos de ser torcedor. Dissertação (mestrado), Programa de Pós Graduação Interdisciplinar de Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MALAIÁ, João Manuel Casquinha. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910 – 1950. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; TOLEDO, Luiz Henrique de; MELO, Victor Andrade de. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

MARANHÃO, Tiago. “Apolíneos e dionisíacos” - o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do “povo brasileiro”. **Análise Social**, Lisboa, Vol. 41, n. 179, p. 435-450, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINO, Cintia Elisa de C.; BARBOSA, Eliana Rosa de Q. Ativismos e insurgências no Largo da Batata em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 937–962, 2022. DOI: 10.1590/2236-9996.2022-5504. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/41900>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 8-32, jul/dez 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2008

_____. **A ideologia alemã**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, tradução de Álvaro Pina, 2009.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, São Paulo: ed. Boitempo, 2. ed, tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus, 2010.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. Por Uma Vida Sem Catracas! Mobilizações Populares e Luta Contra o Aumento da Tarifa do Transporte. **Revista Enfrentamento**, [S. l.], v. 8, n. 13, 2022. Disponível em: <<http://redelp.net/index.php/renf/article/view/366>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, Número 20, p. 33-55, 2007.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. As lutas da classe trabalhadora no Brasil dos “mega-eventos”. **Observatório Social da América Latina**, [S.L.] v. 36, p. 217-228, 2014.

_____. Junho e a luta de classes no Brasil da última década. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013 - 2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

McDOUGALL, William. Kicking from the left: the friendship of Celtic and FC St. Pauli supporters, **Soccer & Society**, [S.L.], 14:2, p. 230-245, 2013.

MEDEIROS, Matheus. A ascensão das torcidas antifascistas no futebol brasileiro. In: Vice Sports. 31 mai 2017. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/vb458j/a-ascensao-das-torcidas-antifascistas-no-futebol-brasileiro>>. Acesso em 29 ago. 2023.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade Sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

_____. A presença do esporte no cinema: de Étienne-Jules Marey a Leni Riefenstahl. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.** São Paulo, v.19, n.2, p. 115-125, 2005.

_____. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 9–19, 2007a. DOI: 10.22456/1982-8918.2603. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2603>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

_____. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **EFDeportes.com**. Buenos Aires - Año 12 - N° 115 – dez, 2007b.

_____. “Pois temos touros”?: as touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1840-1852). **Análise Social**, Lisboa, v. 50, p. 382-404, 2015.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. Lazer, esporte e cultura urbana da transição dos séculos XIX e XX: conexões entre Paris e Rio de Janeiro. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 75-92, 2005.

MELLO NETO, D. M. de. “Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana”. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**, Niterói, n. 52, 2021.

MENEZES, Arthur. O mapa do antifascismo nas arquibancadas. **Beta**, 2018. Disponível em: <<https://medium.com/betaredacao/o-mapa-do-anfifascismo-nas-arquibancadas-e9a0b364e5a1>> Acesso em: 02 abr. 2019.

MENEZES, Isabella Trindade. **Entre a Fúria e a Loucura**: Análise de duas formas de torcer pelo Botafogo Futebol e Regatas. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, Boitempo, 2009.

MIAGUSKO, Edson. Antes da Copa, depois do Pan: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 395-408, maio-ago, 2012.

MICELI, Sérgio. Os Gaviões da Fiel: torcida organizada do Corinthians. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque; NEGREIROS, Plínio Labriola. (org.). **Os Gaviões da Fiel – Ensaio e etnografias de uma torcida organizada de futebol**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S., Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.), **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MORAIS, Diego Batista de. **O jogo na arquibancada: o Setor Alvinegro e as performances do torcer no contexto do futebol espetacularizado**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MOREIRA, María Verónica. Aguante, generosidad y política en una hinchada de fútbol Argentina. **Avá, Revista de Antropología**, Misiones, n. 12, p. 79-94, jul. 2008.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MOURÃO, Eduardo Lacerda. **Porque a nossa é uma torcida diferente: uma etnografia do Movimento Popular Loucos pelo Botafogo**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: ROLNIK, Raquel *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo; Boitempo, Carta Maior, 2013.

MUHALE, Miguel Joaquim Justino. **Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MURRAY, Bill. **Uma história do Futebol**. São Paulo, Hedra, 2000.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez 2016.

NASCIMENTO, Débora Pontes do; SALDANHA, Renato Machado; FIDALGO, Marco. Lazer e urbanização na contemporaneidade: entre o direito e a mercadorização. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 656–679, 2019.

NASCIMENTO, Jefferson Ferreira do; BRAGA, Maria do Socorro Sousa. O futebol como meio campo para política: o jogo além das quatro linhas. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 30, e023, p. 1-25, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98732230e023>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NATHAUS, Klaus. Leisure Clubs and the Decline of the Weimar Republic: A Reassessment. **Journal of Contemporary History**, [S.L.], vol. 45, 2010.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 39, p. 121-151, 2003.

_____. A cidade excludente e o clube do povo. **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 207-242, jul./dez. 2010.

_____. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: ICP, 2015.

OLIOZI, Ana Carolina Cometti; LOPES, Handerson de Menezes; FERNANDES, Raquel. Ao gosto do freguês: as manifestações afro-brasileiras no Carnaval do Rio de Janeiro no início do século XX como busca de uma modernidade. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 41, p. 340-353, maio de 2021.

OLIVEIRA, Elias Cósta de. **“Pasos al Costado”**: Uma histórica do processo de constituição das barras e a platinização do torcer no Rio Grande do Sul (2001-2011). Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2023.

OLIVEIRA, Eric Monné Fraga de. O ópio do povo? O futebol e as manifestações políticas no Brasil entre 2013 e 2020. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 24, p. 1-39, 2021.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Gabriela Marta Marques de; e GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Os operários, os negros, os cronistas e o futebol na imprensa de São Paulo (1930-1934). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 26, 2020.

OLIVEIRA, Rafael. Dois nomes, uma ontologia: neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no governo Lula. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v.3, n.5, p. 221-246, jul/dez 2015.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras expressões, 2014.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 23, n. 03, pp. 562-571, 2020.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Pelos campos da Nação: um Goal-keeper nos primeiros anos do futebol brasileiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 23-40, 1997.

_____. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Tempo**, [S.L.], vol. 19, n. 35, p. 97-116, dez. 2013.

_____. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 63-88, 2017.

PERINA, Fábio. Esboços antropológicos sobre torcidas organizadas. **Ludopédio**, São Paulo, v. 168, n. 29, 2023.

PESSOA, Vitor Lucas Faria; DIAS, Cléber. História do Esporte Universitário no Brasil (1933-1941). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 25, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/82512>>. Acesso em: 4 set. 2022.

PIAIA, Victor Rabello. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 22-39, Dez/ 2018.

PINHEIRO, Caio Lucas Morais. **As ondas que (se) movem (n) o mar das torcidas: Das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em história, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

PINTO, Maurício Rodrigues. **Pelo direito de torcer: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em mudança social e participação política, Universidade de São Paulo, 2017.

PIRES, Isabelle Cristine da Silva. Centenário da Lei de Acidentes de Trabalho: análise sobre acidentes em fábricas de tecidos do Rio de Janeiro na Primeira República. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 11, p. 1-22, 2019.

PLEYERS, Geoffrey. A “guerra dos deuses” no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 41, p. 1-17, 2020.

PUGLIA, Leonardo Seabra. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 40-54, dez/2018.

PUJADAS, Xavier; SANTACANA, Carles. The popular Olympic Games, Barcelona 1936: Olympians and Antifascists. **International Rev. for Sociology of Sport**, [S.L.], 27/2, p. 139-148, 1992.

QUADROS, Carlos Fernando de; BARTZ, Frederico Duarte; NUNES, Guilherme Machado. A esfinge da esquerda brasileira: decifrando junho a partir de Porto Alegre e de um novo ciclo de greves e lutas sociais. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido, v. 21, n. 2, p. 232-264, 2017. DOI: 10.36449/rth.v21i2.17885. Disponível em:

<<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17885>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

QUEIROZ, Fábio José, 1964: o dezoito de brumário da burguesia brasileira. São Paulo: Sundermann, 2015.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana Zuaneti. Políticas públicas voltadas para atletas e torcedores de futebol: argumentos para dissidentes. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 115-130, jun/2014.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. A conveniência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018. **Revista Compolítica**, [S.L.] vol. 10 (1), p. 35-58, 2020.

RIBEIRO, Mariângela; REIS, Nadson Santana; MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro; HUNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. A agenda do futebol no governo Lula: ações rumo à Copa do Mundo Fifa 2014. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 5, p. 90-103, maio/2017.

ROCHA, Camila. Direitas em Rede: Think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; e CODAS, Gustavo (organizadores) **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro, São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015

ROCHA JÚNIOR, Coriolano Pereira; SANTO, Fernando Reis do Espírito. Futebol em Salvador: o início de uma história (1899-1920). **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 79-95, jul/set de 2011.

RODRIGUES, Francisco Carvalho dos Santos. **Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001 – 2011) da rebeldia à institucionalização**: mudança na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou campo de concentração? **Verve**, São Paulo, n. 4, p. 112-130, 2003.

RONCHETE, Nathalia. Ciberativismo das torcidas antifascistas nas eleições de 2018: uma análise quantitativa. **FuLIA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 6 - 27, jan-abr, 2021.

RONCOLATO, Murilo. Marielle, presente! As manifestações políticas em estádios. **Ludopédio**, 2018. Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/marielle/>> Acesso em: 02 abr. 2019.

RUETE, Gabriel; TAPIA, Daniela; DÍAZ, Sebastián; ROSSELOT, Santiago; e ALBORNOZ, Daniel. Club Universidad de Chile: recuperar o clube para seus torcedores, superando o fracasso das S. A. no futebol chileno. In: SIMÕES SANTOS, Irlan (org.). **Clube empresa**: abordagem críticas globais às sociedades anônimas no futebol. Rio de Janeiro, Corner, 2020.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Revista Marx e o Marxismo**. Niterói, v.3, n.4, p. 58-72 jan/jun 2015.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

SALAZAR, Isadora. Futebol, nacionalismo e antifascismo. **Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, São Paulo, v. 22, p. 1-4, 2018.

SALDANHA, Renato Machado. Sobre meus lábios: visibilidade de controle no futebol contemporâneo. **Pensar a Prática**, Goiânia, vol. 10, n. 1, p. 117-132, jan/jun, 2007.

_____. **Placar e produção de uma representação de futebol moderno**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SALINAS Salazar, Alejandro. La ola internacional de protestas 2008-2013: notas para una reflexión comparada. **Encrucijadas, Revista Crítica de Ciencias Sociales**, [S.L.], n. 9, 2015.

SANTANA, Rhaian Bandeira; ZANONI, Vanda Alice Garcia. Indicadores habitacionais brasileiros: análise comparativa da série histórica 1995-2018. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 24, n. 53, pp. 409-428, jan/abr 2022. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/56550>>. Acesso em: 4 set. 2023

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Rio de Janeiro e Buenos Aires: A violência nos discursos da imprensa sobre as camadas populares nos primórdios do futebol. In: MELO, Victor Andrade (org.), **História Comparada do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.

SANTOS, Josiane. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia, DRUMOND, Maurício, MELO, Victor Andrade de. Celebrando a nação nos gramados: o campeonato sul-americano de futebol de 1922. **História: Questões & debates**, Curitiba, n. 57, p. 151-174, jul/dez, 2012.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge; e MELO, Victor Andrade. Violentos e desordeiros: representações de dois clubes do subúrbio na imprensa carioca (década de 10). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, p. 411-422, jul/set, 2013.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. Nos pátios e salões: o associativismo nos arrabaldes de Bangu (1895-1929). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14441>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **A construção da Nação Canarinho**: Uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SASSO, Andrea Geraldí; BEZERRA, Larissa; TOGNATO, Maria Izabel Rodrigues; FRANÇA, Fabiane Freire. Alta modernidade e educação: os movimentos políticos nas torcidas de futebol como campo de resistência cultural e democrático. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, Canoas-RS, vol 28, n. 1, p. 1-17, 2023.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SERAPIGLIA, Daniel. L'uomo nuovo. Sport e corporativismo tra fascismo e cattolicesimo italiano nell'Estado Novo portoghese tra le due guerre. **Hispania Nova**, Madrid, 17, p. 235-269, 2019.

SEVERINO, Antônio J., **Metodologia do trabalho científico**. 23 de. rev e atual. São Paulo, Cortez: 2007.

SILVA, César Marcelo Caramês da. **“Imitando os negrinhos, hein?”**: O Departamento de Cooperação e Propaganda do Sport Club Internacional no contexto do Estado Novo (1940-1942). TCC (Graduação) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA, Guilherme Baziewicz de Carvalho e. **O descontrole já está formado**: tédio, identidade, violência e cultura de arquibancada. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Escola de Direito, PUCRS, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fabrício Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, [S.L.], n. 5, p. 67-94, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295/279>> Acesso em: 03 ago 2023.

SILVA, Leonardo Nóbrega. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora. v. 13, n. 2, p. 73-84, dez/2018.

SILVA, Luciane Soares da. Sensibilidades em disputas: notícias do Morro do Estácio. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 29, p. 45-66, 2019.

SILVA, Rui; e MACEDO, Edgar. Clube de Futebol “Os Belenenses”: sínteses histórica de um clube grande e histórico em Portugal. In: SIMÕES SANTOS, Irlan (org.). **Clube empresa**: abordagem críticas globais às sociedades anônimas no futebol. Rio de Janeiro, Corner, 2020.

SILVEIRA, Guilherme Pontes, Entre a arquibancada e o digital: as formas de organização e ação do coletivo de torcedores Palmeiras Livre. **Revista Galo**, Parnamirim - RN, Ano 1, Nº 2, p. 225-242, jul./dez. 2020.

SILVEIRA, Ricardo de J. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, 2000. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9199>>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SILVESTRE NETO, Wilson S. EZLN: luta armada e pluralidade política. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 87-115, 2001. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9122>>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SIMAS, Luiz Antônio e FABATO, Fábio. **Pra tudo começar na quinta-feira**: o enredo dos enredos. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2015.

SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça XI aos terreiros de Osvaldo Cruz: uma cidade de pequenas Áfricas. **Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, [S.L.], 2016.

_____. O desabafo sincopado da cidade: a Estação Primeira de Mangueira como uma instituição política. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 37, p. 44-50, jan. 2020.

SIMÕES SANTOS, Irlan. Mercantilização do futebol e movimentos de resistência dos torcedores: histórico, abordagens e experiências brasileiras. **Esporte e Sociedade**, ano 11, n. 27, p. 1-18, março 2016.

_____. **Cientes versus Rebeldes: Novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno**. Rio de Janeiro: Editora Multifoca, 2017.

_____. Clube empresa, uma abordagem alternativa: elementos introdutórios, históricos e impactos reais. In: SIMÕES SANTOS, Irlan (org.). **Clube empresa: abordagem críticas globais às sociedades anônimas no futebol**. Rio de Janeiro, Corner, 2020.

_____. **A produção do clube: Poder, negócio e comunidade no futebol**. Rio de Janeiro, Mórula, 2023.

SIMÕES SANTOS, Irlan; HELAL, Ronaldo George. Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube. **Tríade: comunicação, cultura e mídia**. Sorocaba / SP, v. 4, n. 7, p. 53-69, jun. 2016.

SIMÕES SANTOS, Irlan; SANTOS, Anderson David Gomes dos. Democracia torcedora versus Vantagens consumistas: uma análise da associação clubística em tempos de futebol-negócio. **Revista Mosaico**, Vassouras, vol. 9, n. 14, p. 246-261, 2018.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. A imprensa liberal paulista e a crítica à intervenção estatal no futebol. **Projeto História**, São Paulo, n. 49, pp. 381-395, Abr. 2014.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, Vol. 28 N. 3, p. 541-564, Set/Dez 2013.

SOBRINHO, Maria Goreti J., O mecanismo da superexploração da força de trabalho e a crise estrutural do capital. **Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 553-572, set/dez 2017.

SODRÉ, Francis. A agenda global dos movimentos sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], 16 (3), p. 1781-1791, 2011.

SOLIS, Victor Nigro Fernandes. Rio, Ruas e Sambas: a construção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade musical. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 33, p. 246-272, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/34214> >. Acesso em 23 fev. 2023.

SOUSA, Jaqueline de Oliveira; PEREZ, Olívia Cristina e VIANA, Masilene Rocha. Movimentos sociais em rede: uma análise do Ocupa Praça em Teresina - PI. **Urbe: Revista brasileira de Gestão Urbana**, 12, 2020. e20190189. disponível em <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190189>.

SOUZA, Adriano Lopes de. **Alianças entre torcidas organizadas: análise a partir da união estabelecida entre a Torcida Organizada Galoucura, a Mancha Alviverde e a Força Jovem**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Brasil entra em campo!** Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Futebol e Resistência Cultural no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). **Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires)**, v. 131, p. 36, 2009.

SOUZA NETO, Georgino Jorge de. **A invenção do torcer em Belo Horizonte:** da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930). Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2010.

_____. A construção do ethos de torcedor na cidade moderna: “A rainha dos sports, os sururus e a victoria que o sol não viu” (1926-1930). **Caminhos da História**, v.25, n.1, p. 16-40, jan./jun.2020.

SOUZA NETO, Samuel de; ALEGRE, Atílio de Nardi; HUNGER, Dagmar e PEREIRA, Juliana Martins. A formação do profissional de Educação de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

SPAAIJ, Ramón, VIÑAS, Carles. Political ideology and activism in football fan culture in Spain: a view from the far left. **Soccer & Society**, [S.L.], 14 (2), p. 183-200, 2013.

STEINBERG, David A. The workers’ Sport International 1920-28. **Journal of Contemporary History**, Londres, Vol. 13, p. 233-51, 1978.

TAVARES, Denis Pereira. Representações da modernidade de São João del-Rei. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, Vol. 18, n. 2, p. 438-461, 2013.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão:** visitando jovens torcidas cariocas. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Futebol, emoção e sociabilidade: narrativas de fundadores e lideranças dos movimentos populares de torcedores no Rio de Janeiro. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 8, n. 21, p. 1-16, março 2013.

_____. A Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil na arena pública: desafios de um movimento coletivo. Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, v. 30, p. 111-128, 2018.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: Desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 11, n. 28, set/2016.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara; LOPES, Felipe Tavares Paes. Reflexões sobre o “Projeto Torcedor” alemão: produzindo subsídios para o debate acerca da prevenção da violência no futebol brasileiro a partir de uma perspectiva sociopedagógica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 130-161, 2018.

TELES, Paulo Roberto Alves. Occupy Wall Street e Los Indignados: uma névoa de insatisfação no século XXI. **Cadernos do Tempo Presente**, Aracaju, n. 27, mar/abr 2017.

THIBES, Mariana Zanata; PEREIRA, Natasha Bachini; SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana Senne. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Simbiótica**, Vitória, n. 3, p. 49-73, jul-dez/2020.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1: a árvore da liberdade. 12ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

_____. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 2: a maldição de Adão. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 3: a força dos trabalhadores. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

TOLEDO, Luiz Henrique de, Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. In: HOLLANDA, B. B. H., MALAIA, J. M. C., TOLEDO, L. H., MELO, V. A., (org.) **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 122 a 158, 2012.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**.v. 30, n. 61, Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000200011>> Acesso em: 24 fev 2022.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORRES, Roberto. O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul./dez. 2007.

TOTTEN, Mick. Sport activism and political praxis within Sankt Pauli fan subculture. **Soccer & Society**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 453 - 468, 2015.

TURANO, Gabriel da Costa. A visualidade das escolas de samba na década de 1930: inovação, transformação e reconfiguração. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 133-142, nov. 2011.

TURANO, Gabriel da Costa; FERREIRA, Felipe. Incômoda vizinhança: a Vizinha Faladeira e a formação das escolas de samba no Rio de Janeiro dos anos 30. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 65-92, nov. 2013.

VALIENGO, Caio Becsi; OLIVEIRA, Marília Jahnell de. Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 74-97, jul/dez 2020.

VASCONCELOS, Artur Alves de. **Identidade Futebolística**: os torcedores “mistos” no nordeste. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. “**Nordestinando as arquibancadas**”: os cangaceiros alvinegros no universo das torcidas organizadas cearenses. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIANNA, Marly. Contra o liberalismo e o comunismo: uma democracia autoritária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 71, p. 469-488, set/dez, 2020.

VIMIEIRO, Ana Carolina. A produtividade digital dos torcedores de futebol brasileiros: formatos, motivações e abordagens. **Contracampo**, Niterói, v. 31, n. 1, p. 23-59, dez/mar 2014.

VIMIEIRO, Ana Carolina; QUEIRÓZ, Alice, MALDINI, Giovana, MARTINS, Maria Carolina. A economia cultural do futebol brasileiro no século XXI: Comodificação, hibridez e contradições. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-34, jan/jun, 2019.

WILKSON, Adriano Haddad recebe apoio de 69 organizadas e entra em poropopó contra Bolsonaro. **Uol Esportes**, 2018. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/10/22/torcidas-organizadas-apoiam-haddad-contr-a-bolsonaro.htm>> Acesso em: 02 abr. 2019.

WOOD, Ellen M. El concepto de clase en E. P. Thompson. **Cuadernos Políticos**, México, D.F., número 36, Ediciones era, p.87-105. abr/jun, 1983.

_____. O que é (anti)capitalismo? **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.17, 2003, p.37-50.

ZANINI, Camila Follegati, BACCEGA, Marcus. ZAPPÍA, Rafael Balan. A teologia da libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina. **História e Perspectivas**, Uberlândia (44), p. 61-104, jan/jun 2011.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Bem-vindo ao deserto do Real!**: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANEXO 1: MAPEAMENTO

Em mapeamento realizado em maio de 2022, pelo *Instagram*, encontramos 98 torcidas ou coletivos de torcedores e torcedoras de clubes brasileiros declaradamente antifascistas. Destas, 37 são ligadas a clubes do Norte e Nordeste brasileiro, e compõem, ou compuseram em algum momento, a TAU N-NE (Torcidas Antifascistas Unidas do Norte e Nordeste) (destacadas em amarelo).

Clube	Torcida / Coletivo	Clube	Torcida / Coletivo
ABC	ABC Antifascista	Fortaleza	Resistência Tricolor
América-MG	Resistência Americana Antifa	Galícia-BA	Galícia Antifascista
América – PE	Meca Antifa	Genus - RO	Seja Genus de Coração
América – RN	América Antifascista	Goiás	Esmeraldinos Antifa
América - RN	Comuna Alvirrubra	Grêmio	Tribuna 77
ASA	ASA Antifascista	Grêmio	Grêmio Antifascista
Athletico - PR	Athleticoparanaense Antifas	Guarany - CE	Guarany Antifa
Athlético - PR	Locomotiva Rubro-negra	Imperatriz - MA	Cavalo de Aço Antifa
Atletico - GO	Dragão Antifascista	Internacional - RS	Inter Antifascista
Atlético - MG	Galo Antifa	Juventude	Juventude Antifascista
Atlético - MG	Atleticana Revolucionária	Limoeiro - CE	Frente Antifa Limoeiro
Atlético - MG	Resistência Alvinegra	Londrina	Bancada Alviceleste
Auto Esporte – PB	Ação Antifascista Auto Esporte	Moto Club - MA	Moto Club Antifascista
Avaí	Antifa Avaiana	Nacional - SP	Naça Antifascista
Bahia	Bahia Antifa	Náutico	Brigada Popular Alvirrubra
Botafogo – PB	Belo Antifascista	Náutico	Timbu Antifa
Botafogo – RJ	Botafogo Antifascista	Palmeiras	Palmeiras Antifascista
Botafogo – SP	Resistência Caipira	Palmeiras	Palmeiras Punk Rock
Brasil - RS	Xavante Antifascista	Palmeiras	Porcomunas
Campinense	Raposa Antifascista	Paraná Clube	Gralha Marx
Caxias do Sul	Grená Antifascista	Paysandu	PSC Antifa – Frente 1914
Ceará	Resistência Alvinegra	Paysandu	Frente de Ferro Bicolor

Ceará	Vozão Antifa	Portuguesa	Portuguesa Antifascista
Comercial - SP	Bafomunista	Potiguar	Potiguar Antifascista
Central – PE	Central Antifa	Remo	Remo Antifascista
Confiança	Confiança Antifa	Rio Negro - AM	Barriga Preta Antifa
Confiança	Proletário Antifascista	Salgueiro	Carcará Antifascista
Corinthians	Coringão Antifa	Sampaio Corrêa	Bolívia Antifascista
Corinthians	Coringão soviético	Santa Cruz	Coral Antifa
Corinthians	Coletivo Democracia Corinthiana	Santa Cruz	Quilombo do Arruda
Coritiba	Movimento Organizado Coritibano	São Bernardo	São Bernardo Antifascista
Coritiba	Coxacomuna	São Caetano	São Caetano Antifascista
Coritiba	Resistência Alviverde	São Paulo	São Paulo Punk
Crato - CE	Crato Antifascista	São Paulo	São Paulo Antifascista
CRB	CRB Antifascista	São Paulo	São Paulinos Antifascistas
Criciúma	Criciúma Antifascista	São Paulo	Resistência Tricolor Antifa
Cruzeiro	Resistência Azul Popular	Santos	Santos Antifascista
CSA	Azulão Antifascista	Sergipe	Gipão Antifascista
CSE - AL	CSE Antifascista	Serra - ES	Serra Antifascista
Desportiva Ferroviária - ES	Desportiva Ferroviária Antifa	Sport	Sport Antifascista
Ferroviária - CE	Ultras Resistência Coral	Treze	Treze Antifascista
Figueirense	Figueirense Antifa	Tupi - MG	Tupi Antifascista
Flamengo	Fla Antifascista	Vasco	Vasco Antifascista
Flamengo	Fla Antifa (nucleo DF)	Vasco	Ultras Vasco Antifascistas - DF
Flamengo	Flamengo Antifascista MG	Vasco	Vascomunistas
Flamengo	Flamengo Antifascista - ES	Vila Nova	Vilanovenses Antifascistas
Flamengo	Flamengo Antifascista BA	Vila Nova	Vila Metal Antifa
Flamengo	Flamengo Antifascista AP	Vitória	Brigada Marighella
Fluminense	Fluminense Antifascista	Vitória	Vitória Antifascista